

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE LETRAS - FALE

Izamara Barbosa Arcanjo Ferreira Silva

**Representações e imaginários na produção discursiva de jornalistas -
intelectuais mineiros (1932-1964)**

Belo Horizonte 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

FACULDADE DE LETRAS - FALE

Izamara Barbosa Arcanjo Ferreira Silva

**Representações e imaginários na produção discursiva de jornalistas -
intelectuais mineiros (1932-1964)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito para obtenção do título de doutora.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do

Discurso Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza

Belo Horizonte 2020

S586r Silva, Izamara Barbosa Arcanjo Ferreira.
Representações e imaginários na produção discursiva de jornalistas – intelectuais mineiros (1932-1964) [manuscrito] / Izamara Barbosa Arcanjo Ferreira Silva. – 2021.
200 f., enc.

Orientador: Wander Emediato de Souza.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 195-200.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso jornalístico – Teses.
3. Textos jornalísticos – Teses. 4. Estratégia discursiva – Teses. I.
Souza, Wander Emediato de. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Representações e imaginários na produção discursiva de jornalistas –
intelectuais mineiros (1932-1964)**

IZAMARA BARBOSA ARCANJO FERREIRA SILVA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 30 de junho de 2021, pela banca constituída pelos membros: Prof(a). Wander

Emediato de Souza - Orientador UFMG

Prof(a). Ida Lúcia Machado UFMG

Prof(a). Paulo Henrique Aguiar Mendes UFOP

Prof(a). Simone de Paula dos Santos Mendes UFVJM Prof(a). Sônia Caldas Pessoa UFMG

Belo Horizonte, 30 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Caldas Pessoa, Coordenador(a) de curso**, em 01/07/2021, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº](#)

[10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wander Emediato de Souza, Professor do Magistério**

Superior, em 01/07/2021, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ida Lucia Machado, Professora Magistério Superior - Voluntária**, em 01/07/2021, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Paula dos Santos, Usuário Externo**, em 05/07/2021, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº](#)

[10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Aguiar Mendes, Usuário Externo**, em 05/07/2021, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº](#)

[10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código

verificador **0769186** e o código CRC **73E123FD** Referência: Processo nº 23072.229417/2021-47

SEI nº 0769186

RESUMO

Este trabalho apresenta as representações e imaginários sociodiscursivos evidenciados nas narrativas de vida e na produção jornalística dos intelectuais: Alaíde Lisboa Oliveira, Maria de Lourdes Boechat Cunha, João Etienne Arreguy Filho, Virgílio Horário de Castro Veado e José Maria Rabelo. O conteúdo presente nas narrativas e nos textos destas personagens transita por meio a temas que demonstram a diversidade pela qual perpassava o fazer jornalístico nas primeiras décadas do século passado em Belo Horizonte, bem como apontam a construção de um *campo* e de uma *rede de sociabilidades* que se externalizam após uma análise crítica e interpretativa. A metodologia empregada consiste em, a partir da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, analisar as entrevistas concedidas pelos sujeitos narradores ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG), entre os anos de 1982 e 1996, que integram o acervo “História do Jornalismo Mineiro”, além dos textos escritos por eles. Supomos que essas narrativas e textos jornalísticos desse grupo de intelectuais, que inclui um conjunto de reportagens, crônicas, textos opinativos e colunas com periodicidade fixa, fazem parte de um *campo político* cuja atuação foi decisiva na construção de um grupo articulado e homogêneo de ideias. Neste sentido, vislumbramos relacionar, por meio desta pesquisa, as narrativas de vida dos sujeitos que se enunciam frente às câmeras aos variados textos jornalísticos que eles produziram ao longo de suas carreiras nos periódicos. Acreditamos que toda esta produção discursiva revele diferentes olhares e simbolizações sobre a prática jornalística e cultural da jovem capital mineira entre os anos de 1930 e 1964.

Palavras-chave: Narrativas de vida - imaginários sociodiscursivos – representação – narrativas jornalísticas – jornalismo mineiro – memória – discurso

ABSTRACT

This work presents the social discursive imaginaries and representations evidenced in the life narratives and in the journalistic production of intellectuals: Alaíde Lisboa Oliveira, Maria de Lourdes Boechat Cunha, João Etienne Arreguy Filho, Virgílio Hora de Castro Veado and José Maria Rabelo. The content present in the narratives and texts of these subjects transits through themes that demonstrate the diversity through which journalistic work pervaded in the first decades of the last century in Belo Horizonte, as well as pointing to the construction of a field and a network of sociability that externalize after critical and interpretive analysis. The methodology used consists of, based on Patrick Charaudeau's Semiolinguistic Theory, analyzing the interviews given by the narrating subjects to the Union of Professional Journalists of Minas Gerais (SJPMG), between the years 1982 and 1996, which are part of the collection "History of Mineiro Journalism", in addition to the texts written by them. We assume that these narratives and journalistic texts of this group of intellectuals, which includes reports, chronicles, opinionated texts and columns with fixed periodicity, are part of a *political field* whose performance was decisive in the construction of an articulated and homogeneous group of ideas. In this sense, we intend to relate, through this research, the life narratives of the subjects who are enunciated in front of the cameras to the varied journalistic texts that they have produced throughout their careers in the journals. We believe that all this discursive production reveals different views and symbolizations about the journalistic and cultural practice of the young capital of Minas Gerais between the years 1930 and 1964.

Keywords: Life narratives – sociodiscursive imaginaries – representation – journalistic narratives – Minas Gerais journalism – memory – discourse

Aos meus pais, pelo amor, formação e dedicação que não sou capaz de medir .

Ao Gilson, meu companheiro de todas as horas, da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas (UFMG) pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

Espero que o programa continue consolidando uma belíssima trajetória e consiga sempre resultados maravilhosos junto ao seu corpo docente e discente.

Agradeço ao trabalho fundamental de orientação do professor doutor Wander Emediato. Suas aulas traçaram os rumos do trabalho de pesquisa e suas ideias contribuíram de forma essencial para a finalização desta tarefa. Seu incentivo persuasivo foi muito importante, sem ele não teria conseguido

Não poderia deixar de citar as aulas e os momentos de convivência acadêmica e com os outros professores da instituição e com os colegas de curso, instantes que ganharam uma dimensão importante em minha pesquisa.

Meus agradecimentos também se dirigem aos gestores do Museu da Imagem e do Som, gerenciado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, aos funcionários da Biblioteca Pública Luís de Bessa, que não colocaram nenhum entrave burocrático a esta pesquisa, ao contrário, ajudaram na sua materialização.

Faço também um agradecimento especial aos professores doutores Ida Lúcia Machado e Cláudio Humberto Lessa pelas ricas análises e sugestões desde a qualificação. As disciplinas que cursei com a professora Ida Lúcia (UFMG) e com o professor Cláudio (CEFET-MG) foram as responsáveis por lançar luz sobre meu caminho. Sem esses dois pesquisadores brilhantes este trabalho não teria feito esse trabalho. Eles foram minha inspiração na Linguística.

Por fim, agradeço à minha família pela paciência nos momentos de intenso trabalho, de muita irritabilidade, enfim pela compreensão nas constantes ausências nos últimos tempos. Fazer uma pesquisa de doutorado “sangra” e nem sempre são momentos bonitos de se ver, de se presenciar. Isso precisa ser dito sem nenhuma glamourização, de peito aberto e discutido de maneira mais clara nas universidades entre os discentes, docentes e administração.

Bem sabe sobre o que falo, o Gilson, meu parceiro. A ele, todos os agradecimentos que eu fizesse neste pequeno espaço, não seriam suficientes. Aproveito e faço, também aqui, uma menção especial ao meu filho Lucas, um poço de doçura e afeto, que muito me ajudou com as transcrições das entrevistas. E o que dizer da minha caçula Joana? Presença de luz, espírito sagaz e iluminado, que desde o dia em que nasceu ouve falar sobre narrativas jornalísticas. A ela, todo meu carinho.

Outra menção especial que não poderia deixar de ser feita é ao meu irmão Loque Arcanjo. Seu entusiasmo, dedicação e capacidade intelectual como historiador e ser humano espetacular, foram meu norte ao longo destes longos quatro anos.

Não poderia deixar ainda de agradecer também à Lucimara e Izabela, irmãs queridas, que mesmo à distância, sempre estiveram aqui, comigo, em distância não tão distante assim, pois sabia a todo momento que seus corações estavam torcendo por mim.

Agradeço também meu irmão Maurício, esse sim, distante física e emocionalmente por opção. A distância dele me faz refletir muitas vezes que somos o que podemos ser ou o que queremos ser. Vai saber, né?

Bem, como depois que a gente termina um doutorado, acho que podemos quase tudo, vou agradecer também àqueles a quem já dediquei este trabalho: meu pai e minha mãe.

Parece meio clichê dizer que em um doutorado em Linguística a gente não ache palavras para dizer o quanto meu pai, Sr. Loque Arcanjo, era um sábio, um filósofo. Passou a vida nos trazendo livros, não importava se eram do velho sebo do Sr. Amadeu ou aquelas imensas coleções de bancas de revista. Seu propósito de vida era nos fazer ler, pois sabia da importância da educação, a qual teve acesso tardio, devido às circunstâncias desfavoráveis em que viveu. E como viveu Sr. Loque, rodeado de livros, de música.

Dona Isaíra, minha mãe era retirante, do Sul da Bahia, da cidade de Itambé. Teve que deixar no meio do caminho aquele filho distante. Analfabeta, o pouco que conseguiu aprender a ler, foi quase sozinha, podemos dizer que era uma autodidata. Já idosa, entrou na EJA. Seu orgulho eram os filhos, os doutores ou não. Alguns sabiam disso mais do que outros.

Nenhum dos dois, nem meu pai e nem minha mãe, viveu para ver esta conquista... Mas eles sabiam que eu era e sou muito grata. Sempre souberam.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema de Maingueneau

Figura 2 – Quadros dos sujeitos e linguagem de Charaudeau

Figura 3 – Reportagem Plantando Bananeira o governador de Minas

Figura 4 – Reportagem Juscelino vai por Rôlla na Praça Raul Soares

Figura 5 – Crônica Praça XII – O Píndaro do populismo

Figura 6 – Educação e Ensino – Professora diz-se maltratada na Secretaria da Educação

Quadro 1 – Fases da imprensa no Brasil

Quadro 2- Fases da imprensa mineira

Quadro 3 – Periódicos que surgiram em Belo Horizonte (1920-1930)

Quadro 4 – Problemáticas suscitadas pelo estudo do discurso

Quadro 5 – Relação de jornalistas que compõe o *corpus*

Quadro 6 – Duração das entrevistas e nº de páginas transcritas

Quadro 7- Materiais noticiosos produzidos pelos jornalistas

Quadro 8 – Principais visadas discursivas

Quadro 9 – Temas e imaginários – Lourdes Boechat

Quadro 10 – Temas e imaginários – José Maria Rabêlo

Quadro 11- Temas e imaginários – José Etienne Arreguy Filho

Quadro 12 – Temas e imaginários - Virgílio Horário de Castro Veado

Quadro 13 – Temas e imaginários – Alaíde Lisboa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PARTE I - CONTRIBUIÇÕES INTERDISCIPLINARES PARA PENSAR O CAMPO JORNALÍSTICO	30
CAPÍTULO 1 – CONFIGURAÇÕES INICIAIS.....	30
1.1 Considerações sobre os conceitos de campo e <i>habitus</i>	30
1.2 A historiografia francesa sobre os intelectuais.....	33
1.3 Em busca de um <i>ethos</i> jornalístico	40
1.3.1 <i>Éthos</i> discursivo.....	41
1.4 As identidades jornalísticas nos estudos de Comunicação.....	45
1.4.1 Uma região de fronteiras tênues.....	51
1.4.2 A profissionalização do jornalismo no Brasil.....	53
1.5 Panorama da imprensa mineira no século XX.....	55
1.6 Propondo uma metodologia e apresentando o <i>corpus – parte 1</i>	59
1.6.1. Que sujeitos devem ser analisados como representativos do grupo chamando de jornalistas-intelectuais?.....	60
1.6.2. Procedimentos de análise.....	68
1.6.2.1 A operação de escolha da produção noticiosa – <i>corpus</i> parte 2.....	69
CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA E NARRATIVA DE VIDA COMO CAMPOS DE ESTUDO	72
2.1 Algumas definições sobre memória.....	72
2.2 A questão da memória e a identidade jornalística.....	76
2.3 A memória discursiva.....	79
2.4 Narrativa e narrativa de vida	81
2.5 As características da tríplice <i>mimese</i>	84

2.6	A narrativa jornalística a tríplice <i>mimese</i> – tentando domar o tempo.....	85
2.7	A materialidade discursiva da narrativa de vida.....	87

PARTE II – DEMARCAÇÃO DISCURSIVA DAS NARRATIVAS E DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DE JORNALISTAS MINEIROS91

CAPÍTULO 3– A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA.....91

3.1	Os discursos e os sujeitos de linguagem.....	91
3.1.1	Os sujeitos.....	95
3.1.2	Os sujeitos nas narrativas de vida.....	96
3.1.3	Os sujeitos da produção jornalística.....	103
3.2	A finalidade do ato de linguagem – Narrativas de vida.....	104
3.2.1	A finalidade do ato de linguagem – Na informação jornalística.....	107
3.3	Modos de organização do discurso.....	123
3.3.1	O modo de organização enunciativo.....	124
3.3.2	A questão dos pontos de vista (PDV).....	126
3.3.3	O modo de organização descritivo.....	130
3.3.4	O modo de organização narrativo.....	132
3.3.5	O modo de organização argumentativo.....	136

CAPÍTULO 4 – REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS SOBRE A PRÁTICA JORNALÍSTICA – INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE.....141

4	As representações sociais.....	141
4.1	As representações na perspectiva Semiolingüística.....	144
4.2	Observações sobre representações sociais e estereótipos.....	147
4.3	O conceito de imaginários.....	147

4.4Os imaginários sociodiscursivos.....	148
---	-----

CAPÍTULO 5 - PERSONAGENS DE HISTÓRIAS E TEXTOS

MEMORÁVEIS.....	150
------------------------	------------

5.1 Lourdes Boechat – a pioneira.....	151
---------------------------------------	-----

5.2 José Maria Rabêlo – o rebelde ousado.....	168
---	-----

5.3 João Etienne Arreguy Filho – o conservador católico.....	179
--	-----

5.4 Virgílio de Castro Horácio Veado – o orador precoce.....	196
--	-----

5.5 Alaíde Lisboa – a professora.....	208
---------------------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	221
--	------------

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa consiste em um amálgama de identidades, emoções e narrativas, inclusive as nossas. É por isso que vamos começar apresentando-a a partir do relato da história que marcou o primeiro passo desta jornada, no ano de 2015, quando tomamos consciência da existência do acervo *Memória do Jornalismo Mineiro*. Na época, atuávamos como docente do Centro Universitário Newton Paiva¹, de Belo Horizonte. Nesse mesmo ano, o centro universitário, e a direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJP-MG), estabeleceram uma parceria para viabilizar a produção de um documentário sobre a história da Casa do Jornalista². Naquela data, a instituição completava 50 anos de existência.

A fim de começarmos a tecer alguns apontamentos sobre a organização teórica e metodológica desta tese, gostaríamos de, neste ponto, esclarecer ao leitor em que consiste o acervo *Memória do Jornalismo Mineiro*. O acervo conta com 19 entrevistas narrativas que foram feitas com jornalistas renomados, nomes influentes que atuaram em Belo Horizonte, nos primeiros anos do século XX, especialmente entre os anos de 1930 a 1960. As entrevistas foram gravadas em vídeo, entre os anos de 1982 e 2016, e mantidas sob a guarda do antigo Centro de Referência em Audiovisual (CRAV)³, transformado,

¹ Hoje, o antigo Centro Universitário Newton Paiva se chama Centro Universitário Newton.

² A Casa do Jornalista existe desde 1965 e está localizada na região centro-sul de Belo Horizonte, abrigando a sede do Sindicato e um espaço cultural multiuso, para propostas nas áreas da música, fotografia, artes visuais, literatura, artes cênicas, audiovisual e arte digital. Fica próxima a importantes espaços da vida cultural e política da capital, como o Edifício Malleta, o Palácio das Artes e o Museu da Imagem e do Som (MIS). Foi palco de lutas durante a ditadura militar brasileira, tornando-se um espaço aberto, ponto de encontro de pensadores, artistas e movimentos sociais até os dias de hoje.

³ O CRAV foi fundado em 1992, pela prefeitura de Belo Horizonte, e integrado à então Secretaria Municipal de Cultura. Sua primeira sede foi no casarão na Rua Estevão Pinto, 601, no bairro Serra. Em 2001 passou a ocupar o 5º andar do Edifício Chagas Dória, à Rua Sapucaí, 571, no bairro Floresta. Em 2005, o CRAV passou a fazer parte da estrutura da recém-criada Fundação Municipal de Cultura – FMC. Em 2008, a instituição foi instalada na Avenida Álvares Cabral, 560, na região central de Belo Horizonte, onde permanece até os dias atuais. No final de 2014, após a mudança administrativa ocorrida na Fundação Municipal de Cultura, por meio do decreto Nº 15.775, o CRAV tornou-se Museu da Imagem e do Som – (MIS BH).

posteriormente, no Museu da Imagem e do Som (MIS), pertencente à Secretaria Municipal de Cultura.

As narrativas puderam ser coletadas a partir de um convênio firmado entre o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJP/MG), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, posteriormente, o Centro Universitário Newton Paiva. No acervo, destacam-se personagens do jornalismo mineiro tais como: Aires da Mata Machado e Edgar da Mata Machado, Alaíde Lisboa, Maria de Lourdes Boechat, José Maria Rabêlo e José Mendonça. Todos, participantes e testemunhas das primeiras décadas do século passado, além de formadores de várias gerações de profissionais da imprensa que militaram por diferentes órgãos da informação escrita e falada. Também integram o acervo, as narrativas de vida de Gerson Sabino, João Etienne Arreguy Filho, Fábio Martins, Ney Otavianni Bernis, Adelchi Ziller, Lindolph Spechit, Michel Aouagui, Salomão Borges, Geraldo de Oliveira Simões, José Bento Teixeira de Salles e Hélio Silva. Em seu conjunto, elas parecem nos revelar, com incrível clareza, uma época em que fazer jornalismo era um misto de competência, aventura e paixão.

As narrativas foram gravadas em fitas de vídeo, nos formatos HI-8 e VHS e têm durações que variam entre 45 minutos a mais de 10 horas de gravação, período em que os sujeitos que enunciam os discursos falam sobre suas infâncias, relações familiares, atuação profissional nos principais jornais da capital e vida intelectual. Essas narrativas se referem a toda uma prática de atividades socioculturais dentro e fora das tradicionais redações de jornais. Segundo o ex-coordenador do Centro de Referência Audiovisual (CRAV), José Márcio Barros, as narrativas que integram o acervo “vem corrigir uma grave lacuna na literatura sobre o jornalismo mineiro: a inexistência de registros sobre o trabalho pioneiro de importantes profissionais” (BARROS, 1996, p.05).

Feita a apresentação e algumas considerações sobre o acervo *Memória do Jornalismo Mineiro*, voltemos agora ao ano de 2015, quando o nosso encontro com a

direção⁴ do Sindicato dos Jornalistas nos oportunizou o acesso à todas as narrativas já gravadas, a fim de que pudéssemos fazer um amplo mapeamento, recuperação⁵ e digitalização do acervo. Foi a partir deste trabalho de pesquisa, em parceria com o Sindicato e Museu da Imagem e do Som, que percebemos o potencial que as narrativas dos jornalistas teriam para compor a parte central do *corpus* da nossa tese de doutorado.

Devido às dimensões do arquivo, não foi possível trabalhar durante o período do doutoramento com toda as narrativas presentes no acervo, o que para nós foi um dos aspectos mais sensíveis desta pesquisa. Como definir quais seriam os sujeitos cujas narrativas seriam analisadas?

No contexto da pesquisa do doutorado, além de trabalharmos a partir das narrativas, resolvemos também empreender um esforço para analisar, à luz da análise de discurso, os escritos jornalísticos destes narradores. E é também nos textos jornalísticos que os sujeitos narradores que integram o acervo *Memória do Jornalismo Mineiro* encenam uma significação, deixando suas marcas, uma vez que esses textos são a materialização de um ato de linguagem. A utilização dos discursos jornalísticos na pesquisa ajudou a ampliar e a complexificar as operações de escolha do nosso *corpus*. Como, então, recortar o que faria parte deste estudo?

Em uma perspectiva teórica, optamos por resolver o recorte a partir das indicações de autores como Sirinelli (2003)⁶ e Bourdieu (1990)⁷ e suas concepções sobre estudos dos intelectuais. Ambos os autores destacam o caráter construtivo das mais diversas conexões entre sujeitos históricos imersos em atividades por meio das quais estabelecem

⁴ O jornalista Kerison Arnóbio Lopes Santos foi o presidente do sindicato entre 2014 e 2017, período em que começamos a trabalhar com o acervo.

⁵ A gravação das entrevistas feitas a partir da década de 1990 no formato VHS, tecnologia mais comum e acessível da época, fazia com que muitas entrevistas narrativas começassem a perder a qualidade, por isso, a urgência na digitalização do acervo.

⁶ Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: *Por uma história política*. René Rémond (org.). Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

⁷ Cf. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

diálogos fundadores de sociabilidade e suas atuações como “mediadores culturais”, conceito que extraímos de Gomes e Hansen (2016).⁸

Para esses autores, os intelectuais seriam aqueles que melhor geriam seus estatutos articulando uma posição subjetiva política e social, ou seja, nas palavras de Sirinelli (2003), “de sociabilidades partilhadas” nas universidades, partidos políticos ou apenas a partir de laços de amizades e engajamentos em causas político-sociais. Nesse sentido, estamos concebendo a produção sociocultural e política (textos jornalísticos, produção literária, atividades docentes) dos jornalistas em questão, como este espaço marcado também por uma vasta produção cultural e ainda a produção de uma “rede de sociabilidades intelectuais”.

Sirinelli (2003) aponta para duas definições clássicas do termo “intelectual”. A primeira seria bastante ampla, incluindo todos os sujeitos envolvidos com atividades de trabalho ligadas ao escrito, tanto como criadores, como na qualidade de mediadores. Nessa primeira concepção, os processos de criação, divulgação e recepção dos produtos culturais permitem que se mapeie uma enorme diversidade. Criação e mediação aparecem como termos associados na vasta trama da cultura, tal como se movimenta e ganha forma em contextos espaço-temporais definidos. A segunda definição da categoria “intelectuais”, mais restrita, é demarcada pelo autor por seu engajamento na vida da cidade. Refere-se à sua participação na coletividade, de modo a interferir e buscar contribuir nas decisões de caráter conjunto, embora nem sempre de interesse comum, ou seja, na condução política, no seu sentido lato (SIRINELLI, 2003).

Os intelectuais, segundo Bourdieu (1990), constituem-se em seres socialmente determinados em função da classe, ocupação, ideologia e da posição ocupada no campo intelectual. Assim, pensar o conceito de intelectual para Bourdieu pressupõe uma reflexão de pelo menos três outros de seus conceitos, o de *habitus*, capital e campo.

⁸ Cf. GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

Campo, para o autor, é um microuniverso, nas palavras do teórico, um “microcosmo social” no qual um grupo dispõe de relativa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que é influenciado por um espaço social mais ampliado. É um lugar de disputa entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais⁹ específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. “Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam” (BOURDIEU, 1990, p.21).

Assim, o campo também pressupõe confronto, tensão, poder, já que, segundo Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1990, p. 22-23). Os campos são formados por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. Um dos princípios dos campos, à medida que determina o que os agentes podem ou não fazer, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 1990, p. 23). Assim, é o lugar que os agentes ocupam nessa estrutura que indica suas tomadas de posição.

No interior dos campos existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos, assim como também são estabelecidas diferentes relações e assumidas variadas posturas pelos agentes que os compõem. Uma das atitudes possíveis caracteriza-se pela aceitação das normas, pela boa vontade em relação à cultura e às regras legitimadas; outra é a que Bourdieu denomina “herética”, que é a de contestação às regras e posições. Atitudes híbridas entre ambas as posturas também podem ser observadas nos variados campos.

A relação entre campo, *habitus* e capital é explicitada por Bourdieu e emerge em variados textos do autor. Como palco de lutas e relações de poder, além de microcosmo social dotado de leis específicas, cada campo está ligado a determinados capitais quando se constitui como espaço no qual os capitais são movimentados, valorizados, legitimados. Assim, de acordo com as finalidades e características de um determinado campo, um capital

⁹ Além do aspecto econômico, Bourdieu cunhou os conceitos de capital cultural e capital social.

terá maior valor e importância do que outro. É também no campo que pode ser situado o *habitus*, já que cada campo privilegia um *habitus* específico.

Como estruturas estruturadas que funcionam também como estruturas responsáveis pela estruturação, o *habitus* pode ser definido como "sistema de disposições duráveis". As estruturas são estruturantes à medida que são responsáveis pela construção de práticas e representações por parte dos agentes, mas também são estruturadas porque influenciadas, inventadas, recriadas por esses mesmos agentes que fazem delas os mais variados usos¹⁰.

As autoras Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016) também compreendem os intelectuais a partir de uma concepção ampla do termo. Gomes e Hansen (2016, p. 10) consideram os intelectuais como "homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político social". As autoras compreendem os intelectuais todos em uma mesma acepção, ou seja, elas não fazem uma distinção entre os produtores de conhecimento, os que comunicam estas ideias (chamados por elas de mediadores culturais) e os que intervêm politicamente e socialmente nas questões da sociedade.

Gomes e Hansen (2016) entendem que os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos especializados, quanto os intelectuais que se dirigem a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Para as historiadoras, os intelectuais mediadores podem ser tanto os que se dedicam a um público específico, como o escolar, os sócios ou membros de uma determinada organização; ou os que se dedicam a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação, por exemplo (GOMES & HANSEN, 2016).

Nas pesquisas recentes que contemplam a relação entre imprensa e mediadores culturais, destacam-se aquelas que apontam a centralidade dessa combinação para se

¹⁰ Os escritos de Bourdieu e de Chartier (1990) convergem neste aspecto. O conceito de apropriação evidencia que, apesar de os significados dos bens culturais não podem ser reduzidos às intenções de seus autores/criadores, também não é possível ignorar tais intenções, pois elas deixam marcas nos produtos culturais e devem ser levadas em consideração nas análises discursivas, políticas e culturais.

entender melhor os processos de fabricação e circulação de ideias, valores e conhecimentos no espaço e no tempo, na medida em que, por meio dela, é possível privilegiar seus múltiplos agentes e suas variadas formas de ação, que se beneficiaram, crescentemente, do lugar estratégico do impresso no século XX, período que corresponde às pesquisas de Gomes & Hansen. Dito de outra forma, o impresso funcionou, durante a maior parte do século passado, como um vetor incontornável para qualquer projeto político-cultural de produção e divulgação de ideias e conhecimentos.

Nesse sentido, atentamos para o fato de que os jornalistas, sujeitos de nossa pesquisa, pertenciam à elite política e intelectual da cidade de Belo Horizonte e, além do jornalismo, exerciam profissões importantes (como a advocacia), lecionavam no ensino universitário e se dedicavam à Literatura, isto é, ocupavam posições privilegiadas na sociedade, as quais lhes permitiram atuarem como formadores de opinião e “mediadores culturais”, principalmente entre seus pares. Compreendemos os discursos produzidos por estes intelectuais, um *locus* privilegiado e original para percebermos a construção identitária deste grupo, a de mediadores e a de uma classe social e politicamente privilegiada.

Foi levando-se em consideração o quadro teórico que apresentamos brevemente acima, é que procuramos estabelecer quais narrativas integrariam a primeira parte do *corpus* desta tese. Foi assim que chegamos à escolha das narrativas de vida de Alaíde Lisboa Oliveira, Maria de Lourdes Boechat Cunha, João Etienne Arreguy Filho, Virgílio Horário de Castro Veado e José Maria Rabêlo. O conteúdo presente nas narrativas destas personagens transita por meio a temas que demonstram a diversidade pela qual perpassava o fazer jornalístico nas primeiras décadas do século passado, em Belo Horizonte, bem como a construção de um campo e de uma “rede de sociabilidades” que se externalizam após este “fazer jornalístico” ser analisado de modo crítico.

As narrativas selecionadas são marcadas pela atuação desses jornalistas nos primeiros veículos de imprensa da incipiente capital mineira, entre eles, a *Folha de Minas*, *O Diário*, *Diários Associados*, a *TV Itacolomi*, *Rádios Guarani e Inconfidência*. Associada à atividade na imprensa, eles se destacam ainda pela atuação na política e na vida social, educacional e cultural da cidade.

Será essa produção discursiva, os textos jornalísticos escrito por este grupo de intelectuais-jornalistas, que vai compor a segunda parte do *corpus* desta tese. Ela inclui um conjunto de reportagens, crônicas, textos opinativos, de colunas com periodicidade fixa que supomos ser integrantes de um campo político cuja atuação foi decisiva na construção de um grupo articulado e homogêneo de ideias. Neste sentido, vislumbramos relacionar, por meio desta pesquisa, as narrativas de vida dos sujeitos que se enunciam frente às câmeras aos variados textos jornalísticos que eles produziram ao longo de suas carreiras nos periódicos.

Propomos, pois, uma reflexão sobre a atuação dos jornalistas-intelectuais a partir de uma abordagem discursiva. Na perspectiva que adotamos, consideramos o discurso uma prática, uma ação dos sujeitos sobre o mundo e, neste processo, ele registra suas marcas na linguagem que se materializam em textos, em narrativas. O discurso é, assim, um objeto de múltiplas dimensões, resultante da atuação do homem sobre o mundo e da linguagem enquanto produção social.

Como propõe Maingueneau (2008), o discurso se caracteriza por: ser sempre dirigido a alguém, com finalidade definida; ter sempre um sujeito responsável por ele; agir sobre o outro; necessitar de uma interação (nem sempre presencial); seguir leis e limitações de tipos variados e, por fim, relacionar-se com o interdiscurso (é a partir desta relação que ele vai adquirir sentido).

Alaíde Lisboa, Maria de Lourdes Boechat Cunha, João Etienne Arreguy Filho, Virgílio Horário de Castro Veado e José Maria Rabêlo, juntamente com outros jornalistas-intelectuais, formavam uma rede de relações na qual discutiam e compartilhavam reciprocamente suas posições políticas, visões de mundo. Desta maneira, as disposições incorporadas dentro deste campo intelectual eram redimensionadas em razão da trajetória individual de cada sujeito e de seu lugar dentro deste campo, o que confere a eles uma identidade construída socialmente. A trajetória desses jornalistas será descrita ao longo do texto em diálogo com as análises do *corpus* desta pesquisa .

Considerando esse *corpus* e as condições de produção das escritas jornalísticas, à luz da ordem situacional e contextual, podemos dizer que elas são demarcadas pelos

elementos culturais, ou seja, pelos valores e pelas crenças presentes na sociedade nas quais os autores estão inseridos. A nós interessa interpretar os discursos presentes nas escritas destes jornalistas e identificar se os valores, simbologias, enfim, as representações e imaginários daquele período ainda subjazem na narrativa de vida dos mesmos quando eles se narram frente às câmeras para consolidar os arquivos do acervo *Memória do Jornalismo Mineiro*.

É neste sentido que se torna central nesta tese o conceito de imaginário sociodiscursivo, que segundo Charaudeau (2006), compreende o processo de representação social como responsável pela significação da realidade, da constituição dos saberes e dos sistemas de pensamento dos diferentes sujeitos do ato linguageiro. O imaginário atenta para sua vinculação social ao desempenhar seu papel de “espelho identitário”, por meio do qual sua materialização discursiva circula e retorna ao espaço público contribuindo para a dinâmica do processo de representação.

O conceito de imaginário sociodiscursivo agrega o qualificativo “*discursivo*” à noção de imaginário social por conceber que as diversas formas de materialização da vida cotidiana, das atividades coletivas, objetos de consumo, das doutrinas religiosas, teorias científicas e tantas outras manifestam-se por uma forma de linguagem.

O imaginário é um modo de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, como dito, é construída a partir da significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional por meio da subjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário tem uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação.(CHARAUDEAU, 2007, p. 3).

O pesquisador que se aventura a analisar os discursos de um determinado contexto histórico, a partir da imprensa e de seus jornalistas, depara-se com uma série de questões fundamentais. Uma delas é que ao trabalhar com o que se tornou notícia sempre nos perguntamos: quais motivações levaram à decisão de tornar público determinado fato? A publicização ou o silenciamento sobre algum acontecimento pode ter diversos significados

e a linguagem acionada nos textos pode indicar infinitos interesses, objetivos e percepções. É o discurso dos jornais que vai nos ajudar a compreender os fatores que conduziram seus redatores a se aglutinarem em torno de ideias, crenças e valores que pretendiam difundir, consolidando o contorno de um campo intelectual e jornalístico próprios (LUCA, 2006).

Tal abordagem vai ao encontro da proposta de Charaudeau (2006, p.16), para quem o sentido social da informação midiática transita por várias áreas. A informação é para ele um fenômeno de troca, de partilha de saberes entre sujeitos, que se materializa em um processo de produção de discurso em uma dada situação comunicacional. A informação está no sistema de signos internos da língua e nos sistemas de valores ligados ao uso desses signos.

Ter o privilégio de estabelecer o contato com o rico acervo memorialístico *História do Jornalismo Mineiro* e, ao digitalizá-lo, poder contribuir para sua preservação, foi o impulso que faltava para começar a transcrever as entrevistas narrativas e a vislumbrar sua utilização como a primeira parte do *corpus* desta tese que agora apresentamos. É justamente a dupla configuração do nosso *corpus* de pesquisa que vai compor as motivações e justificativas que nos levaram a desenvolver este trabalho.

A primeira motivação está relacionada com a construção teórica. Na Análise de Discurso de Vertente Francesa (AD), na qual nos inscrevemos, mais precisamente na perspectiva da Semiologia de Patrick Charaudeau (1983), fica muito evidente que não há uma tentativa de síntese ou pacificação teórica. Assim como Morin¹¹, Charaudeau privilegia uma “epistemologia da complexidade”, que acreditamos ser muito apropriada para dar conta de toda a riqueza, a diversidade que compõem os processos comunicativos, neste trabalho representado pelas narrativas de vida e pelo discurso jornalístico.

¹¹ O termo complexidade, enquanto definição, surgiu na obra de Morin só a partir do final dos anos 60, advindo da cibernética, da teoria dos sistemas e do conceito de auto-organização. O pensamento complexo ou teoria da complexidade foi sistematizado por Edgar Morin em 1991, tendo em vistas “à construção de um conhecimento multidimensional, que privilegia o pensamento complexo do religar em detrimento do pensamento simplista, disjuntivo e reducionista”, portanto, o pensamento complexo se opõe ao pensamento simplificador, da racionalização, sendo que “o simples não passa de um momento, um aspecto entre várias complexidades (microfísica, macrofísica, biológica, psíquica, social)” (MORIN, 2007, p.37).

A segunda motivação se refere ao método de análise e nos parece ser um desdobramento da primeira. É justamente a concretude das narrativas e dos textos jornalísticos que fazem parte do nosso *corpus* que vão nos interrogar. Mas, ao mesmo tempo em que vamos nos atentar para as singularidades dos discursos presentes nos textos, também propomos, em nossa análise, enfatizar uma perspectiva histórica e social que as narrativas e os textos jornalísticos estabeleceram ao longo do tempo. Neste sentido, uma pergunta que subjaz à nossa tese é: como o estudo de outros regimes de historicidade¹², que se revelam a partir da reflexão sobre as práticas jornalísticas do passado, nos auxilia na compreensão de nosso contexto “presentista”, calcado no imediatismo caracterizado pelo “consumo” de informação? Em se tratando de práticas que estão atreladas à centralidade da mídia, essa reflexão, à medida que se torna exaustiva, faz-se cada vez mais necessária.

A discussão acerca de “um presente perpétuo”, instantâneo e imediato nos “amarra” ao que Hartog (2014) chama de “presentismo” que também governa os discursos e as práticas comunicacionais, entre elas as jornalísticas. Podemos dizer que o tempo midiático é uma conjunção de instantes efêmeros que projetam uma ilusão de novidade, mas que é descartada, trocada por outra no instante seguinte. Nas palavras de François Hartog (2014, p. 38), “vivemos em um presente consumado no imediatismo, quase estático ou interminável, senão eterno”.

As práticas e os discursos produzidos a partir da organização midiática enfocam, assim, processos que colocam em cena novos cenários que, sob o abrigo de transformações de ordem tecnológica, consolidam um tempo sem pausas, que não permite reflexões capazes de produzir interpretações aprofundadas e de longa duração, e que, por isso, acabam por repetir lógicas culturais, políticas e econômicas de momentos anteriores.

¹² O autor afirma que há dois modos de entender o que seria “regime de historicidade”: o primeiro modo mais restrito seria como determinada sociedade trata o seu passado e do seu passado, e no segundo modo, de forma mais ampla, como um nível de consciência própria de uma sociedade. (HARTOG, 2014, p. 28).

Hoje, reconhecemos que há um excesso de informação produzida para ser consumida de forma ágil, deixando uma sensação de que o presente está acabando, escorrendo das nossas mãos e escapando à compreensão. Tudo é da ordem do efêmero, uma percepção que é estimulada por um capitalismo acelerado e que torna obsoletos os produtos culturais quase instantaneamente. Nesse contexto, o de um tempo frenético, percebe-se também a compulsão pelo registro. Muitos recorrem à mídia e às técnicas audiovisuais na esperança de alcançar maior longevidade em um presente tão furtivo. O que melhor para ajudar a refletir sobre este contexto do que um arquivo memorialístico? Assim, no contexto atual, ao mesmo tempo em que nos voltamos neste trabalho para os discursos produzidos no passado, temos a expectativa de que esses possam nos ajudar a desnudar e detectar certas continuidades como os dramas do nosso contexto atual, no que diz respeito ao campo jornalístico.

A terceira motivação se refere mais propriamente à nossa identidade e subjetividade. Formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, desde 1995, e lecionando em cursos de Jornalismo desde 1999, a escolha deste *corpus* nos parece algo natural. Se por um lado, o objetivo é estar em sintonia com o desenvolvimento de pesquisas no campo científico e acadêmico, por outro, problematizar a construção discursiva jornalística é, sobretudo, uma escolha pessoal, amorosa. No nosso caso, a realidade da sociedade mineira e a familiaridade com o jornalismo, em seus mais variados suportes, certamente foram decisivas para a nossa escolha.

Em seu conhecido ensaio, *O Narrador*, Walter Benjamin (1985), evoca a “arte de narrar como tecida com os fios da existência”; relação pessoal que se estabelece entre o narrador e sua matéria prima, a experiência. Assim, como Benjamin (1985), compreendemos que toda narrativa produzida por um sujeito está enraizada na vida, no domínio da experiência, mesmo que isso cause um certo desconforto, uma nova realidade na qual passarão a coexistir um antigo e um novo sujeito pós a escrita da tese, um sujeito de múltiplas identidades, algumas inclusive antes desconhecidas.

Entre os vários dilemas que tivemos ao longo deste processo de escrita, um dos mais significativos para nós foi o constante questionamento se seria oportuno estudar a

prática e os discursos jornalísticos do passado, uma vez que eles estão distantes de espelhar a dinâmica da informação e a efervescência dos discursos da internet, das redes digitais. Constatamos que não devemos tentar compreender as mudanças que hoje assistimos no campo da Comunicação como algo exclusivamente da ordem do que é novo¹³, mas também enquanto um processo mais amplo que é de natureza social e histórica.

Como definiu Koselleck (1979), não há expectativa sem experiência, e não há experiência sem expectativa. É imprescindível descobrir a vinculação entre o antigo e o futuro em cada fenômeno, perceber o que muda e o que permanece, e quais as suas consequências. Na esteira desse autor, temos como perspectiva que só poderemos entender de maneira adequada as contínuas mudanças nas práticas jornalísticas atuais se soubermos qual é a fonte onde as estruturas históricas de longa duração se manifestam. Por isso, acreditamos que devemos buscar compreender como o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito na sua relação de si para com seus pares e a partir dos discursos que instauram suas práticas.

É nesse contexto sociohistórico e à luz da Análise do Discurso que a presente tese pretendeu identificar representações e imaginários sociodiscursivos evocados a partir da produção jornalística e das narrativas de vida de cinco jornalistas-intelectuais de Minas Gerais que atuaram nos primeiros anos do século passado na imprensa belo-horizontina. Acessando, por meio das narrativas de vida, a memória desses antigos protagonistas do jornalismo mineiro, a presente proposta identifica como a articulação entre esses dois tipos de discursos (narrativas e escrita jornalística) aponta para uma “rede de sociabilidades” que pode nos ajudar a compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual ligado ao jornalismo da sociedade belo-horizontina entre as décadas de 1930 e 1960.

Como trabalhamos em uma perspectiva interdisciplinar, que articula a Análise de Discurso, a Comunicação Social, a Sociologia e a História, no âmbito da estruturação, resolvemos dividir esta pesquisa em duas partes: a primeira trata de aspectos mais teóricos

¹³ Acreditamos ser preciso relativizar a novidade que as mídias mais recentes e a sociedade da informação nos impõem. Para nós, o novo deve ser entendido como transfiguração de alguma coisa mais permanente e mais estável.

de áreas das áreas da Ciência Sociais; a segunda parte apresenta a perspectiva mais discursiva deste trabalho.

No capítulo 1, Considerações iniciais, da parte I, *Contribuições para pensar o campo jornalístico*, contamos com a contribuição da Sociologia de Pierre Bourdieu (1990), em especial as definições de *habitus* e campo. Lançamos mão ainda do fecundo campo aberto pela sociologia dos intelectuais franceses e, seguindo essa perspectiva multifacetada, trabalhamos com o conceito de “redes de sociabilidade”, proposto por Sirinelli (2003). Tais redes constituem uma ferramenta que nos ajudou entender a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posições, intercessão entre o político e o cultural. O conceito ainda foi utilizado para a compreensão deste grupo de atuação engajada e de pensamento crítico, que exerceu forte influência em variados segmentos sociais da capital mineira nos anos demarcados pela nossa análise.

As análises que empreenderemos sobre esse grupo de narrativas e produção jornalística remetem ainda ao campo desenvolvido pela Comunicação Social, em especial pelo Jornalismo, aos métodos e técnicas de lidar com a realidade social, características dessa prática. Contamos com diversas contribuições como: as de Lage (1982), Marcondes Filho (1986), Charaudeau (2007), Emediato (2005, 2009, 2010, 2013, 2018) França (2012); Mouillaud & Porto (2002); Barbosa (2007) e Ribeiro & Goulart (2007).

Nesse sentido, propõe-se nesta tese, compreender a natureza da profissão jornalística, suas relações com a sociedade e com os meios de comunicação, bem como a identidade construída por estes profissionais. Para tanto, foram fundamentais os trabalhos de Maingueneau sobre o *ethos*, além dos desenvolvidos de Amossy sobre o tema (2005). Também é neste capítulo que propomos a metodologia para analisar tanto as narrativas quanto os textos dos jornais.

No capítulo 2 - *Memória e narrativa de vida como campo de estudo*, recorreremos a algumas noções de memória oriundas de várias áreas e que abordam a questão da memória em seus mais variados aspectos como os históricos, coletivos, discursivos, em que se destacam pesquisadores como Halbwachs (1959), Ricoeur (2007), Nora (1993), e Emediato (2018). Tratamos ainda da temática relativa à narrativa e à narrativa de vida,

representadas teoricamente pelos trabalhos de Machado (2012, 2015, 2016), Kaufmann (2004) e Ricoeur (1994).

Na parte II desta tese, intitulada - *A demarcação discursiva das narrativas e na produção intelectual dos jornalistas mineiros* - é que passamos a desenvolver, a partir do capítulo 3, os pressupostos da Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2012, 2015). Tratamos nesta fase dos sujeitos de linguagem tanto nas narrativas de vida, quanto na produção de textos jornalísticos e ainda dos modos de organização do discurso, conforme propõe Charaudeau (2016).

No capítulo 4, expomos os conceitos de representação social, a partir de Moscovici () estereótipos (Amossy, 2015) e de imaginários sociodiscursivos elabora por Charaudeau (2007). É também neste capítulo que começamos a aprofundar as análises as análises que projetam as representações e imaginários desprendidos do discurso das narrativas de vida e dos textos jornalísticos.

No capítulo 5, analisamos de maneira mais detalhada as narrativas de vida e a produção dos jornalistas-intelectuais que integram o *corpus* desta tese

PARTE I - CONTRIBUIÇÕES INTERDISCIPLINARES PARA PENSAR O CAMPO JORNALÍSTICO

CAPÍTULO 1 – ALGUNS HORIZONTES CONCEITUAIS

Neste capítulo, buscamos realizar reflexões que têm origem em lugares distintos, na Sociologia, História, nos Estudos de Comunicação e na Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Apresentamos os principais conceitos que alicerçam a tese, estabelecendo algumas conexões entre eles para expor mais amplamente o horizonte conceitual da pesquisa.

Começamos com a perspectiva de Pierre Bourdieu cujo marco teórico utilizado se enquadra na abordagem funcionalista da sociologia. Esta tradição associa o surgimento e a evolução das profissões na sociedade ao desempenho de funções macrossociais. Ao articular os conceitos de campo e *habitus* com outras áreas do saber, dentre elas a Linguística, Bourdieu estabelece diálogo frutífero e revelador com outras disciplinas. Com Dominique Maingueneau, estudaremos o *ethos* como a presença de um “caráter” e de uma “corporalidade”, e, ainda, de “uma maneira de ser que é também uma maneira de dizer” (2008a, p. 53).

1.1 Considerações sobre os conceitos de campo e *habitus*

O conceito de *campo* é consagrado pela Sociologia e foi criado por Pierre Bourdieu perpassando várias de suas obras. (1983; 1984; 1989; 1993; 1997; 2001; 2002, 2007). *Campos*, segundo ele, são espaços sociais que os sujeitos organizam a partir de relações de desigualdade, por dinâmicas e disputa entre os próprios sujeitos desse campo. Esses sujeitos atuam no sentido de criar estratégias para monopolizar um tipo específico de capital, que é sempre destinado a manter ou transformar a estrutura do campo.

Os *campos* têm leis próprias de funcionamento e espaços mais ou menos autônomos, mas sua lógica de funcionamento também passa pela posição que ocupam numa

grande estrutura de relações de dominação que estabelecem com os outros campos. (BOURDIEU, 1997; 2002).

Assim, é possível afirmar que Bourdieu defende a existência de certa autonomia do jornalismo, de modo que esse pode ser considerado um campo, isso é: “O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos”. (BOURDIEU, 1997, p. 55).

Em nossa proposta de análise do discurso jornalístico, não entendemos a linguagem fora dos sujeitos que a engendram e das condições de discurso que amparam esses sujeitos. Assim, na relativa autonomia que acreditamos ter o jornalismo perpassa a ideia de que a linguagem dos jornalistas se diferencia de outras linguagens a partir também da diferenciação dos seus agentes, das suas condições de uso, dos seus contratos e finalidades.

Ao longo de seus trabalhos, o autor utilizou a expressão “campo” para tratar sociologicamente de temas como a religião, a vida intelectual e a vida artística e outras esferas que pudessem ser identificadas como um “universo autônomo” em relação a outras instâncias sociais, bem como o jornalismo que foi especificamente analisado por ele em dois trabalhos: *Actes de La Recherche en sciences sociales* (1994, números 101 e 102) e no livro *Sobre a Televisão* (1997).

Assim como todos os *campos*, afirma Bourdieu, o do jornalismo só pode ser definido na relação com outros. Em sua avaliação, o jornalismo se constitui, no século XIX, com agentes disputando o capital simbólico desse *campo* em torno da oposição entre jornais que ofereciam notícias sensacionalistas e aqueles que apresentavam análises e opiniões, marcando uma distância em relação aos primeiros. Como ele explica, trata-se do lugar de duas lógicas e dois princípios de legitimação opostos: o reconhecimento pelos pares e aquele concedido pelo público, que era a maioria. Para o autor, o campo jornalístico, assim como todos os outros, é uma arena de disputa em torno de diversos capitais simbólicos.

No livro *A economia das trocas simbólicas* (2007), ele reflete melhor sobre o significado do termo *campo* dando como exemplo o processo de definição do campo da arte. Bourdieu revela que, em boa parte da Idade Média, a produção artística possuía fortes vinculações com a esfera religiosa, mas, com o tempo, com mudanças estruturais nos

sistemas de produção dos bens simbólicos, o campo artístico acabou tornando-se menos dependente e mais livre da influência eclesiástica. As obras de arte e os critérios de apreciação deixavam de estar submetidos à lógica da igreja católica e começavam a ser pensados a partir de seus produtores, os próprios artistas. À medida que o campo da arte conquistou seu espaço, foi também se estruturando internamente, criando seus próprios métodos, seus modos particulares de organização, enfim, foi estruturando também uma legitimidade propriamente artística (BOURDIEU, 2007).

A mesma lógica aplicada ao campo das artes, pode ser utilizada em vários outros *campos*, inclusive no jornalístico, cuja tradição dos estudos não é nova, mas que acaba sendo renovada pelos desafios ligados às transformações sociais, políticas, ideológicas, culturais e tecnológicas que estão presentes nessa prática social.

É nesse sentido que, em relação ao jornalismo, Bourdieu (1997) também ressalta que, em muitos aspectos, ele tornou-se bastante autônomo em relação a outros *campos*, tais como a política, a economia ou as ciências sociais. Diversos processos de especializações dos agentes internos ao *campo*, afastamentos em relação a outros agentes e constituição de poder simbólico frente à sociedade, foram promovendo delimitações das fronteiras da atividade jornalística, fazendo com que essa se tornasse uma espécie de “microcosmo”.

Outro conceito que tomamos de Bourdieu é o *habitus*. Ele faz questão de afirmar que se preocupa em analisar a gênese das práticas e, a partir daí, mostrar como elas se organizam tendo como base as estruturas sociais, que vão inserir-se na formação de diferentes sujeitos. A homogeneidade nas práticas de um determinado *campo*, se deve à “interiorização de uma mesma exterioridade”, nas palavras de Bourdieu (1989, p.75).

Para ele, é através das práticas observáveis e observadas empiricamente que se pode apreender todo o jogo simbólico e de poder, seja individual, seja intra ou intergrupos e classes sociais. Dito de outra maneira, Bourdieu propõe uma universalização da abordagem social por meio de um código comum que seria representado pelas ações e atividades humanas (práticas), empírica e experimentalmente observáveis e produzidas pelos agentes em seus diversos lugares e situações sociais.

“Se vinte agentes de um mesmo campo social adquirem uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, isto é o que chamamos “*habitus* afinados”. Trata-se

para Bourdieu de “uma orquestração sem maestro”, uma estrutura invisível que garantiria a unidade das classes. Em poucas palavras, enquanto produto da história, o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história. (BOURDIEU, 1989).

Dessa forma, o *habitus* é um conjunto de disposições estruturadas no agente ou sujeito segundo a maneira pela qual ele interiorizou as estruturas que o rodearam e que ele absorveu em um determinado processo de socialização. Essas disposições materializam-se e estruturam as categorias de percepção e apreciação do mundo, que por sua vez, orientam suas ações diante das realidades presentes em suas trajetórias de vida.

Assim, entendemos que o conceito de *habitus* revela-se profícuo para investigar a prática jornalística. Falar em *habitus* significa falar de categorias de percepção partilhadas pelos agentes desse campo, os sujeitos jornalistas. Essas são interiorizadas e, segundo Bourdieu, ligadas “à origem social, à formação (ou à não-formação)¹⁴” desses sujeitos.

Dentre os efeitos da interiorização da “estrutura invisível” está o princípio da seleção que os jornalistas operam na/sobre a realidade social. Em outros termos: só aparece nas páginas de jornais (no caso do jornalismo impresso) o que é visível para esses agentes sociais, o que implica “relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos” (BOURDIEU, 1997,p.67).

1.2 A historiografia francesa sobre os intelectuais

A forma como o jornalista vai determinar sua identidade nem sempre é consensual. Muitas vezes a imagem do que é ser jornalista passa por uma visão romântica e altruísta, relacionada a um espírito de que este teria uma “missão” perante a sociedade e pode chegar até um outro extremo, que reflete a concepção do jornalista como um sujeito “escravizado” pela visão empresarial, vítima de um sistema social preestabelecido.

Por muito anos, o exercício da prática jornalística no país ficou em uma posição intermediária entre as ocupações ligadas a cargos públicos e aqueles ligados às atividades

¹⁴ Bourdieu no livro *Sobre a Televisão* faz forte crítica à formação dos jornalistas, que ele considera intelectuais midiáticos.

artístico-literárias. A atividade, muitas vezes era entendida e representada como uma ocupação provisória, um lugar transitório, um trabalho extra, quer seja para aumentar e complementar a renda, ou usada como um trampolim para alcançar posições destacadas em outras esferas sociais.

Assim, o jornalismo constituía-se como um lugar de passagem, um espaço que possibilitava estabelecer uma série de relações que poderiam resultar em uma posição privilegiada, sendo estes jornalistas considerados “intelectuais”. Neste contexto, é a historiografia francesa sobre os intelectuais, instaurada a partir da “Nova História”, que nos dará pistas para pensar a prática profissional no Brasil.

A chamada “Nova História” surgiu da crítica à historiografia francesa do final do século XIX e tem como marco a criação da revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* (1929), liderada inicialmente pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch. As diretrizes da revista substituíam a história tradicional dos acontecimentos pela história-problema, pela história de todas as atividades humanas. (BURKE,1991).¹⁵

Vamos resumir as principais características definidas para este novo regime da historiografia em sua primeira fase, foram elas: a valorização da história de todas as atividades humanas e não apenas nas atividades ligadas à política; a substituição da história dos acontecimentos (fixos, rígidos no tempo) por uma história-problema. Dito de outra maneira, são essas características que irão conformar o afastamento de uma história de ordem do “acontecimento”, da investigação dos feitos dos homens excepcionais, dos heróis.

Na segunda fase da *Escola dos Annales* (1945-1968), alguns historiadores tenderam por uma história de longa duração, na qual estudavam a estrutura de conjuntura, particularmente da econômica. Mas foi o deslocamento da base economicista para a cultura que instaurou a terceira fase da *Escola dos Annales* (a partir de 1968), conforme Rémond (1996), a retomada e renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contrato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas.

¹⁵ Peter Burke (1991) adota a ideia de que a Escola dos Annales viveu três fases ou gerações distintas: A primeira, seria a geração Marc Block e Lucien Febvre, de 1920 a 1945; a segunda, tinha como maestro Fernand Braudel, de 1945 a 1968; a terceira vai de 1968 até a década de 1980, período em que se destacavam autores como Jacques Le Goff, Georges Duby e Philippe Ariès.

“A história política deve bastante às trocas com outras disciplinas: sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, linguística, matemática, informática e cartografia. [...] A linguística orientou a pesquisa para a análise do discurso, redobrou o interesse tradicional que os historiadores tinham pela leitura dos textos, que supõe-se, exprimem intenções ou, ao contrário, as traem e visam a dissimular os projetos ou discordâncias; também forneceu métodos de tratamento e interpretação. (RÉMOND, 1996, p.30-31)

O caso mais emblemático da preocupação francesa com a cultura intelectual, ainda no século passado, nos leva ao *Affaire Dreyfus* (1894-1906)¹⁶, tido como marco fundador de uma história dos intelectuais e da própria definição mais usual de intelectual, que articula ao termo a ideia de engajamento nas causas públicas, em defesa de valores como justiça e liberdade.

Para Zola, que publicou um compêndio das cartas e artigos que escreveu sobre o caso em um volume que intitulou de *J' Accuse!* (*Eu acuso*), a função do homem de cultura, do intelectual, é ser uma espécie de vigilante das instituições. Ele acreditava que era obrigação do intelectual tornar impossível de ignorar aquilo que é óbvio, mas que foi, eventualmente, descartado mediante os interesses imediatos de quem se mantém no poder.

[...]minha intenção não é falar do caso. Se as circunstâncias me permitirem estudá-lo e estabelecer uma opinião formal, não esqueço que um inquérito está aberto e que é de esperar que a justiça e a simples honestidade se imponham, desvencilhando-se dos abomináveis mexericos com que se obstrui um caso tão claro e simples (ZOLA, 2009, p. 29)

René Rémond (1996) trata dessa questão partindo de uma compreensão ampla de política. Assim, o engajamento dos intelectuais poderia ocorrer de várias maneiras como em mandatos parlamentares, militância, campanhas políticas e manifestos. O intelectual não

¹⁶ Alfred Dreyfus (1859-1935), capitão do exército francês, foi acusado de ser espião da Alemanha e condenado em 1894 à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. Em 1898, foram encontradas provas de sua inocência e da culpa do major francês Esterhazy. Um segundo julgamento manteve o resultado do primeiro, provocando a indignação do escritor Émile Zola (1840-1902), que expôs o escândalo ao público no jornal literário *L'Aurore* numa carta aberta ao então Presidente da República, Félix Faure, carta esta intitulada *J'accuse!*. Dreyfus foi inocentado em 1906.

se definiria por uma função ou estatuto, mas pelo ato de intervenção política a partir de valores partilhados com a sociedade “A filosofia do engajamento devia desembocar na ação e esta ação devia escolher seu campo”.

Um dos grandes questionamentos dos pesquisadores da história intelectual é como definir o grupo social que se pretende estudar. Segundo Sirinelli (2003), há duas definições iniciais que devem ser observadas para nortear a pesquisa. A primeira diz respeito a uma definição sociológica e cultural e seus mediadores como: jornalistas, escritores, professores universitários etc.; a segunda definição, trata de uma perspectiva política, ligada ao engajamento na vida da cidade ou da sociedade. Para Sirinelli, as duas concepções são complementares, visto que remetem à notoriedade do grupo dos intelectuais.

Acreditamos que o meio intelectual de Belo Horizonte, nas décadas iniciais do século XX, era constituído por em um espaço de sociabilidades no qual os intelectuais vinculavam-se uns aos outros, por uma série de laços como: as afinidades e os lugares, dentre eles, as redações dos grandes jornais impresso.

Como já mencionado, consideramos que os jornais em que trabalhavam e se encontravam constantemente os sujeitos que fazem parte da nossa pesquisa integram uma tessitura organizacional. “Todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p.246).

Neste aspecto, Sirinelli (2003) dialoga com a perspectiva de Bourdieu (2011). O microcosmo em que se constituem as redes de sociabilidades está dentro das ideias articuladas por Bourdieu para discutir o espaço social dos produtores culturais. Desse modo, o microcosmo¹⁷ insere-se dentro do espaço social, apresentando suas leis e estruturas próprias, o que contribuirá para a sua especificidade e a partir daí, a elaboração, discussão e difusão de ideias, além do desenvolvimento de relações afetivas, tais como: afinidade,

¹⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papirus, 2011. 11 ed. p.15.

lealdade, e, principalmente,¹⁸ a formação de identidade e pertencimento a um grupo. Assim, as redes de sociabilidade alimentam as atividades e comportamentos dos intelectuais que constituem um microcosmo particular. “A atração, a amizade e os afetos, assim como a hostilidade, a rivalidade e o rancor desempenham um papel importante no mundo intelectual” (BOURDIEU, 2011, p. 16)

Esses movimentos de encontros dos intelectuais são identificados pelo estudioso francês como um tipo de estrutura organizacional de sociabilidade que varia conforme épocas e grupos estudados. Desse modo, os espaços de sociabilidades intelectuais não são apenas ambientes físicos, são também, afetivos.

Novos contornos nos debates sobre os intelectuais surgem na França a partir de 1970. Nesse período, Michel Foucault sai em defesa de um modelo de “intelectual específico” ou “intelectual dissidente”. O autor rompe com a lógica do “intelectual total”, de formação mais generalista, capaz de opinar sobre tudo. Foucault denunciou, igualmente, a pretensão do discurso dos intelectuais a ter um caráter profético e universal, insistindo sobre a ideia de que a verdade não é estranha à noção do poder. Nesse processo, também pode ser observada a perda da autonomia dos intelectuais, representada, sobretudo, pelo filósofo existencialista Jean Paul Sartre. É a partir dos anos de 1970 que toma forma a versão do intelectual associada à hegemonia da grande mídia que propõe novas formas de intervenção do espaço público.

Outro autor que, na década de 1970, já alertava para essas mudanças foi Régis Debray. Em 1979, ele publica *O poder intelectual na França*. Na obra, o autor divide o cenário intelectual francês em três ciclos: o universitário (1880-1930), o editorial (1920-1960), considerado por ele como sendo o ciclo da “idade de ouro” da intelectualidade francesa, e o midiático (iniciado em 1968).

Apesar dessas primeiras reações, será somente a partir de 1980, que começam a proliferar na França publicações de intelectuais manifestando uma crescente preocupação sobre a crise dos intelectuais. O marco inicial desses debates é o editorial intitulado “*O que*

¹⁸ A palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de duas noções, que são a de redes, que estruturam, e a de microclima, que caracterizam um “microcosmo intelectual”.

podem os intelectuais?”, escrito pelo editor-chefe do *Le Débat*, o historiador Pierre Nora, que alerta para a falta de prestígio do grupo e propõe que se abandone o uso do termo naquele país.

Alguns eventos ajudam a explicar a crise dos intelectuais, entre eles: a morte em um curto espaço de tempo de grandes figuras (Sartre, Lacan, Barthes, Foucault, Althusser, Camus), bem como o declínio das ideologias ligadas à esquerda após o governo stalinista na União Soviética, agravado após a chegada dos socialistas ao poder da França em 1981. Soma-se ainda a alteração nos modos tradicionais de intervenção dos intelectuais (manifestos, passeatas, artigos etc.) e uma perda da legitimidade fundamentada em um saber superior e no engajamento político e ideológico.

O novo modo de intervenção no espaço público viria impor a necessidade de conquistar o grande público através da exposição das ideias e pensamentos de fácil apreensão nos meios de comunicação, em especial, na televisão. É esse novo cenário que produzirá uma mudança na relação entre “produtores” e “vulgarizadores” de pensamento em favor dos últimos, capazes de determinar o volume e a natureza das produções intelectuais.

Segundo Bourdieu (1997), os jornalistas estariam em uma posição intermediária (entre os produtores e os vulgarizadores) e, no contexto midiático, ocupariam posições nos dois campos. Assim, o autor não faz uma distinção entre intelectuais-jornalistas e outros. Os dois seriam integrantes de um mesmo estatuto híbrido e partilhariam de uma rede de convívios, onde se instaura uma lógica de consagração parasitária entre aqueles preocupados em estabelecer relações fundadas pela afinidade de hábitos ou por uma condescendência interessada. Ironicamente, Bourdieu afirma: “Nesse caso, haveria uma “circulação circular” dos bens culturais, restritos a esse pequeno número de produtores que se consagra, se autoriza e se celebra” (BOURDIEU, 1997, p.27).

No Brasil, como não existe uma definição tão rigorosa dos intelectuais, nos sentimos livres para utilizar o termo jornalista-intelectual ou intelectual-jornalista sem o risco de cair no tom depreciativo de algumas concepções francesas. O que não significa eliminar esse debate das nossas análises.

1.3 Em busca de um *éthos* jornalístico

As identidades sociais são tributárias dos discursos sobre si, bem como das posições que os sujeitos ocupam em determinado *campo* social, e é neste sentido que consideramos que há um ponto em comum entre as duas reflexões teóricas, a sociologia dos *campos* e a análise do discurso. As duas se aproximariam, pois todo *habitus* se inscreve na linguagem, isto é, como a classe social apareceria marcada na linguagem, mas não apenas nas “maneiras de falar” dos agentes, mas na prática discursiva como nos aponta Maingueneau (1993). O autor vai além da dicotomia discurso/instituição e defende a ideia de que a AD deve incorporar como objeto também as “comunidades” nas quais circulam os discursos.

Maingueneau faz uma crítica a um tipo de AD que coloca de lado essas comunidades, só aceitando pensar as determinações sócio-históricas quando essas se materializam na língua, por meio das formações discursivas. Entretanto, essa noção de formação discursiva não se mostra, para Maingueneau suficiente para designar as duas vertentes da discursividade, a saber, a comunidade e o discurso, que se encontram intrincadas. Sua hipótese é a de que essas duas ordens são ditadas pela mesma semântica, isto é, as leis que regem um discurso são também as que regem as práticas de uma comunidade discursiva.

A perspectiva de Maingueneau é importante, pois demonstra que o posicionamento de um enunciador dentro do campo ao qual pertence é fundamental para legitimar ou não seu dizer, ou se a instituição aparece submetida ao mesmo processo de estruturação do discurso.

Na mesma perspectiva de Maingueneau, Emediato (2005), ao fazer uma discussão sobre gêneros discursivos, afirma que toda manifestação linguageira tem uma intencionalidade comunitária.

“Os agentes da comunicação se apropriam conjuntamente da língua para enunciar suas posições correlativas de co-locutor, utilizando a linguagem para significar uma relação comum com o mundo em que vivem. Nessa perspectiva, a língua e, por consequência de seu uso, a linguagem, são

formadas pelos agentes na perspectiva de construir a enunciação comunitária que elabora e condiciona os gêneros discursivos”. (EMEDIATO, 2005, p. 300).

Gostaríamos de ressaltar que é justamente esse um dos pontos que as disciplinas Sociologia e Análise de Discurso se cruzam, ou seja, quando consideramos que o poder da palavra não é puramente externo (institucional) e nem puramente interno (linguajero). Nas palavras de Amossy (2013, p.136), “não se pode separar os *ethos* discursivos da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu)”.

1.3.1 *Éthos* discursivo

Quando tratamos da noção de *ethos*, é preciso ter clara a extensão de tal conceituação. É possível explorar desde a noção retórica de *ethos* até a Análise de Discurso, num caminho de muitas interpretações. Tangenciamos alguns percursos na intenção principal de focar na compreensão de um *ethos* discursivo, já que a investigação por meio de narrativas de vida possibilita o estabelecimento de imagens que o grupo pesquisado tem de si.

A retomada do conceito *éthos*, para além do *éthos* retórico deve ser creditada aos estudos do francês da AD, Dominique Maingueneau.

Maingueneau (1996; 1997; 2004a; 2004b; 2008a; 2008c; 2010; 2011; 2015a, 2016, entre outros), há mais de 30 anos, vem desenvolvendo trabalhos na qual considera a noção de *éthos*. Como pretendemos identificar quais os imaginários que subjazem a prática jornalística nas narrativas de vida e nos textos noticiosos, consideramos importante fazer esta discussão.

É na Retórica Antiga que encontramos a primeira noção de *ethos* que chega até os dias de hoje. Elaborado por Aristóteles, o conceito pode ser entendido como “a imagem de si” que o locutor constrói para exercer uma influência em seus alocutários.

“ Escrevendo sua Retórica, Aristóteles pretendia apresentar uma *technè* cujo objetivo não é examinar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipo de indivíduos. A prova pelo *ethos* consiste em

causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo” (MAINGUENEAU, 2008a,p.13)

Ainda segundo Maingueneau (2008a) não há nenhum caráter extra discursivo nesta construção aristotélica, uma vez que “persuade-se pelo caráter [= *ethos*]”, pois pessoas de “caráter” inspiram confiança a partir de seu próprio discurso.

Oswald Ducrot (1984) ao apresentar a versão da *Teoria Polifônica* também utilizou o termo, mas não aprofundou o conceito e nem elaborou elementos que pudessem deixar clara a sua utilização. Ele diferencia o locutor (L) do enunciador (E). O locutor é a origem do enunciado e o responsável ele. Em resumo, ele divide o locutor em “L” ficção discursiva , e em “λ” (lambda), ser no mundo, aquele de quem se fala. Nas palavras de Ducrot,

“ Não se trata de afirmações que o autor pode fazer a respeito de sua pessoa no conteúdo do seu discurso – afirmações que, ao contrário, correm o risco de chocar o auditório –, mas da aparência que lhe conferem a cadência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos... Em minha terminologia, direi que o *ethos* está associado a L, o locutor como tal: é na medida em que é fonte da enunciação que ele se vê revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável (DUCROT, 1984,p. 201).

De um ponto de vista discursivo, os trabalhos de Maingueneau (2008) revelam que o *ethos* pode ser compreendido como um fenômeno que ativa no destinatário uma representação controlada de si. Segundo Amossy (2013), este teórico desenvolveu a noção de *ethos* articulada à de cena de enunciação.

“Se cada tipo de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos livremente sua cenografia [...] É neste contexto que a noção de *ethos* adquire, para Maingueneau, toda sua importância. O autor a relaciona à noção de tom, que substitui com vantagens a voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala. Por sua vez, o tom se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um caráter e de uma corporalidade” (AMOSSY, 2013, p. 16)

Maingueneau (2011) afirma que mesmo os textos escritos têm uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador. O autor esclarece que ao se referir a “corpo” não está se referindo ao corpo do locutor fora do discurso, mas a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação.

“Esse ethos recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, o ethos implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar (MAINGUENEAU, 2011, p. 18)

Embora o *ethos* seja construído no momento da enunciação, é possível, segundo Maingueneau (2008a), que o destinatário construa o que ele nomeia de “*ethos* pré-discursivo”, que se manifesta em discursos para os quais o destinatário disponha de representações prévias do *ethos* do locutor. Em outras palavras, o *ethos* pré-discursivo corresponde à imagem que o público constrói do enunciador antes mesmo que ele fale – o que Amossy (2005) denomina de *ethos* prévio.

Assim, Maingueneau (2008a) propõe um esquema (que reproduzimos a seguir) em que o *ethos* resulta da interação de vários fatores: *ethos* pré-discursivo; *ethos* discursivo (mostrado), mas também de fragmentos textuais nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito). A distinção entre *ethos* dito e mostrado para o analista se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito”, sugerido, e o puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos* efetivo, construído pelo destinatário, resulta da interação das diversas instâncias.

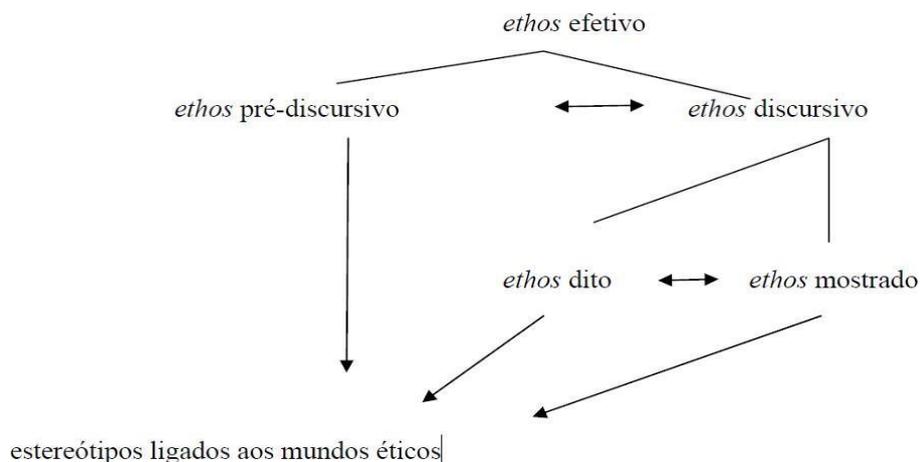


FIGURA 1- Esquema de Maingueneau (2008)

Entendemos que ao passar a adotar o *ethos* dito e o *ethos* mostrado além do discursivo e do pré-discursivo, o autor quer dar conta de duas ordens de imagens diferentes: as características que são “ditos” pelo locutor podem não ser os mesmos que são “mostrados” em seu discurso e, por isso, é preciso considerar os dois para a análise de um *ethos* discursivo que, juntamente com o pré-discursivo, resultará no *ethos efetivo*.

É comum que as noções de *ethos* e identidade se confundam. Acreditamos que isto se dê porque os dois *ethos* e identidade ajudam a identificar socialmente os grupos de indivíduos, como os jornalistas e são construídos mutuamente por meio de jogos em que se espelham relações de atribuições, de competências. Mas, é necessário destacar que o *ethos* não significa somente uma questão de pertencimento a um grupo. Trata-se de uma *imagem de si* construída no discurso que abarca a noção de estereótipo, segundo Amossy, ou seja: “A operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (AMOSSY, 2008, p. 125).

O estereótipo dará ancoragem social ao discurso do enunciador e permitirá uma maior adesão de sua audiência. No caso particular do discurso jornalístico, reconhecido por

meio de um contrato de comunicação¹⁹, a adesão a esse discurso ajudará na construção de representações de si mesmo e na formatação de crenças, tornando-se fundamental para o entendimento do *ethos discursivo*.

1.4 A identidade jornalística nos estudos da Comunicação

Grande parte das profissões são saturadas por imagens que as distinguem de outras, mas poucas talvez como o jornalismo. O poder destas imagens cria representações que, muitas vezes levam o jornalista a ser apresentado como um “contrapoder”, “o quarto poder”, “um comunicador desinteressado” e incapaz de se desviar de sua “missão de informar”, buscar a verdade a todo custo. Esta visão sobre o jornalismo pode ser, ainda hoje, considerada uma das mais antigas (pelo menos nos países ocidentais) sobre este campo, apesar de bastante desgastada.

Acreditamos que entre as teorias que ajudaram a pensar o jornalismo, a que nos oferece uma perspectiva mais ampliada de como as notícias se estruturam e ainda estabelece relações com nossa tese é a teoria construcionista, apoiada na perspectiva interacionista. De acordo com Blumer (1980), o interacionismo simbólico se tornou popular a partir de 1937. Três premissas alicerçam o conceito: a primeira é que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece; a segunda, que os significados destes elementos são resultantes da interação social mantida com as demais pessoas; e a terceira premissa diz que tais significados são manipulados por um processo interpretativo no sentido de modificá-los, cuja visão do homem é de um indivíduo empenhado na “interação social consigo mesmo por meio da auto confecção de indícios e da resposta aos mesmos” (BLUMER, 1980, p. 131). Assim, a partir desta perspectiva, o jornalismo é entendido como uma construção social que estaria determinada por enquadramentos narrativos complexos, que envolvem uma diversidade de valores socioculturais.

A partir de um quadro teórico interacionista, parte da literatura canônica (Lage,

¹⁹ O contrato de comunicação (Charaudeau, 2006) é um conceito-chave das condições e restrições que organizam as trocas sociais e simbólicas. Voltaremos a esse conceito na segunda parte desta tese.

1982; Marcondes Filho, 1986; Medina, 1988, Traquina, 2003) esclarece que o jornalismo nasceu a partir do momento em que foi necessário transmitir informações de forma legível e acessível a um grande público. Para isso, foi desenvolvido um conjunto de procedimentos técnicos utilizados para produzir as notícias e que são balizadas por princípios como o da objetividade²⁰ e da imparcialidade, alcançados a partir de rigorosos padrões técnico industriais. Assim, o jornalismo se converteu quase que em um sinônimo das práticas de reportagem, produção, edição e diagramação. O jornalista, por sua vez, seria o profissional envolvido nessas operações técnicas.

A natureza da atividade jornalística vai mobilizar desde o começo do século XIX, pesquisadores da área das Ciências Sociais. No Primeiro Congresso da Sociedade de Sociologia Alemã, realizado em 1910, Max Weber propõe um estudo empírico e “genuinamente científico” da imprensa. Ao longo da década, mais precisamente em 1918, durante a conferência “*A Política como Vocação*”, proferida para estudantes da Universidade de Munique, Weber (1982) menciona a necessidade de se criar uma “sociologia do jornalismo político moderno” e de incentivar a compreensão do papel da imprensa na sociedade. Segue um trecho da conferência:

[...] não é fácil expressar-se rápida e convincentemente sobre isto e aquilo, sobre todos os imagináveis problemas da vida - segundo as exigências do “mercado” - e fazê-lo sem se tornar absolutamente raso e, acima de tudo, sem perder a dignidade, desnudando-se, o que tem resultados impiedosos. Não é de espantar que existam muitos jornalistas que se tornaram fracassos humanos e homens indignos. É, antes, espantoso que, apesar de tudo isso, esta camada mesma inclua um número tão grande de homens de valor e realmente autênticos, um fato que as pessoas distantes da profissão dificilmente imaginam (WEBER, 1982, p.120).

²⁰ O conceito de objetividade surge nos anos de 1920-30, nos Estados Unidos. Embora tal conceito de objetividade seja visto ainda hoje como a negação da subjetividade, Michael Schudson (1978, p. 122) explica que o “ideal da objetividade não foi a expressão final da convicção nos fatos, mas a afirmação de um método concebido em um mundo no qual mesmo os fatos não eram merecedores da confiança devido ao surgimento de uma nova profissão, a de Relações Públicas, e da eficácia da propaganda verificada a partir da I Guerra Mundial.

Ao propor trabalho de pesquisa sobre a imprensa, Weber buscava ampliar seu projeto mais ambicioso: o de estudar a singularidade cultural do homem moderno no contexto da emergência do capitalismo, como o fez em seu estudo sobre música ou ainda, sobre religião.²¹

A imprensa moderna e, portanto, os jornalistas, surgem nesse contexto de racionalização produtiva. “Se consideramos a imprensa em termos sociológicos, o fundamental para toda discussão é o fato de que, hoje em dia, a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e privada que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição totalmente peculiar” (WEBER,2005, p.16).

Muito da perspectiva weberiana está presente na sociologia de Bourdieu (1996) . Assim como Weber (2005), Bourdieu (1996) afirma que o momento de institucionalização da imprensa, no começo do século XX, é um período em que a especialização de tarefas e a racionalidade revelam-se como componentes inevitáveis para o crescimento do capitalismo, no qual é gerada a disputa de forças entre os polos ideológico e econômico no *campo* do jornalismo. Essas duas polarizações estão intimamente ligadas à relação trabalho-capital. Assim, de um lado, temos a vertente econômica, na qual a imprensa passa a ser vista como uma empresa e a informação como uma mercadoria; do outro lado, estaria a perspectiva ideológica, a cultura profissional do jornalismo, com seus valores, tais como responsabilidade ética, compromisso social e credibilidade. O *ethos* jornalístico é assim muitas vezes associado a estes ideais éticos da profissão.

A constituição do *campo* jornalístico e, conseqüentemente, da identidade dos atores deste campo, com suas variadas nuances, implica até hoje em uma constante luta pela definição do que é jornalismo, de como se produzem as notícias. Segundo Nelson Traquina, foi a expansão comercial dos jornais que possibilitou a criação da carreira jornalística, bem como a necessidade de fornecer informação que permitiu a emergência de valores que continuam sendo identificados com o jornalismo, em suas palavras: “a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço público” (TRAQUINA, 2003, p.34).

²¹ Weber foi o primeiro autor a desenvolver um estudo ligado ao tema religião e economia. Cf. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 1905.

Traquina (2003) afirma que os sujeitos que operam em uma mesma profissão desenvolvem um *éthos* distinto e, ao mesmo tempo, o que reforça que:

“ser jornalista implica na partilha de um *éthos* que tem sido afirmado há mais de 150 anos e que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viola essa fronteira” (TRAQUINA, 2003, p. 67).

A imagem do jornalista como mediador neutro, distante (e superior) aos jogos de interesse da sociedade, estaria subjacente ao ideal de objetividade na profissão. Segundo Moretzsohn (2002), é a partir da objetividade que os jornalistas vão preservar suas práticas profissionais das pressões políticas e econômicas. Sob o discurso da objetividade, o jornalista aparenta o que não é (alguém que influencia os próprios acontecimentos) e assegura seu lugar como autoridade independente perante a sociedade.

Autores como Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2005) chegam a elaborar uma espécie de manual, no qual constam os elementos essenciais para o exercício da profissão e que jogam luz sobre o “espírito de missão” e de “valores éticos” do jornalista:

“ 1. A primeira obrigação do jornalismo é a verdade; 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos; 3. Sua essência é a disciplina da verificação; 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam; 5. O jornalista deve servir como um vigilante independente do poder; 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso; 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno; 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2005, p.22).

Historicamente, é nos Estados Unidos que prevalece a dimensão comercial da imprensa e onde os jornalistas vão desempenhar um papel de grande relevância na chamada Era Progressista²² – período que compreende o final do século XIX e o início do XX,

²² ERA PROGRESSISTA: 1900-1920. Cento e vinte cinco anos depois de sua formação e três décadas depois de uma guerra civil que dividiu a nação em duas, os Estados Unidos entrariam no século XX como o maior poder econômico no mundo. Viu diversas campanhas defenderem o argumento de que só um Estado atuante socialmente consciente podia garantir medidas de justiça social e manter a ordem num país em franca mudança. Porém, o impulso progressista era cheio de contradições que ficariam evidentes durante a Primeira Guerra

marcada pela reforma das instituições políticas norte-americanas. Mas será a partir dos anos de 1950, graças aos esforços da Comissão para a Liberdade de Imprensa, que será instituída naquele país a Teoria da Responsabilidade Social no Jornalismo.²³

Segundo Lima (2009), a Teoria da Responsabilidade Social é pensada a partir da criação, em 1942, da Comissão Hutchin. É essa comissão a responsável por articular uma resposta a uma onda crescente de críticas à imprensa, cujo modelos tradicionais americanos de liberdade não se coadunariam com a nova realidade dos *media*. Isto é, seria necessária a contrapartida de uma responsabilidade específica, uma responsabilidade que não se impusesse como um entrave à liberdade, mas pelo contrário, representasse a verdadeira figura da liberdade positiva. Em resumo, trata-se do reconhecimento de que o jornalismo deveria permanecer uma atividade livre, mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que presta um serviço público.

Era, então, objetivo da comissão definir quais as funções da mídia na sociedade moderna. Na verdade, diante da crescente oligopolização do setor e da formação das redes de radiodifusão (*networks*), se tornara impossível sustentar a doutrina liberal clássica de um mercado de ideias onde a liberdade de expressão era exercida em igualdade de condições pelos cidadãos.

“Centrada no pluralismo de ideias e no profissionalismo dos jornalistas, acreditava-se que ela seria capaz de legitimar o sistema de mercado e sustentar o argumento de que a liberdade de imprensa das empresas de mídia é uma extensão da liberdade de expressão individual.” (LIMA, 2009)

Nos anos pós Segunda Grande Guerra, a responsabilidade social se constituiu como um modelo a ser aplicado às empresas em geral e às empresas jornalísticas

Mundial, quando o novo Estado intervencionista viria usar seus poderes para violentamente arrasar seus críticos mais radicais.

²³ Henry Luce (cofundador da revista ‘TIME’) encomenda ao chanceler da Universidade de Chicago, Robert Hutchins, um diagnóstico do estado da liberdade de imprensa americana. Em 27 de março de 1947, era publicado nos Estados Unidos o primeiro volume que resultou do trabalho da *Hutchins Commission – A free and responsible press* (Uma imprensa livre e responsável). A Comissão, presidida pelo então reitor da Universidade de Chicago, Robert M. Hutchins, e formada por 13 personalidades dos mundos empresarial e acadêmico, foi uma iniciativa dos próprios empresários e foi por eles financiada.

A responsabilidade social tem sua origem associada à filosofia utilitarista que surge na Inglaterra e nos Estados Unidos no século 19, de certa forma derivada das ideias de Jeremy Bentham (1784-1832) e John Stuart Mill (1806-1873).

estadunidenses, em particular, e começou a ser introduzido através de códigos de autregulação estabelecidos para o comportamento de jornalistas e de setores como rádio e televisão. O modelo está, portanto, historicamente vinculado aos interesses dos grandes grupos de mídia.

A responsabilidade social se baseia na crença individualista de que qualquerum que goze de liberdade tem certas obrigações para com a sociedade, daí seu caráter normativo. Na sua aplicação à mídia, é uma evolução de outra teoria da imprensa – a teoria libertária – que não tinha como referência a garantia de um fluxo de informação em nome do interesse público.

A teoria da responsabilidade social, ao contrário, aceita que a mídia deve servir ao sistema econômico e buscar a obtenção do lucro, mas subordina essas funções à promoção do processo democrático e a informação do público (‘o público tem o direito de saber’).

De acordo com Lima (2009), para responder às críticas que a imprensa recebia, a Comissão Hutchins resumiu as exigências que os meios de comunicação teriam de cumprir em cinco pontos principais:

“1. propiciar relatos fiéis e exatos, separando notícias (reportagens objetivas) das opiniões (que deveriam ser restritas às páginas de opinião); 2. servir como fórum para intercâmbio de comentários e críticas, dando espaço para que pontos de vista contrários sejam publicados; 3. retratar a imagem dos vários grupos com exatidão, registrando uma imagem representativa da sociedade, sem perpetuar os estereótipos; 4. apresentar e clarificar os objetivos e valores da sociedade, assumindo um papel educativo; e, por fim, 5. distribuir amplamente o maior número de informações possíveis. (LIMA, 2009).

Esses cinco pontos se tornariam a origem dos critérios profissionais do chamado ‘bom jornalismo’, que são: objetividade, exatidão, isenção, diversidade de opiniões, interesse público, adotado nos Estados Unidos e que constam nos Manuais de Redação de boa parte dos jornais brasileiros.

É importante evidenciar que o Brasil adota uma tradição jornalística semelhante à dos Estados Unidos, ao colocar em prática um jornalismo essencialmente “informativo” e “objetivo”, a partir dos anos de 1970, diferentemente da maioria dos países europeus, que adotaram um modelo mais interpretativo. Por isso, em países europeus, com forte tradição

de uma imprensa partidária, a Teoria da Responsabilidade Social enfrentou sérias dificuldades, fazendo com que alguns países precisassem adotar a implantação de políticas públicas que regulassem o mercado e estimulassem a concorrência.

1.4.1 Uma região de fronteiras tênues

Um outro aspecto que consideramos importante para refletir sobre a identidade jornalística, no período em que atuaram sujeitos de nossa tese (1930-1960), é a intensa e profícua relação entre os campos jornalístico e literário, bem como as consequências desta articulação nos escritos destes jornalistas e intelectuais.

É somente após a década de 1920 que a distinção entre o jornalista e o escritor começa a se consolidar no Brasil. É preciso lembrar que o período em que se praticou o reconhecido *jornalismo literário* foi um dos mais longos da nossa imprensa e durou cerca de 70 anos. Mesmo após o uso de práticas “modernas” de reportagem, o estilo literário de redação noticiosa prevaleceu no país durante certo período.

Assim, o ato de embaralhar as fronteiras entre jornalismo e literatura torna-se bastante profundo no Brasil. Segundo Cremilda Medina (1982), o escritor vai utilizar o jornalismo como uma “profissão suplementar”, uma forma conveniente de obter algum rendimento e reconhecimento junto ao público. Além disso, “trabalhar na redação e pegar uma pena para escrever vai se constituir, para o escritor, num prolongamento do estúdio, do gabinete doméstico da inspiração literária”. (MEDINA, 1982, p. 130)

É de conhecimento público que grandes escritores, como José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac e Graciliano Ramos, fizeram, durante anos, parte das redações de grandes jornais brasileiro. Entretanto, o jornalismo que faziam estava muito mais próximo da crônica e dos editoriais de hoje. Baseado no modelo francês, o jornalismo do fim do século XVIII e início do XIX, privilegiava a análise e o comentário, e não a informação. Na história do jornalismo, só o início do século 20, abriu espaço para a

reportagem e a entrevista, até então raramente usada, ajudando a consolidar o chamado jornalismo moderno no Brasil²⁴.

Segundo Costa (2005), a separação entre o jornalista e o escritor se faz pelo processo de profissionalização e delimitação do território jornalístico e pela criação de um estilo de redação autêntico e autônomo, que possibilitaria a distinção entre jornalismo e prática literária.

Com a crescente industrialização, a partir dos anos 1920 o papel do escritor nos jornais já não seria o de uma estrela, como nos tempos de Olavo Bilac e Coelho Neto. Ao homem de letras seria exigido que — em vez de produzir contos ou poemas — escrevesse reportagens, fizesse entrevistas, corrigisse o texto dos repórteres, editasse páginas, chefiasse redações. E foi como jornalistas braçais que escritores como Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade levaram para a imprensa os preceitos de uma literatura moderna, muito antes que *lides*, *sublides* e pirâmides invertidas fossem copiados do jornalismo americano (COSTA, 2005, p.79).

Um impacto semelhante ao provocado pela Semana de 22, separando a literatura parnasiana da moderna, seria repetido na imprensa nos anos 1950, com a introdução do *lide*²⁵. A partir da importação do novo modelo, promovida por jornalistas brasileiros que passaram temporadas nos EUA, como Danton Jobim, Samuel Wainer e Alberto Dines, a técnica jornalística e a arte literária começariam a se afastar definitivamente.

²⁴ Entre 1840 e 1910, as técnicas de impressão viveram um aperfeiçoamento sem precedentes em todo o mundo, permitindo uma diagramação mais sofisticada, a multiplicação de oficinas de fotografia e galvanoplastia e a substituição da litografia pela fotomecânica. A importação pelo jornal *Estado S. Paulo* dos novos prelos, como os Koenig, em 1911, e, em 1913, dos possantes Werk-Augsburgo possibilitou a impressão de milhares de exemplares por hora. Dava-se início à era das grandes tiragens e ao jornalismo industrial.

²⁵ Foi o trabalho dos correspondentes americanos no exterior, a partir da criação do telégrafo, em 1840, e de seu uso pelas agências *Associated Press Reuters*, entre 1848 e 1851, que firmou as bases do novo modelo de jornalismo: a pirâmide invertida, a sumarização, a normatização do texto, a desvinculação do repórter do redator, com a nítida separação entre notícia e opinião. Assim, o *lide* clássico foi introduzido no Brasil através das agências de notícias americanas, que o criaram nos EUA para resolver um problema prático. As agências precisaram criar a fórmula da pirâmide invertida para que cada jornal pudesse fazer os cortes necessários nos textos e adaptá-los a suas necessidades sem perderem as informações fundamentais. Daí a colocação dos dados (o que, quem, quando, onde, como e o porquê) em ordem decrescente de importância. O corte poderia ser feito “pelo pé”, numa operação rápida, sem perda de substância informativa. Daí, generalizou-se na imprensa americana, como maneira mais simples de dar a cada leitor a mesma opção que as agências davam aos jornais: interromper a leitura em qualquer ponto do texto de acordo com seu interesse pelo assunto, tendo recebido as informações fundamentais desde que lido o primeiro parágrafo.

No entanto, até hoje essas fronteiras ainda não foram inteiramente definidas. Mesmo sob o domínio do discurso técnico empresarial, a profissão de jornalista se apropria bastante do discurso humanista da literatura e se legitima, muitas vezes, por uma formação profissional apoiada no talento individual do escritor.

1.4.2 A profissionalização do jornalismo no Brasil

No Brasil, a profissionalização da atividade jornalística vai se construir ainda na Era Vargas (1930-1945). É nesta época que começa a se delinear um estatuto profissional, muito significativo e de interesse para aquele período político que preconizava o avanço de instituições classistas e um Estado forte, que além dos trabalhares das classes menos favorecidas, queria dominar por completo as instituições

Pode-se perceber que a posição adotada por Getúlio Vargas sobre a imprensa é bastante contraditória. Se por um lado, sob a égide da ditadura do Estado Novo (1937-1945), o governo por ele chefiado vai controlar de forma implacável a produção jornalística, seja por meio da censura direta aos jornais, seja pelo cerceamento indireto (criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP)²⁶, por outro lado, será este mesmo governo quem vai reconhecer a profissão jornalística, concedendo aos profissionais da imprensa um estatuto que previa uma série de benefícios: descontos nas passagens de trem, barco e avião, possibilidade de dupla jornada etc.

Um outro aspecto que nos chama a atenção e nos parece relevante para a nossa tese é o fato de que, durante o Estado Novo, o jornalista - intelectual acabará por responder à chamada do regime que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional. Reedita-se, portanto, uma ideia já enraizada historicamente no campo intelectual,

²⁶ As origens dessa instituição remontam a um período anterior ao Estado Novo . Em 1934 Vargas já defendera a necessidade do governo associar o rádio, cinema e esportes em um sistema articulado de " educação mental, moral e higiênica". Criado pelo decreto o DIP e o Tribunal presidencial de dezembro de 1939, o DIP, sob a direção de Lourival Fontes , viria materializar toda a prática propagandista do governo . A entidade abarcava os seguintes setores: divulgação, radiodifusão, teatro, cinema , turismo e imprensa . Estava incumbida de coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa ; fazer censura ao teatro, cinema , funções esportivas e recreativas; / organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências e dirigir e organizar o programa de governo.

assim o trabalho do jornalista agora engajado nos domínios do Estado deve traduzir as mudanças ocorridas no plano político.

O trabalho dos jornalistas que pertenciam também ao campo da literatura, durante o Estado Novo, vai reforçar um dos postulados doutrinários mais enfatizados pela Era Vargas: o da união entre o homem de pensamento e o homem de ação, entre a literatura o jornalismo e a política, enfim, entre os intelectuais e o Estado.

O processo de profissionalização do jornalista, contudo, só estará completo com a criação de modalidades de acesso à profissão, o que vai acontecer apenas em 1969, ano da promulgação, por uma junta militar, do Decreto Lei 972/69.²⁷

Com o decreto-lei, o governo militar busca controlar a atividade jornalística concedendo aos profissionais da imprensa um estatuto extremamente favorável, assim, foi somente após a Lei de Imprensa que os jornalistas brasileiros vão ter um verdadeiro estatuto profissional.

Assim, o Brasil será um dos poucos países do mundo onde o acesso profissional será controlado pela detenção do diploma universitário do jornalismo²⁸. A necessidade do diploma foi uma exigência para o exercício da profissão no Brasil até 30 de abril de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal derrubou a obrigatoriedade.

A Lei de Imprensa vai permitir ao jornalista incorporar uma infinidade de funções, ao mesmo tempo em que vai restringir o mercado de trabalho aos ‘jornalistas formados’. Assim, o artigo 2º do decreto 972/69 vai dar ao profissional de imprensa o monopólio de várias atividades, compreendendo os gêneros jornalísticos informativos (entrevista, reportagem etc.); opinativos (comentário e crônica); as atividades de edição

²⁷ Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

²⁸ Segundo Kunczik (1997), na Alemanha, o acesso à profissão é livre e, consequência da aversão social frente ao controle estatal exercido sobre o jornalismo durante o regime nazista. A ideia é permitir a multiplicidade de opiniões, ao mesmo tempo que permite aos sindicatos manterem o seu marco regulatório. Situação semelhante acontece na França. A lei de 1935 delega a uma comissão paritária – composta por representantes dos sindicatos trabalhistas e patronais – o direito de conceder o *status* de jornalista por meio de uma ‘*cartre professionnel*’. O argumento é que o jornalista não seria um simples trabalhador assalariado e exigiria uma formação que misturaria técnica e conhecimento gerais, o que não se encontra em um só diploma. Da mesma forma, em países como a Bélgica (Comissão Paritária de Escritores e Jornalistas), Dinamarca (Federação da Imprensa), Itália (*Ordini di Giornalisti*) e Luxemburgo (Federação da Imprensa), o acesso profissional é controlado por sindicatos ou associações. O México constitui-se num caso extremo, onde o acesso à profissão se faz sem nenhuma regulamentação legal.

(ilustração, distribuição gráfica etc.) e o magistério (ensino técnico de jornalismo. A mesma fluidez é empregada no artigo 3o que define uma empresa jornalística como aquela encarregada pela “distribuição do noticiário”. Isso incluiria, além do meio impresso e audiovisual, as agências e, mais tarde, os suportes de jornalismo digital. Portanto, no Brasil, o profissional será definido pelo porte do diploma e não pelo trabalho que desempenha numa redação.

1.5. Imprensa mineira no início do século XX

Marialva Barbosa (2007), pesquisadora da história do jornalismo e autora de obras como “História Cultural da Imprensa – Brasil 1900-2000”, afirma que a imprensa no país se consolida tendo como base especialmente os jornais do Rio de Janeiro. Para a historiadora, o que era feito na imprensa da capital carioca refletia um grande contraste com o que acontecia em Minas, sobretudo na região da Zona da Mata²⁹. Enquanto em Minas, o jornalismo se nutria das questões essencialmente políticas, na imprensa carioca da década de 1910, do século passado, já era possível se observar o uso de informação sensacionalista “os jornais passam a exibir manchetes, em páginas em que se editam, em profusão, ilustrações e fotografias, os horrores cotidianos” (BARBOSA, 2007). Além disso, segundo a autora, a imprensa mineira era local e com baixa tiragem.

Segundo as classificações propostas por Sodré (1999), referentes às fases da imprensa no Brasil, é possível concluir que Minas Gerais ficou para trás não só em relação ao surgimento dos primeiros jornais no país, mas em todas as fases da imprensa brasileira no século XIX.

Vejamos o quadro a seguir:

QUADRO 1 - Fases da Imprensa no Brasil (SODRÉ, 1999)

Fases da Imprensa	Período	Características
-------------------	---------	-----------------

²⁹ Cf. Sodré (1999) - De 1987 a 1940, foi a Zona da Mata a região com o maior número de publicações. Somente em 1920, 82 jornais circulavam pela região

Imprensa colonial	1808-1822	Ligação com o poder. Surgiram jornais nacionalistas nos dois últimos anos.
Imprensa Publicista	1822-1840	Ligação com o poder. Surgiram jornais nacionalistas nos dois últimos anos
Imprensa Informativa e Literária	1840-1889	O publicismo perde importância e os jornais informativos e literários ganham destaque.
Grande Imprensa	A partir de 1889	Os jornais tornam-se grandes empresas

QUADRO 2 – As quatro fases da imprensa mineira (SODRÉ, 1999)

Fases da Imprensa Mineira	Período	Características	Principal cidade
Imprensa Colonial	1808-1822	Minas Gerais não viveu essa fase	-
Imprensa Publicista	1823-1885	Interiorização da imprensa e fortalecimento do publicismo.	Ouro Preto
Literária	1885-1927	Surgimento de uma imprensa informativa consistente. Na década de 1880, destaca-se o publicismo republicano	Juiz de Fora
Grande Imprensa	A partir de 1927	Surgimento, em Belo Horizonte, do Diário da Manhã, considerada a primeira grande empresa jornalística do estado.	Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, os primeiros jornais da capital que nascia eram muito modestos e, em geral, tinham uma pequena duração. De acordo com Castro (1995), Joaquim Nabuco Linhares, ao analisar as primeiras publicações jornalísticas mineiras, afirmava que “estas eram espécies de “folhas ao vento”, feitas sem nenhum investimento financeiro e quase sempre sem nenhuma perspectiva de remuneração econômica”. Ainda de acordo com

Castro (1995), as primeiras publicações buscavam agregar, ligar as pessoas dispersas na nova capital do Estado e ainda apresentar à população belo-horizontina as aspirações dos grupos que formavam a imprensa que engatinhava. Esta primeira fase da imprensa belo-horizontina, segundo Castro (1995), durou até 1926.

Um exemplar do tipo de publicação descrito por Castro (1995) era o jornal Diário de Minas. O jornal do Partido Republicano mineiro era pobre e mal equipado, não passava de um boletim, mas chegou a ter como redatores os escritores Afonso Arinos de Melo Franco, Cyro dos Anjos, Emílio Moura, João Alphonsus e Carlos Drummond de Andrade.

Um espírito criativo e de improvisação também marcava a atividade jornalística daquela época, como revela o depoimento próprio Drummond de Andrade:

“A imprensa em Belo Horizonte, nas décadas de 20 e 30, era pelo menos alegre. Se lhe faltavam recursos técnicos (...), sobrava-lhe, em compensação, uma faculdade inapreciável, posta a funcionar sempre que escasseavam as notícias locais – e notícias locais sempre teimavam em não acontecer. Então, inventava-se. A história da onça na Lagoinha, a moça-fantasma... Mentiras? Não. Era a estilização da realidade, onde tantas vezes conviviam o concreto e o imaginário, que passa a assumir perfeita credibilidade, e como tal é aceito. (DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Estado de Minas, 8 mar.1977. p.1).

Mesmo em um mercado pouco profissionalizado, a prática jornalística em Belo Horizonte permitiu experiências importantes e um considerável número de periódicos, a partir dos anos de 1920, conforme destacamos no quadro a seguir:

QUADRO 3 - Periódicos que surgiram em Belo Horizonte entre os anos de 1920 e 1930

JORNAL	DATA	CARACTERÍSTICA

<i>Diário de Minas</i>	1920	Sua política editorial incorporava questões próprias aos grupos políticos dominantes, inclusive a nível nacional e, a partir de agosto de 1926, passou a se identificar como o jornal oficial do Partido Republicano Mineiro (PRM).
<i>Estado de Minas</i>	1928	Fundado em 1928 por empresários articulados em torno do jornalismo como forma de empreendimento capitalista, foi adquirido em 1929 por Assis Chateaubriand. A publicação declarava abertamente sua oposição ao PRM, buscando interlocução mais ampla com diversos assuntos políticos, sociais e culturais que afetavam a capital e o estado. Assim, esse jornal tornou-se rapidamente uma referência entre grupos liberais da capital insatisfeitos com as ações dos partidos republicanos dos principais estados da federação, tornando-se ponto de apoio aos movimentos políticos da década de 1930.
<i>Jornal da Noite</i>	1929	Vespertino ligado ao grupo do <i>Correio Mineiro</i> que foi fundado para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.
<i>Diário da Tarde</i>	1931	Vespertino pertencente ao Grupo <i>Diários Associados</i> , que deixou de circular em julho de 2008.
<i>Diário do Comércio</i>	1932	Surge com o nome de <i>Informador Comercial</i> . O jornal ainda existe.
<i>A Tribuna</i>	1933	Vai substituir o <i>Diário de Minas</i> na oposição ao governador Arthur Bernardes, ex-presidente e líder do Partido Republicano. A Tribuna publicava páginas literárias chegou a abrigar o núcleo modernista de escritores mineiro.
<i>O Diário</i>	1935	Em 1935, é criado <i>O Diário</i> , de propriedade da Cúria Metropolitana.

Segundo Castro (1995), a partir dos anos 1930, começa-se a sedimentar uma imprensa mais moderna: jornais mais permanentes de melhor qualidade e grafismo, com o uso de equipamentos próprios mais avançados e, especialmente, mais autônomos frente às mudanças conjunturais nos polos de poder . “Além disso, são evidentes as transformações na forma jornalística, em termos da linguagem , das rubricas técnicas e do projeto gráfico , bem como na distinção o cada a vez mais clara a entre e a direção do jornal - propriedade e administração o comercial/financeira - e a redação. (CASTRO, 1995, p. 32).

Entretanto, jornalismo e literatura se confundiam nos textos dos jornais e ainda não se questionava sobre a especificidade de cada um desses campos, o que vai ocorrer em Belo Horizonte apenas nos anos 50 .

1.7 Propondo uma metodologia e apresentando o *corpus* – parte 1

Neste tópico, vamos apresentar nosso corpus que se divide entre as narrativas de vida dos jornalista-intelectuais e uma pequena parte da produção jornalística que estes sujeitos desenvolveram ente os anos de 1930 e 1960 em Belo Horizonte.

1.7.1. Que sujeitos devem ser analisados como representativos do grupo que estamos chamando de jornalistas-intelectuais?

É consenso entre os pesquisadores dos Estudos de Linguagem que há várias maneiras de analisar o discurso, pois são múltiplas as problemáticas que ele suscita. A classificação utilizada por Charaudeau (1999) busca definir essas problemáticas do estudo do discurso a partir de três parâmetros, pois segundo o autor, “o objeto de estudo de cada uma das problemáticas constrói o tipo de sujeito do discurso que ela concebe, e o tipo de *corpus* que ela organiza.” (CHARAUDEAU, 1999, p.32)

As três grandes problemáticas apontadas por ele, não são necessariamente correspondentes às teorias que lhes são associadas, pois muitas dessas teorias podem servir a mais de uma problemática. Ele aponta:

- a) – uma problemática cognitiva e categorizante;
- b) – uma problemática comunicativa e descritiva;
- c) – uma problemática representacional e interpretativa.

QUADRO 4 – Problemáticas suscitadas pelos estudos do discurso

	COGNITIVA	COMUNICATIVA	REPRESENTACIONAL
OBJETO	- mecanismos - categorias	- empírico -situação de comunicação	- representações sociodiscursivas -interpretativa
SUJEITO	-cognitivo - operador de articulações discursivas	-identidades - intersubjetividade - texto situação	- ativo/passivo - isso ideologia - isso doxa
CORPUS	-aleatório - contexto linguístico	- texto-situação - comparação	- transversal -texto-arquivo -signo-sintoma

Fonte: Charaudeau, 1999, p.42

É nessa última problemática, na representacional e interpretativa, que nosso trabalho se insere. O que nos chama atenção na metodologia proposta por Charaudeau (1999, p. 36) é que os discursos construídos revelam um sistema de valores que os sujeitos utilizam para valorar a realidade. Nas palavras do autor: “o objeto de estudo dessa problemática é definido através de hipóteses sobre a existência de representações discursivas dominantes e um dado momento de uma sociedade (elas seriam, pois, sócio-históricas)”.

Assim, as representações são interpretativas, uma vez que é preciso possuir de antemão uma perspectiva sobre quais são os posicionamentos, bem como a relação destes com as práticas discursivas e com os tipos de sujeitos que as partilham.

Com relação ao sujeito, nessa perspectiva, ele é atravessado por discursos dos quais ele se apropria (muitas vezes de maneira inconsciente), que vão moldar seu

posicionamento social. Já com relação ao *corpus*, ele é constituído por um conjunto e signos-sintomas e que representam sistemas de valores.

A partir de um olhar inicial sobre o *corpus*, tínhamos em mente que deveriam ser jornalistas cuja prática, e, sobretudo, reputação, estivesse também associada à imagem do intelectual. Como visto no tópico anterior, há um vasto repertório de convenções, algumas, inclusive, organizadas sob a forma de teorias e leis, capazes de definir o que é um jornalista ou o que faz um jornalista, mesmo com algum grau de problematização trazido, sobretudo, a partir da incorporação de novas tecnologias ao campo jornalístico.

A nossa maior dificuldade foi, então, definir o que chamamos de intelectual, sem correr o risco de cair, inconscientemente, numa abordagem de tipos-ideais.

Antes de apresentarmos nossos critérios de seleção e o *corpus* pesquisado, convém fazermos algumas observações. Nosso objetivo não foi o de fazer uma lista valorativa da trajetória e produção cultural destes sujeitos. Nosso interesse nesta pesquisa é o de, a partir de uma análise discursiva, compreender quais representações e imaginários emergem das narrativas de vida e de parte da produção intelectual destes sujeitos sobre prática profissional jornalística.

Gostaria de ressaltar que, neste mesmo sentido, construímos nossos critérios de seleção, sem fazer uma descrição detalhada e exaustiva do pequeno grupo selecionado. Acreditamos que em um trabalho desta natureza, é necessário que o *corpus* nos interpele e, a partir da análise, produza teorizações. Utilizamos, para isso, os conceitos trabalhados no capítulo I. A partir daí nos propusemos a trabalhar com uma definição do intelectual fundamentada nas instâncias que descrevemos a seguir:

D) Reconhecimento social e entre os pares

Bourdieu (1997) reforça a ideia de que para fundamentar o critério de notoriedade, o intelectual precisa de uma produção de peso, historicamente, definida a partir da publicação de algum registro cultural. Para o autor, apenas o registro de livros, tratados, obras com ampla consistência teórica ou com valor literário valeriam como um registro histórico-cultural. Concordamos que o livro continua sendo um canal quase que obrigatório

de consagração intelectual, mas não apenas ele abre ao jornalista a possibilidade de produzir algo mais duradouro e legítimo.

Tânia de Lucca (2006), aponta a importância dos periódicos para estabelecer a notoriedade dos intelectuais. Para ela, a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de se chegar até o público com regularidade ao longo do tempo.

II) Relações com outras instâncias que não as ligadas ao jornalismo (literatura, campo esportivo, universidades, teatro etc.);

O intelectual jornalista divide suas práticas com colaborações em outras atividades geralmente associadas à produção cultural: universidade, literatura, artes, etc. Isso se traduz na aquisição de relações de pertencimentos do jornalista. Chegamos aos jornalistas que estabeleciam um duplo ou até mesmo um triplo pertencimento, a partir das narrativas dos próprios jornalistas e da leitura de biografias, artigos e reportagens sobre a vida destas pessoas.

III) *Sociabilidades compartilhadas*

Conceito trabalhado por Sirinelli (1994), a noção de *sociabilidades partilhadas* remete à existência de grupamentos de indivíduos, de caráter mais ‘frouxo’, cujo pertencimento implica em partilhar um conjunto de símbolos que ajudam a definir a identidade individual e a coletiva.

A partir deste conceito, podemos falar também na forma como o jornalista se identifica pelos espaços que frequenta com: ambientes das universidades, rodas intelectuais, partidos políticos, locais de trabalho, mas também de relações adquiridas informalmente, como os laços de amizade, de afetos ou mesmo de desafetos.

IV) *Engajamento político e social;*

Segundo Debray (1980), a categoria intelectual está intimamente ligada ao exercício de um papel social e de um posicionamento político. Para o autor, “a função política do intelectual transcende a aparição sociológica dos intelectuais da mesma forma como a função clerical transcende a instituição divina dos clérigos ou dos religiosos ou da religião. (DEBRAY, 1980, p. 10).

O modelo clássico de intervenção intelectual prega o engajamento político, por meio da assinatura de petições e de manifestos (como a matéria *J'accuse*, de Emile Zola). Esta definição do intelectual encontra eco na definição habermasiana de esfera pública: um espaço de práticas individuais fundadas sobre o uso público da razão por indivíduos privados, cuja competência está ligada à sua qualidade como leitor (HABERMAS, 1984).

Entretanto, vamos considerar nesta pesquisa que uma situação de engajamento é também uma interação simbólica. O sentido dessa intervenção depende do sentido atribuído ao e pelo público (físico ou imaginário), visto como dimensão pertinente a essa atividade.

A atuação dos jornalistas será analisada como parte de um campo político, da maneira como Pierre Bourdieu elaborou o conceito:

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidade de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 1989, p. 165)

Segundo Bourdieu, o campo político também é um lugar de disputas pelo poder, por meio da luta pelo falar e agir em nome de uma parte ou da totalidade dos chamados “profanos” (BOURDIEU, 1989, p. 185). Nesta disputa, o “homem político” retira a sua força, constituindo seu capital político (uma forma de capital simbólico). Os jornalistas teriam uma enorme capacidade de construção deste capital, uma vez que detêm o controle sobre os instrumentos de grande difusão de informações, portanto de grande poder.

V) *Representantes do gênero feminino*

Além das categorias apresentadas acima, ligadas diretamente à atividade dos

jornalistas, utilizamos um outro parâmetro de forma a garantir maior representatividade ao grupo. Assim, definimos como integrantes do *corpus* as narrativas e os escritos das duas únicas mulheres que fazem parte do grupo de jornalistas presentes no acervo *Memória do Jornalismo Mineiro*. Para além disso, foram as primeiras jornalistas profissionais de Minas Gerais.

Diante do exposto e ciente de várias limitações impostas a partir de um recorte necessário à investigação, o levantamento dos critérios elencados levou à construção de uma lista de 05 jornalistas intelectuais que serão apresentados no quadro a seguir, e a partir de um breve currículo

QUADRO 5 – Relação de jornalistas que compõem o *corpus*

JORNALISTA INTELLECTUAL	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COMO JORNALISTAS	VEÍCULO EM QUE ATUARAM (PRIORITARIAMENTE)	OUTRAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS
Alaíde Lisboa	Suplemento infantil: “O Pequeno Polegar”; seção: “Vida Escolar”; coluna: “Cultura, Educação, Ensino	<i>O Diário</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Escritora com mais de 20 livros publicados • Professora. Lecionou e criou cursos de pós-graduação na área de educação, onde também atuou em cargos de direção e coordenação • 1ª vereadora de Belo Horizonte

Maria de Lourdes Boechat Cunha	Redatora, cronista	<i>O Diário</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Secretária • Redatora • Primeira mulher a ter o registro profissional como jornalista • Chefe de Redação
Virgílio Horácio de Castro Veado	Repórter, assessor de Imprensa (Governo Magalhães Pinto)	<i>Estado de Minas;</i> <i>Diário da Tarde</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Advogado • Diretor do Sindicato dos jornalistas • Diretor de banco
João Etienne Arreguy Filho	Repórter em jornais impressos, agências de notícias, cronista político, árbitro de basquete	<i>O Diário</i> <i>News Press</i> <i>Revista Edifício</i> <i>Revista Complemento</i> <i>O Estado de São Paulo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Escritor com vários livros publicados, entre eles: <i>Dia e Noite, João Alphonsus, As desesperanças, Euclides da Cunha</i> • Professor universitário • Advogado • Teatrólogo • Diretor do Sindicato dos Jornalistas
José Maria Rabêlo	Repórter fundador e diretor de jornalismo do jornal semanário Binômio	<i>Diários Associados</i> <i>Binômio</i> <i>Pasquim</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Escritor; • Um dos fundadores do PDT; • Fundador do semanário Binômio • Diretor do Pasquim; • Exilado político

A partir da atuação destes profissionais é que selecionamos a produção jornalística que comporá a segunda parte do *corpus*. Essa produção noticiosa, bem como as narrativas de vida dos jornalistas ficarão disponíveis nos anexos da tese. São eles:

- ***Alaíde Lisboa de Oliveira***

Nasceu em 22 de abril de 1904, em Lambari (MG), e faleceu em Belo Horizonte, em 2007. Depois de uma passagem pelo Colégio Sion de Campanha mudou-se para capital onde viveu a maior parte da sua longa vida. Atuou em diversas frentes: exerceu carreira política, acadêmica e artística. Como escritora, publicou cerca de 30 livros, entre ensaios da área de Educação, didáticos e literários. Entre seus títulos mais conhecidos, encontram-se *A Bonequinha Preta*, que se tornou um clássico da literatura infantil brasileira, com mais de um milhão de exemplares vendidos. Alaíde Lisboa foi membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, da Academia Feminina Mineira de Letras e da Academia Mineira de Letras. Além disso, foi a primeira vereadora de Belo Horizonte, entre 1949 e 1952.

Como jornalista trabalhou no jornal *O Diário* por quinze anos onde, entre outras atividades editou o caderno infantil *Pequeno Polegar*, iniciativa pioneira no jornalismo mineiro. Escreveu ainda para a seção “Vida Escolar” e a coluna “Cultura, Educação, Ensino”, no mesmo jornal.

- **Maria de Lourdes Boechat Cunha**

Mais conhecida no meio jornalístico como Lourdes Boechat, nasceu aos 26 de novembro de 1911, em Portela, distrito de Três Irmãos, no Estado do Rio de Janeiro. A cidade ficava às margens do rio Paraíba, de onde saiu ainda bebê com a família que se fixou em Carangola-MG, na Zona da Mata. Boechat foi alfabetizada em Carangola e fez o curso de normalista em um colégio interno.

Em Belo Horizonte, toda a sua carreira como jornalista foi vivida no extinto jornal *O Diário*, a partir do ano de 1934, onde ingressou como secretária. Nunca pode assinar as matérias que publicou no jornal, mesmo durante o período em que ela que redigia a renomada coluna *Praça XII*, em substituição ao jornalista Félix Fernandes Filho.

- **João Etienne Arreguy Filho**

Nasceu em Caratinga, Minas Gerais, em 1918 e faleceu em Belo Horizonte em 1997. Foi jornalista, professor, poeta e teatrólogo. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e iniciou sua carreira jornalística em 1935 em *O Diário*, que representou papel importante na história da Imprensa no Brasil.

Se elegeu na Academia Mineira de Letras em agosto de 1959, primeiro sucessor da cadeira nº 10. Como professor, lecionou História Geral, História do Brasil e Português em Belo Horizonte e também no Rio de Janeiro. Assim como Alaíde Lisboa e Lourdes Boechat, iniciou sua carreira jornalística no jornal *O Diário*.

- **José Maria Rabêlo**

O jornalista José Maria Rabêlo é mais conhecido como fundador, juntamente com Euro Arantes, do semanário *Binômio*, editado em Belo Horizonte e que circulou de 1952 a 1964. O tabloide, criado para fazer oposição ao governador JK e fechado pela ditadura militar (1964-1985), foi considerado precursor da imprensa popular e alternativa. Rabêlo ficou no exílio com a família entre os anos de 1964 a 1977 na Bolívia, Chile e França.

Militante político do PDT ao lado de Leonel Brizola, após a redemocratização, Rabêlo foi também autor de inúmeros artigos e livros; o mais recente deles *História Geral de Minas*, lançado em dezembro de 2018.

- **Virgílio Horácio de Castro Veado**

Virgílio de Castro Veado nasceu em Santa Luzia (MG) no dia 28 de março de 1933, concluiu o curso primário em Vespasiano e mudou-se com a família para Belo Horizonte ainda criança. Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, matriculou-se no curso de Direito da UFMG, transferindo-se depois a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, pela qual se formou em 1957. Começou no jornalismo em 1950. Trabalhou no jornal *Última Hora* e foi diretor da

sucursal do *Correio da Manhã*, em Belo Horizonte. Nos *Diários Associados*, foi editor de economia, redator e cronista político do jornal Estado de Minas, assinando também artigos na última página do caderno de cultura do mesmo jornal, ao lado da coluna do escritor Carlos Drummond de Andrade. Teve também um programa de debate político na *TV Itacolomi*.

Foi também presidente e um dos fundadores do Centro de Cronistas Políticos de Minas Gerais (Cepo) e chefe do Serviço de Imprensa do Palácio da Liberdade, fundador e presidente da Cooperativa Habitacional dos Jornalistas Profissionais de MG. Ocupou também diversos cargos públicos: presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal; diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; diretor do Banco do Estado de Minas Gerais; assessor do governador Magalhães Pinto; secretário particular do professor San Tiago Dantas, ministro da Fazenda do governo João Goulart. Faleceu no dia 04 de outubro de 2019.

1.7.2. Procedimentos de análise

Em um primeiro momento, procuramos fazer um estudo exploratório de cada narrativa de vida, incluindo a transcrição das mesmas. É importante lembrar, neste momento, que as narrativas foram gravadas em vídeo (formato VHS e HI8), mas já se encontravam digitalizadas e transcritas, em função do convênio firmado entre o Centro Universitário Newton e o Museu da Imagem e do Som para a realização de um documentário.

O método de coleta das narrativas foi feito, em sua grande maioria, por meio do que se chama *entrevistas narrativas semiestruturadas*. O método semiestruturado pode ser definido como uma entrevista com perguntas abertas de forma de encorajar os entrevistados às respostas. As perguntas abertas possibilitam ao entrevistado relatar seus pensamentos e opiniões e deixam o sujeito livre para argumentar sobre o que julga importante.

A equipe que integrou a primeira fase do projeto (1982), na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC_MG) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi constituída por: Prof. José Milton Santos (coordenador) e Prof^a. Marly Spitali de Mendonça Pignataro, bem como pelos estagiários João Carlos Firpe Penna, João Batista Moreira Júnior, Maria Aparecida Campos Patrícia Carla Sartini Mendes, Iara

Cordeiro de Melo Franco, Raul Francisco Magalhaes, Taisa Ferreira Silva e Teresinha de Carvalho Cruz. Pelo Sindicato dos Jornalistas: José Antônio Carvalho D' Arrochela Lobo e José Eduardo Barbosa.

Já na segunda etapa de captação do projeto *Memória do Jornalismo Mineiro* fizeram parte os seguintes pesquisadores: Prof^a e historiadora da PUC-MG, Carla Ferretti, Prof^a e jornalista, Glória Gomide, além dos jornalistas Alessandra Mello, Daniela Santos, Sandra Faria, Mário Viggiano e Rogério Tavares.

Na terceira etapa, a partir de 2015, integramos a equipe de pesquisadores, como professora-orientadora mais dois estagiários do curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton, Lais Cristina de Oliveira Souza e Elias Rodrigo da Costa.

O estudo exploratório foi o primeiro passo para tentar perceber e interpretar as possíveis representações e imaginários sociodiscursivos que emergiam dos relatos analisados, bem como as imagens de si que são evocadas pelos enunciadores.

QUADRO 6 – duração das entrevistas e nº de páginas transcritas³⁰

JORNALISTA -INTELECTUAL	TEMPO DA NARRATIVA	Nº DE PÁGINAS DA TRANSCRIÇÃO
Alaíde Lisboa	07h50:	183 páginas
Maria de Lourdes Boechat	01h 09	16 páginas
João Etienne Arreguy Filho	03h 02	46 páginas
José Maria Rabêlo	10h49	248 páginas
Virgílio Horácio de Castro Veado	43 min.	09 páginas
TOTAL	23h30	502 páginas

1.7.2.1 A operação de escolha da produção noticiosa – *corpus* parte 2

³⁰ Todas as entrevistas digitalizadas e as transcrições completas encontram-se sob a guarda do Museu da Imagem e do Som (MIS), da prefeitura de Belo Horizonte.

Antes de apresentarmos a o material noticioso que integra o *corpus* desta tese, é preciso fazer algumas considerações mais gerais sobre os jornalistas acreditando que elas podem ajudar a elucidar a escolha da produção jornalística destes sujeitos.

Inicialmente, percebemos que há uma predominância de profissionais que atuaram no jornal *O Diário*, mais conhecido como *Diário Católico*, criado em 1935, por iniciativa do Arcebispo de Belo Horizonte. Já naquele ano, o jornal começou sua circulação com publicações diárias, exceto às segundas feiras e nos dias posteriores a algum feriado. *O Diário* tornou-se um dos jornais com maior tiragem e destaque em Minas Gerais.

O estudo exploratório e a pesquisa documental foram realizadas tendo como ponto de partida que os jornalistas contribuem para a construção social da realidade, e que a produção pertencente ao campo jornalístico empreendida por estes sujeitos pode ampliar a compreensão dos processos de constituição e pertencimento a uma identidade jornalística, além de perceber inter-relações entre lugares, falas e temporalidades dos jornalistas da mídia impressa naquele contexto macrossocial.

QUADRO 7 - material noticioso produzidos pelos jornalistas que integram a pesquisa

TÍTULO	TIPO MATERIAL NOTICIOSO	PERIÓDICO	AUTOR
“Juscelino vai pôr Rolla na Praça Raul Soares”	Matéria	Binômio, 20 de julho de 1959	José Maria Rabêlo
Plantando bananeira o governador de Minas.	Matéria	<i>Binômio</i> , 06 de julho de 1952	José Maria Rabêlo
Professora diz-se maltratada na Secretaria de Educação	matéria	<i>O Diário</i> , Educação e Ensino.	Alaíde Lisboa
Ação e reação	artigo	<i>O Diário</i> , 02 de novembro de 1935	João Etienne Arreguy Filho
A marcha do comunismo	artigo	<i>O Diário</i>	João Etienne Arreguy Filho
Macumba	artigo	<i>O Diário</i> , 11 mai. 1936	João Etienne Arreguy Filho
O Píndaro do Populismo	Coluna	<i>O Diário</i> , 05 janeiro de 1957	Maria de Lourde Boechat Carnaval de 1941

Destinaram treze milhões para entidades que não existem	artigo	<i>Estado de Minas</i> , 21 de maio de 1958	Virgílio de Castro Horário Veado
---	--------	---	----------------------------------

As informações produzidas pela mídia, no nosso caso, os jornais, são discursos em que a realidade é construída no texto e por meio dele. Dessa forma, a mídia exerce uma função política, que se estabelece a partir de dispositivos sutis como a apresentação, em tom aparentemente imparcial, a respeito de ideias, pessoas ou de instituições ou de indivíduos; através da escolha do trecho de um discurso a ser relatado e da forma como se dá esse relato, enfim, através da valorização ou pouco apreço a algum fato.

Como já mencionado, trabalhamos com a hipótese de que a mídia reconstrói o presente (ou o acontecimento) de maneira seletiva, projetando para o futuro a história do presente que lhe convém, reforçando assim, para seus interlocutores, aquilo que deve ser lembrado, celebrado e o que deve ser negado, esquecido. Então, nosso objetivo ao trazer para esta pesquisa a produção intelectual jornalística dos sujeitos elencados, é evidenciar, por meio de uma análise interpretativo/discursiva e representacional, que as dinâmicas definidoras da prática do jornalismo não devem ficar indiferentes às relações que esse jornalismo estabelece com o contexto histórico e com outros domínios sociodiscursivos. Esta interdiscursividade será levada em conta nesta tese tanto na análise das narrativas, quanto no material noticioso.

CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA E NARRATIVA DE VIDA COMO CAMPO DE ESTUDO

Considerando que a narração e a memória se articulam, nosso desafio neste capítulo é perceber as diferentes nuances e tentar compreender estes dois conceitos. Além disso, vamos fazer uma breve apresentação sobre como eles se reconstruem no desenvolvimento da pesquisa. Assim, começamos com alguns estudos sobre os teóricos que pensaram as narrativas para, posteriormente, avançarmos para as discussões sobre narrativas de vida. Finalmente, pontuaremos algumas definições sobre as memórias.

2.1 Algumas definições sobre memória

Para Hanna Arendt (1972) a memória e a história são entidades indivisíveis. A autora remonta a Grécia Antiga, onde lembra *Mnemosyne*, a deusa da memória, que inspirava os poetas e os ajudava a reencontrar o passado. Era esta deusa que detinha o saber do passado, e com isso, podia prever o futuro.

O registro da memória para os gregos se concretizava, assim, em uma perspectiva de continuidade, de luta contra a própria morte, uma vez que ao deixar este mundo, os poetas deixariam suas narrativas inscritas na memória coletiva. A tarefa do poeta e historiador [...] “consiste em fazer alguma coisa perdurar na recordação. E o fazem traduzindo *práxis* e *léxis*, ação e fala, nesta espécie de *poiësis* ou fabricação que, por fim, se torna a palavra escrita” (ARENDDT, 1972, p 74).

Desde os gregos, a memória, como campo de estudos, comporta um universo muito diverso de significados. Ela comporia um vasto domínio de relações que estabelecemos durante toda nossa vida e, por isso, abarca muito mais do que a soma das nossas experiências pessoais ou individuais. No que concerne à memória, tudo o que produzimos em sociedade é naturalmente maior que as produções individuais. É a importância social da memória que vai levar o sociólogo francês Maurice Halbwachs a se dedicar à criação do conceito: a “memória coletiva”.

Halbwachs toma como ponto de partida as proposições apresentadas pelo sociólogo Émile Durkheim em “*Representações individuais e representações coletivas*” (1898) para pensar nas possibilidades da sociologia em relação à memória. O conceito de *memória coletiva* surge, então, em contraposição ao conceito de memória individual.

Ainda para Halbwachs (1950), não se pode esquecer que as lembranças, ao contrário das referências históricas, pertencem ao indivíduo, mas isso não as tornam únicas e particulares. Mesmo a lembrança aparentemente reservada de um determinado sujeito possui um caráter social que remete a um grupo, a um contexto. Enfim, para Halbwachs, a *memória coletiva*, refere-se a uma “narrativa que se produz em grupos que remete ao passado. Por isso, é carregada de afetos que conectam o passado, familiar e próximo, com o presente” (Halbwachs, 1950, p. 28). É, portanto, uma memória que se produz a partir do encadeamento das memórias individuais e das experiências compartilhadas em grupo.

Ainda se faz necessário abordar a distinção feita por Halbwachs entre “memória histórica” e “memória coletiva”, entendendo a primeira como reconstrutora dos elementos do presente da vida social, projetada sobre o passado reinventado. A segunda, a memória coletiva, cumpriria o papel de recompor magicamente o passado. Halbwachs (1950) lembra que a história procura compilar os fatos que ocuparam um lugar na memória dos homens, selecionando-os em manuais didáticos que utilizamos nas escolas, os fatos que atendem às regras “que não se impunham aos círculos dos homens e que por muito tempo foram seu repositório vivo”. A existência da memória estaria, pois, condicionada à sensação de que ela remonta às lembranças de um momento contínuo, de uma continuidade que a história intenta restabelecer, ao erigir uma ponte entre passado e presente. Mas, só a memória coletiva seria capaz de promover verdadeiramente essa continuidade, por não reter “do passado senão o que ainda está vivo ou é incapaz de viver na consciência do grupo que o mantém” (HALBWACHS, 1950, p. 102). Na *memória coletiva*, presente e passado não brigam ou divergem tal como dois períodos históricos distintos.

A partir do conceito de *memória coletiva* um outro aspecto desta discussão que nos parece muito pertinente a esta pesquisa é o de *memória-testamento*. Para a Arendt, a memória pode se tornar uma herança sem testamento, pode ser perdida, se não houver

quem a nomeie, preserve, transmita. A memória apresenta-se, assim, como riqueza que precisa de “testamento”, e somos nós os responsáveis por cuidar desta herança e escrever o testamento:

Este pequeno espaço do tempo intemporal no âmago mesmo do tempo, ao contrário do mundo e da cultura que nascemos, não pode ser herdado e recebido do passado, mas apenas indicado; cada nova geração, e na verdade cada ser humano, inserindo-se entre o passado infinito e um futuro infinito, deve descobri-lo e, laboriosamente, pavimentá-lo (ARENDDT, 1972, p. 40).

Ao encontro de tais reflexões vão as considerações de Michael Pollak, no ensaio *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), no qual dialoga com a obra de Maurice Halbwachs. O estudioso compreende a relação do homem com o passado em meio a conflitos entre a dimensão individual e a coletiva da memória, partilhando com Halbwachs, portanto, a observação de que a memória individual se produz na interação com o coletivo. Nesse sentido, Pollak afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (1989, p. 9).

Em outro ensaio, intitulado *Memória e identidade social* (1992), Pollak aponta três elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”; pessoas e personagens e, por fim, lugares. Para este estudioso, a memória, então, se estrutura em torno desses três aspectos, com os quais o sujeito pode ter entrado em contato direta ou indiretamente (POLLAK, 1992, p. 3).

Partilhando de outras concepções, Pollak também destaca a característica de confronto que cerca a concepção da memória e da identidade, “disputadas em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente com conflitos que opõem grupos políticos diversos”. (1992, p. 205). Para ele, os atos de lembrar e esquecer são utilizados como estratégias políticas pelos grupos em disputa.

Portanto, para Pollak (1992), a memória é construída no presente, a partir de demandas dadas por esse e não necessariamente pelo passado em si, o que permite que ela seja vista como fator fundamental para a construção de pertencimentos sociais. De certa forma, a busca do controle sobre a memória institui uma identidade para o sujeito nela

envolvido, no sentido de gerar um lugar dentro de uma rede específica de circularidade e fluxo.

Então, parece-nos adequado supor que, participar como agente neste processo de construção de memórias é um processo comunicacional por excelência, pois coloca o enunciador das mensagens integrado a uma de informação que lhe confere identidade. Existe, portanto, uma intensa relação entre a memória como processo coletivo de construção do passado a partir de demandas do presente e consolidação de identidades sociais para aqueles que estão envolvidos em tal processo.

O espaço também é uma instância intrínseca à memória. Podemos dizer que todas as lembranças são localizadas espacialmente e que sua importância é indiscutível para as reflexões sobre a memória, bem como sobre as representações e as identidades coletivas. Sobre a relação espaço e memória destacamos o trabalho do historiador Pierre Nora (1993) e suas considerações sobre o que ele chama de *lugares de memória* no artigo *Entre memória e história – A problemática dos lugares* (1993). O autor trata da necessidade moderna de eleger lugares onde depositar memórias, impor a certos espaços ou objetos a tarefa de capturar a memória e deixá-la ali encerrada para a qualquer momento ser despertada pelo homem.

Nora destaca que a memória moderna “é uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta” (1993, p. 15). São esses lugares que detêm a memória e que mediam a relação do homem com seu passado. Para o autor, é necessário algum meio material onde alojar a memória, as lembranças, por isso “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (Ib., 1993, p. 12).

Em razão disso, Nora entende que os lugares de memória desvirtuam a memória e a tornam história, pois “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (1993, p. 9).

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de

sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22)

Não se pode capturar a memória, pois o esquecimento, os silenciamentos, as distorções e deformações do passado são parte de sua natureza e o homem precisa da maleabilidade da memória para seguir em frente. Por isso a memória é “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas realizações” (NORA, 1993, p. 9).

São exatamente essas frestas deixadas pela memória que a caracterizam: “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censuras ou projeções” (NORA, 1993, p. 9)

2.2 A questão da memória e a identidade jornalística

É recorrente na literatura especializada dizer que os meios de comunicação, em especial o Jornalismo, constituem “lugares de memória”. Entre alguns estudos destacamos: Ribeiro (2004), Ribeiro e Ferreira (2007), Barbosa (2007, 2008, 2012), Gomes (2007), Silva (2009 e 2011), Novaes (2014), entre outros.

Ao estudarmos a construção da identidade de um grupo social, no nosso caso, um grupo de jornalistas, percebemos importância do conceito de memória. Há uma ligação estreita entre memória e a produção de laços de pertencimento, capaz de fortalecer o sentimento de identidade entre os integrantes de um grupo. Isso porque as identidades se edificam a partir de determinadas narrativas construídas em torno de visões sobre eventos do passado desse coletivo, que funcionam como referência para seus membros e fornecem a ideia de coerência, continuidade e unidade, no tempo, aos seus quadros de representação simbólica (RIBEIRO, 2004).

A memória pode ser considerada, assim, um elemento fundamental para garantir certa coesão social e cultural de um grupo, sendo garantia de sua própria identidade. Nesse

sentido, ambos os conceitos devem ser entendidos como um duplo indissociável: sendo fenômenos que se atravessam, não se pode falar de um sem recorrer ao outro.

“Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p.5).

Da mesma forma, a memória, como um fenômeno social, está submetida a flutuações e transformações constantes, podendo ser recontextualizada e reapropriada sob outras formas ao longo da trajetória de um grupo, a partir das interpretações presentes acerca de acontecimentos e personagens do passado.

Em última instância é a construção narrativa que contribui para modelar a memória e identidade social, conferindo certa ordenação a seus elementos. É neste território que observamos o esforço de alguns agentes sociais para construir um discurso sedimentado sobre a memória de seu grupo e, com isso, estruturar uma identidade, conferindo-lhe coerência, coesão e continuidade com o passar do tempo. No mesmo sentido, é na construção narrativa que observamos as estratégias de um grupo para legitimar significados sobre si e as versões consagradas de sua história, edificada em torno de determinados acontecimentos e personagens do passado que, atualizados/reconstruídos no presente, exprimem valores, concepções e definições em torno dos quais se sustenta um sentido de pertencimento, de autoidentificação, de destino compartilhado.

Importa ressaltar, nesta discussão, que os sujeitos não ocupam posições iguais na vida social e, portanto, nem todos detêm o mesmo poder nas disputas por significação, que implica em definir, classificar, selecionar, enquadrar as ideias, princípios e acontecimentos que aparecem como requisitos da unidade do grupo.

Em outras palavras, alguns agentes³¹ ocupam lugares de fala privilegiados e detêm maior poder simbólico na produção e imposição de sua visão do mundo social - poder proporcional a seu capital, isto é, ao reconhecimento que recebem do próprio grupo

³¹ Bourdieu e vários outros autores ligados à Sociologia utilizam o termo agentes em vez de sujeitos.

(BOURDIEU, 2007). O posicionamento e a situação dos indivíduos podem determinar maior ou menor autoridade e legitimidade para fixar narrativas sobre o passado. Assim, quando falamos de memória e identidade também nos reportamos direta ou indiretamente, à questão da autoridade, às noções de disputa e de dominação, isto é, às posições dominantes e subordinadas, às relações de força entre agentes que estão investidos de capital simbólico desigual nas lutas.

Ante a emergência tão presente de uma cultura do registro, de uma “cultura da memória”, para usarmos os termos de Huyssen (2000) como é o caso das mídias e, particularmente das mídias jornalísticas, ocupam um espaço de destaque nesse contexto em que a memória transita entre os variados usos como o político, o religioso, comercial, cotidiano, etc. Afinal, “sabemos que a mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma” (Huyssen, 2000, p. 22).

As mídias seriam, então, esse “lugar” de “transporte” e “reestruturação” da memória? Para nós, uma das maiores precauções que se teve tomar ao estudar a relação entre mídia e memória é de assegurar a dinâmica das duas instâncias e de evitar qualquer tentativa de considerar as mídias uma espécie suporte, depósitos de memórias. A nossa tentativa é a de compartilhar nesse trabalho uma noção em que possamos ver como as mídias se consolidam como lugares, disputa, ressignificação e enquadramento da memória (SILVERSTONE, 2002).

É importante ressaltarmos que as narrativas de vida dos jornalistas que pretendemos analisar fazem parte de um conjunto arquivístico, hoje, guardado em um museu, mas compreendemos que essas narrativas perfazem os caminhos da memória e se materializam em discursos atravessados por diferentes temporalidades. Tais narrativas remontam um passado daquilo que foi feito, dito e, por que não, silenciado, na vida cultural e intelectual da Belo Horizonte dos anos de 1930 a 1960. Acreditamos que as memórias dessas personagens podem nos ajudar a compreender e a atuar de maneira consciente no nosso presente.

As conexões entre diversas fases temporais da memória são explicadas por Bergson (1990), que descreve o tempo como fluxo. O ser humano está sempre constituindo

memória e vivendo a partir dela. A percepção está ligada à atenção à vida, à ação vitalmente orientada. As imagens percebidas são conservadas para serem úteis às ações na vida. Para o autor, perceber é também lembrar e entender como funciona a percepção e a memória é essencial em uma sociedade influenciada por impressões e relatos.

O quadro teórico sobre a memória proposto por Bergson (1990) é importante porque leva em consideração que, as narrativas, acionadas pela memória, englobam percepções escolhidas para se adequarem a uma ação orientada. Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir as experiências do passado, com imagens e ideias do presente, através de um ato discursivo orientado, intencional.

Quanto mais tocado, sensibilizado pelo outro, maior a capacidade de se lembrar. Muitas vezes, o que aciona a memória é justamente uma interpelação do outro, no presente. Ou seja, são os outros e as situações do presente que nos fazem lembrar. A lembrança, nesse sentido, é uma imagem reconstruída a partir do conjunto de representações que estão à disposição em nossa consciência atual. São as relações sociais, ideias, hábitos, valores, os quadros mentais do presente, que vão modelar a situação evocada de um fato do passado, do ponto de vista cultural e ideológico do grupo no qual o sujeito está inserido.

Sendo assim, o relato tem sempre uma dimensão seletiva. A partir de um conjunto potencialmente infinito de memórias possíveis, algumas memórias ganharão mais destaque pela relevância para os indivíduos que as recordam e outras serão obscurecidas neste procedimento de reconstrução do passado operado no presente. Em última instância, como qualquer narrativa é seletiva, esse processo sempre estará atrelado à dialética entre presença e ausência, lembrança e esquecimento, na representação presente do passado (RICOEUR, 2000).

2.3 A memória discursiva

Emediato (2018) lembra que a Análise de Discurso (AD) se interessa pela problemática da memória desde a sua constituição, sobretudo, a partir da articulação entre as relações entre a memória e o interdiscurso.

[...]seja como influência ou fenômeno social, ou como fundamento da discursividade, as ciências da linguagem não podem prescindir da investigação das atitudes, discursivas e axiológicas, que ultrapassam o indivíduo, e da relação destas com a relação de espaços de memória que funcionem como discursos de referência, orientando, em grande medida, as práticas discursivas” (EMEDIATO, 2018,p.)

No artigo “Os lugares da memória no discurso”, Emediato (2010) faz um percurso referente à questão da memória na AD, destacando contribuições relevantes como os trabalhos de Pêcheux (1975), Paveau (2006) e Charaudeau (2004), sendo que este último autor, nos interessa mais de perto. Na perspectiva de Charaudeau (2004), são três as memórias do sujeito: (i) memória dos discursos, (ii) memória das situações de comunicação e (iii) memórias das formas de signos. Cada uma dessas memórias tem características próprias que se articulam para permitirem ao sujeito utilizá-las como referências, ao se dotar de gêneros empíricos e ao erigi-los em normas de conformidade linguageira, associando-os a lugares de prática social mais ou menos institucionalizados.

Segundo Charaudeau (2004) *apud* Emediato (2018), é na *memória dos discursos* que são construídos os saberes de crença e de mundo. “Tais discursos circulam como representações sociodiscursivas em torno das quais se formam as identidades coletivas e fragmentam a sociedade em *comunidades discursivas*.” Entretanto, o aspecto mais inovador que a perspectiva de Charaudeau (2004) traz para a AD é justamente a elaboração da noção de *memória das situações de comunicação*, na qual são os dispositivos que irão regular as trocas comunicativas por meio de um conjunto de condições psicossociais de realização e instaurar as *comunidades comunicacionais*. “A partir do modelo de Charaudeau se justifica falar – na análise de discurso midiático, publicitário, discurso didático, discurso político, etc” (EMEDIATO, 2018) .

Em relação à *memória das formas dos signos*, Charaudeau (2004) *apud* Emediato (2018) esclarece que são elas quem garantiriam as maneiras de dizer, permitindo aos sujeitos avaliarem sua adequação situacional, o que fundaria as *comunidades semiológicas*.

2.4 Narrativa e Narrativa de vida

Como falar de temas como narrativa e memória sem ser repetitiva? Parto da desgastada, mas verídica concepção de que narrar faz parte da vida dos seres humanos. Trata-se de uma organização discursiva que pode se manifestar a partir de variados códigos semiológicos como: a símbolos, gestos, a língua, imagens etc.

A memória profissional dos jornalistas do presente, pode ser entendida como uma memória coletiva que também incorpora vivências e experiências de grupos de jornalistas (como os sujeitos que integram o nosso *corpus*) que viveram no passado. Assim, uma boa parte do passado ainda é presente hoje em rotinas, em processos de trabalho constantemente revisitados. A história sempre poderia ser contada de forma diferente, a partir daquilo que é selecionado e colocado em relevo. Nesse sentido, um grupo pode, por exemplo, instrumentalizar esse processo de enquadramento, direcionando luzes para esta ou aquela versão do passado, na tentativa de fixá-la como referência na edificação das identidades sociais.

Qual seria dimensão da memória presente nas narrativas que integram o *corpus* em questão? Acreditamos que o *corpus* documental fundado nas narrativas de vida e na produção noticiosa dos jornalistas contém elementos que trazem traços reveladores da cultura urbana e da sociedade de Belo Horizonte nas primeiras décadas do século passado. As opiniões de caráter muito pessoal presentes nos depoimentos revelam um mundo que não é comumente explicitado pela história da imprensa, pois, muitas vezes, essa se pautou nas obras sobre a técnica e a teoria do fazer jornalismo, silenciando ou não revelando outros posicionamentos importantes sobre os próprios jornalistas, sobre as rotinas da profissão, suas visões de mundo.

Nas entrelinhas de suas escolhas, estão implícitos valores culturais e posicionamentos políticos que são preciosos indícios para uma leitura dos significados histórico-culturais da intelectualidade e do significado do fazer jornalístico daquela sociedade. Acreditamos ainda que as diferentes escolhas argumentativas destes sujeitos mobilizadas em seus discursos podem revelar muito mais que valores técnicos e formais. Por meio destas, podemos perceber leituras do passado cultural mineiro, bem como os

diálogos travados por importantes nomes do cenário jornalístico, sobretudo, dos anos 1932 a 1964.

Neste jogo linguageiro entrecortado pelo que foi dito e o não dito, faz-se urgente perscrutar, tentar identificar, por meio dos discursos, os elementos que dizem respeito à memória e historicidade dos posicionamentos expressos nos diversos depoimentos destes jornalistas que se transformaram também em construtores de suas próprias identidades e da identidade na recém-nascida cidade de Belo Horizonte.

Para nos ajudar a refletir sobre as questões que pontuamos, vamos nos valer também dos trabalhos de Paul Ricoeur (1994), filósofo francês que se debruçou sobre a questão da narrativa. Nosso interesse pelas reflexões de Ricoeur reside na maneira pela qual ele apresenta a narrativa como solução para a questão do “eu” e do “tempo”. É a partir dele que tentaremos articular quatro elementos inicialmente dispersos no problema de um relato:” o sujeito, a identidade, o tempo e a narrativa.

O conceito de identidade narrativa foi formulado pelo filósofo nas últimas páginas do tomo III de *Tempo e Narrativa* (1994) e posteriormente desenvolvido em *O Si mesmo como Outro*.

O frágil rebento oriundo da união da história e da ficção é a atribuição a um indivíduo ou a uma comunidade de uma *identidade narrativa*. “Identidade” é tomado aqui no sentido de uma categoria da prática. Dizer a identidade de um indivíduo ou uma comunidade é responder à pergunta: *quem fez tal ação?* Quem é seu agente, seu autor? Para começar, responde-se a essa pergunta nomeando alguém, isto é, designando-o por um nome próprio. Mas qual o suporte da permanência do nome próprio? O que justifica que o sujeito da ação, assim designado por seu nome, é o mesmo ao longo de uma vida que se estende do nascimento até a morte? A resposta tem de ser narrativa. Responder à pergunta “quem?”, como disse claramente Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história contada do quem da ação. Portanto, a identidade do quem não é mais que uma identidade narrativa (RICOEUR, 1994, p.411).

Ricoeur articula um quadro teórico sobre a narrativa a partir da obra *Confissões*, de Santo Agostinho e *Poética*, de Aristóteles. Ele estabelece uma conexão entre a questão do tempo discutida por Agostinho com a teoria da arte poética de Aristóteles, partindo do pressuposto de que é o caráter temporal da experiência humana que domina tanto a

identidade estrutural da função narrativa quanto da exigência de verdade de toda obra narrativa, seja ela historiográfica ou de ficção. Assim, ele diz que:

[...] existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal (RICOUER, 1994, p. 85).

Além de teorizar sobre a questão temporal, Ricoeur vai analisar a narrativa, em *Poética*, de Aristóteles. Segundo ele, dois conceitos que integram os textos estão articulados. São eles: *tessitura da intriga e atividade mimética*.

A poética é identificada como arte de compor intrigas. Aristóteles *apud* Ricoeur (1994, p. 70) entende como intriga uma construção ordenada e coerente.

Chamo de intriga com episódios aquela em que os episódios se seguem (e não se encadeiam) sem verossimilhança nem necessidade [...] Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico. (1994,p.70)

Já a atividade mimética seria para Ricoeur a arte de imitar ou representar, mas apenas no sentido metafórico, e se em Platão, a *mimeses* apresenta o sentido de cópia, em Aristóteles ela é produção, *poièsis*. “A imitação ou a representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga” (Ricoeur, 1994, p. 60). Ao ser transposta para a ação narrativa, a mimese transforma-se em representação da ação, mais precisamente na ação de tecer uma intriga, de narrar um fato, um acontecimento.

Apesar do filósofo francês focar sua tese nas narrativas ficcionais e nas narrativas históricas, acreditamos ser possível transpô-la para o campo jornalístico, assim como já fizeram os pesquisadores Luiz Gonzaga Motta (2005) e Carlos Alberto de Carvalho (2012), como tantos outros. A teoria do filósofo francês estabelece três momentos distintos para a mimese: mimese I, que é o momento ainda não figurado, o mundo ainda não narrado;

a mimese II, o momento da criação, no qual o autor trabalha com a ideia *tessitura da intriga*; mimese III, o ponto de chegada, ou que se encontra o leitor, espectador. Em outras palavras, são os momentos da *prefiguração*, da *figuração* e da *refiguração*, ou ainda, a realidade em si, a apresentação dessa realidade e a representação dessa realidade.

Segundo Emediato (2018), é este aspecto da teoria de Ricoeur (a tríplice mimese) que garantirá a Charaudeau a justificativa epistemológica do conceito de *contrato de comunicação*. Esse conceito é central da Teoria Semiolinguística e garantirá a construção do discurso através dos processos de *transação* e *transformação*.

Dada a importância que a tríplice mimese ocupa no trabalho de Charaudeau, vamos nos ater um pouco mais nesta questão.

2.5 As características da *tríplice mimese*

Ricoeur esclarece que anterior à constituição da intriga existe um campo ético que serve como referência para essa *intriga*. Será a mimese que vai permitir a ligação entre esse mundo ainda não figurado e a construção poética (relembrando que Ricoeur trabalha com a historiografia e a literatura) . Assim, o que caracteriza a *mimese I*, segundo o filósofo é uma base ética pré-narrativa:

“Imitar ou representar a ação é, primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbologia, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária (RICOEUR, 1994 p.101)

Em *mimese II*, é a *tessitura da intriga* que será pensada pelo filósofo francês. Sua função é mediar o mundo prático da mimese I e o mundo do leitor ou espectador (mimese III). Ela é mediadora, de acordo com o autor, porque promove a mediação entre acontecimentos individuais e a história. Além disso, toda uma série de eventos ultrapassa sua mera sucessão temporal e ganha um sentido no tempo através dessa configuração.

Uma segunda característica da *mimese II* é que ela é a responsável por garantir a mediação de elementos heterogêneos como sujeitos, suas intenções, circunstâncias contextuais, etc. Também é mediadora porque “caracteriza a história como um conjunto de

acontecimentos ao mesmo tempo em que é a própria síntese configurante que transforma os meros episódios ou acontecimentos em história” (RICOEUR, 1994, p. 104).

A intriga, dessa forma, coloca ordem e configura os episódios em história. Nas palavras de Ricoeur (1994, p.105). “compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos”.

Finalmente, a mimese III, vai estabelecer a reunião do mundo do texto com o mundo do leitor ou espectador, ou seja, é o ponto de chegada como ato refigurante das narrativas. Para Ricoeur (p.110), “é a intersecção, pois, do mundo configurado pelo poema e do mundo no qual a ação efetiva exhibe-se e exhibe sua temporalidade específica. (...) A narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em mimese III”

2.6 A narrativa jornalística e a tríplice mimese – tentando domar o tempo

A partir das investigações sobre a mediação entre tempo e narrativa de Ricoeur, Motta (2005) percebe como se dará o encontro entre os enunciados jornalísticos e a narratividade.

A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético, pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura. (MOTTA, 2005, p.33).

Aplicando-se o conceito da tríplice mimese à narrativa jornalística, teríamos em um primeiro momento um mundo ainda não narrado pelos jornalistas. Fatos e acontecimentos se sucedem a todo momento em todas as partes do mundo, mas eles não existem ainda porque não foram narrados. Existe, assim, uma ação humana a espera de ser narrada. Esse seria o mundo prefigurado, ou mimese I.

Como toda narrativa pressupõe um mundo narrável ou uma história para ser contada, cabe ao jornalista então a tarefa de selecionar quais os fatos e acontecimentos merecem ser narrados. É nesse momento que a normatização entra em cena, já que seria impossível narrar tudo que ocorre no dia a dia. Para tanto, no jornalismo existem normas e critérios para selecionar o que é do seu interesse e o que é de interesse do leitor ou espectador, como o valor-notícia, a relevância do tema ou a viabilidade técnica.

Selecionados do mundo prefigurado, os fatos e acontecimentos a serem narrados, entra em operação a tessitura da intriga, a produção em si do material noticioso, que equivale à *mimese II* de Ricoeur. Acreditamos que, nesse momento, o jornalista precisa de estratégias para validação de seus argumentos, para garantir a adesão por parte de seu público, o que o levaria a mobilizar estratégias discursivas eficiente para a construção de um *ethé* de credibilidade.

Segundo Motta,

A tessitura da intriga faz, primeiro, a mediação entre os incidentes individuais e uma história (transforma os incidentes em uma intriga). Segundo, compõe juntos fatores heterogêneos como agentes, fins, meios, circunstâncias, etc. Terceiro, o tecer da intriga realiza uma síntese do heterogêneo (totalidade orgânica) na medida em que combina duas dimensões temporais, uma cronológica (episódica, história de incidentes) e outra configurante, que constitui a unidade configuradora de uma sucessão (não cronológica). Seguir uma história é avançar no meio de contingências sob a conduta de uma esfera que encontra sua realização na conclusão. Mas, a conclusão não é o final da intriga, é a síntese entre o tempo narrativo linear e a dimensão configurante que transforma a sucessão de incidentes em uma totalidade significativa (tema) (MOTTA, 2005, P.51).

A *mimese III* se define pela recepção do texto jornalístico pelo público. É no ato de recepção que a narrativa se completa, é o momento em que as narrativas são refiguradas, em que cada leitor/espectador vai lançar o seu olhar no texto e daí tirar suas conclusões de acordo com a sua experiência. É por isso que a investigação de Ricoeur sobre as relações entre o tempo e a narrativa não se esgotam no ato configurante. Há um ponto de partida, um meio e um ponto de chegada, o ato refigurante das narrativas.

Com isso, não é somente no estilo discursivo e na linguagem que a narratividade se constrói no jornalismo, mas principalmente, no ciclo que envolve a pré-configuração do mundo da ação, a configuração pela narrativa do acontecimento e a refiguração pela construção de sentido que ocorre na relação autor-obra-leitor. (MOTTA, 2005)

Carvalho também reforça esta relação dos enunciados jornalísticos e a tríplice mimese ricoeuriana ao abordar a narrativa jornalística como um meio da sociedade conhecer a si mesma ao se deparar com a realidade em que tal narrativa se insere. É a partir do contato com as marcas (do social, do econômico, do cultural, etc) daquilo que se narra que os receptores criam sentidos a partir de múltiplas leituras acerca do enunciado, já que “aquilo que vem configurado em uma determinada narrativa receberá novas configurações a partir da perspectiva de quem lê, propiciando assim, a criação/recriação da realidade, processo que nunca finda”. (CARVALHO, 2012, p.171).

2.7 A materialidade discursiva da narrativa de vida

Como tivemos a oportunidade de tratar nos tópicos anteriores, são vários os autores, tanto no âmbito da Sociologia, da História e dos Estudos de Linguagem que permitem-nos entender que as narrativas não são apenas representações da realidade, mas são ainda organizadoras de nossas experiências e de nossas memórias, como versões da realidade, de nossa história, de nós mesmos, que construímos a cada instância de enunciação, segundo intenções, interlocutores e situações sócio-históricas e culturais específicas. Entre esses autores estão Bakhtin (1997), Bertaux (1997) e Machado (2012;2015; 2016).

O conceito *narrativa de vida* vem do francês *récit de vie*, cunhado pelo sociólogo Daniel Bertaux (1997)³². No campo da Sociologia é muito comum a forma entrevista

³² Meu primeiro contato com o livro de Daniel Bertaux se deu durante uma disciplina ministrada pelo professor Cláudio Humberto Lessa, no CEFET_MG. Segundo Lessa, Bertaux (1997) foi apresentado a ele pela pioneira sobre os estudos da narrativa de vida na AD, no Brasil, a professora Ida Lúcia Machado.

narrativa, que se refere a uma investigação etnossociologia a partir da imersão do sujeito-investigador em mundos sociais. Tal abordagem parte da perspectiva de que o estudo de um microcosmo pode fornecer dados sobre um conjunto mais amplo de práticas e de sujeitos³³.

Para Bertaux (1997), a pesquisa etnossociológica não consiste em constituir um *corpus* de materiais empíricos, para depois analisá-los. A análise desenvolve-se paralelamente à escuta dos testemunhos. “É também pela comparação entre narrativas que se consolida um tal modelo. Na comparação, buscam-se recorrências e é preciso que conteúdos latentes de cada narrativa tenham sido, primeiramente, explicitados”

Para esse autor, uma narrativa de vida é um discurso narrativo que se esforça para contar uma história “real”, mas distingue-se da autobiografia por derivar-se de uma relação dialógica entre pesquisador e o sujeito que faz o relato, processo orientado para fazer emergir descrições de experiências diretamente ligadas ao objeto de estudo. Assim, não se trata de buscar extrair todas as significações da narrativa, mas apenas aquelas que se mostram pertinentes ao objeto da pesquisa e que adquirem o estatuto de índices. São significações chamada por Bertaux de *ordens de realidade*, que partem do esforço do sujeito para contar sua história. São três esses níveis na perspectiva de Bertaux:

I- histórico-empírico: trata-se da história realmente vivida, que Bertaux prefere designar pelo termo “percurso biográfico” e não “trajetória”; o percurso inclui não somente a sucessão de situações objetivas do sujeito, mas também a maneira pela qual ele as viveu, percebeu, avaliou e agiu;

II - psíquico-semântico: resultante da totalização subjetiva que o sujeito faz de suas experiências; o que o sujeito sabe e pensa retrospectivamente de seu percurso;

III- realidade discursiva: a narrativa em si, resultante da relação dialógica da entrevista, correspondente ao que o sujeito quis dizer do que ele sabe ou crê saber e pensa de seu percurso.

³³ Bertaux estudou várias padarias artesanais em Paris, o que permitiu o entendimento de traços das práticas produtivas daquele domínio profissional específico.

Esses três níveis mantêm relações com os níveis identificados por Saussure: referente; significado e significante.

Há então entre o percurso biográfico e a narrativa que dele se faz, um nível intermediário, o da totalização subjetiva (sempre em evolução) da experiência vivida. Ela constitui o conjunto de materiais mentais a partir dos quais o sujeito busca produzir uma narrativa. Ela é feita de lembranças, mas também de pontos de vista, de reflexões e de avaliações retrospectivas. (BERTAUX, 1997, p. 68).

Da mesma forma que Bertaux, Bakhtin (1997), na perspectiva dos Estudos de Linguagem, define a narrativa autobiográfica como um processo no qual o sujeito se reorganiza e constrói-se como um outro. Ao narrar-se, ele tem condições de avaliar o passado e a construir uma relação axiológica consigo mesmo e também com outrem, o que, nas palavras de Bakhtin, constituem duas dimensões: estética e outra ética.

A avaliação que o sujeito narrador faz de si está relacionada aos vários discursos sociais, pelos valores ideológicos e pela instância de enunciação que faz parte daquele contexto. Para Bakhtin:

[...] é com a condição de participar dos valores do mundo dos outros que uma objetivação biográfica pessoal poder ter autoridade de ser produtiva, poderá fazer com que a base da minha própria exotopia se consolide, que se apoie sobre o mundo dos outros de que não separo, e sobre a força e o poder dos valores da alteridade em mim, da natureza humana em mim, que não será uma matéria bruta indiferente e sim uma matéria que recebeu de mim uma validação e sua forma, sem que, por isso, esteja necessariamente isenta de elementos inorganizados e anárquicos (BAKHTIN, 1997, p. 169).

O filósofo russo nos mostra que, assim como no texto ficcional de um romance, o autor de uma narrativa de vida, busca dar forma, dar sentido às suas experiências, nas palavras do filósofo: “busca dar um acabamento a si mesmo”.

É também a partir da obra de Bertaux (1997), que a linguista Ida Lucia Machado (2012) introduz o conceito “*récit de vie*” aos estudos do discurso. Para Machado, narrar uma história de vida seria a capacidade que os sujeitos desenvolvem, utilizando algumas estratégias de organização discursivas que tem como objetivo construir uma imagem de si, reconfigurar uma identidade, inclusive pelo viés da emoção. Para a pesquisadora:

Este pode ser um objetivo a ser utilizado em estudos sobre Narrativa de Vida: a intenção de comover, captar o auditório por parte de quem ‘se conta’[...] A narrativa de vida pode realmente ser considerada como uma estratégia argumentativa, da qual, na sociedade atual, poucos de nós conseguimos escapar. (MACHADO, 2012, p.81)

Narrar uma história de vida seria a possibilidade que o sujeito elabora para recontar sua experiência de fatos vividos no passado, utilizando de estratégias discursivas que visam marcar ou projetar uma identidade, uma imagem de si.

Nessa mesma perspectiva, gostaríamos de destacar ainda os trabalhos de Charaudeau (1992, 2008) sobre os modos de organização dos discursos³⁴. São eles que estabelecerão os princípios da organização linguística a partir dos objetivos comunicativos. O linguista não considera que a narrativa seja um gênero do discurso, mas um dos modos de organização que pode fazer parte de uma gama de gêneros variados, como as reportagens, os artigos de opinião, a publicidade.

A partir da narrativa sucessiva dos fatos em um determinado espaço-temporal, da qualificação dos sujeitos, o modo de organização narrativo vai ajudar na construção da realidade a um interlocutor.

PARTE II – A DEMARCAÇÃO DISCURSIVA DAS NARRATIVAS E NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS JORNALISTAS MINEIROS

CAPÍTULO 3 – A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Neste capítulo vamos começar a apresentar as características que vão demarcar discursivamente as narrativas de vida e as notícias jornalísticas. Para tanto, vamos nos valer das contribuições teóricas dos analistas de discurso Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau e Ida Lucia Machado.

O quadro teórico que ora passamos a apresentar consistirá em grande parte na base

³⁴ Os modos de organização do discurso serão trabalhados mais detalhadamente na segunda parte desta tese.

teórica discursiva que pretende sustentar nossa tese. Nesse sentido, inseridos no campo da Análise do Discurso de tendência francesa, partiremos da Teoria Semiolinguística (TS) proposta por Patrick Charaudeau ([1983]2006), para abordarmos as noções de sujeitos da linguagem, de condições de produção e de contrato de comunicação.

É a partir da extensa pesquisa de Patrick Charaudeau (2006b) que vamos discutir o conceito de identidade individual, identidade social e identidade discursiva. Também iniciaremos neste capítulo reflexões teóricas-analíticas, ou seja, articularemos um diálogo entre o nosso *corpus* e o referencial teórico proposto.

3.1 O discurso e os sujeitos de linguagem

O termo discurso é utilizado das mais diversificadas maneiras no campo de estudo da própria AD. No nosso caso, as perspectivas teóricas que nos parecem mais eficientes para pensar o *corpus* desta tese são aquelas que vão além da questão interna da linguística, e que buscam uma multiplicidade maior de sistemas de interpretação, como propuseram Saussure (1977)³⁵, ao dizer que o sentido do signo é social e, mais tarde, Roland Barthes (1996)³⁶ quando afirma que o projeto semiológico não deve ser cópia de um saber linguístico. Por isso, vamos adotar nesse trabalho a Teoria Semiolinguística (TS) na qual, segundo Charaudeau, o “discurso “ultrapassa os códigos de manifestação languageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos” (CHARAUDEAU, 2001, p. 25).

Para Charaudeau (2001) o discurso não deve ser adotado apenas como um texto, uma vez que o texto é a materialização do discurso e um mesmo texto pode ser atravessado por vários discursos. O linguista também alerta que o discurso não pode ser visto apenas como uma unidade que ultrapassa a frase. Em sua visão, ele deve levar em conta a expectativa da troca languageira entre parceiros em circunstâncias de comunicação

³⁵ Cf. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

³⁶ Cf. BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1996.

particulares. Assim, o discurso sempre se relacionará com a encenação do ato de linguagem e aos saberes partilhados pelos sujeitos de um grupo social. Conforme diz Charaudeau:

É a linguagem que permite ao homem pensar e agir. Pois não há ação sem pensamento, nem pensamento sem linguagem. É também a linguagem que permite ao homem viver em sociedade. Sem a linguagem ele não saberia como entrar em contato com os outros, como estabelecer vínculos psicológicos e sociais com esse outro que é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente. Da mesma forma, ele não saberia constituir comunidades de indivíduos em torno de um “desejo de viver juntos”. A linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem. (CHARAUDEAU, 2008, p. 7)

Enquanto relacionado aos saberes partilhados em uma sociedade, o discurso está imbricado aos imaginários sociodiscursivos³⁷ de uma coletividade, isto é, aos diferentes modos de apreender o mundo que, nascidos da mecânica das representações sociais (o procedimento de semiotização do mundo), circulam no meio social sob a forma de saberes (de crença ou de conhecimento). São eles que constroem a significação dos objetos do mundo, levando em consideração comportamentos que os seres humanos produzem, por meio das práticas de uso da linguagem que transformam a realidade em real significante (CHARAUDEAU, 2001).

Essa análise é semiolinguística, porque destaca a relação forma-sentido das línguas (*semioses*), e é uma análise linguística, pois investiga o uso da linguagem por um sujeito movido por uma determinada intenção num determinado quadro de ações (CHARAUDEAU, 2001,p.47).

Na abordagem de Charaudeau (2008), o sentido do discurso depende das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais é dirigido. Para construir o sentido, o sujeito realiza o duplo processo de semiotização do mundo, que ocorre a partir do processo de transformação; a ação do sujeito falante que com intencionalidade transforma um “mundo a significar” em “um mundo significado” e do processo de transação que faz do “mundo significado” um objeto de troca com um sujeito destinatário. Assim para o teórico,

³⁷ Os imaginários sociodiscursivos são um conceito central na nossa tese e serão discutidos amplamente no capítulo 4 desta tese.

Todo ato de linguagem resulta de um jogo entre implícito e o explícito e, por isso: (i.) vai nascer de circunstâncias de discurso específicas; (ii) vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação; (iii) será encenado por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente. (CHARAUDEAU 2008, p. 52)

Como é uma atividade humana que se organiza e é organizada na vida social, a utilização da linguagem exige um conjunto de competências dos sujeitos envolvidos no processo, exige que os sujeitos tenham o conhecimento prévio de como proceder em determinadas condições e situações. Para Charaudeau, a competência de linguagem dos sujeitos se organiza nos níveis *situacional, discursivo e semântico*. É por meio da articulação dos conhecimentos dessas três esferas que os sujeitos envolvidos no ato de linguagem podem ter sucesso em suas atividades languageiras, ao que o autor dá o nome de “*competência semiolinguística*”. (CHARAUDEAU, 2001, 2008).

Charaudeau também afirma que, para que um determinado ato de comunicação seja concretizado é necessária uma espécie de *contrato de comunicação* que vai se estabelecer entre os parceiros da troca languageira. Segundo o linguista, os sujeitos precisam fazer parte de um mesmo conjunto de práticas sociais, que lhes dará as condições necessárias para reconhecer e utilizar as representações da linguagem utilizadas pelos sujeitos que se comunicam. No *Dicionário de Análise do Discurso*, Charaudeau & Maingueneau definem o contrato como:

O conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja sua forma, oral, escrita, monolocutiva ou interlocutiva). É o que permite aos parceiros de uma troca languageira reconhecer um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos deste ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que o sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções matérias que determinam esse ato (circunstâncias). (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 132)

Em outras palavras, fazem parte de uma situação ou ato de comunicação:

a) *Finalidade*: categoria que ordena o ato de linguagem em função de um objetivo, obrigando os parceiros da troca a responderem a seguinte pergunta “vamos dizer o quê?”. Essa finalidade é ainda entendida como um dos elementos essenciais na constituição da expectativa (*enjeu*) da troca linguageira, uma vez que ela determina a orientação discursiva de toda a situação de comunicação. Além disso, a finalidade, para concretizar a expectativa (*enjeu*) da troca, seleciona uma ou mais visadas;

b) *Identidade dos participantes*: é a categoria relacionada aos sujeitos que se acham inscritos e engajados na troca linguageira, sendo definida pela pergunta “quem fala com quem?” ou “quem se dirige a quem?”

c) *Propósito*: categoria que requer que todo ato de linguagem seja construído em torno de um domínio de saber, “aquilo de que se fala, o projeto que se tem em mente ao tomar a palavra;

d) *Circunstâncias materiais, ou condições materiais da comunicação*: constituem o dispositivo material em que um gênero se realiza. Charaudeau (2006a, p. 104) aponta que “[...] a cada situação de comunicação [...], associa-se um dispositivo particular que constitui as condições materiais *ad hoc* de realização do contrato”. Desse modo, o dispositivo material é o ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem. Ele é caracterizado por um material, ou seja, por elementos que estão organizados em sistemas semiológicos (sistema fônico, sistema gráfico, sistema mimo gestual, sistema icônico) permitindo a configuração das unidades de sentido; por um suporte, um elemento material que funciona como um canal de transmissão do gênero, não sendo, entretanto, indiferente à mensagem; por uma tecnologia, isto é, a maquinaria utilizada para regular a relação entre os elementos do material e do suporte. Para a apreensão das características materiais desse dispositivo Charaudeau (1992, 2004, 2006a) propõe um conjunto de perguntas: “os parceiros estão presentes fisicamente?”; “eles se veem?”; “eles são únicos ou múltiplos?”; “que canal – oral ou gráfico – é por eles utilizado?”; “que outro código semiolinguístico é por eles utilizado?”, etc.

3.1.1 Os sujeitos

O ato de linguagem é caracterizado para Charaudeau (2008) não apenas pelos seus sujeitos físicos, participantes de um mundo real, palpável, mas ainda por dois sujeitos de linguagem conforme esquema enunciativo proposto pelo analista de discurso.

FIGURA 2- Quadro dos sujeitos de linguagem



Fonte: (Charaudeau, 2008, p.52)

Dessa maneira, o ato de linguagem se constitui de circunstâncias de produção e interpretação, o que Charaudeau (2009a) também nomeia como circunstâncias do discurso.

Além disso, o analista ressalta que o ato de linguagem é interenunciativo envolvendo quatro sujeitos, que são:

- O sujeito Comunicante (EUc) o Sujeito Interpretante (TUi) que estão no circuito externo. São os parceiros do ato de linguagem, os seres sociais e psicológicos, definidos por certo número de traços identitários e que vão colocar em ação a palavra;
- o Enunciador (EUE) e o Destinatário (TUD) que fazem parte do circuito interno são os protagonistas da enunciação, os são seres de fala.

O social e histórico, (EUc) para realizar o ato de comunicação coloca em cena um ser “de papel”, ou seja, o sujeito de linguagem (EUE). Dentro do circuito interno do dizer, o EUE projeta um interlocutor ideal, o (TUD). No circuito externo, estão o sujeito interpretante (TUi), um ser social e histórico que interpreta os discursos do sujeito comunicante (EUc).

Dessa maneira, todo ato de linguagem depende de um contrato de comunicação que determina parcialmente os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de sujeitos agentes e sujeitos de fala. O contrato de comunicação é um ritual sociolinguístico do qual depende o implícito codificado, que “é constituído pelo conjunto de restrições que resultam das condições de produção e de interpretação [...] (circunstâncias do discurso) do ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2009a, p. 60).

Esse espaço de troca entre os sujeitos é a situação de comunicação é determinado pela situação de comunicação, pelas circunstâncias físicas dos parceiros, por suas características identitárias e pelo canal de transmissão. Em uma palavra: pelo contexto situacional Assim, o contrato de comunicação pressupõe que os indivíduos reconheçam a competência linguística do outro, uma proposição em que o EU faz ao TU esperando uma reciprocidade ou pelo menos algum tipo de reação.

3.1.2 Os sujeitos das narrativas de vida

Ao aplicar o quadro comunicacional às narrativas de vida que utilizamos em nossa pesquisa, temos os sujeitos empíricos dotados de identidades sociais que são Maria de Lourdes Boechat, Aláide Lisboa, Virgílio de Castro Horácio Veado, João Etienne Arreguy

Filho e José Maria Rabêlo. Esses cinco sujeitos desempenham o papel de (EUc). São os sujeitos comunicantes, na situação de comunicação específica em que eles narram suas histórias de vida frente às câmeras, a fim de produzir um depoimento no formato audiovisual para o acervo Memória do Jornalismo Mineiro. Eles vão determinar seus respectivos (EUEs) de jornalistas-narradores com suas respectivas identidades sociais.

Tanto na enunciação das narrativas de vida quanto nos enunciados dos textos jornalísticos que produziram, os seres de fala (EUE) imaginam um destinatário ideal, um (TUd). Assim, toda a organização discursiva das narrativas de vida e dos enunciados jornalísticos é feita em função deste receptor. Para isso, há a utilização de determinadas categorias da língua, seleção de temas e personagens, seleção lexical e mobilização de determinadas representações e imaginários.

O (TUi) será constituído pelos ouvintes ou leitores reais, pessoas com suas identidades e marcas psicossociais. Nem sempre o (TUi) coincide com o (TUd), tendo em vista os mais variados motivos: desconhecimento do tema tratado, falta de interesse nos assuntos abordados, o que torna necessário uma mudança no projeto enunciativo para que a troca comunicativa se torne eficiente.

De acordo com Charaudeau: (2006, p. 27-28):

O sentido depende da estruturação particular dessas formas [umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônico, gráfico, gestual], cujo reconhecimento pelo receptor é necessário para que se realize efetivamente a troca comunicativa; o sentido é o resultado de uma co-intencionalidade. Mas, como por um lado a instância de produção só pode imaginar o receptor de maneira ideal, construindo-o como um destinatário-alvo que acredita ser adequado a suas intenções, e, ao visar produzir efeitos de sentido, não tem certeza se esses serão percebidos, e como, por outro lado, a instância de recepção constrói seus próprios efeitos de sentido que dependem de suas condições de interpretação, conclui-se que o texto produzido é portador de “efeitos de sentido possíveis”, que surgem dos efeitos visados pela instância de enunciação e dos efeitos produzidos pela instância de recepção. Com isso, toda análise de texto nada mais é do que a análise dos *possíveis interpretativos* (CHARAUDEAU, 2006, p. 27-28).

Um dos pressupostos organizadores da Teoria Semiolinguística é o de que a linguagem mantém uma estreita relação com o contexto psicossocial na qual ela se realiza.

Então, ao reivindicarmos o uso da palavra, indelevelmente algumas condições se tornam presentes. Tais condições são chamadas de “*condições de produção*” Charaudeau & Maingueneau (2008, p. 115).

Ao analisarmos discursiva e historicamente este grupo, percebemos que alguns aspectos fazem parte de um determinado contexto que traz à luz questões ligadas à classe social a qual pertenciam estes protagonistas do ato de comunicação. As narrativas de vida de João Etiene Filho e de Virgílio Horário de Castro Veado, José Maria Rabêlo, Maria de Lourdes Boechat Cunha e Alaíde Lisboa remetem a organizações sociohistóricas semelhantes. É importante ressaltarmos que a organização sociohistórica a que nos referimos está localizada temporalmente a partir do fim do século XIX e início do século XX³⁸, Na época, os jornalistas pertenciam ao que podemos chamar de uma classe média burguesa e tradicional, sendo as mães desses, donas de casa e, os pais, os responsáveis pela manutenção financeira do lar e pelo sustento da família. Vejamos os fragmentos que grifamos abaixo:

(01)Aprendi a ler e escrever com Nina, à base do castigo. Tinha uma foto com Nina e os livros, muito brava e competente. Era o que tinha, quando eu entrei na escola já sabia ler e escrever, entrei no terceiro ano no primário. Lá em casa, era uma família de professores, um ambiente muito favorável à atividade intelectual. Ia para escola e a literatura daquela época... Eram os românticos brasileiros, naturistas brasileiros, principalmente José de Alencar, Humberto de Campos, inclusive alguns como Castro Alves” (RABÊLO, 1996).

(02)Papai formou-se em farmácia, era químico farmacêutico da primeira turma da Escola de Farmácia, da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto. Quer dizer que tinha colegas, assim... de muito prestígio na época, secretário da educação, secretário disso... próximo ao governador e tal e papai então, conheceu a mamãe em uma serenata ao luar de Santa Luzia. [...] *Mamãe era uma soprano extraordinária e uma violinista de várias posições no violino* (VEADO, 2016).

(03)Não só eu, como todos em casa, estudamos na escola pública. Acho que meu pai como era político, queria prestigiar a escola pública. E o grupo escolar era muito interessante, porque os professores eram muito dedicados, muito responsáveis. Ninguém se preocupava muito

³⁸ A sociedade que se forja no Brasil depois da abolição carrega no seu âmago duas questões mal resolvidas do século anterior: as relações agrárias arbitradas pelo patriarcado rural e uma lei de libertação dos escravos que nada regula sobre as condições de inserção destes na economia e na sociedade pós-abolição. No recenseamento de 1906, as primeiras estatísticas do século XX, o Brasil apresentava a média nacional de analfabetismo na ordem dos 74,6%. A exceção vinha da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

com os vencimentos não. Uma dúvida que eu tenho por que, em geral os normalistas eram filhos de famílias de classe média, então tinham papai, mamãe, casa e roupa (LISBOA, 1982).

(04)-“Meu pai, implantou na região de Carangola, em todas as cidades limites como Faria Lemos, Manhuaçu, Manhumirim, todas aquelas cidades, o cinema que era então cinema mudo [...] Minha mãe morreu com 26 anos, né? Nós ficamos muito pequenos, éramos três, e ficamos em Carangola até que meu pai se casou de novo. Ela morreu com a Gripe Espanhola. Meu pai se casou de novo, e aí, tivemos que, por conciliação de família, sermos afastados. Eu fui para Petrópolis, para o colégio Santa Isabel, e fiquei lá até me formar como normalista. (BOECHAT, 1995)

Os fragmentos do texto nos apontam subsídios para a compreensão do lugar de origem dos narradores, de uma parte da identidade dos (EUc). No contexto de um país rural e analfabeto, fica subentendido que somente famílias com condições financeiras mais favoráveis poderiam manter seus filhos na escola e ainda garantir um ambiente no qual a música erudita, representada pelo sofisticado violino e canto lírico, e a literatura fossem parte integrante de suas formações intelectuais.

Levando-se em conta as narrativas de vida dos sujeitos comunicantes femininos Lourdes e Alaíde, podemos delimitar algumas configurações bem marcadas e distintas com relação à questão do trabalho como jornalista. Dito de outra forma, ser mulher e jornalista tem contornos bem diferentes para Lourdes Boechat e para Alaíde Lisboa. Após se casar, Boechat (1995) se viu em uma situação em que ela necessitou trabalhar para ajudar o marido a garantir o sustento de sua família, o que não ocorreu com Lisboa (1982), conforme os fragmentos abaixo:

(05) Éramos assim, extremamente carentes de reservas financeiras. Então, ele trabalhava no banco de Londres e ganhava um alto salário para época, que era 450 mil réis, não sei quanto vale isso hoje, mas não deve ser tanto assim porque não dava. Então, de pronto, se evidenciou a necessidade que eu tinha de trabalhar, e o primeiro emprego que eu consegui aqui em Belo Horizonte que também é uma coisa curiosa foi na companhia Força e Luz de Minas Gerais, é a origem da Cemig, por curioso que pareça, o meu trabalho era incrementar o uso da eletricidade domiciliar.

A narrativa acima revela a situação financeira do casal em que apenas o salário do marido não era suficiente para a manutenção da casa.

(06)[...] Só o meu marido trabalhando, com um salário que não dava para as despesas da casa, então aí eu comecei olhar primeiro pequenos anúncios. E saiu um pequeno anúncio na Folha de Minas que precisava de uma secretária, uma secretaria no Departamento de Publicidade. [...] Fui admitida para o secretariar o departamento de publicidade, mas aquele tempo, nas redações de jornal, o Jornalista era... não tinham seções delimitadas, e quem tivesse bom texto, que eles chamavam, fulano tem um bom texto, é... era aproveitado, eu comecei a ficar num híbrido entre departamento de publicidade e a redação. (BOECHAT, 1995).

Assim como nos fragmentos da narrativa de Boechat (1995), há, no texto de Lisboa (1982), dois contextos narrativos a serem observados e que são importantes para nossa tese. O primeiro é o da prática jornalística da época, que se revela pouco profissionalizada; o segundo, revela a história da própria narradora, que não era jornalista, mas professora como ela narra no fragmento (4). Esse fazer inicial como secretária no jornal *Folha de Minas* é a origem e ao mesmo tempo a causa de sua carreira jornalística.

- (7) Naquele tempo não havia ainda escola de Jornalismo. Então, jornalista se confundia em certo aspecto com intelectual. Naquele tempo era assim tudo meio confuso. Dependia da aptidão de cada um, de sorte você entrava, começava a escrever e virava jornalista. [...]
- (8) Trabalhei muito mais pelo prazer de trabalhar no jornal. Era um jornal católico, muito sério e eu estava feliz com aquilo. No começo não lembro quanto eles me pagaram, é interesse secundário. Lá era a profissão deles e eu tinha a minha, que era a de professora; era um extra e os de lá eram efetivos. A vida deles era aquilo, então, era um pouco diferente. (LISBOA, 1982)

Compreendemos, desse modo, que as narrativas de vida se engendram para dar sustentação e fazer perceber de qual lugar histórico e social o sujeito comunicante se dirige a nós. Ao falar ou ao elaborar seus escritos, ele coloca na cena de comunicação um sujeito enunciador (EUE) e, é por meio dele, que organiza, direciona sua narrativa e seus textos com o objetivo de conduzir argumentativamente e de defender determinado ponto de vista.

Ao fazerem parte do dizer, tornando-se sujeitos enunciadore, tanto Lisboa quanto Boechat passam a fazer parte de um conjunto de enunciadore coletivos, uma vez

que, à luz dos contextos histórico-sociais são mulheres jornalistas que se destacaram em suas profissões a partir de década de 1930 do século passado.

A narrativa (8) de Lisboa (1982) revela a formação de um campo representativo para o momento social e político do período. A avaliação de uma época ameaçada pelo afastamento popular da religião, do crescimento do individualismo e do avanço das ideias progressistas e socialistas levou o grupo do qual fazia parte a jornalista a reagir de forma intensa, respondendo aos desafios colocados através de uma forte campanha em defesa de posições conservadoras sobre as mulheres.

É neste espaço temporal e situacional, que Lisboa escreve suas renomadas colunas *Educação, Ensino e Sociedade* e *Vida Escolar*, no jornal *O Diário*, que seguia a orientação da Igreja Católica e possuía interesse especial na formação da mulher em todos os espaços sociais, até mesmo com objetivo de impedir ou, retardar as transformações.

Desta forma, as diversas matérias nas seções do jornal acabavam por expressar as representações masculinas construídas nas relações sociais de gênero, muitas delas originadas ou obtendo respaldo nas concepções da Igreja com relação ao papel da mulher na sociedade.

(9) “A meu ver, a mulher deve possuir o máximo de educação, de instrução e de conhecimentos gerais, estando mais apta para enfrentar todos os obstáculos da vida moderna. Agora a sua atuação, ou não atuação, na vida pública dependerá de sua necessidade como esposa e como mãe. Se, entretanto, encontrar um esposo que possa dar-lhe e aos filhos o conforto e o bem-estar indispensável, será pois, o ideal, ela assim desempenhará o seu verdadeiro papel: amando e sendo amada e educando seus filhos no recesso do lar.” (*O DIÁRIO*, domingo, 18 de abril de 1954).

Se, por um lado, esse pensamento expressava a educação feminina da época, inculcando nas mulheres a aceitação natural do trabalho doméstico, conformando e aceitando um papel social imposto historicamente na relação entre gêneros, havia, por outro, um reconhecimento da necessidade da mulher não só de se preparar para as lides domésticas, mas também para enfrentar os obstáculos da vida moderna. O que, na verdade, também significava a possibilidade de as mulheres assumirem, se necessário, o trabalho fora de casa.

Os editoriais do jornal *O Diário* revelam o posicionamento do periódico sobre o trabalho feminino, mostrando como o trabalho da mulher e, em especial, a da mulher casada, não é muito compensador para as empresas. Os argumentos dos editorialistas eram as frequentes ausências da mulher ao trabalho, garantido por direito de maternidade, assim como pelos prejuízos que o seu trabalho fora do lar poderia causar à própria família. No entanto, era necessário adaptar-se à realidade, conforme opinião expressa no próprio editorial:

(10) - “Vivemos numa época de insegurança no futuro. É difícil, senão impossível, sacrificar um emprego, por menos remunerador que seja. Daí continuarem as donas de casa no exercício de seus empregos, menos pelas vantagens atuais do que pelo que valem como garantia para uma emergência desagradável do futuro. Trata-se, afinal de garantia para a viuvez que pode ocorrer, ou para a situação de abandono, tão comum nestes tempos trágicos de dissolução da família.” (*O DIÁRIO*, quinta-feira, 18 de setembro de 1954)

Em outro editorial, o jornal faz uma ressalva em relação ao exercício do magistério primário:

(11)-“Haveria uma exceção natural para as professoras, já que possuem um ‘status’ diferente das demais funcionárias e somente pessoas do sexo feminino exercem o magistério primário”. (*O DIÁRIO*, quinta-feira, 18 de setembro de 1954).

Sob a questão da coletividade e do reconhecimento enquanto grupo social, os sujeitos enunciadorees colocados em cena pelos sujeitos comunicantes mulheres jornalistas projetam, em suas construções discursivas, vivências femininas diferentes que se identificam e que se sentem representadas pelos referidos enunciados.

Quanto aos destinatários e parceiros das narrativas temos como Destinatário (TUd), que fazem parte do circuito interno seres de papel, possíveis interessados nas narrativas destes jornalistas.

Também temos os sujeitos interpretantes (TU_i), seres o mundo real, a quem caberá a responsabilidade e capacidade de interpretação. Para Charaudeau,

(...) para o sujeito interpretante, interpretar é criar hipóteses sobre: (i) o saber do sujeito enunciador; (ii) sobre seus pontos de vista em relação aos seus enunciados;

(iii) e também seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário, lembrando que toda interpretação é uma suposição de intenção (CHARAUDEAU, 2009a, p. 31).

São sujeitos interpretantes os jornalistas e historiadores que foram responsáveis por captarem em vídeo as narrativas, os interessados nesse narrar para a construção de memória de um acervo histórico. Nesse sentido, podemos dizer que a origem dessas narrativas é conduzida por eles trazendo os traços de uma biografia, de uma jornada, de um destino pessoal.

3.1.3 Os sujeitos da produção jornalística

Como todo ato de comunicação, a comunicação produzida pela mídia pressupõe duas instâncias distintas: a da produção e a da recepção. Segundo Charaudeau (2006, p. 73),

Falamos em instância porque o que preside a produção da comunicação midiática é uma entidade compósita que compreende vários tipos de atores: os da direção do organismo de informação que cuidam da saúde econômica da empresa e de sua organização competitiva; os da programação, ligados aos precedentes de maneira a fazer com que as informações escolhidas tenham um certo sucesso junto ao público; os da redação das notícias e os operadores técnicos, que escolhem tratar a informação conforme sua linha editorial (CHARAUDEAU, 2006, p. 73).

Para o analista, o jornalista é, na instância de produção, não importa qual seja sua função, é a figura mais importante. Ao jornalista ele reserva a designação “instância midiática”. A instância de recepção para o mesmo autor “é portadora de um conjunto impreciso de valores éticos-sociais e, acrescentamos, afetivos-sociais os quais devem ser levados em conta pela instância midiática” (CHARAUDEAU, 2006, p. 80). Assim ele propõe que na instância de recepção pode haver o alvo intelectual e o alvo afetivo. O alvo intelectual seria capaz de avaliar racionalmente aquela informação que lhe é apresentada. Por sua vez, o alvo afetivo avaliaria de modo inconsciente ou de maneira emocional aquilo que lhe é oferecido. Segundo Charaudeau: “ No processo de construção da instância-alvo

pela instância midiática, o alvo intelectual e alvo afetivo se misturam e interagem. É nessa interação que tem origem a opinião pública.” (p.82)

Os enunciados produzidos pelo sujeito enunciadador, no entanto, devem ser entendidos e analisados dentro de suas circunstâncias sociais e discursivas, ou seja, não podemos perder de vista as suas condições de produção.

3.2 A finalidade do ato de linguagem – Narrativas de vida

Charaudeau (2004) define a finalidade como a categoria que ordena o ato de linguagem em função de um objetivo, obrigando os parceiros da troca a responderem a seguinte pergunta “estamos aqui para dizer o quê?”. Essa finalidade é ainda entendida como um dos elementos essenciais na constituição da expectativa (*enjeu*) da troca linguageira, uma vez que ela determina a orientação discursiva de toda a situação de comunicação. Além disso, a finalidade, para concretizar a expectativa (*enjeu*) da troca, seleciona uma ou mais visadas.

Segundo Segundo Charaudeau (2004), visada é a “[...] intencionalidade psicossociodiscursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte, da própria troca linguageira” (p. 23). Assim, as visadas são atitudes enunciativas de base que são definidas tanto pela intenção comunicativa do EUc (sujeito comunicante), com relação à identidade que ele assume dentro da situação de comunicação, quanto pela identidade que ele atribui ao TUi (sujeito interpretante), nessa mesma situação.”

A situação de comunicação que arquiteta uma narrativa de vida tem, como todo ato comunicativo, um objetivo principal, uma visada predominante. É Charaudeau (2004, p.23) que afirma haver seis visadas principais que vamos organizar no quadro a seguir:

QUADRO 8 - Principais visadas discursivas

Visada	Características
Prescrição	Sua principal característica é a marca de autoridade. <i>O Eu</i> “manda fazer” (<i>faire faire</i>), e ele tem autoridade de poder sancionar ; o Tu destinatário do ato de linguagem se encontra, então, em posição de “dever fazer”. São exemplos desta visada: leis, recitas médica, bulas
Solicitação	Esta visada é caracterizada por um “querer saber”, o que revela que o “eu” está em posição de inferioridade de saber diante do “tu”, mas legitimado em sua demanda ; o “tu” está em posição de “dever responder” à solicitação. Ex:
Incitação	No caso desta visada, o produtor da atividade linguageira quer “mandar fazer”, mas, não estando em posição de autoridade, não pode senão incitar a fazer ; ele deve, então “fazer acreditar” (por persuasão ou sedução) ao receptor que ele será o beneficiário de seu próprio ato ; tu está, então, em posição de “dever acreditar” que se ele age, é para o seu bem. Ex: o exemplo mais evidente desta visada está presente nos discursos publicitários.
Informação	O ato de linguagem engendrado por esta visada busca “fazer saber”. O “eu” está legitimado em sua posição de saber e o “tu” se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos. São exemplos os discursos jornalísticos das reportagens, as apostilas e livros
Instrução	A marca é quer “fazer saber-fazer”. A instância produtora deste ato se encontra ao mesmo tempo em posição de autoridade de saber e de legitimação para transmitir o saber. Ex: manuais
Demonstração	A instância produtora do ato de linguagem quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas” segundo uma certa posição de autoridade de saber (cientista, especialista, expert). O destinatário ou receptor deve estar em posição e ter a capacidade de receber e avaliar uma verdade. Ex: relatórios, teses etc.

Fonte: Adaptado de Charaudeau (2004, p.23)

Apesar do autor elencar apenas seis visadas, cremos que existem várias outras que podem, inclusive, fazer parte de um ato de comunicação simultaneamente é o caso da situação de comunicação de narrativas de vida. Para identificar a(s) visada(s) predominante(s) é necessário analisar minuciosamente o ato de linguagem em questão. De acordo com Bakhtin , em *Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance (1990)*, a narrativa, através de seus múltiplos significados recria as condições sociais do período em que aparece, já que joga luz em e desconstrói o estatuto de um sistema acabado, único, supostamente verdadeiro e monológico.

No que diz respeito à análise de discurso, estudar as narrativas de vida visa a um estudo de estratégias que incluem os objetivos, os efeitos que elas provocam em seus receptores, os contratos de compreensão mútua que se estabelecem entre interlocutores.

Uma das visadas que aparecem nas narrativas de vida que analisamos nesta tese, é a *visada de informação*. O narrador está em uma posição de legitimidade para transmitir o saber, as experiências de sua própria vida, ele realiza a (re) construção de sua vida, de modo diacrônico, ao analisar suas experiências. O destinatário que optou por assistir aos vídeos do acervo *Memória do Jornalismo Mineiro* com as narrativas encontram-se em uma posição de “*dever saber*” ou, de pelo menos, “*querer saber*” sobre a vida destes personagens.

Trata-se da tentativa de construir uma biografia, de reunir e dar coerência a uma vida, na vã tentativa, segundo Pierre Bourdieu (1986), de que ela se constitua uma narrativa estável e autônoma. Ao tratar das biografias, Bourdieu fala de “um projeto original”, ou seja, no início da existência do narrador já há um projeto de existência, uma motivação original que o guiará até o fim de sua vida. É a partir desse projeto original que vida será narrada. Por isso, nas narrativas de vida são constantes expressões como: *desde criança, ainda pequena, sempre gostei, já na infância*.

(12)- “Me ocorre que esta coisa de ser pioneira é uma constante em minha família, é uma praga sabe... Meu pai implantou na região de Carangola, em todas as cidades limites como Faria Lemos, todas aquelas cidades o cinema que até então era mudo” (BOECHAT, 1995).

(13)- “Olha, eu sempre tive muita vocação para estudo, não um estudo assim hermético, um estudo, mas aberto, lia demais, lia escondido, lia debaixo da cama, porque tinha que estar deitada, então punha o travesseiro assim entrava debaixo da cama, eu sempre fui extremamente ávida de conhecimento, não pelo conhecimento, mas pela alegria que ele pode proporcionar e, então desde a infância eu era considerada assim, das primeiras da minha classe e à medida que ia avançando sempre considerada a primeira. (BOECHAT, 1995).

(14)- “Começamos desde muito jovens e a ter interesse pelo estudo. E sei que quando éramos mocinhas, o meu pai ficou um pouco preocupado, pensando: “Essas meninas vão casar-se, como é que elas vão tratar os maridos?” (LISBOA, 1982)

Apesar a relevância da *visada de informação*, as narrativas dos jornalistas-intelectuais não podem ser reduzidas à sua função informativa factual, mas também devem ser pensadas como instrumentos de reconstrução das identidades sob o impacto de um outro

tempo, ou seja, as próprias condições de enunciação e elaboração possíveis dessa experiência pelos narradores.

A *visada de informação*, no caso, do material que compõe o acervo, encontra-se vinculada a uma outras visadas, uma delas é a “*visada memorialística*”. Os jornalistas que narram suas vidas parecem revelar a autoridade que os deixam aptos a construir um trabalho de memória do jornalismo profissional que, ao ser organizada em um suporte midiático, seria, ao mesmo tempo, um dispositivo e o agente da memória.

No começo de sua narrativa o jornalista João Etienne Arreguy Filho relata:

(15)- “Desde que me aposentei no jornal O Diário, em 1969, depois de 34 anos de atividades, no batente mesmo” (ARRAGUY, 1995).

No trecho acima, podemos perceber que Arreguy procura demonstrar o quanto trabalhou no jornal, contribuindo desta maneira para que o interlocutor possa considerá-lo legítimo, e suas informações sobre o “fazer jornalístico”, confiáveis.

A representatividade da experiência do indivíduo é investida do estatuto de “ponte” e “espelho” para a compreensão de categorias sociais mais abrangentes. Por essa via, a narrativa justificar-se por seu potencial de generalização, não são levadas em conta apenas as preocupações com as especificidades dos destinos individuais ou das peculiaridades pessoais, mas o narrador torna-se também o agente de uma memória coletiva.

3.2.1 A finalidade do ato de linguagem – Na informação jornalística

Na perspectiva proposta por Charaudeau para a compreensão do funcionamento e do posicionamento dos discursos das mídias nas sociedades contemporâneas, esses se caracterizam pela visada de *fazer saber*. Poderíamos, em um primeiro momento, dizer que a visada de *fazer sentir* ou visada de captação pode se sobrepor à visada de *fazer saber* em alguns enunciados, mas o autor alerta: “todo contrato de comunicação se define através de representações idealizadas que o justificam socialmente e, portanto, o legitimam” (CHARAUDEAU, 2006, p 87).

Para isso, a instância midiática se coloca na tensão entre *informar* (com o desafio de manter a credibilidade em seu discurso) e *captar* seu interlocutor (pensado a partir do desafio da dramatização). Os dois objetivos (informar e captar) fazem parte de um “jogo de mascaramento de uma visada pela outra” e complementa que tal jogo “é inverso nos dois contratos; cada um deles tira sua legitimidade da visada oposta: o contrato midiático da visada de informação, o contrato publicitário da visada de captação”.

A primeira visada, a da *informação*, nos coloca o problema da verdade em torno da enunciação e consiste em duas espécies de atividade linguageira: a descrição-narração dos fatos e a explicação com vistas a esclarecer as causas e as consequências relacionadas ao surgimento dos fatos. Já a segunda visada, a da *captação*, está diretamente vinculada à conquista de um parceiro de troca de mensagens e se coloca no campo da luta comercial e dos apelos emocionais.

Assim, o contrato de informação midiática é, em seu fundamento, marcado pela contradição: finalidade de fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação da informação, para satisfazer o princípio de produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização” (CHARAUDEAU, 2006, p. 92)

Charaudeau situa as mídias num “campo de poder complexo que entrecruza vários outros campos” que, juntos, agiriam em busca do mesmo alvo: a legitimação diante dos campos político, econômico e da cidadania. No primeiro campo, a mídia tentará exercer a dupla ação de contrapoder e interface com a sociedade civil; no segundo, alcançar o grande público e dramatizá-lo; e no terceiro, mostrar-se apta a ser o local de produção da opinião pública. Para ele, o jogo midiático consiste em “navegar entre os dois polos ao sabor de sua ideologia e da natureza do acontecimento” (2015, p. 93). É a partir dessa dupla visada que os veículos de imprensa se posicionam na sociedade.

Um exemplo do que preconiza este analista do discurso (2006) é a reportagem transcrita abaixo, publicada no dia 06 de julho de 1952, sob o título *Plantando bananeira o governador de Minas*. O subtítulo era: Juscelino dá um espetáculo de circo para obter o equilíbrio das finanças do Estado.

Complementam a cena enunciativa a foto de Rodolfo Rocha e que tinha como legenda do texto: “Como se vê, o sr. Juscelino Kubitschek é realmente um grande equilibrista.” A fotografia de Juscelino, foi publicada de cabeça para baixo, como se estivesse se equilibrando em cima de uma cadeira (Cf. figura)

O dr. Juscelino, depois de quase dois anos de governo, é que resolve mostrar o que é. Durante muito tempo, todo o mundo pensou que êle fosse apenas um dançarino, preocupado em aperfeiçoar os seus passos nos salões provincianos de Diamantina ou nas gafeiras da Capital. Ninguém conhecia, entretanto, sua qualidade de equilibrista, de verdadeiro artista de circo, a que não falta o espetaculoso dos números de trapézio.

Na chefia do governo, dr. Juscelino salta, volteia, evolui e saltita, como um malabarista completo. E tudo feito com a publicidade cara e custosa, especialmente organizada para chamar a atenção em torno do show. Ao espetáculo não falta naturalmente a presença indiscreta dos charutos, ou amarra-cachorros, e auxiliares, que a platéia sempre recebe com apupos e manifestações hostis. Estes são os homens encarregados de preparar a apresentação e que, em nossa história, recebem nomes como Pedro Pereira Filho, José Morais, Ramos de Carvalho, Maurício Andrade, José Augusto, Pacaembú, e até mesmo José Ribeiro Pena, agora tão preocupado em colocar amigos e parentes. Eles distribuem picolés, batatas doces, presentes e convites à platéia, procurando atrair maior número de espectadores aos espetáculos do dr. governador.

No circo, o artista se esforça por corresponder à atenção da platéia. Contorce-se, chora, ri e protesta, corre e deita-se no chão. Felizmente, entretanto, êle consegue equilibrar a situação.

A *Folha de Minas*, que tanto déficit apresenta ao Estado, aí está, firme e vitoriosa, tendo agora adquirido um avião para levar suas edições às cidades do interior. O *Minas Gerais*, com a maior redação da América do Sul, vai tocando para a frente, alheio dos prejuízos e déficits alarmantes. A publicidade do governo consome diariamente vários milhares de cruzeiros, mas tudo continua em ordem. Juscelino mantém-se a cavaleiro na situação, firme como o pirolito da Praça Sete. Constrói o Palácio da Mangabeiras. Gasta dinheiro à mão cheia. Mas está de pé. Consegue manter o equilíbrio orçamentário. Mostra ser o que sempre foi; um equilibrista. Restaurou o equilíbrio nas finanças de Minas. (RABÊLO, José Maria. In: Binômio, jun., 1952)³⁹

³⁹ Foi mantida na transcrição das reportagens a grafia padrão da época.

No texto, de caráter opinativo, como era comum no jornalismo praticado nos anos de 1950, em Belo Horizonte, José Maria Rabêlo faz alusão ao universo do circo para criticar o que considerava gastos excessivo do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek.

Outro exemplo é a matéria acima, produzida por José Maria Rabêlo, publicada no dia 22 de junho de 1952, sob o título: Juscelino vai por Rôlla na Praça Raul Soares.”

A matéria traz com subtítulo ou bigode o texto: “*Sensacional descoberta da reportagem de binômio sobre a verdadeira finalidade dos prédio (sic) que ali serão construídos.* Acompanha a notícia uma fotolegenda⁴⁰ de Juscelino Kubitschek com os seguintes dizeres:

O governador em trajes menores - O sr. Juscelino Kubitschek, bailarino emérito e viajante experimentado, revelou agora uma outra faceta de sua personalidade: a de esportista. É justamente por isso que se vê obrigado a viajar semanalmente para o Rio, onde está disputando um animado e concorrido torneio de peteca. – No flagrante acima, tomando em Copacabana, na altura do Posto 6, o governador Juscelino Kubitschek pousou para o nosso fotógrafo esportivo, entre pudico e receoso, enquanto ouvia as instruções do sr. Pedro Pereira Filho, sôbre a melhor posição para sair na fotografia. O chefe do Protocolo não apreze na chapa porque ela se destina a um álbum de família.

A transcrição do corpo da reportagem é a seguinte:

Grave denúncia foi feita à reportagem deste jornal, sôbre o conjunto arquitetônico que será construído brevemente na Praça Raul Soares, por iniciativa do governo mineiro. Segundo a informação, a verdadeira finalidade dos prédios que ali serão erguidos, é outra, bem diferente da mesma que foi anunciada amplamente pela imprensa governista da Capital, isto é, por todos os nossos bravos e independentes jornais.

Pelo que noticiou essa imprensa, o majestoso seria utilizado apenas para o funcionamento de um hotel de luxo e das repartições públicas do governo mineiro. No sub-solo ficaria instalada uma enorme estação rodoviária.

Esta é a versão oficial. Na verdade, entretanto, nem todas as repartições serão públicas, segundo a grave denúncia que recebemos de elementos ligados ao sr. Arcebispo da Capital. Pelo contrário, muitas delas serão até excessivamente privadas, pelos menos até que seja alterada a atual legislação sôbre contravenções penais, entre as quais se incluem todas as modalidades de jogo de azar, mesmo as permitidas pela Polícia... Acreditam os denunciantes que teremos brevemente em Belo Horizonte, sob a égide oficial, uma casa de inocentes diversões, como aquela que as autoridades policiais varejam já pouco tempo nos fundos da <Popular Loteria>. Os informantes, que fizeram questão de permanecer anônimos,

⁴⁰ A foto-legenda é uma legenda explicativa, mais extensa do que a comum, que acompanha uma fotografia ou uma ilustração num jornal ou revista

por uma justificável medida de prudência, não adiantaram qualquer outro detalhe em torno de sua sensacional revelação. Por isso mesmo, esta nota deve ser recebida com as necessárias reservas, como sejam reservas de apartamentos nas proximidades das salas de diversões do conjunto, reserva da mesa nos melhores pontos do salão, além de fichas e outros inofensivos objetos apropriados para a ocasião.

Uma única circunstância levou os nossos informantes às comprometedoras conclusões de sua denúncia: a lembrança do governador Juscelino Kubitschek em por Rôlla por trás do grande empreendimento. O sr, Joaquin Rôlla, como se sabe, antigo concessionário do Cassino da Pampulha e proprietário do Cassino Quintadinha, além de outros centros esportivos do país, é quem vai explorar a promissora indústria, pois foi o vencedor da concorrência para a construção dos prédios da Praça Raul Soares. (RABELO in: Binômio, 1952, p. 01)

Antes de passarmos à análise das reportagens propriamente ditas, é essencial que façamos algumas observações sobre o jornal *Binômio*, onde elas estão inscritas.

Oposicionista a JK, o nome do jornal é inspirado no slogan do governo de Juscelino em Minas, o ‘Binômio Energia e Transporte’, que José Maria Rabêlo transformou no ‘*Binômio: sombra e água fresca*’. O jornal, criado pelos jornalistas José Maria Rabelo e Euro Arantes, circulou pela primeira vez em 17 de fevereiro de 1952 e teve três fases bem distintas, nas palavras de um dos seus fundadores “todas identificadas pelos mesmos valores, como a independência, o espírito crítico, uma forte consciência social e, sobretudo, um imenso sentido de humor” (RABÊLO, 1996).

A primeira fase, com limites não tão claramente definidos, durou de 1952 a 1956, foi eminentemente humorística e coincidiu com a administração de JK como governador de Minas Gerais.

(16) – Era uma fase alegre, iconoclasta, quase debochada, que refletia em alguma medida o espírito jovial e folgazão do governo Juscelino. Um jornal de estudantes, como sempre dizia o Euro, que a polícia resolveu levar a sério. O riso constituía sua grande arma, corroendo, entre uma piadinha e outra ou uma charge irreverente, alguns dos mitos mais consagrados de Minas Gerais’. (RABÊLO, 1996)

A segunda fase foi a panfletária que se estenderia de 1956 a 1960.

(17) - Representou um período duro, com muitas perseguições, durante o governo Bias Fortes, um troglodita político originário das mais profundas cavernas do conservadorismo mineiro. A cada violência o jornal respondia no mesmo tom, praticando um jornalismo virulento, demolidor, sem paralelo no país. Descobriu um inquérito feito no Banco do Brasil em 1951, no governo Vargas, em que Bias Fortes era acusado de vários crimes, como peculato e formação de quadrilha. Foi uma bomba no Estado. A resposta veio fulminante: pressionaram todas as gráficas locais para não imprimir o Binômio. A partir daí teve que ser impresso no Rio, onde ficaria até março de 1964, quando o golpe militar o impediu de continuar circulando. (RABÊLO, 1996)

Finalmente na terceira etapa, pode-se dizer que viria o coroamento de toda a experiência anterior. Nela o Binômio adotaria uma linha ainda mais comprometida com seu momento histórico, transformando-se no porta voz, em Minas, da campanha pelas reformas de base (agrária, urbana, fiscal, do ensino, da saúde, etc).

(18) - É bom esclarecer que aquelas reformas nada tem a ver com as reformas neoliberais do atual governo. ⁴¹Desta forma, estava tomando partido no intenso debate político e ideológico que dominou a via brasileira durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, que levaria à tragédia do golpe de 64 e, conseqüentemente, do fim do jornal. (RABÊLO, 1996)

A manchete “*Plantando bananeira do governador de Minas*” tornou-se emblemática, assim como a manchete “*Juscelino vai por Rôlla na Praça Sete*”, que entraria para a história da imprensa mineira, apesar da notícia nada ter de escandalosa. Salvo a manchete de duplo sentido, quem a lesse até o fim perceberia tratava-se de noticiar, *fazer saber* que Joaquim Rôlla, conhecido incorporador, que estava lançando, com o apoio de Juscelino, um enorme conjunto arquitetônico na Praça Raul Soares, que mais tarde seria batizado de Conjunto JK. Além disso, a reportagem levantava suspeitas de que o

⁴¹ Segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

empreendimento não seria utilizado apenas para o funcionamento de um hotel de luxo e das repartições públicas do governo mineiro, mas como “casa de diversão”.

As manchetes dos jornais, geralmente, inserem-se no contrato de comunicação midiática, o contrato de “informação cidadã”. Nele, há, de um lado, a identidade da instância de produção – que, por seu estatuto profissional, possui legitimidade democrática e, por seu discurso, busca reforçar sua credibilidade – e, de outro, a identidade da instância de recepção – o cidadão, que, frente à necessidade de se informar sobre a atualidade, busca o jornal com o qual se identifica (cf. CHARAUDEAU, 2006).

O efeito de sentido das duas manchetes é construído por meio da ambiguidade atribuída às expressões “por Rôlla” e “plantando bananeira”, que podem ser lidas, num jogo de duplo sentido. Reverberam por meio do humor, temas que podem ser considerados vestígios de diferentes discursos sobre um mesmo objeto. Assim, as manchetes humorísticas são construídas a partir de imagens estereotipadas ou não convencionais de JK e do mecanismo linguístico da ambiguidade ou o duplo sentido. Nos dois casos, as manchetes marcam a intenção do enunciador que buscaria a captação do interlocutor, da instância de recepção por meio do humor. O jornalista busca provocar no interlocutor um estado emocional que seja favorável a uma *visada de influência*.

No sentido *lato*, podemos entender o humor como um discurso ou um campo de significação que visa provocar o riso, tendo em vista uma apreciação não convencional, não esperada da realidade. Para além de provocar o riso, Freud revela que o discurso humorístico tem uma dimensão “liberadora” e de “rebeldia”. (FREUD, 2006)

Podemos dizer, assim, que o humor pode constituir-se numa modalidade crítica de relação do sujeito com o social e com os sentidos, uma possibilidade de resistência desse sujeito. Discursivamente, segundo Charaudeau em seu artigo *Des catégories pour l’humour*, publicado na revista *Questions de communication* n°10, o ato humorístico deve ser

considerado como uma *mise en scène* caracterizada pela “presença” de três sujeitos: o *locutor*, o *destinatário* e o *alvo*, o que Charaudeau (2006b) ⁴² chama de uma relação triádica:

O locutor é o sujeito que produz o ato humorístico numa determinada situação de comunicação.

O destinatário é o sujeito convocado a participar da *mise en scène* do discurso de humor. De acordo com Charaudeau (2006), ele pode assumir dois papéis: o de cúmplice e o de vítima. Assim, o locutor chama-o “a partilhar a visão do mundo que propõe o enunciador, além do julgamento que esse coloca sobre o alvo” (CHARAUDEAU, 2006b).

Como vítima, o sujeito é tornado, ao mesmo tempo, o destinatário e o alvo.

No caso das duas manchetes, o humor tem o claro objetivo de atingir o governador Juscelino Kubitschek⁴³, levando o interlocutor ou leitor a se tornar uma espécie de cúmplice. Quanto à forma de enunciação, no caso da manchete “*Juscelino vai por Rôlla*” na *Praça Raul Soares*”, o locutor traz para a cena duas personagens (Juscelino e Joaquim Rôlla, empresário do setor de construção) que possuem identidades, papéis sociais fundamentais para garantir o sucesso do ato de humor.

O alvo, segundo Charaudeau, é o sujeito (s) sobre a qual o ato de humor recai. “Pode possuir natureza de pessoa (individual ou coletiva), na posição de terceiro protagonista da cena humorística, na qual se coloca em censura o comportamento psicológico ou social, sublinhando os defeitos de suas maneiras de ser e de fazer aos olhos

⁴² Cf. Des catégories pour l’humour *Revue Questions de communication* n°10. In: <http://www.patrick-charaudeau.com/Des-categories-pour-l-humour.html>. Acessado em: jun.2019

⁴³ Foi Benedito Valadares, na condição de interventor mineiro, que nomeou JK chefe da Casa Civil de Minas Gerais. Aos 32 anos, foi eleito deputado federal pelo PP com a maior votação em Minas Gerais, tornando-se líder político em Diamantina (MG). Aos 37 anos, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte durante o Estado Novo. Passou a ser conhecido como “prefeito-furacão”. Suas obras trouxeram a marca de Oscar Niemeyer, Burle-Marx, Cândido Portinari, entre outros. Com 48 anos, foi eleito governador de Minas Gerais pelo PSD, derrotando o concunhado Gabriel Passos da UDN. O governo mineiro de JK foi marcado pelo Binômio “Energia-Transporte”, que seria seu primeiro laboratório para a presidência da República. Construiu mais estradas pavimentadas do que em toda a história de Minas Gerais e triplicou a capacidade de geração de energia do Estado. Entretanto, as representações geralmente atribuídas até hoje à JK (ideologia desenvolvimentista, modernista) não convenciam os editores do Binômio, em especial José Maria Rabêlo, como ele mesmo revela em suas narrativas.

do julgamento social de normalidade”. (CHARAUDEAU, 2006b). Ainda segundo o autor, “ é por meio do alvo que o ato de humor questiona as visões normatizadas do mundo procedendo aos desdobramentos, às disjunções, às discordâncias, às dissociações dentro da ordem das coisas. (CHARAUDEAU, 2006b).

Quando lançamos mão das instâncias enunciativas presentes no quadro comunicacional proposto pela Teoria Semiolinguística, e ao relacioná-las com os sujeitos locutor, destinatário e alvo, temos no circuito externo:

EUC – instância enunciativa comunicante que pertencente ao mundo físico sócio-histórico;

TUi – representa qualquer destinatário/leitor que venha a entrar em contato com a informação do jornal.

No circuito interno:

EUE – Sujeito enunciador jornalista;

TUd – sujeito destinatário (idealizado pelo EUC);

alvo – aquele que se quer atingir.

No caso dos dois textos jornalísticos que estamos analisando, podemos dizer que o jornal Binômio faz parte da *instância midiática* que responde a uma demanda sócio-histórica por “*dever de democracia*”. Nas palavras de um de seus fundadores,

Nós quisemos fazer um jornal que se diferenciasse deste modelo de subserviência, de submissão da nossa imprensa. E, por isso, tivemos que fazer um jornal pequeno no início, porque não tínhamos recurso, e apelamos para o humor (RABÊLO, 1996).

Ao mesmo tempo, a mídia jornalística *Binômio* também se define a partir do liberalismo econômico e empresarial que visa captar, o maior público possível. É a lógica comercial que fez com que o jornal (e faz com que tantos outros hoje) tenham que recorrer

a estratégias de sedução, como observamos, sobretudo, nas manchetes: “Plantando bananeira o governador de Minas” e “Juscelino vai por Rôlla na Praça Raul Soares”.

As notícias, ao se referirem a acontecimentos do espaço público de Belo Horizonte e de Minas Gerais, revelam o posicionamento político e ideológico do jornal, que se mostram em desacordo com outras tradicionais mídias de informação do Estado, conforme explícito, inclusive nos textos das reportagens, a partir de algumas expressões irônicas. Vejamos os fragmentos:

A verdadeira finalidade dos prédios que ali serão erguidos, é outra, bem diferente da mesma que foi anunciada amplamente pela imprensa governista da Capital, isto é, por todos os nossos bravos e independentes jornais.

A Folha de Minas, que tanto déficit apresenta ao Estado, aí está, firme e vitoriosa, tendo agora adquirido um avião para levar suas edições às cidades do interior.”

O Minas Gerais, com a maior redação da América do Sul, vai tocando para a frente, alheio dos prejuízos e déficits alarmantes.

A publicidade do governo consome diariamente vários milhares de cruzeiros, mas tudo continua em ordem”.

Esse posicionamento tem confluência com outro enunciador da instância midiática, o jornalista José Maria Rabelo, ser de fala (EUc), ser psicossocial que detém um conjunto de valores acerca da atuação política de Juscelino Kubitschek como governador de Minas Gerais. Rabelo coloca em cena um “ser de papel”, o sujeito da linguagem (EUe). Esse sujeito de linguagem projeta um interlocutor ou destinatário ideal, o (TUd), e tudo é feito em função deste interlocutor.

No caso das notícias analisadas, acreditamos que o (TUd) também é *alvo*, uma vez que temos explicitamente mobilizado um discurso derrisório, zombeteiro em relação ao governador Juscelino Kubitschek⁴⁴, uma vez que, no que tange ao imaginário popular, o

⁴⁴ É importante ressaltar o contexto em político do qual Juscelino Kubitschek fazia parte. Ele era do PSD, um partido de profissionais, que adorava o poder e, para conservá-lo, seus líderes combinavam a contagem meticulosa dos votos recebidos com uma bem calculada repartição de cargos e de recursos públicos. O PSD tinha voto, prestígio regional, sabia da importância de eleger os prefeitos para garantir o poder do governador,

período em que o Estado foi governado por JK foi visto como o dos “os anos dourados”, uma época marcante de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Denominado de nacional desenvolvimentista, o projeto de JK caracterizou-se por um apelo ao senso de nacionalismo contra o subdesenvolvimento e as injustiças sociais.

O grande salto desenvolvimentista, aliado a políticas de estímulo à industrialização resultaram em altas taxas de crescimento. Por outro lado, crescia também a inflação e o endividamento e são estes elementos negativos que José Maria Rabêlo tenta deixar evidenciados em seus discursos.

De um político, modernista, desenvolvimentista, “o político bossa-nova”, representações que são comuns e consolidadas pela mídia no imaginário sobre o tradicional político mineiro, o discurso do *Binômio* na voz de José Maria Rabêlo coloca o governador em uma posição menos glamorosa do ponto de vista político e busca a convivência do leitor-ideal (TUd) para compartilhar desse ponto de vista. Vejamos mais alguns fragmentos:

“Durante muito tempo, todo o mundo pensou que *êle fosse apenas um dançarino, preocupado em aperfeiçoar os seus passos nos salões provincianos de Diamantina ou nas gafeiras da Capital. Ninguém conhecia, entretanto, sua qualidade de equilibrista, de verdadeiro artista de circo, a que não falta o espetaculoso dos números de trapézio*”.

Constrói o Palácio da Mangabeiras. Gasta dinheiro à mão cheia. Mas está de pé. Consegue manter o equilíbrio orçamentário.

No caso do discurso de humor político, tomando como base as duas reportagens, evidenciamos que esse discurso tem um caráter essencialmente argumentativo, entendendo a argumentação como um processo de significação que se define tendo em vista

jamais contestava resultado de urna, e era doutor na tática do acordo e da aliança. O PSD estava “à esquerda da direita e à direita da esquerda” dizia Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Vargas e fundador do partido. Os grandes pessedistas eram mestres na capacidade de confabular e conchavar: Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, José Maria Alkmin, Ulysses Guimarães. Mas o PSD era também o partido da velha política do favor miúdo e da astúcia provinciana, cujos líderes regionais, sustentados por “coronéis” locais, mantinham eterno controle sobre os deputados de suas bancadas, como Benedito Valadares, em Minas Gerais.

a filiação dos sujeitos e dos sentidos a redes de memória (relação discurso/formação discursiva/interdiscurso).

Enquanto uma parte da mídia tradicional mineira ajudava a consolidar “representações que carregavam sentidos positivos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo” cristalizando efeitos de sentidos que contribuíram para a construção de uma posição política e social de “consenso” acerca do JK, o *Binômio* tentava desconstruí-las. Cabe destacar que é por meio do *alvo* que certas visões normatizadas do mundo serão questionadas.

Rabêlo (1952) ao construir o texto brincando com os sentidos que podem ser atribuídos às expressões “por “Rôlla” e “plantando bananeira”, ilustra bem a noção de que a linguagem é um objeto não transparente e que o processo de comunicação não é o resultado de uma única intencionalidade, mas sim da relação entre os parceiros da troca languageira.

Vamos, pois que, para Charaudeau, o ato de linguagem não esgota sua significação em sua forma explícita, pois se trata de um objeto duplo, constituído de um explícito e de um implícito. Extrai-se daqui uma diferença importante para a semiolinguística, entre o *sentido de língua* e o *sentido de discurso*.

Quanto à sua dimensão política, focalizamos o humor como um espaço próprio de significação e exposição dos sentidos de poder, cujas possibilidades de leituras vão além daquelas que os sujeitos da política e de sua cobertura jornalística normalmente fazem. Dessa forma, essas leituras-outras, denominadas “críticas”, estão ligadas à atribuição de sentidos que rompem com ou atrapalham dizeres que, no campo da política, (a)parecem (como) únicos, estáveis ou definitivos.

Ainda sobre o humor, Rabêlo revela em sua narrativa de vida:

Enfrentamos a vida, tantas fora as vicissitudes, adversidade, que muitos pensam que a gente em algum tipo de angústia. Nada... nós temos uma vida muito alegre, sempre foi nesse sentido de humor, e eu sempre digo que isso que nos ajudou a todos nós, tanto no Binômio, na minha família, a enfrentar com muita desportividade os acontecimentos mais desfavoráveis, pois o humor tem essa coisa: o humor areja, o humor alegra, te faz lhe reencontrar com a vida. Nos momentos mais difíceis, basta uma boa piada, uma ideia inteligente, engraçada que desanuvia o ambiente.

Felizmente até os meus netos seguem com isso. Então esse espírito de humor é uma arma extraordinária, uma arma a você mesmo como liberação de suas tensões. A grande vantagem do humorista é que ele é o primeiro a rir de suas piadas, porque ninguém pode rir antes. E libera, libera energia, supera tensões, o humor é fantástico, mas também uma arma destruidora. No livro que estamos fazendo sobre o Binômio, eu coloco uma frase de Humberto Eco: “O riso elimina o medo”. O riso é realmente uma arma extraordinária para defender e atacar, bem assim desde criança, a gente sempre teve esta inclinação. (RABÊLO, 1996)

3.3. Modos de organização do discurso

O ato de comunicação é representado, segundo Charaudeau (2014) por um dispositivo que tem como componentes a situação de comunicação, o texto, a língua e os modos de organização do discurso. Segundo Charaudeau (2008), os *modos de organização do discurso* constituem-se como princípios de organização da matéria linguística que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante.

São procedimentos de ordem linguageira que consistem no uso de certas categorias de língua, ordenando-as em função das finalidades discursivas do ato de linguagem, sendo agrupados em quatro modos: *enunciativo*, *descritivo*, *narrativo* e *argumentativo*. (CHARAUDEAU, 2008)

Cada um desses modos possui uma função de base, correspondente à finalidade discursiva do projeto de fala do locutor (enunciar, descrever, contar/narrar, argumentar) e um princípio de organização que, para o descritivo, o narrativo e o argumentativo, trata-se de um duplo princípio.

Vamos começar a tratar do modo de organização enunciativo, pois conforme Charaudeau (2008), ele está presente em todo o discurso. Ele é o responsável pelos regimes de enunciabilidade de um ato de linguagem.

3.3.1. Modo de Organização Enunciativo

Para Charaudeau (2008), enunciar é organizar as categorias da língua, ordenando-as e sempre levando-se em conta a posição que o sujeito falante ocupa em relação ao interlocutor.

O Modo Enunciativo tem uma função particular na organização do discurso. Por um lado, sua vocação essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo; por outro lado, e em nome dessa mesma vocação, esse modo intervém na encenação de cada um dos três outros Modos de organização. É por isso que se pode dizer que esse modo comanda os demais. (CHARAUDEAU, 2008, p.74)

É na enunciação que o sujeito se posiciona frente ao seu interlocutor atuando a partir de três possibilidades enunciativas ou comportamentos. Conforme Charaudeau (2008):

- *Alocutivo* - Este comportamento é caracterizado pela presença explícita do locutor frente ao interlocutor. Estabelece uma relação de influência entre os dois, expõe um ponto de vista acional, estabelecendo uma relação em que assume posições. o locutor age sobre o interlocutor, numa relação de influência. Várias categorias da língua caracterizam essa modalidade enunciativa, como a proposta, o aviso, a interpelação. Essas modalidades também são denominadas de intersubjetivas.
- *Elocutivo* - Evidencia o locutor e revela sua posição no seu enunciado. Exprime o seu ponto de vista sobre o mundo. O ponto de vista pode ser especificado como: modo de saber, avaliação, motivação, engajamento ou decisão. A modalidade é, então, uma atividade subjetiva. Como exemplo de categorias da língua temos: a opinião, a aceitação ou recusa, etc.

- *Delocutivo* - Nele o sujeito falante se apaga de seu ato de enunciação, o que concede ao texto uma aparente objetividade. Os enunciados se encontram sob a forma impessoal. Trata-se da modalidade objetiva. Dentre as categorias da língua possíveis para o comportamento delocutivo estão o discurso relatado e a asserção.

Nas narrativas de vida, nas quais são feitos os relatos da infância, da juventude, relações de amizade e atividade profissional de uma determinada pessoa a configuração discursiva é marcada majoritariamente pela presença de atos elocutivos. Embora seja marcante e uma constante a presença dos atos elocutivos nas narrativas, é comum também encontrarmos atos delocutivos e alocutivos.

De maneira geral, estes comportamentos discursivos (intersubjetivo, subjetivo ou objetivo) definem a modalização enunciativa. Eles vão jogar luz na percepção dos pontos de vista dos locutores e enunciadorees no nível interno da atividade enunciativa. É através do entendimento dos modos de organização discursiva, sobretudo do enunciativo, aliado à percepção dos diferentes planos de pontos de vista que podemos confrontar os diferentes PDV dos narradores/enunciadores na construção de suas narrativas de vida.

No caso dos primeiros, dos atos elocutivos, consideramos que o engajamento, a demarcação de opiniões do narrador contribui para a efetivação da credibilidade da narrativa.

(19) Precisamos desenvolver em nós, formar em nós, o espírito de classe. Toda a nossa vitória, ao que parece, depende dessa união. Se ontem éramos uma força, pela nossa abnegação quase cega, pela nossa dedicação desprendida aos pequeninos, pela nossa participação necessária e indireta nos desígnios de nossa terra, hoje já somos uma força maior pela consciência, embora nascente, das nossas possibilidades, pelo alargamento da nossa inteligência, pela ampliação dos nostros horizontes e pela participação necessária e direta nos desígnios de nossa terra (LISBOA, 1982).

(20) O Colégio Sion, onde estudei mais tarde, era, para a época, uma coisa excelente. Você saía da casa do pai e da mãe e ia encontrar os professores, que também mandavam. Não tinha muita diferença não. A gente sempre acreditava nos mais velhos e ficava com essa ideia de que o que falavam era o certo e, se tinha alguma dúvida, *a gente* ficava meio assim e não tinha coragem de discutir. A tendência era acreditar. No curso do Sion, *a gente* aprendia o francês mais profundamente, aprendia música e pintura. Os

professores de Português eram brasileiros que sabiam muito bem o francês (LISBOA, 1982).

Alaíde Lisboa se preocupou sempre com os problemas sociais, especialmente com aqueles do professorado e como Presidente da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG), Alaíde se manteve fiel os ideais da professora-aluna da Escola de Aperfeiçoamento, mesmo durante o período em que era a editora do Suplemento *O Pequeno Polegar*, no jornal *O Diário*.

Em ambos os fragmentos, é possível percebermos marcas explícitas da presença da narradora: o *precisar* na primeira pessoa do plural, no primeiro fragmento; o pronome possessivo *nossa* e a modalização, por meio da expressão *ao que parece*.

No segundo fragmento (20), os posicionamentos de Alaíde são observados pela adoção dos verbos na primeira pessoa do singular e também pelo uso de adjetivos, pronomes e advérbios. Em todos esses trechos que destacamos, conseguimos ver os pontos de vista da narradora às informações por ela mesma apresentadas.

Esse regime enunciativo nos parece facilitar a identificação de pistas para a construção da identidade e subjetividade do narrador.

3.3.2 – A questão dos pontos de vista (PDV)

São variados os recursos inscritos na língua que são relevantes para a construção dos pontos de vista (PDV) em um discurso. Estão entre eles os tempos verbais, recursos modalizadores, formas do discurso, etc. Dessa maneira, segundo Rabatel (2005), não existem marcas específicas do PDV, todavia, variadas estratégias linguísticas que atuam na construção do discurso. O autor revela que é possível imputar um PDV para os enunciadores em segundo plano (e2), mesmo que eles não tenham falado nada.

Nesse contexto, podemos considerar que, para Rabatel (2005), há diferentes modos de representar um PDV e eles estão diretamente ligados à maneira que se manifestam nos discursos locutor e enunciador. Essas relações entre PDV surgem a partir do modo como o locutor (L1) e o enunciador (E1), ou seja, locutor e enunciador principais, como produtores de discurso, colocam-se em relação ao PDV de outros enunciadores (e2), ou seja, como se posicionam em relação ao discurso de outros. (RABATEL, 2005).

O que é dito no discurso pode ser assumido pelo locutor/enunciador principal, o qual é encarregado de gerenciar os dizeres ou a responsabilidade enunciativa que pode ser atribuída pelo locutor a outros enunciadores. Na perspectiva de Rabatel (2005), destaca-se a postura enunciativa de coenunciação que para o autor é coprodução de um PDV comum e partilhado por L1/E1 e um enunciador em segundo plano (e2).

A separação do Locutor/Enunciador já havia sido operada por Ducrot (1984) e para Rabatel (2016), as responsabilidades enunciativas virão direcionar a cada instância do texto o seu PDV, retirando a onipresença do Locutor. Portanto, existem planos de PDV, pois, conforme o estudo de caso realizado por Rabatel:

[...] as percepções representadas pelo locutor primário (o narrador, mais frequentemente) exprimem o PDV de um enunciador segundo, que se mostra como sua fonte enunciativa fundamental [...] (RABATEL, 2016, p.60).

Em um contexto interacional, particularmente nas interações orais (mas também na escrita, em contexto de discurso relatado), é desejável que o enunciador principal seja também aquele em relação ao qual se determinam outros locutores/anti ou coorientados em relação ao principal; neste caso, entram em jogo marcas interacionais, sobretudo, quando os locutores coproduzem um PDV comum partilhado (coenunciação) ou quando o PDV de um dos locutores se impõe ao seu parceiro, que o retoma, o amplifica, sem por isso partilhar necessariamente esse PDV que, por sua posição dominante, pode ser considerado como sobre-enunciador (cf. Rabatel, 2003b, 2004b) (RABATEL, 2005, p. 43).

Rabatel (2005) explica que o locutor é a primeira instância que produz materialmente os enunciados, o que acaba aproximando a noção de locutor da noção de vozes do discurso (RABATEL, 2005). Já o enunciador é a instância que se posiciona em

relação aos objetos do discurso aos quais ele se refere, e ao fazê-lo é que eles tomam a responsabilidade para si.

Consideramos, então, que um locutor de um determinado PDV nem sempre é a fonte enunciativa do dizer, pois não se trata, necessariamente, da instância que assume o conteúdo dito ou de uma determinada representação. Em seu trabalho, Rabatel (2016) afirma que os estudos linguísticos têm mostrado que L1/E1 (locutor/enunciador principal) mobilizam estratégias linguísticas de atribuir uma posição a outros enunciadores ou hierarquizar um PDV de enunciadores em segundo plano. Assim, pode-se dizer que há enunciadores mais importantes que outros do ponto de vista da encenação discursiva do conteúdo. L1/E1 seria para Rabatel aquele que assume a responsabilidade enunciativa dos PDV, aquele a quem se atribui um grande número de PDV e uma posição argumentativa mais valorizada.

A gestão do dialogismo interno fica, assim, a cargo de uma correlação entre as instâncias enunciativas. Essas instâncias fazem referências entre si ou mesmo se orientam a um plano de convergência com outros PDV. É comum que construam também PDV contrários ao PDV inicial responsável pela gestão dialógica da polifonia interdiscursiva. Isto é, podemos encontrar percepções dos enunciadores harmônicas ou desarmônicas com as abordagens genéricas do PDV do locutor inicial de estreita relação com o mundo externo (gestão interdiscursiva).

De outra forma, haverá sempre certa inquietação entre o dialogismo interdiscursivo e o dialogismo interlocutivo, pois, de uma maneira ou de outra, sempre há “tensões contraditórias entre, de um lado, uma abordagem global dos fenômenos, e, de outro, uma abordagem limitada das percepções” (RABATEL, 2016, p.65).

Nesse sentido, na teoria dos PDV, as instâncias enunciativas são locutores, ora enunciadores. Podem estar sincronizados em PDV coorientados e convergentes. Podem, contudo, entrar em desacordo e constituírem PDV antiorientados e divergentes.

Na gestão geral do dialogismo interlocutivo, expressões polifônicas de PDV em conflito podem servir para reforçar o PDV do locutor principal (RABATEL, 2013). Nesse

jogo de investimento de opiniões mais ou menos fortes, os PDV podem se expressar por meio de intensas modalizações adverbiais, adjetivas ou mesmo verbais.

Constitui importante forma de percepção dos PDV o estudo que considera o distanciamento ou aproximação do locutor / enunciador na constituição da forma da sua expressão enunciativa. No discurso, são duas modalidades fundamentais:

a) a ôntica ou epistêmica do universo do *ser* e que se reproduz nas constatações e com estreita relação com os contextos narrativos de 3ª pessoa (heterodieéticos);

b) e a deôntica responsável pelo *dever ser* e que se reproduz nas obrigações e com bastante aproximação nos contextos narrativos de 1ª pessoa (homodieéticos) (RABATEL, 2016,p.60).

É importante ressaltar que a teoria dos PDV tem uma relação com a locução dos verbos elocutórios (dizer, afirmar, etc.), mas também se apresentam como verbos de ordem não-locutória (pensar, agir,) constituindo diferentes formas de percepção dos PDV do discurso. Através dos verbos *dicendi*, os discursos direto, indireto ou direto livre apresenta as maneiras de manifestação dos PDV das instâncias enunciativas por meio dos discursos narrados. Por outro lado, os verbos nocionais ou de pensamento, e que não são locutórios *strictu sensu*, direcionam-se a um discurso representado (RABATEL, 2016).

Os verbos locutórios tratam de uma regência de vozes como em uma polifonia no seu sentido mais restrito. Os verbos não-locutórios tratam da “mistura de espaços mentais” (RABATEL, 2016, p.64) no universo das representações. Com efeito, novamente encontramos a relação entre dialogismo interdiscursivo e o interlocutivo, pois existe uma estreita aproximação entre os verbos *do dizer* no espaço interlocutivo e os verbos *do pensamento* no âmbito da gestão interdiscursiva das representações.

(21) Não me preocupavam as diferenças individuais, até que fui alertada por lições de Dona Helena Antipoff. Minha primeira ideia de justiça, no lidar com as crianças, era de que todas *deveriam ser* tratadas da mesma maneira.

Que injustiça! Se cada uma age e reage segundos sua potencialidade, suas experiências, suas vivências; se cada um *é* original? Como igualar otrato? (LISBOA, 1982)

(22) Jornalista se confundia em certo aspecto com intelectual. Naquele tempo era assim: tudo meio confuso. Dependia da aptidão de cada um, de sorte. Você entrava, começava a escrever e virava jornalista” (LISBOA, 1982)

O fragmento anterior (21) da narrativa de Lisboa (1982), as modalidades ônticas e deônticas estão presentes. A deôntica marcada está marcada pelo verbo *deveriam ser*, que expressa a possibilidade ou necessidade de que toda criança, na visão inicial da narradora, deveria ser tratada da mesma maneira. A modalidade ôntica, marcada pela ordem do ser como na expressão: *se cada um é original*.

3.3.3. Modo de Organização Descritivo

Segundo Charaudeau (2008), este modo de organização contribui para a existência dos seres à medida que os nomeia, localiza e qualifica. Assim, descrever está relacionado a contar, pois as ações estão ligadas à identidade e às qualificações dos actantes, mas contar não é o mesmo que descrever. Nomear, o primeiro componente, consiste em fazer um ser existir atribuindo-lhe um nome.

Contudo, essa nomeação é restringida pela finalidade das situações de comunicação, considerando muitas vezes a posição de quem subjetiva a descrição. Tratando-se de dos jornais, é evidente que os textos possuem muitas descrições, a fim de que o leitor visualize o cenário, os personagens e outros elementos que compõem a narrativa do acontecimento relatado.

No entanto, as descrições podem também ter outra função: criar um efeito de verdade. Isto é, as descrições minuciosamente detalhadas podem fazer com que o leitor acredite que o jornalista experimentou determinada realidade e, logo, possui autoridade para relatá-la.

A respeito das descrições e desse modo de organização de discurso, Charaudeau ressalta: “o universo assim construído é relativo ao imaginário pessoal do sujeito” (CHARAUDEAU, 2008, p. 125) – isto é, o sujeito constrói subjetivamente o mundo ao descrever os seres e suas ações de acordo com sua própria visão.

O segundo componente, localizar/situar, é a determinação do espaço e do tempo ocupado; isso influencia na existência do ser, pois suas características e sua função estão ligadas à sua posição espaço temporal.

O terceiro componente é qualificar, que consiste na atribuição explícita de um sentido particular a seres, uma qualidade que caracteriza e os especifica. O sujeito qualifica de forma objetiva ou não, pois pode haver um conflito entre o que é imposto pelo consenso social e as visões próprias do sujeito.

As narrativas de vida apresentam como categoria linguística essencial a denominação, a atribuição do nome próprio ao narrador. Nas narrativas que empreendemos análise é como o esquema de construção discursiva em que o narrador começa se apresentando.

(23) – Meu nome é Maria de Lourdes Boechat Cunha, mais conhecida como Lourdes Boechat. Nasci em Portela, distrito de Três Irmãos, no Estado do Rio de Janeiro, às margens do Rio Paraíba, mas sai de lá ainda bebê de mês, e meu pai se fixou em Carangola-MG, na Zona da Mata. Nasci em 26 de novembro de 1911, estou, portanto, com 84 anos.” (BOECHAT, 1995)

Além da denominação as narrativas são marcadas por qualificações atribuída pelas próprias personagens narradoras.

(24) Sou o João Etienne Arreguy Filho, escritor, acadêmico, jornalista e professor, mas todo mundo me chama de Etienne. [...] Realmente, eu sei que estou ligado à história do jornalismo, do esporte, do teatro, dos movimentos religiosos de Belo Horizonte e isso me torna mais responsável. (ARREGUY FILHO, 1982)

Era por vezes comum naquela época que o jornalista tivesse pseudônimos é o que revela Arreguy Filho em sua narrativa:

(25) Eu fazia uma coluninha de livros aparecidos. Colocava uma inicial qualquer e usava milhões de adjetivos e pseudônimos. Numa ocasião, eu usava Juan Arreguei com “ei” e Juan, como se fosse espanhol. Um redator perguntou: “quem é o chato desse crítico que assina Juan Arreguei?” Eu disse: sou eu. E ele: “não é tão chato assim, não”. (ARREGUY FILHO, 1982)

3.3.4 Modo de Organização Narrativo

Contar é fazer a descrição de uma sequência de ações que, segundo Charaudeau (2008), se desenrolam a partir de uma lógica temporal. Para que haja uma narrativa é preciso um enunciador-contador investido de intencionalidade perante um enunciatário-destinatário. As narrativas podem ser tanto reais quanto fictícias, marcadas por uma lógica com princípio e fim, organizando assim o mundo de uma forma contínua e sucessiva.

O modo de organização narrativo se caracteriza por uma dupla articulação: a organização da lógica narrativa ou construção de uma história a partir de uma sucessão de ações; e a organização da encenação narrativa ou a representação de uma narrativa. Na primeira, Charaudeau (2008) destaca os componentes da lógica narrativa que são: actantes (ou agentes), os processos e as sequências. Vários papéis actanciais podem ser desempenhados pelas personagens que são agentes (que executam a ação) e pelas personagens que são pacientes (que sofrem a ação). Na segunda, a atenção está voltada para os componentes do dispositivo da encenação narrativa, articulados em um espaço extratextual e intratextual, considerando os parceiros e protagonistas da narrativa.

As narrativas de vida, de maneira geral, são entendidas como uma narrativa em torno de si. Podemos afirmar que o narrador sempre será a personagem principal da narrativa em questão.

A fim de que possamos observar os principais papéis temáticos encarnados pelos narradores ao longo de suas próprias narrativas, achamos importante tentar elencar alguns episódios centrais para a observação de tais papéis. O recorte mostra-se útil para nos fazer

perceber como o narrador se autocaracteriza em momentos distintos de sua vida. Percebemos que nas narrativas do acervo *Memória do Jornalismo Mineiro*, os momentos considerados importantes e geralmente sempre presentes estão: o nascimento/a infância, a adolescência, a família, ascensão profissional ou momento em que ele se torna singular ou diferente dos demais e, por este motivo, mereça integrar o acervo e se tornar referência para o jornalismo mineiro.

Evidentemente, dependendo da narrativa, outros momentos podem se tornar importantes, contudo, percebemos uma certa regularidade quanto aos eixos que destacamos.

O nascimento ou a tenra infância do narrador é geralmente apresentado de maneira a qualificá-lo como um agente de sua própria história, como actante de sua vida e o responsável pelo seu destino.

(26) Eu era a mais velha, com 7 a 8 anos fiquei órfã, o meu irmão que vinha a seguir ficou com 5 anos e minha irmã ficou com 3. Minha mãe morreu com 26 anos. Ficamos em Carangola até que meu pai se casou de novo, ela morreu com a Espanhola. Ele se casou de novo, e aí tivemos por conciliação de família de sermos afastados. Eu fui pra Petrópolis para o colégio Santa Isabel, e fiquei lá até me formar como normalista. Em Carangola, eu estudei em escola pública, porque não existia grupo escolar naquele tempo. Você tinha que ir para uma cidade maior se quisesse estudar e já que meu pai tinha casado de novo, estava em lua de mel e por isso estava mais fácil já ir para o meu destino, o colégio interno em Petrópolis. (BOECHAT, 1995).

(27) [...] Eram irmãs vicentinas, aquelas de chapéu em forma de cornetas, extraordinariamente cultas; e tínhamos professoras muito conceituadas. O internato era administrado pelo Estado do Rio, pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. O colégio muito conceituado, muito conceituado mesmo, com o corpo docente da classe média para a alta” (BOECHAT, 1995).

(28) Meu pai implantou na região de Carangola e em todas as cidades limites como Faria Lemos, Manhuaçu, Manhumirim, em todas aquelas cidades, o cinema que, naquela época era cinema mudo. Houve dias e acontecimentos hilariantes, das pessoas chegarem no cinema e as cadeiras Verdol que, eram únicas e ficavam soltas, serem levadas de um lado para o outro, para onde as pessoas queriam sentar-se . Às vezes, tinha que ensinar para que lado olhar, de onde saía o filme. Então, ele foi o pioneiro, né? Levando coisas de mula, aquelas latas de filme para passar em Manhumirim, recolhendo em Manhumirim e indo até Manhuaçu, para passar também em Manhuaçu e descendo ali a fora. Eu acho que foi dali

que eu herdei esse negócio de me antecipar ao meu sexo. (BOECHAT, 1995).

(29) Louvores ao Colégio Arnaldo, onde estudei quase de graça. Faço um agradecimento muito grande aqueles generosos padres que acolheram minha mãe, que eles nunca tinham visto, dizendo assim: “Meu filho precisa estudar e não posso pagar”. Então, eu gostava e gosto até hoje do Colégio Arnaldo. Tenho uma lembrança, a melhor possível, do tempo de interno ou externo, dos cinco anos que passei lá. (ARREGUY FILHO, 1982)

(30) [...] Quanto à minha atividade no magistério, nasci com essa vocação. Herdei-a da minha mãe. Tanto que na minha família há pelo menos uns oito ou dez professores. (ARREGUY FILHO, 1982)

Este e outros episódios narrados por Maria de Lourdes Boechat, Alaíde Lisboa e por João Etienne Arreguy Filho demonstram que eles foram *beneficiários* de uma educação diferenciada. Este tipo de qualificação remete uma tendência na estruturação de narrativas de vida tendo como base o paradigma familiar, a ancestralidade.

Retomando os exemplos acima, o interlocutor é levado a acreditar que foram essas experiências que influenciaram os sujeitos narradores a se tornarem agentes de seus próprios destinos.

O papel actancial de beneficiários de seus próprios esforços aparece atrelado muitas vezes ao papel de beneficiários da experiência e convivência com outras personagens como no caso de Boechat (1995) que fora instruída em sua mocidade por “*irmãs vicentinas, aquelas de chapéu em forma de cornetas, extraordinariamente cultas; tínhamos professoras muito conceituadas*”, bem como Arreguy Filho (1982) que nas palavras dele: “*Faço um agradecimento muito grande aqueles generosos padres que acolheram minha mãe, que eles nunca tinham visto*[...].

Essa convivência ou circularidade entre os meios intelectuais mais elaborados se estende por toda a trajetória dos narradores que integram nosso *corpus* conforme nos revelam os fragmentos das narrativas de vida destacados abaixo:

(31) [...] No jornal, eu tinha encontrado Guillermo César, que com aquela ironia, às vezes, gozava a gente até à distância. *Eu ficava triste, mas lá no fundo hoje eu vejo como me foi benéfico. Logo que Ghilhermino saiu entrou o Edgar da Mata Machado, extraordinário.*

Essa nossa formação tinha mentores bons. Oscar Mendes, como redator-chefe, Sandoval Babo, José Mendonça, também com uma formação extraordinariamente bem-feita em humanismo.

(32) Adorei o meu trabalho na Constituinte . Dava-me margem de entrevistar e conviver com excepcionais jornalistas e escritores. Frequentava os cafés onde os escritores se reuniam, estava em permanente contato com Dr. Alceu, com o Sobral Pinto, com o Sobral Pinto, com o Roberto Alvim Corrêa.

(33) Em todas as quatro fases do Jornal a Mensagem, se eu não comecei, acabei como secretário. Foi isso que me fez ter veículo para publicar os primeiros artigos do Paulo Mendes Campos, do Otto Lara Resende e do Hélio Pelegrino. O Fernando Sabino já tinha publicado na Folha, graças ao Guilhermino César que trabalhava lá. Mais tarde o Fernando aderiu ou nosso grupo e formou-se o que se chamava de “Os cretinos iluminados”⁴⁵: o Fernando, o Otto, o Paulo Mendes e o Hélio Pelegrino.

(34) [...] Eu tinha jornal e revista na mão e recusava um ou outro artigo deles: tá muito ruim esse poema seu, não vou publicar não. Eles se queimavam e ficam com raiva de mim. Eu tenho artigos lá em casa assinados por Otto Mendes que não publiquei.

De acordo com Sirinelli, “todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p.246).

Logo, tais estruturas elementares de sociabilidade consistem em um observatório, de primeiro plano, da sociabilidade de microcosmos intelectuais e ainda um lugar precioso para a análise do movimento das ideias (SIRINELLI, 2003, p. 249), uma vez que se trata de ambientes que proporcionam a fermentação intelectual.

⁴⁵ Apelidados por Otto Lara de "os quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse" ou "adolescentes definitivos", a amizade entre os escritores começou na primeira metade do século passado. Eles se encontravam com bastante frequência na capital mineira para discutir política e literatura, de preferência em algum bar ou café. Encontros que prosseguiram ainda por muitos anos no Rio, para onde se mudaram.

Ao analisarmos o terceiro fragmento acima, percebemos um regime de enunciabilidade marcada pela autoridade. João Etienne que vai se recusar a publicar textos de sujeitos que viriam a se tornar renomados escritores e mineiros, assim, pode-se dizer que as redes de sociabilidade também alimentam os microclimas ou seja, meios aos quais as atividades e comportamentos dos intelectuais desenvolvidas constituem um microcosmo particular. Ainda que, o termo microclima seja uma noção específica utilizada pela literatura, ainda assim, podemos utilizá-lo a fim de atentar-se para as sensibilidades envolvidas na constituição desses grupos nesses espaços. A atração, a amizade e os afetos, assim como a hostilidade, a rivalidade e o rancor desempenham um papel importante no mundo intelectual”.

No caso das narrativas que ora analisamos, percebemos que elas obedecem à uma estrutura cronológica e o encadeamento narrativo é lógico e linear, durante a maior parte, uma sucessão dos fatos no tempo. O expectador só conseguira a todas as informações sobre um determinado fato da vida do narrador se assistir de maneira contínua a sucessão de acontecimentos que ele narra. Essa relação cronológica e de dependência entre as mais variadas partes dos eventos narrados é que irá garantir a *intriga narrativa*.

A maioria dos processos narrativos são de valoração geralmente positiva, do ponto de vista da infância, ascensão profissional há sempre uma tendência de fazer uma apologia, um discurso autoelogio por parte dos narradores.

Este parece ser também o objetivo dos organizadores do acervo (os jornalistas e historiadores que coletaram as entrevistas narrativas), quando esses se propuseram a reconstruir a vida das personagens que se narram frente às câmeras. É também neste aspecto que o modo de enunciação narrativo nos parece se encadear com o modo argumentativo, que passaremos a tratar no tópico a seguir.

3.3.5 Modo de Organização Argumentativo

A argumentação ocorre a partir de uma proposta sobre o mundo, por parte de um sujeito que ao desenvolver um raciocínio tenta estabelecer uma verdade (CHARAUDEAU,

2008). O outro sujeito relacionado à mesma proposta é o alvo da argumentação, um ser do qual se pode esperar o compartilhamento da verdade, ação estabelecida por uma atitude de persuasão do sujeito argumentante. Logo, para Charaudeau (2008), a argumentação define-se numa relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo.

Ao fazer uso da argumentação, uma atividade discursiva, o sujeito participa de uma dupla busca: racionalidade e influência.

Neste ponto, gostaríamos de voltar a nos referir aos organizadores do Acervo *Memória do Jornalismo Mineiro* (jornalista e historiadores) que participaram amplamente da coleta das entrevistas narrativas que estão materializadas em vídeo e, como já mencionado na introdução desta tese, estão abrigadas no Museu da Imagem e do Som, vinculado à Secretaria Municipal de Cultural de Belo Horizonte.

É importante estarmos atentos que as narrativas dos jornalistas-intelectuais pertencem a duas temporalidades diferentes. A primeira, ao tempo em que eles atuaram como jornalistas; a segunda temporalidade, nos momentos em que eles constroem as narrativas para que elas possam se transformar em memória arquivística.

A iniciativa de criação do acervo partiu do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG) e tinha a clara intenção de construir uma memória sobre o jornalismo praticado em Minas Gerais nas primeiras décadas do século e de fazer os narratários, expectadores, acreditarem nessa memória, que ajudaria a dar sentido à prática jornalística.

Assim, faz-se necessário dizer que os dispositivos argumentativos de um texto dependem do contrato de fala e de fatores situacionais e contextuais, em outras palavras, os argumentos apresentados nas narrativas serão interpretados, decodificados pelos expectadores a partir do contexto sócio-histórico e de seu conhecimento de mundo, enfim, das mesmas representações socioculturais, uma mesma *doxa*.

Para Marialva Barbosa (2009), a memória faria parte das três chaves para se compreender a reconstrução de uma história do jornalismo. As outras duas seriam os rastros e a interpretação.

Mesmo que as narrativas de vida não possuam dispositivos argumentativos claramente demarcados, elas podem ser permeadas por uma orientação argumentativa implícita, e assim a situação comunicativa e contextual acaba por orientar maneiras de compreender o mundo. No caso das narrativas do nosso *corpus*, compreender a prática jornalística.

Investigando elementos discursivos predominantes da atividade jornalística – as regras discursivas que regem a atividade e os diferentes discursos sociais emitidos a partir daí –, Charron e Bonville (2004) *apud* Pereira e Adghirni, (2011, p.38) descrevem quatro jornalismo, estabelecidos a partir de uma relação funcional com modelos de sociedade que se sucedem, sobretudo na América do Norte e nos países onde o jornalismo se inspira no praticado naqueles países. Seriam eles:

“1. *Jornalismo de transmissão*. Aparece no século XVII com o objetivo de transmitir informações das fontes diretamente ao seu público; 2. *Jornalismo de opinião*. Surge no início do século XIX e se coloca a serviço das lutas políticas; 3. *Jornalismo de informação*. Emerge no fim do século XIX e segue o modelo de coleta de notícias sobre a atualidade; 4. *Jornalismo de comunicação*. Aparece nas décadas de 1970/1980 e se caracteriza pela diversificação e pela subordinação da oferta a partir das preferências do público-alvo.”

Sobre o contexto sociohistórico em que se encontrava o jornalismo entre os anos de 1982 a 1996, quando são coletadas as narrativas já estamos analisando, podemos dizer que a prática estava vivenciando as consequências desse último paradigma, marcado pelas pressões exercidas pela lógica comercial de uma hiper concorrência entre publicações, suportes e mensagens. Não podemos nos esquecer da emergência de novos gêneros, rotinas e identidades profissionais, a partir de cruzamentos entre a atividade jornalística e práticas “vizinhas”, sobretudo a publicidade, o entretenimento e a comunicação (pública e organizacional/ corporativa).

Segundo Marcondes Filho (2003), as atividades destes profissionais estavam permeadas de relações, muitas vezes dúbias, que se estabeleciam entre jornalistas e profissionais/produções, originários de setores da comunicação institucional).

A essas mudanças, acrescentamos ainda os fenômenos de convergência digital, globalização e mudanças de grande porte que têm afetado as corporações e o mundo do trabalho nos últimos anos sobretudo, a partir dos anos de 1990, que são para Castells (2003) *apud* Pereira e Adghirni, (2011, p.39):

- 1) Convergência da produção em níveis macro (concentração dos conteúdos em algumas empresas) e meso (criação de redações multimídia); 2) competição por novos mercados e mudanças nas condições econômicas da empresa jornalística; 3) embaralhamento das fronteiras entre o jornalismo e outras profissões; 4) enfraquecimento dos sindicatos; 5) redefinição das noções de liberdade de expressão e informação; 6) embaralhamento das fronteiras entre público e privado, entre os meios de massa e os meios de comunicação privados/individuais; 7) direito autoral sob pressão; 8) padrões e normas éticas sob pressão .

A ideia de “crise no jornalismo” tem sido muitas vezes vinculada apenas à crise na economia das empresas de comunicação, sem que se atente aos efeitos desse cenário no grupo profissional. De fato, os jornalistas têm sofrido com a precarização das condições de trabalho e a desregulamentação do seu estatuto já há algumas décadas.

O encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais e o aumento da carga horária dos jornalistas – resultado da “crise” dos processos de convergência – vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas. Os empregos informais, como *freelances* ou os contratos como pessoa jurídica predominam nas redações brasileiras hoje

Frente a este cenário, a reinterpretação da história do jornalismo ou nas palavras de Marialva Barbosa (2009), “os rastros” deixados por ela, materializados nas narrativas do acervo que hora analisamos não estariam marcadas pela intencionalidade de construção de poder do campo jornalístico? Não seria por isso que se buscou naquele momento construir uma memória para delimitar um lugar de poder para a atividade?

O produto dessa reconstrução memorialística é sempre um discurso carregado de significados. Há que se considerar também que cada época está imersa num grau de consciência histórica que foi sendo construído pelos sujeitos que “vivem e padecem sua própria história”. Se ao construir um texto que lança um determinado olhar sobre o passado estamos tentando produzir conhecimento ou *epistéme*, por outro lado não se pode esquecer que o que se reconstrói é sempre, como diz Heller (1993), “os problemas da vida e da consciência cotidianas”.

Acreditamos que os elementos argumentativos presentes nas narrativas de vida dos jornalistas-intelectuais são orientados de modo a permitir a identificação com outros jornalistas (sujeitos destinatários e interpretantes), visando a reforçar valores do que seria a boa prática jornalística, e ainda despertar emoções e sensibilidades e, por fim, desencadear ações que possam ajudar a garantir a perpetuação de uma modelo de fazer jornalismo considerado por muitos autores como o período áureo do jornalismo belo-horizontino.

CAPÍTULO 4 – REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS SOBRE O DISCURSO E A PRÁTICA JORNALÍSTICA

4.1 As representações sociais

O conceito de *representação* surge no campo das Ciências Sociais, a partir da necessidade de melhor entender a maneira como o homem, enquanto ser social, representa o mundo e os fenômenos a ele relacionados, ou seja, compreender a visão de mundo produzida pelo grupo social do qual faz parte e suas relações com os demais. Foi com a noção de *representações coletivas* que os estudos sociológicos se voltaram para a compreensão das relações que são estabelecidas entre os indivíduos de um determinado grupo social, das formas de interações possíveis com o mundo e a realidade que os cerca, bem como o papel das *representações* na organização da sociedade.

De acordo com Charaudeau (2006, p. 195), a noção de *representação* pode ser encarada de diferentes pontos de vista: pela perspectiva dos teóricos marxistas da ideologia, para quem as *representações* têm o papel de mascarar a realidade; pela visão subjetivista, cujo papel das *representações* seria de orientação das condutas; e outra perspectiva mais cognitivista, representada principalmente por Piaget e Moscovici, que procura entender o processo de representação enquanto uma função constitutiva do sujeito e que teria como finalidade a adaptação ao meio.

As *representações*, até então problematizadas por Durkheim, ainda limitavam-se a compreender como verdade apenas a linguagem do conhecimento científico, deixando de lado o saber popular. Durkheim discordava da possibilidade da união entre conceitos psicológicos e sociológicos: para ele, as representações deveriam ser compreendidas em configurações distintas: ora representações coletivas, ora representações individuais.

Com a Psicologia Social de Serge Moscovici, o termo é revisado, passando de *representações* a *representações sociais*. Nessa área, as *representações sociais* são o conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado objeto e são resultantes da interação social comum a um conjunto de sujeitos. São fenômenos complexos, marcados por elementos sempre ativos na vida em sociedade.

Como campo de saber, ela nasce de uma perspectiva crítica ao conceito tradicional que considerava o sujeito separado do seu contexto social, um forte postulado presente na América do Norte e Grã-Bretanha. Ainda de acordo com Moscovici (2003), elas seriam um conjunto de explicações, de crenças e ideias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Estas representações são resultantes da contínua interação social estabelecida entre os indivíduos e do modo como eles percebem a realidade, dando sentido, assim, à existência humana.

Para Moscovici, compreender o mecanismo e o significado das *representações sociais* seria o ponto de partida para a análise de uma determinada situação.

Segundo o autor:

“ As *representações sociais* determinam tanto o caráter do estímulo, como a resposta que ele incita, assim como, em uma situação particular, elas determinam quem é quem. Conhecê-las e explicar o que elas são e o que significam é o primeiro passo em toda análise de uma situação ou de uma relação social e constitui-se em um meio de predizer a evolução das interações grupais, por exemplo. (MOSCOVICI, 2003, p. 100).

O autor afirma que são dois os processos que geram *representações sociais* e que tornam possível familiarizar-se com algo novo e desconhecido que ora se apresenta ao sujeito: o *processo de ancoragem* e o *processo de objetivação*. O primeiro transfere o estranho para um referencial que possibilita sua interpretação e comparação, através de uma relação de categorização, que permite ao grupo reconhecer-se pelas semelhanças e diferenças.

O segundo processo tem a função de construir uma significação global a partir de informações selecionadas, confeccionando um cenário familiar ao que até então era desconhecido. Nessa perspectiva, *ancoragem* e *objetivação* seriam processos fundamentais para a produção e consolidação das *representações sociais*.

O conceito de *representação* é também importante para o historiador francês Roger Chartier. Em sua perspectiva, a história das práticas culturais é fruto da escolha feita pelos sujeitos a partir das noções de *habitus* e *campo* em Pierre Bourdieu como instrumentos

teóricos-metodológicos necessários ao estabelecimento de relações objetivas da história cultural com outras disciplinas como a antropologia, a história literária, a filosofia e a linguagem.

Para Chartier (1990), a noção de *representação* enquanto instrumento teórico-metodológico de análise seria, segundo o próprio autor:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. (CHARTIER, 1990, p.21)

Para esse autor, as lutas operacionalizadas pelas *representações* para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe sobre outro, sua concepção do mundo social, seus valores e domínio têm tanta importância como as lutas econômicas. Assim, “ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações das *representações* não é, portanto, afastar-se do social (...), muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais” (CHARTIER, 1990, p.34)

A *representação*, elemento fundamental do imaginário social, que o transpõe da perspectiva simbólica para a do mundo social, é analisada por Chartier como um conjunto de classificações, divisões e hierarquizações que definem a compreensão do mundo social a partir de orientações dos grupos ou classes sociais, ou suas frações, variáveis de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade. Para esse autor, a *representação* deve ser entendida como o “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este” (1990, p.21).

As representações, embora com discursos aparentemente neutros, não os são, sempre articulando estratégias de poder e dominação. Neste sentido, Chartier destaca que as “percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados”(p. 22)

Esse processo é constituído, de acordo com Chartier, por caminhos variados, como o que organiza a compreensão do mundo social a partir das classificações, divisões e delimitações produzidas por intelectuais, grupos e classe sociais, como a dos jornalistas, criando-se figuras e símbolos que buscam dar sentido a uma posição ou condição nos diversos espaços sociais.

Para o autor, o estudo dos conflitos por classificações se insere na análise do social, de forma a compreender importantes mecanismos de dominação que não se entrelaçam de forma imediata ao mundo material. Compreender os esquemas geradores de classificações, percepções e divisões pertinentes a cada grupo ou classe constitui, na visão de Chartier, uma forma de investigar as demarcações da organização social a partir das categorias mentais e representações coletivas.

4.2 *As representações* na perspectiva Semiolinguística

A fim de que a comunicação se efetive, é necessário que os indivíduos compartilhem um contrato intelectual baseado em contextos sócio-históricos de representações em comum Assim, quanto ao significado de “*representações sociais*” na perspectiva Semiolinguística, Charaudeau (2007) aponta que o conceito neste campo de estudos recupera noções consideradas tanto da Psicologia Social, quanto da Antropologia Social, e que possuem um sentido ligado ao resultado da atividade humana de categorização cognitiva referente à posição e ao papel social do sujeito. .

Para o autor, essa atividade teria uma tripla dimensão: a de organização mental coletiva; a de assimilação simbólica e, por último, a função ideológica, que determinava os valores ligados a um grupo social.

As *representações* constituem maneiras de ver (discriminar e classificar) e de julgar (atribuir um valor) o mundo, mediante discursos que engendram saberes, sendo que é com esses últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 197).

Nessa perspectiva, os saberes “são maneiras de dizer”, que logicamente dependem da linguagem e constroem sistema e modos de pensar. Em outras palavras, são os saberes que, ao mesmo tempo contribuem para construir sistemas de pensamento e são formas de expressar as *representações*. Eles podem ser organizados em dois tipos: *saberes de conhecimento e saberes de crença*.

- *Saberes de conhecimento*: procuram estabelecer uma verdade sobre o mundo, constituindo um saber que não depende do homem, ou seja, é exterior a ele. O mundo é uma realidade extrínseca. De acordo com Charaudeau (2006), esses saberes podem ser divididos em *saber científico e saber de experiência*. No caso do *saber científico*, a construção desses saberes é feita a partir de uma razão científica e para isso utiliza de teorias, modelos explicativos. Também participa do saber de conhecimento, o saber de experiência, aquele que não é comprovado cientificamente, mas que por ser experiência de alguém, é entendido como verdade. Este saber de experiência, mesmo que um saber popular, também é um saber sólido. No saber de experiência, as explicações partem de um conhecimento socialmente partilhado, que nem sempre podem ser provadas.

- *Saberes de crença*: são valores não atribuídos ao conhecimento, mas atribuídos subjetivamente por meio de avaliações e engajamento do sujeito que realiza a enunciação. Com isso, o homem se impõe ao mundo, que passa por um filtro interpretativo. Os saberes de crença “visam a sustentar um julgamento sobre o mundo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 197), não baseados em saberes científicos, mas em valores procedentes de um juízo, de uma avaliação. Pode-se dizer que têm função identitária e são subdivididos em saberes de *revelação e de opinião*.

O *saber de revelação* pressupõe que haja um lugar de verdade, mas, ao contrário do saber de conhecimento, esta verdade não necessita ser provada ou verificada, nem pela

ciência e nem pela experiência humana. Essa verificação ocorre pela adesão dos sujeitos por meio de textos e/ou documentos de moral ideológico. . É esse saber que faz uso dos valores de referência absolutos, também nomeados de doutrinas. “Diferentemente de teorias, que são constituídas de saberes de conhecimento, as doutrinas são um saber de opinião maquiado como saber de conhecimento e são usadas como modelo de pensamento e de comportamento para os indivíduos que vivem em sociedade.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 200)

Doutrinas e crenças têm muito em comum com as ideologias. Para o autor, “As ideologias constituem um conjunto de *representações sociais* efetivamente reunidas em um sistema de ideias genéricas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 200). A distinção entre as duas se dá quando o autor afirma que a ideologia “se funda em um sistema de valores de natureza afetiva e normativa que tende a definir as aspirações humanas ao afirmá-las como princípios e organizá-las em um discurso de racionalização autojustificativa”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 201).

A ideologia na perspectiva apresentada por Charaudeau (2006) não é um sistema de valores que tem por função mascarar o real, mas trata-se de um processo de ideologização que constrói um conjunto de crenças mais ou menos teorizadas sobre a atividade social e que tem por efeito discriminar as identidades sociais. Dessa maneira, entendemos que a ideologia é um sistema de pensamento mais ou menos fechado, porque pode ser construído tanto por saberes de conhecimento quanto por *saberes de crença*, e é construído em torno de valores de um grupo social que se impõe.

Já os *saberes de opinião* são as explicações que partem da apropriação por parte de um sujeito sobre um assunto. Ao mesmo tempo que ele é pessoal, ele é social, pois é compartilhado e assim circula em grupos sociais.

Assim, *saberes de conhecimento e saberes de crença* estruturam as *representações sociais*. Os *saberes de conhecimento* por construírem representações classificatórias do mundo e os *saberes de crença* por darem um tratamento baseado em conceito de valor às relações do homem com o mundo.

4.3 Observações sobre *representações sociais* e estereótipos

Para que enunciador possa reconhecer um estereótipo é fundamental que ele pertença ou tenha consciência do universo cultural e simbólico em que o *estereótipo* está inserido. Para Amossy (2005, p. 221), “a imagem discursiva de si é, assim, ancorada em estereótipos, um arsenal de *representações coletivas* que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura.” Ainda segundo a autora:

“De fato, a ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma *doxa*, isto é, que se indexem em representações partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes (que impregnam), mesmo se tratar de modelos contestatórios. [...] A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica.” (AMOSSY, 2005, p. 125-126)

Os *estereótipos* são, desse modo, imagens cristalizadas pelos sujeitos em seu meio social. Essas imagens têm o poder de determinar, com variadas intensidades, a maneira de pensar, de sentir e de agir dos indivíduos. Os *estereótipos* são uma espécie de ponte na relação do sujeito com o mundo, com o real, e dos sujeitos entre si.

4.4 O conceito de imaginários

É na segunda parte de *A Instituição Imaginária da Sociedade* que Castoriadis (1995) vai definir seu entendimento do imaginário, diferenciando-o do sentido corrente o imaginário como falso, como invenção, como engano e situando-o como fazendo parte indistinguível do que implica ser humano. Ele também faz questão de estabelecer um afastamento entre imaginários e racionalidade, sem, entretanto, atestar que são porosas as fronteiras entre os dois conceitos. Em seu trabalho de caracterizar as instituições sociais, ele

afirma que tudo de que se fala, tudo o que se apresenta para e pelos indivíduos está associado a uma rede simbólica, um simbólico que obviamente está na linguagem, mas que também está nas instituições.

Será o conjunto de representações, segundo Bronislaw Baczko (1985), que distinguirá o termo imaginário. O qualificativo social, empregado por este autor, remeterá o conceito ao conjunto da população, ou pelo menos a um grupo específico no interior de determinada população. Para o historiador polonês, o imaginário social pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas associadas ao poder. Nesse sentido, o autor destaca a natureza política do imaginário social, marcado por um conflito que busca a apropriação e utilização das representações coletivas.

Ao estabelecer uma “identidade” para uma sociedade, bem como códigos de comportamento coletivamente aceitos, o imaginário assume uma realidade específica, não podendo mais ser percebido tão somente como um tipo de “adorno” de relações econômicas, políticas etc., como se estas fossem as únicas “reais” (BACZKO, 1991, p. 14). Embora refira-se ao real, o imaginário social não será mero reflexo deste, mas sim representações elaboradas sobre este real a partir de materiais tomados de aspectos simbólicos existentes em determinada sociedade ou grupo.

As lutas e conflitos estabelecidos em torno destes bens simbólicos comprovam, segundo Baczko, seu caráter imaginário, mas não ilusório. O exercício do poder passa pelo imaginário coletivo, e é por ele reforçado e multiplicado através da conjugação das relações de sentido e pela apropriação de símbolos. (BACZKO, 1991, p. 16).

4.5 *Os imaginários sociodiscursivos*

O conceito sobre imaginários discutido em profundidade por Charaudeau no artigo *Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux*, publicado na França, em 2007.

Para integrar a noção de *imaginários* ao quadro teórico da análise de discurso é que Charaudeau (2007) propõe o conceito de “imaginários sociodiscursivos”. Os imaginários, que são instáveis e fragmentados, necessitam de serem materializados, o que pode se dar em atividades coletivas, rituais, no domínio da produção tecnológica, na produção de objetos emblemáticos que exaltam ou manifestam valores identitários. Entretanto, essa materialização não se furta da necessidade de ser suportada pela racionalização da linguagem, do discurso. O fato é que os imaginários sociodiscursivos se inscrevem em uma interdiscursividade que dão credibilidade às identidades dos sujeitos do grupo social, aos seus valores e julgamentos sobre os acontecimentos.

Assim Charaudeau (2007) define os imaginários sociodiscursivos: “[...] um modo de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, que, como dissemos, constrói a significação dos objetos do mundo, os fenômenos que são aí produzidos, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante”. (CHARAUDEAU, 2007, p.53)

CAPÍTULO 5 - PERSONAGENS DE HISTÓRIAS E TEXTOS MEMORÁVEIS

Como já apresentado no capítulo 1, tópico 1.5.1 desta tese, nos filiamos à teoria do discurso e ao modelo de análise de Charaudeau (1999), que se trata de uma abordagem representacional interpretativa e que parte de signos-sintomas para inferir imaginários sociodiscursivos.

Considerando as possibilidades de aprofundamento nas análises discursivas, a partir do conceito de *imaginários sociais*, expomos os exemplos a seguir, conforme proposto pelo próprio autor:

Ilustremos isso com dois exemplos. Os pássaros, primeiramente, que são percebidos através de diversos imaginários, cujos sintomas são os discursos produzidos a seu respeito, seja para descrevê-los, seja para qualificá-los, seja imaginando suas intenções: imaginário de “morte ou de ameaça”, quando são negros (corvos) ou quando se precipitam sobre a carne fresca (urubus); imaginário de “amor” (codornas) ou de “fidelidade” (pombos), mas também de “luxúria” ou de “perversidade” (perdizes), quando não se deixam ser pegos e enganam aqueles que tentam agarrá-los; imaginário de “vigilância” e de “inteligência”, como os gansos do Capitólio que evitaram o massacre da população de Roma, mas sem esquecer que os gansos pertencem igualmente ao imaginário da “tolice” ou da “ingenuidade” (tolo como um ganso branco). Outro exemplo: o corpo. O médico, examinando-o, tateando-o, apalpando-o, produz um discurso que o torna um lugar de aparição de sintomas; é o imaginário médico de “traço” ou de “indicialidade” como pesquisa de uma significação escondida sob a manifestação de um signo. Mas o biólogo considera o corpo através de um imaginário “tecidual” e “celular”, e o psicanalista o considera como um lugar de “somatização” (CHARAUDEAU, 2017, p. 580)

Também trabalhamos com uma abordagem contrastiva, que parte de dados empíricos. Por isso, após a pesquisa nos arquivos dos jornais, leitura e releitura das transcrições das entrevistas, observamos recorrências que nos levaram a organizar as análises em dois grandes eixos temáticos, a partir dos quais vamos desenvolvê-las. São eles: as representações sobre a formação intelectual, que perpassava a infância até a vida adulta dos narradores e as representações sobre o fazer ou a prática jornalística.

5.1 Lourdes Boechat – a pioneira

A narrativa de Lourdes Boechat foi gravada em vídeo, no formato Hi-8, no dia 6 de junho de 1995. A narrativa parte de uma entrevista feita pelos estudantes de jornalismo Arlindo Medeiros Filho, Rogério Faria Tavares e Mario Viggiano e pela historiadora e professora da PUC-MG, Carla Ferreti Santiago. No relato, todo em primeira pessoa, a jornalista, então, com 84 anos, revela que nasceu aos 26 de novembro de 1911, em Portela, distrito de Três Irmãos, no Estado do Rio de Janeiro, às margens do rio Paraíba, de onde saiu ainda bebê com a família, que se fixou em Carangola-MG, na Zona da Mata.

Boechat revela ainda que foi alfabetizada em Carangola e fez o curso de normalista (para se tornar professora) em um colégio interno. Em Belo Horizonte, toda a sua carreira como jornalista foi vivida no extinto jornal “*Folha da Manhã*”, a partir do ano de 1934.

Ao longo da narrativa e da produção jornalística de Boechat (1995) destacamos os seguintes temas e imaginários:

QUADRO 9 - Temas e imaginários – Lourdes Boechat

TEMAS	IMAGINÁRIOS	SIGNO-SINTOMAS ⁴⁶
Representações ou imagens da formação intelectual (infância, adolescência e vida adulta)	Tradição Erudição	Memória familiar Internato (Colégio Santa Izabel/RJ) Exemplo paterno, linhagem

⁴⁶ A concepção de signo-sintomas valorativos ou axiológicos estão nesta tese discutidas a partir dos trabalhos de Bakhtin (1997) e Lessa (2013)

	<p>Conservadorismo da época (principalmente com relação à questão do gênero.</p> <p>Pioneirismo</p>	<p>Vê-se obrigada a formar-se como normalista.</p> <p>Mulheres casadas não usam rosa</p> <p>Refutava a condição de professora, comum às mulheres de sua época</p> <p>Primeira mulher a se ligar à associação de jornalistas profissionais</p>
Representações sobre a prática jornalística	<p>Pouca profissionalização</p> <p>Presença majoritariamente masculina</p> <p>Condições de trabalho precárias</p> <p>Atrelada à formação intelectual</p>	<p>Não havia delimitação entre jornalismo e publicidade</p> <p>Não havia delimitação de seções no jornal</p> <p>Era a única mulher na redação</p> <p>Exercia ao mesmo tempo função de redatora no departamento de Jornalismo e era secretária no departamento de publicidade.</p> <p>Tinha bom texto Gostava muito de estudar</p>

A entrevista narrativa semiestruturada começa quando a historiadora e narratária, Carla Ferreti, pede para que Lourdes Boechat comece a falar sobre o que ela se lembra de sua infância. “Dona Lourdes, nós vamos começar com a Senhora nos contando um pouquinho da infância e da sua juventude. Boechat (1995) detalha sua história familiar, citando o pai como uma referência positiva em suas memórias.

(35) Olha, vendo agora essa sua pergunta, me ocorre que essa coisa de ser pioneira é uma constante em minha família, é uma praga sabe... meu pai implantou na região de Carangola, em todas as cidades limites como Faria Lemos, todas aquelas cidades, o cinema que até então era mudo.

[...] Então, ele foi o pioneiro, né? Levando coisas no lombo de mula, aquelas latas de filme para passar em Manhumirim, recolhendo em Manhumirim e indo até Manhuaçu, para passar também em Manhuaçu e descendo ali a fora. Então, eu acho que foi dali que eu herdei esse negócio de me antecipar ao meu sexo. Ele se chamava Lourival de Sá Boechat .(BOECHAT, 1995)

(36) Minha mãe era a Maria Augusta Carvalho Boechat, ela morreu muito cedo com 26 anos, e eu me lembro dela numa casa de fazenda, pra comprar um vestido, e ela queria uma seda cor de rosa e o marido, o meu pai, dizer: “não fica bem pra você, afinal, você é uma mulher casada, essa cor não é mais pra você.” Ela morreu com 26 anos. né? Nós ficamos muito pequenos, erámos 03, e ficamos em Carangola até que meu pai se casou de novo. Ela morreu com a Espanhola⁴⁷. Ele se casou de novo, e aí tivemos, por conciliação de família, de ser razoavelmente afastados. Eu fui pra Petrópolis para o colégio Santa Isabel, e fiquei lá até me formar como normalista. .(BOECHAT, 1995)

A julgar por esse excerto (35), percebemos que o pai da narradora era dono de um antigo cinema, que à época era mudo, na cidade de Carangola. Percebe-se que na reconstrução de flashes de sua vida, a narradora seleciona alguns fatos que foram significativos para a formação de sua subjetividade.

Na discursivização sobre esta parte de sua infância, Boechat, durante a entrevista concedida em 1995, reivindica para si uma representação de pioneira e esse pioneirismo aparece como uma força naturalizada, inculcada a partir dos laços familiares, da história, enfim, de sua linhagem.

Ela atribui um acento valorativo positivo ao fato de ser pioneira, o que teria mobilizado a personagem a se tornar uma progressista com relação às questões de gênero, como explicito na frase: “eu herdei esse negócio de me antecipar ao meu sexo.” A noção de pioneirismo perpassa grande parte do discurso da narradora e ajuda a consolidar um imaginário de que sua tradição familiar era progressista, estava à frente de seu tempo.

⁴⁷ A narradora se refere à Gripe Espanhol, uma epidemia do vírus Influenza, que entre os anos de 1918 e 1920 infectou mais de um quarto da população mundial.

Entretanto, esse imaginário progressista resvala e contrasta com estereótipos, como os estudados por Amossy (2015). A pesquisadora nos apresenta os estereótipos como um conceito que demarca posições cristalizadas na sociedade, como “um modelo cultural pré-existente (p.215). Marcamos alguns fragmentos do discurso da narradora que suscita o papel ou os comportamentos possíveis e esperados para as mulheres da sociedade daquele período. Um exemplo, extraído a partir do relato da narradora é negar à mulher casada a utilização da cor rosa em suas vestimentas, conforme o texto sublinhado no fragmento (36) e reproduzido a seguir: “ Eu me lembro dela numa casa de fazenda, pra comprar um vestido, e ela queria uma seda cor de rosa e o marido, o meu pai, dizer: “não fica bem pra você, afinal, você e uma mulher casada, essa cor não é mais pra você”.

A questão do comportamento, da moral, sobretudo, a respeito da mulher do início do século XX, parecem dialogar de uma forma tensa com um modelo, uma noção de civilidade que faz parte do contexto do capitalismo burguês daquele período, que desemboca em uma crise global com a 1ª Guerra Mundial e com a pandemia da Gripe Espanhola. Outros fragmentos retirados do excerto (37) a seguir, revelam as situações vivenciadas por Boechat (1995) que deixaram marcas, as quais fazem parte de sua história e de sua memória:

(37) Fui para Petrópolis e lá fiquei porque não havia um bom colégio interno na nossa cidade. Era também conveniente estar resguardada em um bom colégio. De qualquer maneira, você tinha que ir pra uma cidade maior se quisesse estudar mais, então, já que meu pai tinha casado de novo, estava em lua de mel, era mais fácil já ir para o meu destino, né?

Era uma instituição das irmãs Vicentinas, aquelas de cornetas de chapéu assim, extraordinariamente cultas, tínhamos as professoras muito conceituadas, era administrado pelo Estado do Rio de Janeiro, pela secretaria de educação do Estado do Rio de Janeiro. Tínhamos fiscais, essa coisa toda. O colégio era conceituado, muito conceituado mesmo e o corpo discente de classe média para alto. Era uma escola paga, altamente paga e só para moças.

Não existia misto naquela ocasião, e nossa única felicidade era ter um colégio, o São Vicente de Paula, que era só pra menino, quase em frente o nosso colégio

Era regime de internato. Eu ia pra lá em fevereiro e como morava muito longe de Carangola, era um dia de viagem. .(BOECHAT, 1995)

Nos trechos anteriores, pode-se observar que Boechat ancora seu discurso em estereótipos de tradição e conservadorismo com relação à questão do gênero feminino. O imaginário de tradição pode ser encontrado em falas que remetem a processos de continuidade, que remonta gerações: “Era também conveniente estar resguardada em um bom colégio”, “Não existia misto naquela ocasião, e nossa a única felicidade era ter um colégio, o São Vicente de Paula, que era só pra menino, quase em frente o nosso colégio”. Esses estereótipos carregam marcas de conhecimentos prévios da enunciativa, e estão ligados ao conjunto de crenças e opiniões partilhados por um grupo social. No caso em questão, a narradora Lourdes Boechat fazia parte de uma classe social privilegiada, pois sua família conseguia mantê-la em um colégio interno em Petrópolis: “O colégio era conceituado, muito conceituado mesmo e o corpo discente de classe média para alta. Era uma escola paga, altamente paga, e só para moças.”

Como percebemos, os imaginários têm o poder de gerar determinados rituais, a partir de representações que constituem lugares de instituições de verdades. Assim, para Charaudeau (2006), o discurso produzido por membros de um grupo social funciona com um sintoma. O analista denomina as escolhas linguísticas estabelecidas pelos enunciadores no processo de interação discursiva como signos-sintomas de imaginários sociodiscursivos.

Na seleção (38), a narradora avalia e reinterpreta seu passado de adolescente.

(38) É... participava em festas sim, de datas históricas ou datas religiosas e comungava todo santo dia e ia à missa todo santo dia, confessava de 8 em 8 dias, né? E dessa maneira, atravessei assim... vontade de ser freira, depois atravessei a vontade de casar e de fugir do colégio, essas coisas todas de qualquer adolescente, pré-adolescente. (BOECHAT, 1995)

Os fragmentos da narrativa sublinhados sinalizam uma indexação às representações ou uma aceitação de representações sociais que definem quais são as funções que deveriam ser desempenhadas pelas mulheres naquele período, quais os papéis sociais elas deveriam assumir.

Fica pressuposto no texto que era considerado comum para as mulheres daquela época se cassarem e serem religiosas, o que volta a mobilizar um imaginário de tradição. Boechat, como um sujeito de seu tempo histórico, se via engajada nesse imaginário, e ao discursivizá-lo, em 1995, de maneira consciente ou não, ela o faz na tentativa de explicar e contrapor a diferença histórica e sociocultural do papel e dos lugares da mulher nas primeiras décadas do século passado e no momento da captação da entrevista.

Imerso no presentismo, que Hartog (2003) vê como uma experiência do tempo em que o presente se impõe como o único horizonte, o discurso de Boechat (1995) expressa por meio de suas memórias, um outro “regime de historicidade” e que nos faz perceber por meio do interdiscurso diferentes temporalidades que se cruzam. É o discurso que tira Boechat (1995) de um regime de historicidade “presentista”.

Dando continuidade às análises, vejamos outro fragmento, no qual identificamos alguns signos-sintoma que nos remetem à dicotomia tradição versus pioneirismo. Ser mulher naquele período em que circulavam no imaginário social um conjunto de representações sobre o gênero feminino parecia algo conflituoso para Boechat (1995).

(39) Olha eu sempre tive muita vocação para o estudo, não um estudo assim... hermético, mas um estudo aberto, lia demais, lia escondido. Então, era considerada assim... uma das primeiras de minha classe e, com isso, tirei o primeiro lugar... [...]

(40) “Não, nunca pensei em ser professora, tenho horror de ser professora e cumpri, e paguei essa minha aversão lecionando em Carangola quando eu me formei. Eu me formei no dia 8 de dezembro de 1928, no dia 2 de fevereiro de 1929 eu comecei a lecionar em Carangola, lecionei no grupo, aí... já existia grupo escolar. Lecionei em escola particular e lecionava na escola normal e lecionava no ginásio carangolense, lecionava o dia inteiro, amaldiçoando o dia inteiro as coisas, esse processo de vida. (BOECHAT, 1995)

Assim, Boechat (1995) ao discursivizar suas representações acerca de sua formação escolar e intelectual desde jovem se ancora em representações acerca do estudo, na noção de excelência, comuns à coletividade da época que tinha cristalizado os internatos como instituições que atendiam à padrões de qualidade vigentes.

Como toma para si uma identidade de pioneira, a narradora se revela no fragmento (40) extremamente contrariada com o tradicional papel no mercado de trabalho reservado à mulher nas primeiras décadas do século passado, o de professora. Ela o desempenhava por necessidades materiais para ajudar a complementar a renda familiar como ele própria narra.

Nesse novo fragmento, percebemos que a jornalista, ao mesmo tempo em que tenta construir para si uma crença em seu pioneirismo, assim como muitas mulheres na sua época, foi vítima de representações fixas e cristalizadas que terminavam por reduzir as mulheres à expectadoras, mais ou menos submissas, de si mesmas.

Boechat (1995) deixa explícito na sua narrativa que, para as mulheres daquela época acessarem a educação após o ginásio, elas precisavam ingressar no magistério. A narradora repudia essa condição de vida, o que pode ser percebido nas seleções feitas no texto com em: “lecionava o dia inteiro, amaldiçoando o dia inteiro as coisas, esse processo de vida”. Ao tentar combater os *imaginários de crença coletiva* partilhados pela sociedade da época, com relação à formação educacional e ao trabalho da mulher, acreditamos que Boechat tenta incorporar um *éthos* progressista ao narrar-se

Assim, ao discursivizar suas memórias, nos parece que a jornalista tenta, pela trama narrativa, dar coesão para sua vida. Ela refuta ou denega índices das representações sociais que muitas vezes têm valor prescritivo e coercitivo para determinar as visões de mundo sobre as mulheres de seu tempo e valoriza representações mais progressistas.

A narrativa de Boechat (1995) nos leva a subentender que ela tem como ponto de vista que a condição de formação intelectual, educacional e profissional das mulheres não deveria estar ligada apenas ao magistério. Para ela, outras oportunidades deveriam ser possíveis, o que a faz refutar os acentos valorativos positivos incorporados pela sociedade da época à essas representações. Tais representações nos faz convergir para um imaginário de tradição e conservadorismo em relação à condição feminina.

A partir da perspectiva de Certeau (1994), podemos dizer que Boechat (1995) mesmo não gostando de ser professora, e para além das dificuldades materiais, adota uma postura que se revela como uma tática, pois era o magistério o espaço que garantia às mulheres legitimidade social. Corresponder, com maior ou menor fidelidade, a tal modelo

foi a tática utilizada por muitas professoras para se manterem no mundo do trabalho, onde os homens predominavam. A tática era romper com a exclusão, ainda que essa ruptura tenha ocorrido sob a forma de movimentos sutis, silenciosos, quase imperceptíveis.

Num contexto em que o transitar pelo espaço público era considerado falta de respeitabilidade, já que esta esfera era considerada de domínio masculino, o ingresso no magistério assegurava às mulheres professoras legitimidade para tal trânsito

Ainda com relação às relações de trabalho da mulher, Boechat não apresenta em seu discurso nenhuma identificação com as demais representações sociais, com os modelos de ser, com os pontos de vista ligados aos *imaginários de crença coletiva* da sociedade daquele período do início do século passado que delega à mulher um papel secundário. Vejamos mais algumas dessas representações presentes nas narrativas de Boechat:

(41) Fui para a Folha de Minas e depois de discutir o salário, veja: ainda me dei o desprante discutir o salário, fui admitida para o secretariar o departamento de Publicidade. Naquele tempo, nas redações de jornal, os jornalistas não tinham seções delimitadas, e quem tivesse bom texto... Que eles achassem: “fulano tem um bom texto”, era aproveitado. Eu comecei a ficar num híbrido entre o Departamento de Publicidade e a Redação, lá e cá, e acabei ficando na redação, porque eu tinha um bom texto, na opinião deles, né? Sempre que faltava uma secretaria na administração, uma secretaria no departamento pessoal, ia eu fazer o negócio. Acabava, voltava eu para a redação. Fiquei nesse vai e vem. (BOECHAT, 1995)

(42) No tempo, era a Associação dos Jornalistas Profissionais e eu era considerada por todos os meus colegas como da Redação, eu também me considerava da Redação, e me inscrevi na associação. Meu número é 136. Foi o primeiro nome de mulher na Associação dos Jornalistas Profissionais e, daí passei a me dedicar à Redação exclusivamente.” (BOECHAT, 1995)

As sequências (41) e (42) reiteram a condição da mulher no mercado de trabalho do jornalismo no início dos anos 30 do século passado e revelam a pouca profissionalização da atividade. A seleção: “ela se deu ao desprante de discutir o salário” aponta para uma atitude impensável para uma mulher naquele tempo: discutir, problematizar a cerca de uma

situação complexa. Ainda assim, a narradora o fez, o que deixa emergir em seu discurso uma representação de coragem diante do risco eminente de não ser contratada.

O conteúdo desse excerto no encaminha também os imaginários de tradição versus imaginários de pioneirismo.

O texto “Naquele tempo, as redações de jornal, o jornalista era... não tinham seções,” ainda deixa antever vestígios de como era operacionalizado o mercado de trabalho para o jornalista que atuava no início dos anos de 1930.

Vale, nesse ponto, uma breve explicação sobre o jornalismo do início do século XX. Foi naquele período que o jornalismo começou a incorporar outros assuntos e a explorar novos gêneros de texto como notas, reportagens, entrevistas e crônicas. Então, surgiram as editorias especializadas em temas e abordagens específicas como esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária, notícias policiais, regionais, nacionais, internacionais (LUCA, 2008). Mas, só mais especificamente a partir dos anos 60, os jornalistas começaram a se especializar de acordo com essas editorias ou seções, considerando a afinidades com temas que habitualmente costumavam cobrir ou que abordavam com maior facilidade. Essa tendência de especialização incentivou os repórteres a escrever para públicos específicos.

Ao narra-se, Maria de Lourdes Boechat também mobiliza algumas representações ligadas a um tipo de saber, que buscam geralmente evocar a ideia de domínio do conhecimento, das habilidades técnicas relacionadas ao profissional jornalista, como fica evidente em: “quem tivesse bom texto... Que eles achassem: fulano tem um bom texto, era aproveitado”.

A narrativa revela ainda que Boechat se submeteu ao acúmulo de funções no desempenho das atividades profissionais, marcadas pelas expressões: “Eu comecei a ficar num híbrido entre Departamento de Publicidade e a Redação e “ficava nesse vai e vem”. E em momento algum, o discurso da jornalista parece revelar uma subjetividade de alguém que teve a opção de se recusar a tal processo de trabalho.

Na narrativa, percebemos que os colegas de trabalho reconheciam Boechat como sendo uma profissional da redação do jornal e não uma secretária da publicidade, apesar de que foi apenas depois da sua inscrição oficial na Associação de Jornalistas Profissionais, que a jornalista pode dedicar-se apenas à redação.

Passemos a mais algumas partes da narrativa de Boechat (1995):

(42) A crônica diária do Félix Fernandes Filho, que se chamava Praça 12, era uma crônica de mais ou menos 30 cm por duas colunas... Ele trabalhou comigo 17 anos, escrevendo diariamente uma crônica sobre os mais diversificados assuntos. Eu substituí o Félix Fernandes um ano e meio, porque ele ganhou uma bolsa de estudos para ir para os Estados Unidos, e eu fique com a coluna dele o tempo todo. Era comum ouvirmos dizer que compravam a Praça 12 e vinha a *Folha da Manhã*, tamanha era a importância da crônica. Não convinha que a Praça 12 parasse de sair, assim como não convinha que fosse outra pessoa a redigi-la, a não ser o próprio Félix Fernandes Filho. Já tinha bastante tempo que eu estava na *Folha*, já tinha bastante experiência, eu trabalhava, eu trabalhei com ele na mesma sala 17 anos, né? Então eu tinha bastante experiência e foi um motivo para mim assim... de muita felicidade substituir uma pessoa que eu admiro tanto e que tinha um prestígio tão grande, porque, no fim de mais ou menos uns seis meses, muitas pessoas já sabiam, quer dizer, as mais intimas, né? Que era eu quem escrevia a Praça 12, mas o jornal exigia que o nome assinado fosse Felix Fernandes Filho e quando ele voltou, reassumiu a crônica.(BOECHAT, 1995)

(43) “Mas hoje não, hoje eu admiro muito as mulheres, né? Porque agora elas também já se libertaram desse tormento de criança versus criada, né? Mais também não fui muito masculinizada não, tá?”

Todas as seleções feitas nos fragmentos (42) e (43) também projetam imagens de um saber prático, acerca do universo jornalísticos, que propõe a ideia de “eficiência” de Boechat (1995), e estão demonstradas geralmente pelo êxito dos resultados alcançados no âmbito profissional.

O relato de Boechat revela que pelo exercício da atividade de jornalista, ela adquiriu competências que a levaram a ser bem-sucedida ao substituir o colega de trabalho. Os excertos grifados parecem evocar estas representações.

Na seleção feita em (42) e (43) podemos perceber que, ao mesmo tempo em que se coloca como competente, fazendo saltar novamente ao seu discurso um *ethos de pioneira*, ao ser a primeira mulher a ter registro de jornalista em Minas Gerais, Boechat acaba se submetendo às imposições de seu tempo, como escrever por mais de um ano e meio o texto

de maior sucesso do jornal *Folha da Manhã*, mas assina esse mesmo texto como se fosse outra pessoa, no caso um colega de trabalho o jornalista Félix Fernandes Filho.

Percebemos que as representações que saltam da narrativa de Boechat se organizam para mobilizar imaginários que transitam entre a tradição/conservadorismo e representações progressistas.

Na obra *A invenção do cotidiano*, Certeau (1994) apresenta dois conceitos fundamentais para se entender e analisar as práticas cotidianas: “*estratégias*” e “*táticas*”. A estratégia é o cálculo ou a manipulação de relações de força que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de vontade ou poder é isolável e tem lugar de poder ou de saber. Dessa forma, a estratégia é definida pela posse de um lugar próprio, como é o caso, por exemplo, a nosso ver, dos jornalistas pertencentes ao cânone nacional ou mineiro, como Félix Fernandes Filho.

Quanto às táticas, Certeau aponta que são definidas pela "ausência de um lugar próprio". (CERTEAU, 1994, p.100). Constituem-se por uma ação calculada ou pela manipulação de força quando não se tem um próprio, quando “estamos dentro do campo do outro” (CERTEAU, 1994, p.100), no interior de um campo definido pelo outro e é em função da ausência desse lugar próprio que calculamos a relação de força.

Nesse sentido, estamos concebendo as crônicas de Lourdes Boechat, na coluna *Praça 12*, como este espaço marcado pela ausência de um lugar próprio, caracterizado por táticas por meio das quais a jornalista aproveita conjunturas, circunstâncias, dentro do campo de visão do seu interlocutor, a fim de provocar, a partir da troca de ideias, alterações no lugar que ocupa enquanto uma mulher.

É importante destacarmos que, para Certeau (1994), relacionar-se implica “mil maneiras de jogar”, logo representa também a possibilidade de "desfazer o jogo do outro, o espaço constituído por outros. Relacionar-se caracteriza uma atividade sutil, tenaz e resistente de grupos que tem que se desembaraçar de uma rede de forças e representações estabelecidas.” (CERTEAU, 1994, p.79)

Na análise das narrativas de Lourdes Boechat, sobre os eventos relacionados a produção da *Crônica Praça 12*, centramos a atenção na reflexão sobre a representação da jornalista presente nas falas de seus próprios colegas. Conforme o discurso

relatado nas narrativas, a imagem de Boechat revela-se como uma jornalista que tem um texto digno do reconhecimento do seu interlocutor.

É importante destacarmos que estamos tomando o texto jornalístico (nas *Crônicas Praça 12*) como um espaço que se encontra marcado também pela *invenção*. Logo, ao lado da mulher Lourdes Boechat “tímida”, e “delicada”, como aparece em várias falas de amigos jornalista, existem outras identidades, e dentre essas a da mulher jornalista que desejou e lutou com as armas que tinha, melhor dizendo com as “táticas” que tinha para ampliar os espaços de visibilidade de seu trabalho

No discurso de Boechat, identificamos três “táticas”. A primeira tática é a da leitora que se mostra conhecedora da obra do seu interlocutor (outros jornalistas); a segunda é a da autoafirmação da própria imagem como jornalista; e a terceira é a da jornalista que conhece e reconhece seus leitores.

Uma das crônicas redigida por Boechat sob o pseudônimo de Félix Fernandes Filho é intitulada *O Píndaro do Populismo*. Abaixo, segue a transcrição da crônica publicada no jornal *Folha de Minas*, no ano de 1957.

O Píndaro do Populismo

Entre as surpresas literária de 56, toma o primeiro plano esse chocante Mário Palmério, mineiro de Uberaba, um escritor que nasceu feito, à espera de uma ocasião.

Sob vários aspectos, o autor de “Vila dos Confins” lembra Monteiro Lobato, a começar pela apresentação dos personagens em sua fisionomia típica, sua linguagem própria, sem os artifícios, tão comuns aos românticos como José de Alencar, que põem na boca de um índio frases de puro gosto clássico, ou enchem de rouxinóis e colibris paisagens onde não se pode encontrar nem mesmo rolinha ou tico-tico.

Lobato se revelou escritor através de uma advertência dirigida à secção de queixas e reclamações publicadas em destaque no corpo de um jornal, com saudações entusiásticas ao articulista. Pretendia o escritor queixar-se apenas contra a fúria do caboclo, no seu gosto primitivo de meter foto no mato.

Também o deputado Mário Palmério pretendia apenas apresentar um relatório sobre assuntos eleitorais e fez um belo livro, quase sem perceber. Ninguém desconfiava de suas aptidões literárias até que o livro apareceu com estrondo, o que lembra de perto as parturientes de cinema, que entram para a maternidade lisas como tábua e saem de lá com um moleção de todo tamanho.

Outra singularidade é que Mário Palmério é do P.T.B. Esse partido corresponde muito de perto, à definição de Osvaldo Aranha sobre o Brasil. Acreditavam os atenienses, na sua lúcida percepção do mundo, que o clima da Beócia, em contraste com o claro céu de Atenas, era responsável pela pouca inteligência de seus habitantes. A expressão “beócio” atravessou os séculos com sinônimo perfeito de imbecil. Mas um dia apareceu o grande poeta Píndaro e destruiu a crença desmoralizante.

Dentro do clima tradicional do seu Partido, o autor de “*Vila dos Confins*” encarna o autor de “*Odes Triunfais*”. É possível que esse Píndaro de Uberaba tenha de representar ele mesmo, Hesíodo e Plutarco, dois outros beócios ilustres.

Sôbre o livro quase nada posso dizer, porque só li a amostra grátis oferecida pela FOLHA DE MINAS, quer dizer que só conheço dele o Xixi-Piriá.

A amostra é deliciosa. Um verdadeiro dedo de gigante que nos aponta o caminho da livraria mais próxima, principalmente se a gente tem a felicidade de conhecer aqueles confins do mundo, onde o homem vive tão ligado à natureza que fala uma linguagem toda sua, onde os termos nascem das coisas vivas e não de uma língua morta. (BOECHAT, 1957, Folha de Minas, p.12)

A seguir, o recorte da crônica publicada no *Jornal Folha de Minas*:

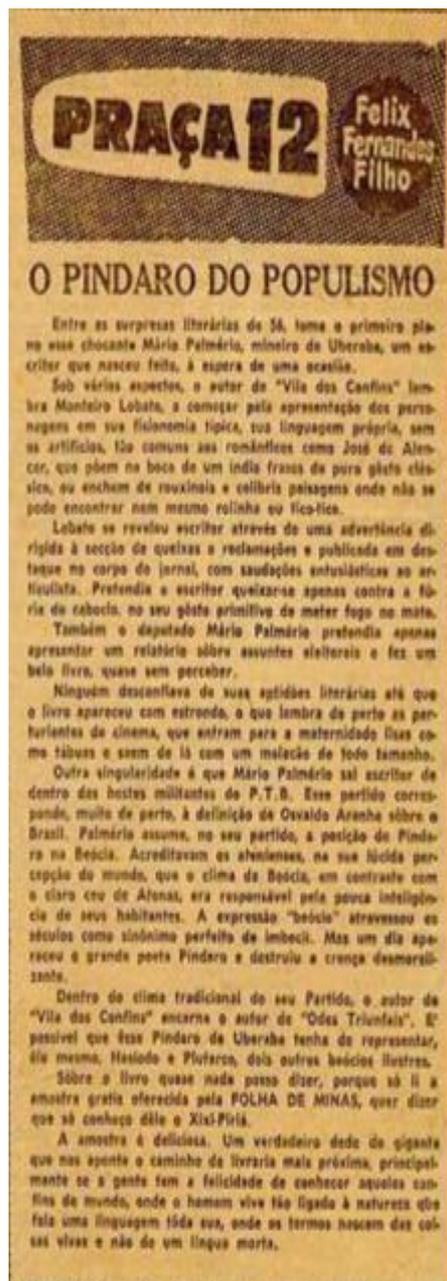


FIGURA 5 - O píndaro do populismo - Crônica Praça XIX

Na crônica *O Píndaro do Populismo*, Boechat (1957) deixa explícita sua surpresa com a repercussão literária da obra *Vila dos Confins*, de Mário Palmério, lançada no ano anterior. Mário Palmério era um político do PTB e quando lança sua obra mais famosa, já havia cumprido seis mandatos como deputado federal.

É interessante perceber, que com muita frequência, os imaginários produzidos a partir de circunstâncias objetivas da realidade valem tanto quanto as ações concretas que deram origem a essas representações. Em outros termos, os acontecimentos de um lado e as subjetividades por outro, podem ter pesos semelhantes na constituição da imaginação social que é veiculada pela mídia.

Considerando-se que estas representações muitas vezes se tornam mais importantes do que o próprio fato na composição da percepção pública, nada melhor do que o espaço de um jornal e um texto produzido por um cronista de renome para ajudar na fabricação de difusão de determinadas representações.

Apesar de não se tratar de um texto jornalístico canônico⁴⁸, a autora inicia o texto no tempo presente e dá a essa temporalidade grande importância.

Acreditamos que a força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura.

Na análise interpretativa desta crônica e retomando o conceito de tríplice mimese de Ricoeur (1994), sabemos que esse autor, apoia-se na antropologia cultural de Clifford Geertz para argumentar que compreender uma história é compreender, ao mesmo tempo, a linguagem do “fazer” e a tradição cultural (a trama simbólica da cultura) da qual procede a tipologia das intrigas.

Situando as intrigas na cultura, o autor introduz a ideia de regras ou normas que dão forma, ordem e direção à vida e alcança assim os pressupostos éticos das narrativas, como defendia Aristóteles *apud* Motta (2010)

Se a tragédia e a comédia, diz ele, podem representar os “melhores” e os “piores” homens, é porque os autores partilham com o auditório uma hierarquia de valores do bem e do mal. A ação não pode, nem deve ser

⁴⁸ Considera-se, neste trabalho, como jornalismo canônico o modelo ocidental baseado na busca pela objetividade e veracidade, em um processo que funciona como um ritual estratégico, segundo Tuchman (1999). Para esse modelo, o texto jornalístico é composto por lead (primeiro parágrafo com informações principais) e pirâmide invertida (o que é mais importante para a notícia é escrito nos primeiros parágrafos, ao longo do texto se encontram informações complementares).

eticamente neutra, até porque ela oferece aos autores convenções e convicções, mas também ambiguidades e perplexidades (normas conflitivas) a resolver (de modo hipotético). Neste sentido, a poética não cessa de tomar emprestado à ética uma experimentação de valores.

Para explicitar suas impressões sobre o autor Mário Palmério, Boechat articula de forma particular presente/passado e duas instâncias da memória. A primeira se refere à memória da experiência pessoal, com o que leu sobre Monteiro Lobato e de como ele se tornou conhecido escritor; a segunda instância, trata-se da memória histórica, que acaba por ajudar a mobilizar um interdiscurso sobre Píndaro e a Beócia.

Assim como Píndaro não era um beócio, cujo termo, no sentido figurado, era utilizado como “idiota”, Mário Palmério também não o era, apesar de ser um político do interior mineiro, filiado PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), ligado à Getúlio Vargas e à Juscelino Kubitschek dois governantes considerados populistas (daí vem o título da crônica).

Sobre o contexto em que a crônica foi escrita, no âmbito do governo estadual, em março de 1955, Clóvis da Gama Salgado assumiu o governo mineiro, após Juscelino Kubitschek ter se candidatado à Presidência da República. Em maio desse mesmo ano, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) mineiro rompeu oficialmente com o governo de Clóvis Salgado, depois que o PR se recusou a apoiar a candidatura de João Goulart a vice-presidente na chapa de Juscelino. É importante lembrar ainda que o jornal *Folha de Minas* era o jornal oficial do governo mineiro.

Observamos no complexo construto linguístico da crônica de Boechat a articulação de historicidades cruzadas, nos termos de Hartog (2003).

Retomando o pensador francês, Paul Ricouer (1994) narrar é uma forma de estar no mundo e, dessa forma, entendê-lo. Sabemos que as narrativas jornalísticas, embora se particularizem frente a outras modalidades de contar o mundo, de tornar conhecidos acontecimentos, são também formas de atualização. A narrativa jornalística é assim um registro histórico.

É através da narrativa que se pode reunir e representar no discurso as diversas perspectivas existentes sobre um determinado tempo. Essa unificação se dá por uma operação mimética, nos termos de Ricouer (1994). Vemos explícito na crônica que, mais do que elogiar o livro do deputado do PTB, a intencionalidade deste discurso é alfinetar o

partido, considerado inimigo do governo mineiro e, conseqüentemente, do jornal *Folha de Minas*

Com o propósito de levar uma certa impessoalidade ao discurso, que é uma das principais características do texto jornalístico, Boechat entrelaça a memória de sua experiência com as histórias e tradições dos gregos. Nesse momento, apesar de utilizar de marcadores temporais no presente, como em: “o autor de “Vila dos Confins” lembra Monteiro Lobato, a começar pela apresentação dos personagens”, Boechat refere-se às suas próprias experiências como leitora. Dessa forma, o discurso da jornalista está em consonância com a concepção de memória social discutida por Halbwachs (1990) e Pollak (1992). Segundo esses autores, memória coletiva ou social é uma memória que faz parte do indivíduo, mas que opera no âmbito do contexto sociocultural.

Ainda trabalhando com o conceito de temporalidades cruzadas, o futuro é representado por meio da expectativa de Boechat em relação ao seu leitor. Depois de contar suas impressões sobre Mário Palmério, tanto por meio da qualificação, quanto pela mobilização de um conjunto de interdiscursos que circulavam durante o período em que escrevia a crônica, Boechat apresenta sua expectativa para futuro, que depende da interpretação do leitor, ou seja, depende da forma como se realizará a mimese III. Nota-se esse aspecto em: “A amostra é deliciosa. Um verdadeiro dedo de gigante que nos aponta o caminho da livraria mais próxima, principalmente se a gente tem a felicidade de conhecer aqueles confins do mundo”.

Assim, a interpretação do futuro que transparece no texto tem relação com todo o processo da tríplice mimese. Esse processo, no qual o autor espera algo do leitor é feito por meio da mediação. Essa expectativa, por sua vez, só é possível pela existência de um mundo prefigurado, o qual os dois compartilham.

[...] as milhares de narrativas do nosso cotidiano são constructos culturais que representam nossas experiências e nossas ações de uma forma ordenada, coerente e compreensível, e nos ajudam a organizar nossas vidas em sociedade, estabelecer consensos e memórias, entender enfim a complexa aventura humana (Motta, 2012, p. 220).

Assim, concordamos com Motta (2012) que o jornalismo configura narrativas de experimentação ética e moral, revela-se como via de reconfiguração da cultura

contemporânea. Essa reconfiguração se realiza no momento da leitura das notícias, quando o leitor, ouvinte ou telespectador criativamente reinterpreta, a partir de um mesmo repertório cultural do autor, o percurso de representação dos dramas e tragédias do homem moderno.

Desse modo, não nos parece inadequado dizer que a tríplice mimese constitui, por excelência, o processo de mediação que o jornalismo, a partir das suas narrativas, estabelece com o conjunto social.

5.2 José Maria Rabêlo – rebelde e ousado

José Maria Rabêlo nasceu em Campos Gerais em 1928 e, em 2021, completa 93 anos. Na trajetória profissional, Rabêlo esteve na redação de diversos veículos da mídia, em diferentes funções. No currículo, a fundação do semanário “*Binômio*”, marco da imprensa alternativa no Brasil, e a direção do “*Pasquim*”.

Considerado um dos precursores da moderna imprensa alternativa no Brasil, o jornal *Binômio* (1952-1964) foi uma pedra no sapato das oligarquias mineiras. Fechado pelo golpe militar de 64, José Maria Rabêlo teve de exilar-se em três países (Bolívia, Chile e França) durante 16 anos, até a anistia em 1979.

Pai de sete filhos, José Maria foi uma das figuras mais procuradas pelos militares devido a um incidente que tivera com o general João Punaro Bley, comandante das forças do Exército em Belo Horizonte. Dois anos antes do golpe, irritado por causa de uma reportagem narrando suas truculências como interventor do Estado Novo no Espírito Santo, o general compareceu à redação do *Binômio* para um acerto de contas com o jornalista. Agredido, Rabêlo se defendeu e, no desforço em que os dois se envolveram, o militar levou nítida desvantagem. Como represália, 200 homens das unidades do Exército e da Aeronáutica, chefiados pelos seus respectivos comandantes, invadiram o jornal, destruindo-o por completo. A violência teve repercussão em todo o País e até no exterior. Para não ser preso Rabêlo fugiu da cidade vestido de padre.

A entrevista narrativa da qual separamos alguns trechos para análise começou a ser gravada para fazer parte do acervo *Memória do Jornalismo Mineiro* em 18 de julho de 1996 e se estendeu até 1998. Ao todo, foram gravadas seis fitas de vídeo no formato VHS,

que digitalizadas correspondem a 10h49m de narrativa. A transcrição do material audiovisual perfaz o total de 248 páginas de texto.

QUADRO 10- Temas e imaginários – José Maria Rabêlo

TEMAS	IMAGINÁRIOS	SIGNO-SINTOMAS
Representações ou imagens da formação intelectual (infância, adolescência e vida adulta	Rebeldia Intelectualidade Predestinação Superação de dificuldades Coragem/ Ousadia	Mudança constante de colégios. Lia os românticos brasileiros, naturistas brasileiros, principalmente José de Alencar, Humberto de Campos, inclusive alguns como Castro Alves Lutar contra as injustiças desde jovem, ser socialista Não volta para a família para Campos Gerais Fica em BH, apesar das dificuldades Criticou a imprensa hegemônica, o governo JK, a ditadura Fugiu vestido com uma batina de padre
Representações sobre o fazer jornalístico	Pouca profissionalização	Tinha apenas o 1º ano do Colegial/ Ensino médio e tornou-se jornalista. Não era exigido diploma para o jornalista Jornalista que não “tira a bunda da cadeira”

	Dicotomia entre o bom e o mau jornalismo	Jornalista de verdade é aquele que não apenas contribui com suplementos
--	--	---

Como nas outras narrativas pertencentes ao acervo, Rabêlo (1996) começa pelas suas lembranças da infância em Campos Gerais. Conforme Charaudeau (2007), a construção dos imaginários sociodiscursivos está relacionada a dois tipos de saberes: os *saberes de conhecimento* que estabelecem uma verdade sobre os fenômenos do mundo, que são alheios à subjetividade; e os *saberes de crença* que explicam o mundo, a partir de julgamentos, avaliações, apreciações dos sujeitos.

Os saberes de conhecimento ainda podem variar a partir da relação estabelecida entre o sujeito e o mundo social. É a partir da prova, da verificação (no caso do saber científico) que os argumentos são legitimados. O mesmo acontece com os saberes de experiência, que também são saberes de conhecimento. As explicações partem de um mundo partilhado, experienciado, mas que nem sempre tem valor de prova.

Vejamos um fragmento da narrativa, no qual Rabêlo se refere, descreve e rememora sua terra natal:

- (44) Bom, eu nasci em uma pequena cidade no Sul de Minas, Campos Gerais, naquela região tão bonita, no Sul de Minas. Tão agradáveis que foram os primeiros 16 anos da minha vida, antes que me transferisse com minha família para Belo Horizonte, que sempre digo que há coisas que só resumo quando penso em Campos Gerais, pois são as raízes mais profundas, até mesmo a maneira de falar. Tantos anos passados vivendo vivências culturais linguísticas tão diferentes, mas muitas vezes volto à Campos Gerais. Então, essas marcas ainda ficam e nascem nesse período de formação da personalidade de cada um.
(RABELO,1996)

As descrições da cidade, do sul de Minas, região onde o enunciador vive sua infância, estão diretamente ligadas ao *saber de conhecimento, que se organiza pela experiência*. Rabêlo não se baseou em outras opiniões ou em algum tipo de *saber científico*

para consolidar seu julgamento: ele viveu lá, experimentou as belezas e o quão agradável era a região. Vejamos mais alguns excertos da narrativa:

- (45) Era muito bom aluno, mas muito rebelde, então cada ano era obrigado a estudar em um diferente colégio. Era convidado para me transferir, embora com muito respeito aos professores, mas em termos de disciplina não era um exemplo. Estudei em Três Pontas, Alfenas e Guaxupé. Em Campos Gerais, lá foi só o primário pois nas cidades menores não havia ginásio. Aprendi a ler e escrever com Nina à base do castigo. Tinha uma foto com Nina e os livros, era muito brava e competente. Era o que tinha, e quando entrei na escola, já sabia ler e escrever, entrei no terceiro ano no primário. (RABELO, 1996)
- (46) Lá em casa uma família de professores, um ambiente muito favorável à atividade intelectual. Ia para a escola e a literatura daquela época eram os românticos brasileiros, naturistas brasileiros, principalmente José de Alencar, Humberto de Campos, inclusive alguns como Castro Alves, a literatura tradicional, sobretudo, a escola antiga. (RABELO, 1996)

A construção discursiva sublinhada nos fragmentos acima possibilita que identifiquemos que a narrativa de Rabêlo (1996) se ancora em um *saber de crença*, que mobiliza julgamentos de opinião coletiva sobre seu estatuto de um aluno rebelde. Está explícito na narrativa que, “*a cada ano era obrigado a estudar em um diferente colégio. Era convidado para me transferir, embora com muito respeito aos professores, mas em termos de disciplina não era um exemplo*”. A rebeldia que o narrador aponta nos anos iniciais de sua vida irá ser uma constante, uma marca identitária deste intelectual-jornalista, como veremos mais adiante.

A narrativa de Rabêlo (1996) ao relacionar o fato de fazer parte de uma família de professores e viver em um ambiente favorável à intelectualidade nos permite dizer que ele mobiliza também um tipo de saber de opinião amplamente partilhado pela sociedade da época. Ele reforça esse ambiente intelectual explicitamente ao citar os autores que lia e como era a literatura daquela época: “os românticos brasileiros, naturistas brasileiros, principalmente José de Alencar, Humberto de Campos, inclusive alguns como Castro Alves, a literatura tradicional, sobretudo, a escola antiga.”

Outro aspecto que nos chama atenção e que revela um saber de crença comum nas primeiras décadas do século passado é o fato da boa educação estar relacionada ao castigo e à severidade, conforme narrativa de Rabêlo: *“Aprendi a ler e escrever com Nina à base do castigo. Tinha uma foto com Nina e os livros, era muito brava e competente. Era o que tinha, e quando entrei na escola, já sabia ler e escrever, entrei no terceiro ano no primário”*

Analisemos mais alguns excertos da narrativa de Rebêlo (1996):

- (47) Alfenas tinha um ambiente cultural mais desenvolvido, sempre teve, escolas superiores, era assim o centro cultural mais avançado do Sul de Minas e lá nos tínhamos grupos teatrais, sempre esta lida de centro acadêmicos, grêmios estudantis e a gente sempre participando disso. . (RABELO, 1996)
- (48) Em Alfenas, tínhamos o teatro. Hoje um autor de vários textos, alguns representados em Belo Horizonte era o Waldir de Luna Carneiro⁴⁹ que era diretor do teatro. Era meu amigo e eu trabalhei no teatro com ele, fazendo poesiazinhas Se você for ver a coleção do Alfenense, que eu espero que exista, você vai ver poemas meus que eu fazia no colégio e o jornal publicava. . (RABELO, 1996)
- (49) Tinha um time de futebol porque a gente sempre participou destas atividades coletivas, isso da gente participar politicamente, foi uma coisa que vem desde meninos. Em Três Pontas, tinha um time muito bom, era um goleirinho bom e depois em Guaxupé tinha um time também. Fui para Alfenas e fiquei até em 1940; depois, em 42, em Três Pontas, onde fui colega de carteira do Aureliano,⁵⁰ o ex-governador. O pai do Aurelino foi meu professor. Para nós, o Aurelino era o Toninho Vieira, tanto é que eu o trato até hoje por Toninho, embora ele fosse muito grande, o mais forte da turma, ele era chamado de Toninho. (RABÊLO, 1996)

⁴⁹ Autor de 50 peças e com uma carreira de 60 anos no teatro, Waldir ainda era jornalista e contista premiado. Ganhou destaque com comédias de costumes sobre situações da vida familiar. Escrita por ele, a peça "Campina Grande", que retrata a história de um grande chefe político apaixonado por uma viúva rica que ama um comunista, ganhou o prêmio de dramaturgia Nelson Rodrigues em 1985 e 1986.

⁵⁰ Aureliano Chaves foi governador de Minas Gerais entre 1975 e 1978 e o vice-presidente do Brasil entre 1979 e 1985.

- (50) Foi lá justamente em Três Pontas justamente no time do Aureliano que aprendi a nadar, ele inclusive me ajudou muito, pois já era um grande nadador, sempre foi um esportista, o time de menores do colégio em Três Pontas ganhava dos maiores. Tínhamos um time, um centro acadêmico, no grêmio do colégio participávamos muito e, em 45, voltei a Alfenas. (RABÊLO, 1996)
- (51) O professor, José Vieira, que era o pai do Aureliano era muito enérgico, professor de português. Ele nunca deu mais de 7 na vida, porque quem passava com mais de 7 já era professor. José Vieira era muito preparado manteve uma polemica de mais de 20 anos com um poeta também conhecido no sul de minas conhecido como Antônio Mota, que era de Pouso Alegre, ambos na academia Sul mineira de Letras por causa de uma crase, eles brigaram por 20 e tantos anos por causa de uma crase, e acho que morreram sem chegar a um acordo. Era um grande professor e meu amigo, brigamos e brigamos. A fama do Aureliano vem por aí. “Venho convidá-lo, você e a sua família, pode ou não pode ter crase, qual a melhor forma, qual a mais correta. E isso encheu as horas vagas dos dois intelectuais do Sul de Minas. (RABÊLO, 1996)

Conforme os fragmentos grifados, acreditamos que o narrador tenta projetar uma *imagem de si* e relacionar suas ações a um ideal vanguardista, em que a rebeldia, a participação política, desde muito jovem, em grupos teatrais, círculos intelectuais, centros acadêmicos e grêmios estudantis marcariam e solidificariam sua identidade como um jornalista-intelectual de renome e uma voz dissonante da tradicional mídia hegemônica de sua época, o que contribuiu para no futuro dar origem ao Jornal Binômio. *“Participava do Jornal do colégio, primeiro em Campos Gerais fazíamos muita molecagem, jornaizinhos gozando os professores, gozando os colegas, brincando muito, a gente sempre teve um espírito assim, muito alegre.”*

É neste sentido, e como uma estratégia de legitimação de seu dizer, que Rabêlo (1996) também mobiliza em suas narrativas algumas personagens e situações cotidianas que vão reforçar o círculo intelectual e cultural do qual fazia parte desde criança, entre elas: Aurelino Chaves, vice-presidente do Brasil e governador de Minas Gerais e o teatrólogo Waldir de Luna Carneiro, uma referência para o teatro em Minas Gerais.

Voltemos à narrativa de Rabêlo:

- (52) Me perguntaram quando nasce na pessoa inquietação política. Nas famílias politizadas, meus netos, respiram política, mas no meu caso não era assim, embora fosse de classe média, todo mundo tinha um bom nível intelectual, mas não havia isso.
- (53) Também me perguntam: você sempre foi socialista e nunca mudou isso? Eu digo: nunca. E quando começou isso? Eu digo: começou em Campos Gerais, nunca tinha ouvido falar Marx, Engels, Lenin. Começou com o espírito de solidariedade que eu tinha com os empregados da casa. Se havia alguma injustiça, meus familiares não eram maus como patrões, eu estava sempre do lado, para mim, dos mais fracos. (RABELO, 1996)
- (54) Eu digo o seguinte: O compromisso socialista nasce de uma reação individual contra alguma injustiça, qualquer que seja a injustiça. Como a injustiça social é a mais grave, é a maior de todas, o caminho natural é o compromisso com o socialismo, que eu vejo como resposta ideológica às injustiças e digo mais, quando falam por aí que o socialismo morreu, nunca o Socialismo foi mais importante em extensão para a humanidade como agora, porque socialismo é o símbolo, o sentido da justiça social. Enquanto houver injustiça, haverá sede justiça e enquanto houver sede de justiça, o socialismo é a alternativa. . (RABELO, 1996)
- (55) Neste momento, de ideias neoliberais, tão individualistas tão antissociais, tão desumanas, tão bárbaras, mais do que nunca o socialismo está de pé, está vivo, Para mim é o contrário, quem está morrendo e, de uma morte que não vai ter retorno, é o capitalismo. Ele não tem capacidade de administrar os problemas que a ciência, a tecnologia, o conhecimento estão nos trazendo. . (RABELO, 1996)

Nos fragmentos selecionados acima, Rabêlo dá destaque e mescla tipos distintos de saberes. Podemos ver revelados nos textos, o *saber de conhecimento do tipo teórico*, o *saber de conhecimento do tipo de experiência* e o *saber de crença do tipo de opinião*.

De maneira, bastante genérica, é de conhecimento de todos que o socialismo é uma doutrina que refere-se à um modelo de organização econômica que advoga a administração e propriedade pública ou coletiva dos meios de produção e distribuição de bens, propondo-se a construir uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. Em alguns excertos da narrativa o *saber de conhecimento do tipo*

teórico está explícito, como em: “Também me perguntam: você sempre foi socialista e nunca mudou isso? Eu digo: nunca.” (REBÊLO, 1996)

Para reforçar sua posição ideológica, Rabêlo mobiliza personagens centrais considerados historicamente os idealizadores, os pais do socialismo. “Nunca tinha ouvido falar em Marx, Engels, Lenin.”

Neste ponto, se destaca o saber de conhecimento do tipo de experiência: “Começou com o espírito de solidariedade que eu tinha com os empregados da casa. Se havia alguma injustiça, meus familiares não eram maus como patrões, eu estava sempre do lado dos mais fracos” (RABÊLO, 1996).

Os fragmentos destacados acima também servem como indício para a construção das imagens que o narrador procura projetar de si, neste caso, a imagem de um predestinado a ser um socialista a lutar contra as desigualdades, desde muito jovem.

O terceiro saber é o saber do tipo crença de opinião, pois se refere ao posicionamento de Rabêlo sobre o “socialismo como símbolo do combate à injustiça social”. Ao mesmo tempo, o narrador, faz uma qualificação muito negativa do neoliberalismo e do capitalismo: “Neste momento, de ideias neoliberais, tão individualistas tão antissociais, tão desumanas, tão bárbaras, mais do que nunca o socialismo está de pé, está vivo. Para mim é o contrário, quem está morrendo e, de uma morte que não vai ter retorno, é o capitalismo. Ele não tem capacidade de administrar os problemas que a ciência, a tecnologia, o conhecimento estão nos trazendo.” (RABÊLO, 1996).

Os imaginários de predestinação e de coragem estão ancorados nas narrativas de Rabêlo (1996) sobre a chegada dele e sua família à Belo Horizonte e ainda a todas as dificuldades que teve que enfrentar para se manter na capital. A narrativa descreve:

(56) A pensão em que nos alojamos não iria dar certo com 16 pessoas, nós viemos em janeiro em dezembro já houve o retorno às bases, para começar tudo de novo lá em Campos Gerais.” . (RABELO, 1996)

(57) Mas eu já não voltei para Campos Gerais, o que eu iria fazer lá? Não tenho nada que fazer, já acompanhando a vida pelos jornais, teatro, cinema, envolvido com colega, eu não tinha nada o que fazer em Campos Gerais. . (RABELO, 1996)

Assim, destacamos o saber de conhecimento, comprovado pela experiência de Rabêlo tanto sobre a vida no interior de Minas e também sobre a vida na capital, uma vez que ele já teria experimentado os ambientes nas duas cidades.

O relato a respeito das diferenças entre as duas Campos Gerais, onde nas palavras do narrador “ não tinha nada o que fazer” e Belo Horizonte em que já estava envolvido com colegas, “acompanhando a vida pelos jornais, teatro e cinema”, demarcam um lugar de pertencimento, naquele momento e nos direciona à mobilização de um imaginário de modernidade, típicos das grandes metrópoles.

É marcante na narrativa de Rebêlo (1996) as dificuldades que ele teve para se manter e se sustentar sozinho na capital mineira, como ele ressalta:

(58) Ao mesmo tempo papai não tinha como me manter aqui naquele momento. Eu falei: vou ficando aqui e o senhor me ajuda uns três meses e eu vou dando um jeito aqui. . (RABELO, 1996)

(59) Consegui entrar no colégio estadual Milton Campos, mas papai não tinha condição de me manter aqui, então, com 16 anos, passei dificuldades, mas permaneci aqui em Belo Horizonte, mas isso não deixou marcas não. . (RABELO, 1996)

Percebemos, nos fragmentos acima, que Rabêlo (1996) mobiliza o imaginário da dificuldade, o que irá, inclusive, impedir no futuro que ele finalize os estudos.

(60) Eu já tinha feito o primeiro colegial e entrei no segundo, mas foi uma proeza, porque tinha que fazer concurso. Fiquei em 5º colocado e entrei para o colégio estadual que foi um erro, porque o colégio era muito exigente, modelo em ensino no Brasil. Aí já não fiz as provas do primeiro ano e terminei os meus estudos curriculares aí no primeiro ano do colégio. . (RABELO, 1996)

Observamos nos excertos a atualização de adjetivos e substantivos axiológicos que caracterizam os seus estudos na capital como “uma proeza”, e o modelo de escola como “exigente”, um “modelo” de ensino, o que retoma um saber de conhecimento do tipo de experiência que constrói um imaginário de que o ensino em Belo Horizonte era melhor, mais eficiente do que em Campos Gerais, o que deixa ainda mais evidente a dicotomia: vida na capital versus vida no interior.

Toda a trajetória do narrador, seu envolvimento com os intelectuais, com o teatro, a literatura nas cidades onde viveu, bem como as dificuldades financeiras que teve para se manter em Belo Horizonte, acabou por lançar o José Maria Rabêlo, com apenas 16 anos, no mundo do jornalismo conforme ele mesmo narra:

(61) Já trabalhando em jornal, então, jornalismo naquela época não se exigia diploma universitário nem se pensava nisso, isso era uma coisa que não figurava, não transitava nas nossas mentes. Jornal era uma atividade que se fazia por conta própria as vezes de maneira muito boemia e assistemática. (RABELO, 1996)

No trecho destacado acima e nos que virão a seguir, uma série de imaginários são mobilizados pelo narrador, inclusive alguns imaginários que até hoje permanecem cristalizados na sociedade, entre eles o de que o jornalista está sempre ligado à boemia, e de que o jornalismo é uma profissão exaustiva. Na maioria dos textos destacados está subjacente o saber de conhecimento do tipo de experiência e o saber de crença do tipo de opinião:

(62) Eu comecei logo tive sorte fui destacando no jornalismo aquela coisa de aguentar um curso tão duro como era do Colégio Estadual, queria aparecer naquela idade e por isso eu sempre vivia no meio intelectual, lendo muito, estudando muito. E o jornalismo cada vez mais me “chupando” mais, porque a atividade jornalística, sobretudo a do jornal diário esgota as pessoas, sobretudo a quem se dedica realmente ao jornalismo. (RABELO, 1996).

(63) Eu acho que deveria ser proibido por uma questão assim de saúde pública, ninguém pode exercer por mais de 10 anos o jornalismo no Brasil. Ele é muito importante, ele é muito importante, tudo que eu faço até hoje eu faço como uma reportagem: tem início, tem desenvolvimento, tem meio e tem fim, tudo na minha vida é uma grande reportagem. Então o jornalismo é absolutamente importante, te dá uma visão do mundo, uma visão da vida, um conhecimento, e até mesmo uma audácia em enfrentar os problemas, porque o jornalista é isso, tudo que faz é reportagem. . (RABELO, 1996)

(64) Ele para ser um bom repórter tem que ter uma dose muito grande de coragem pessoal, disposição para o trabalho, de ânimo, de vigor mental para isso, tem que enfrentar algumas situações. . (RABELO, 1996)

(65) Tô falando do bom jornalista, não tô falando do burocrata, eu até falo isso no livro, não daquele que, o grupo do TBC não, (o famoso não tira a bunda da cadeira), não é isso, é outro e foi o que nós fizemos. . (RABELO, 1996)

(66) Essa tendência para a literatura depois se transferiu para o jornalismo. O jornalismo te exige muito mais, porque ele não te dá trégua, sobretudo o jornalismo diário. O jornalista faz literatura depois de muito anos, o jornalista mesmo, não digo aquele que colabora em suplementos, o jornalista mesmo, ele vai escrever depois porque a vida jornalística é muito esgotadora, exaure o profissional. . (RABELO, 1996)

Ao longo da análise dos excertos (62) a (66), foi possível perceber vários signos axiológicos que atualizam representações sociais dos jornalistas na qualidade de sujeitos que tem um nível elevado de engajamento, vigor mental, de coragem, dito de outra maneira, os jornalistas na maioria das vezes são altamente qualificados na narrativa de Rabêlo (1996). Entretanto essas representações coincidem com a realidade de uma parte apenas dos jornalistas, de acordo com a subjetividade do narrador. Além do “bom jornalista” existem também os “burocratas”, “o grupo do TBC”, o “famoso não tira a bunda da cadeira”, “que colaboram em suplementos”

Nesse sentido, entendemos haver um conflito de representações quando o narrador mobiliza as imagens de jornalistas. Em algumas falas de Rabêlo (1996).

No fragmento, “*Eu acho que deveria ser proibido, por uma questão, assim, de saúde pública, ninguém poder exercer por mais de 10 anos o jornalismo no Brasil*”, o imaginário discursivo que ecoa revela que, tendo em vista que o universo jornalístico requer uma entrega e uma grande dedicação, que bastavam 10 anos de trabalho afim de que o profissional não perdesse sua saúde.

(67) As coisas não são como hoje. Um furacão na China, hoje, interessa mais que o cachorro morto na sua rua. Antes, a lição jornalística no ensinava que um cachorro morto na sua rua tinha mais importância do que o furacão na China. Mas hoje não, porque o furacão na China tem muito mais importância, naquele tempo as notícias levavam muito tempo pra chegar e chegavam amortecidas pela distância. Me lembro perfeitamente quando os americanos fizeram aquele crime contra a humanidade jogando as bombas em Hiroshima e Nagasaki, quando o Japão já estava derrotado. Fizeram aquilo como demonstração de força aos soviéticos, que já sabiam

que seria a potência que despontava no mundo como concorrente. .
(RABELO, 1996)

5.3 João Etienne Arreguy Filho – o católico conservador

João Etienne Arreguy Filho nasceu em Caratinga, Minas Gerais, em 1918 e faleceu em Belo Horizonte em 1997. Foi jornalista, professor, poeta e teatrólogo. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e iniciou sua carreira jornalística em 1935, em O Diário, que representou fase importante na história da imprensa no Brasil. Ao contrário das narrativas dos outros 04 (jornalistas), cujas narrativas analisamos nesta tese, as de Arreguy Filho (1982) já começam pela sua atuação como jornalista em Belo Horizonte.

Percebemos que em seus discursos estão materializados os seguintes imaginários:

QUADRO 11 – Temas e imaginários de João Etienne Arreguy Filho

TEMAS	IMAGINÁRIOS	SIGNOS-SINTOMAS
Representações ou imagens da formação intelectual (formação desde a infância, adolescência e vida adulta)	Tradição Conservadorismo	Boa formação escolar intelectual; Estudou no Colégio Arnaldo. Formação católica
Representações sobre o fazer/ prática jornalística	Transformações	Antigamente o jornalismo era mais literário; Hoje o jornalismo é mais vivo, privilegia a notícia

	Precocidade	Entrou no jornal com apenas 17 anos.
	Dedicação ao trabalho	Trabalho “no batente mesmo” 34 anos no Diário.
	Condições de trabalho precárias	Não tinha hora. Trabalhava 12, 13, 14, 15 horas por dia.
	Atreladas à formação intelectual.	
	Conservadorismo	Conviveu com vários intelectuais de sua época, entre eles, Alceu Amoroso Lima.

Ao longo da maior parte de sua narrativa, gravada no ano de 1982, pelo jornalista e professor Adival Coelho Araújo e pelos estagiários Beatriz Begalda, João Carlos Firpe Pena e Sirlene Ferreira Mendes, Arraguy Filho (1982) mobiliza várias tipologias de saberes e representações acerca do jornalismo. Passemos à discussão de alguns, a partir dos textos selecionados a seguir:

(67) Desde que me aposentei no jornal “ O Diário, em 1969, depois de 34 anos de atividades, no batente mesmo, eu perdi contato maior com os dirigentes de empresas, com redatores-chefes e com a maioria dos repórteres e redatores. Houve mudança. Uma mudança colocada pelos tempos. Não nos esqueçamos que, em 1935, Belo Horizonte era uma cidade de no máximo 600 mil habitantes e hoje tem 2 milhões de habitantes. .A mudança, em alguns aspectos, é para melhor. Está mais vivo o jornal, mais preocupado com a notícia. Mas talvez tivéssemos feito o que na época era vantagem e hoje não seria. O jornal era um pouco literário, preocupado coma forma. Nossos redatores escreviam bem, a gente discretamente os ensinava a escrever bem.

(68) O jornalismo mudou. O jornalismo que nós fazíamos tinha um pouco de literatura, o que era o melhor na época. Tanto que “O Diário”, que Dom Antônio dos Santos Cabral tinha como a menina dos seus olhos, chegou a ter renome internacional. O jornalismo mudou para melhor, para pior? Eu não me sinto capacitado para dizer. Eu leio os jornais, é claro, tenho de estar atualizado, a par do que vai pelo mundo. Encontro boas colaborações, mas há uma diferença e eu não sei onde colocá-la. Será na parte de mais condensação, de menos preocupação editorial, ou seja, da parte de redatores anônimos, menos preocupados com a língua ? Eu, às vezes, acho que é. Por exemplo, eu fico irritadíssimo quando vejo grandes jornais,

como o Jornal do Brasil, usando a palavra vestibulando. É uma palavra imoral, que não existe em português. Vestibulando vem de um verbo vestibular? A gente fala em vestíbulo? Vestibular é substantivo. Terminando em “ndo”, é característica de gerúndio.

(69) Há um pouco de descuido com a língua . No curso de Comunicação, eu acho absolutamente indispensável a cadeira de português. Não para se escrever pedante. Tenho a pequena vaidade de que, quando publiquei meus livros, uma das coisas que mais foi ressaltada foi a oralidade do meu estilo. Isso eu devo ao jornal.

Ao analisarmos os excertos (67) a (69), percebemos que fica explícito na narrativa de Arreguy Filho que ele identifica duas temporalidades acerca da prática jornalística. A primeira é uma prática do passado, no qual “*O jornal era um pouco literário, preocupado coma forma. Nossos redatores escreviam bem, a gente discretamente os ensinava a escrever bem*”. A segunda temporalidade está relacionada ao jornalismo mais atual, em que “*A mudança, em alguns aspectos, é para melhor. Está mais vivo o jornal, mais preocupado com a notícia*”.

Apesar de usar alguns marcadores axiológicos positivos como: “melhor”, “mais vivo”, o narrador afirma que não se sente capaz de avaliar se o jornalismo mudou para melhor ou para pior. Acreditamos que tal posicionamento seja adotado pelo narrador frente a seus narratários de modo a projetar uma imagem de si que não seja avaliada como pedante.

Entretanto, Arreguy Filho (1982), é enfático ao faz críticas ao descuido no uso da língua, conforme sublinhamos no excerto (69).

As representações de caráter axiológico presentes na narrativa do jornalista-intelectual, apontam para um imaginário de mudança/transformação pelo qual a atividade jornalística passou no século XX. De um jornalismo mais ligado ao cuidado com a forma, com a escrita, passou-se para um outro modelo de jornalismo no qual a notícia era o que realmente importava.

Conforme apresentamos na primeira parte desta tese, Arreguy suscita uma discussão importante sobre a prática do jornalismo. Pela deontologia de sua profissão, ou

seja, o “dever ser” do jornalista, esse profissional deve se pautar pela busca de evidências. É um compromisso ético do jornalista buscar a comprovação e o cuidado dos fatos que notícia.

Assim, ao manifestar que o jornalismo mudou, que agora tem mais cuidado com a notícia, o narrador recupera, mesmo que implicitamente o conceito de profissionalismo na atividade jornalística, a partir da noção de objetividade que costuma orientar e legitimar o exercício profissional, a partir de questões técnicas que, ao nosso ver, ocultam o caráter político da atividade.

Ao longo de toda sua narrativa, Arreguy Filho (1982) revela as múltiplas atividades que exerceu entre o jornalismo, o magistério, a militância católica, a literatura e a arte que convivem em um processo de variados reconhecimentos sobre a sua intelectualidade.

Gomes e Hansen (2016) compreendem os intelectuais todos em uma mesma acepção, ou seja, elas não fazem uma distinção entre os produtores de conhecimento, os que comunicam estas ideias (chamados por elas de mediadores culturais) e os que intervêm politicamente e socialmente nas questões da sociedade.

Assim, o conceito de intelectual mediador de Gomes e Hansen (2016) pode ser retomado quando passamos a analisar alguns excertos da narrativa que de Arreguy Filho (1982) sobre sua trajetória profissional. As autoras definem que os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos especializados, quanto os intelectuais que se dirigem a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Para as autoras, os intelectuais mediadores podem ser tanto os que se dedicam a um público específico, como o escolar, os sócios ou membros de uma determinada organização; ou os que se dedicam a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação, por exemplo (GOMES & HANSEN, 2016). Conforme Gomes e Hansen:

[...] um mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; pode ser só “criador” ou só “mediador”; ou pode ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo

próprio campo intelectual qual dialoga. (GOMES & HANSEN, 2016, p. 22).

Uma parte das atividades que compõem a identidade do jornalista-intelectual Arreguy Filho (1982) podem ser observadas nos textos selecionados abaixo:

(70) Quanto à minha atividade de magistério, nasci com essa vocação. Herdei-a de minha mãe. Tanto que na minha família há pelo menos uns oito ou dez professores. Eu gosto de lecionar. Estou um pouco cansado, 44 anos de magistério, mas eu gosto. A minha atividade de magistério foi de uma época em que o ensino era levado a sério. Com o título de bacharel em Direito, mais 20,30 anos de jornalismo eu posso lecionar seis ou sete cadeiras no curso de Comunicação. O título de bacharel mais a experiência que devo a Antônio Lara Rezende, no Instituto Padre Machado. Saudoso, querido Instituto Padre Machado, que em 1940, me deu a cadeira de história. Eu não sou formado em nenhuma dessas matérias. Leciono seis ou sete coisas de teatro, três ou quatro cadeiras de redação e edição e outras matérias ligadas à confecção de jornal.

(71) Eu não fiz ninguém. Eu apenas ajudei. O talento, a vocação, o jeito de cada um para determinada coisa nascem com ele. O que tive foi a oportunidade de entrar para o jornal muito cedo, com 17 ano.

Também percebemos nos fragmentos (70) e (71) que não há qualquer imagem proveniente de um saber de conhecimento teórico sobre o curso de Comunicação Social e, conseqüentemente, acerca do jornalismo, não há um aprendizado formal na área. Tudo o que Arreguy Filho sabia estava relacionado com a experiência do jornalista, quer seja nas salas de aula, quer nas redações dos jornais, onde começou a trabalhar com apenas 17 anos. Percebemos assim representações que nos levam a um imaginário de saber de conhecimento por experiência, nos termos de Charaudeau

(72) Eu dei tudo de mim no jornal. Foram 34 anos em que não tinha hora. Trabalhava 12, 13, 14, 15 horas. Descia para uma oficina sem recursos e saía de lá às três, quatro, cinco, seis, sete horas da manhã, com os olhos inchados de fumaça, aquele ruído, que para nós acabava sendo uma canção das velhas linotipos agora substituídas pelas máquinas eletrônicas.

Tendo como pressuposto de que o narrador valida o seu dizer e estabelece sua relação com o mundo por meio de imagens e representações discursivas, também acreditamos que é por meio do *ethos* que Arreguy Filho (1982) tenta legitimar sua condição de um sujeito credível, trabalhador, “que dá tudo de si”, buscando provocar reações de adesão aos seus discursos nos narratários. “Seja como for, um *ethos* não carrega necessariamente em si a noção de “verdade verdadeira”, de representação da essência da pessoa: mas, se ele é algo que pode ser projetado como uma imagem, ele é mais que uma imagem: é o fruto mais ou menos consciente de uma construção linguageira (Machado, 2011, p.63)

No fragmento (72), Arreguy Filho (1982) busca em suas memórias o seu passado como jornalista e apresenta aos seus interlocutores as relações de temporalidades e espaços onde desenvolveu sua atuação profissional. Percebemos assim, alguns signos-sintomas que projeta a imagem dos lugares da prática jornalística como lugares de sacrifício, das dificuldades, da dureza, e, conseqüentemente, a imagem do jornalista com um abnegado, um sujeito dedicado à sua vocação e profissão, a ponto de romantizar o barulho das prensas de linotipos, como em: “*aquele ruído, que para nós acabava sendo uma canção das velhas linotipos agora substituídas pelas máquinas eletrônicas*”.

Passemos à análise de mais alguns trechos da narrativa:

(73) Na Tribuna da Imprensa, seu me lembro, logo que entrei, entregava minha matéria e o secretário mandava diretamente para a oficina. Eu dizia: “mas você não pode fazer isso. “Eu tenho absoluta confiança no que você escreveu”, ele respondia. E isso devo muito ao curso básico bem-feito. Louvores ao Colégio Arnaldo, onde estudei quase de graça. Faço um agradecimento muito grande àqueles generosos padres que acolheram minha mãe, que eles nunca tinham visto, dizendo assim: “Meu filho precisa estudar e não posso pagar”. Então, eu gostava e gosto até hoje do Colégio Arnaldo. Tenho uma lembrança, a melhor possível do tempo que passei lá.

E basta dizer que eu acabei aos 15 anos o ginásio. Não pude fazer o vestibular, porque não tinha idade. Fiquei um ano parado fazendo o Tiro de Guerra. E aos 17 entrei por concurso para a redação de O Diário, passando em primeiro lugar. Onde é que eu iria achar formação, a não ser naquela base do colégio?

Nos trechos: “*acabei aos 15 anos o ginásio e não pude fazer o vestibular, porque não tinha idade*” e “*aos 17 anos entrei por concurso para a redação de O Diário, passando em primeiro lugar*” destacamos a projeção de imagens que nos conduz ao imaginário de precocidade.

(74) “Daqui comecei a fazer meu nomezinho. Aos 20, 21 anos recebi um convite para colaborar no *Estado de São Paulo, na Folha da Manhã. Depois, nos Cadernos do Tempo Presente, de São Paulo. Esse também era de orientação direitista. Otávio de Farias, Almeida Salles publicaram coisas lá. Eu publiquei dois artigos. Comecei a colaborar com A Ordem.* Eu tinha conhecido do Dr. Alceu⁵¹ em 1936, ligeiramente no Congresso Eucarístico. Em 1937, fui ao Rio a passeio e fiz uma entrevista grande com ele, tanto que saiu assinada. Por falar em entrevista assinada, eu tinha uns 17 ou 18 anos e qual não foi a minha emoção quando o Edgar da Matta Machado virou-se para mim e disse pode “assinar”, após eu fazer uma entrevista com Plínio Salgado. *A entrevista era muito isenta, apesar de eu ser na época integralista.* Mas eu fiz uma entrevista de redator, de repórter. Foi a glória.

O fragmento (74) permite que façamos algumas ponderações. Ao relacionar os periódicos para os quais contribui como jornalista, o narrador já mobiliza o imaginário de um profissional experiente apesar da pouca idade, pois a imagem de jornalista projetada no discurso de Arreguy Filho (1982) ganha ares de uma maior profissionalização. São importantes veículos de comunicação no Brasil, o que marca um qualificador positivo de seu estatuto profissional.

Ainda nos chama a atenção que, além da projeção de uma imagem de um jornalista experiente, ao mobilizar os periódicos *Cadernos do Tempo Presente e a Ordem* fica explícito na narrativa a orientação ideológica de Arreguy Filho (1982): direitista e integralista.

Uma outra parte da narrativa de João Etienne Arreguy Filho revela traços importantes da subjetividade desse jornalista.: o catolicismo, o que ajuda a entender a quase

⁵¹ Alceu Amoroso Lima foi um crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro. Foi também um dos fundadores do Movimento Democrata-Cristão no Brasil.

simbiose entre Arreguy Filho e o jornal *O Diário*, considerado o maior jornal católico da América Latina na época.

A opção pelas elites e pela formação de uma intelectualidade católica atuante estaria em consonância com certa tradição dos intelectuais brasileiros de engajar-se, colocando-se a serviço do conhecimento para uma (re)construção da sociedade. O movimento conhecido com Restauração Católica⁵² esteve muito presente na tradição intelectual brasileira e ajudou a disseminar a ideia de que este grupo apresentaria uma maior qualificação para a atuação política, atuando como uma espécie de vanguarda do esclarecimento

Este *ethos* da intelectualidade mineira também era evidente entre os pensadores católicos, que atribuíam a si uma missão junto à sociedade e ao momento político do país. João Etienne Arreguy fazia parte deste grupo.

(75) Sou um homem acostumado a dominar as emoções, que no jornal acompanhei noticiário da morte de três padres, duas ou três guerras, três ou quatro revoluções, um homem calejado, mas agora, realmente o coração disparou quando começamos a lembrar estas coisas todas. Não de nostalgia. Neste ponto, o cristianismo não me faz olhar para o passado com tristeza, com mágoa. Eu adoto uma fórmula dos salmos da bíblia: a vida começa a cada dia.

Nesta perspectiva, os anos 1930 seriam marcados pela criação de uma rede de organizações paralelas à Igreja católica e gerida por intelectuais leigos, como a revista *A Ordem* (1921), o jornal *O Diário* (1934), que se constituiria como uma das principais estratégias de formação de uma intelectualidade católica militante e de um campo político capaz de colocar-se como força de atuação dentro do campo social.

Identificamos no excerto acima a construção de um *saber de crença do tipo revelação*, em que não há uma verdade a ser verificada, pois está ligado à ordem do sagrado.

⁵² Restauração Católica – Em termos gerais foi um projeto político que surge nos anos de 1920 com o propósito de reaproximação e colaboração entre Estado e Igreja, para que juntas pudessem dar direcionamentos a vida social, política e religiosa da população brasileira.

Passemos agora a análise interpretativa de alguns artigos de João Etienne Arreguy Filho no jornal *O Diário*, onde marcadamente estarão explícitas suas posições ideológica e religiosa e que podem nos ajudar a compreender melhor a narrativa desse jornalista intelectual.

Em um texto publicado no jornal *O Diário*, em 02 de novembro de 1935, o redator João Etienne Arreguy Filho convoca os leitores a tomarem partido diante dos desafios colocados em sua época:

O momento atual é de ação. Ou melhor, de reação. Tudo se define, ou tudo se quer definir. Tomam-se posições. Declara-se. Explica-se.

Já se afirmou que não se admite, hoje, ecletismo. Nem filosófico, nem moral e, principalmente nem religioso.

E, neste nós estamos num dilema: Ou estar com Cristo, ou estar contra Cristo.

E, felizmente, os moços estamos com Cristo e Ele está conosco.

Nós damos seu testamento perante os homens para que Ele nos reconheça perante o Pai que está no céu. Porque não basta comungá-lo. É preciso dá-lo aos que não têm [...]

[...] Porque, e ninguém tem culpa de sermos moços, nós queremos ação. Ação decisiva contra o mal. Ação eficiente pelo bem. Reação contra o indiferentismo e o sibaritismo da maioria.

Tudo está moldado no programa da “Ação Católica”: participação organizada do laicato no apostolado hierárquico.

Tudo isso sem fugir do lema de Congregados: Fé e Disciplina.

Nós, por certo, temos as missões que desempenhar.

Porque, afirmamo-o convictos, somos a vanguarda dos católicos.

[...] (Ação e Reação. In: *O DIÁRIO*, 02 nov. 1935, p. 07)

A seleção lexical utilizada no texto acima: “ação”, “reação”, “tomamposições”, “ou estar com Cristo, ou estar contra Cristo”, “ação decisiva contra o mal”, ação eficiente

pelo bem”, “missão”, corrobora para nos encaminhar ao percurso temático da guerra. O texto tem um tom alarmante e cruzadista, além de um chamamento aos leitores para se informarem e reagirem, no sentido de tomarem partido de um novo projeto político cristão para a sociedade belo-horizontina.

O artigo evoca *saberes de crença de tipo de opinião e de revelação*. O saber de opinião veiculado no texto jornalístico é marcado pela subjetividade de Arreguy Filho: “*O momento atual é de ação. Ou melhor, de reação. Tudo se define, ou tudo se quer definir. Tomam-se posições. Declara-se. Explica-se.*”

Já os *saberes se revelação* estão concentrados especialmente no fragmento: “*E, felizmente, os moços estamos com Cristo e Ele está conosco. Nós damos seu testamento perante os homens para que Ele nos reconheça perante o Pai que está no céu. Porque não basta comungá-lo. É preciso dá-lo aos que não têm [...].*”

Na perspectiva de Charaudeau (2012), percebe-se nos discursos do jornal o reconhecimento (por parte do locutor e do destinatário) das restrições da situação de comunicação em que os sujeitos estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência: um “contrato de comunicação”. Ele é resultante da combinação entre as características próprias à situação de troca (dados externos) e as características discursivas decorrentes da situação (dados internos) (CHARAUDEAU, 2012). Sobre os dados internos, conforme apresenta o autor:

Os dados internos são aqueles propriamente discursivos, os que permitem responder à pergunta do “como dizer?”. Uma vez determinados os dados externos, trata-se de saber como devem ser os comportamentos dos parceiros da troca, suas maneiras de falar, os papéis languageiros que devem assumir, as formas verbais (ou icônicas) que devem empregar, em função das instruções contidas nas restrições situacionais. Esses dados constituem as restrições discursivas de todo ato de comunicação, são o conjunto dos comportamentos languageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, depreendidos, reconhecidos. Repartem-se em três espaços de comportamento languageiros, a saber: o espaço de locução, o espaço de relação e o espaço de tematização (CHARAUDEAU, 2012, p. 70).

O “espaço de locução” é aquele no qual o sujeito falante deve resolver o problema da tomada de palavra”(CHARAUDEAU, 2012, p. 71). É onde ele deve conquistar o seu direito de comunicação, impondo-se como sujeito falante e explicando por que (ou em nome de quê) tomou a palavra. O sujeito também deve, ao mesmo tempo, identificar o destinatário (ou interlocutor) ao qual se dirige.

É possível perceber, nos discursos do jornal *O Diário*, que o EUe impõe-se como uma instância que tem direito à palavra. Tal aspecto torna-se ainda mais evidente nos discursos opinativos dos jornais, onde o texto apresenta-se como um “editorial”.

Nota-se de início do texto que o uso da palavra acontece de maneira impositiva por meio de verbos de ação. O tom formal e sério também cumpre o papel de legitimar o espaço de locução. O “espaço de relação” é onde o sujeito falante estabelece relações de exclusão ou inclusão, de força ou aliança, de agressão ou convivência com o seu interlocutor. Isso acontece concomitantemente à construção da sua própria identidade e a de seu destinatário (ou interlocutor) (CHARAUDEAU, 2012, p. 71).

Um exemplo de força e aliança está nos excertos: “ E, felizmente, os moços estamos com Cristo e Ele está conosco. “Já se afirmou que não se admite, hoje, ecletismo. Nem filosófico, nem moral e, principalmente nem religioso.

Vejamos um outro artigo de Arreguy Filho (1935) cuja temática é o comunismo:

É inegável a marcha do comunismo no Brasil. Se não conhecêssemos os núcleos anarquistas, que funcionam sob a máscara de sindicatos e associações de classe; se não soubéssemos de como a idéia anárquica vai ganhando adeptos fáceis entre a mocidade de inteligência ávida e leviana; se não percebêssemos o descontentamento dos operários mal pagos pelos patrões e iludidos pelos impostores; ai estariam os repetidos movimentos grevistas e, ultimamente, terroristas, a tempo descobertos, para indicar a marcha de vitória que o comunismo vai fazendo entre nós.

Em poucos países, o comunismo tem tantas facilidades de propaganda, como no Brasil. Os jornais fazem, velada ou abertamente, a apologia quer das idéias em si quer da situação atual da Rússia, que aparece nos próprios órgãos oficiais como um paraíso.

Os professores, nas cátedras das Universidades, dos Ginásios e E. Normais e até mesmo nos Grupos Escolares, semeiam igualmente a semente da anarquia. Os escritores escrevem livros e folhetos que os livreiros expõem e vendem como os melhores artigos do seu comércio.

E a propaganda voa. Apodera-se das forças armadas, que fazem profissão de defesa nacional. Infecciona o exército, a marinha, as polícias. O governo, sabe disto. Dá notícia dos dinheiros que a Rússia envia para a infiltração e... cruza os braços.

Eis ai quem são os maiores comunistas do Brasil.

Não são os operários, sofredores e iludidos, que distribuem à noite um boletim que não redigiram e talvez nem leram, porque não sabem.

São os jornalistas e escritores, semeadores das idéias que rebentarão fatalmente mais tarde. [...] Mas os maiores de todos são os governantes.

O comunismo vencerá no Brasil por falta de resistência. A cidade está aberta e todos os inimigos podem penetrar. Os responsáveis pelos nossos destinos estão dormindo, entorpecidos por uma política de interesses inconfessáveis. Foi a inércia desses homens que permitiu o plantio das idéias e abriu a nossa pátria às conquistas da anarquia.

São eles, pois, os maiores comunistas do Brasil. (*O DIÁRIO*, 07 mar.

1935, p.2)

As representações sobre um inimigo externo a ser combatido a todo custo ganham força nesse artigo de Arreguy Filho (1935) sobre o comunismo. O assunto aparecia frequentemente nas páginas e ainda mais nos editoriais e reportagens do jornal *O Diário*, que nasceu em um ano extremamente conturbado, no qual as posições políticas acirraram-se e os grupos socialistas estavam em plena atividade através da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o que culminaria na realização do chamado “Levante Comunista” de 1935.

Ao longo do artigo, Arreguy, fundamentando-se em um saber de opinião, mobiliza um imaginário acerca do comunismo, que representa a teoria como uma doença que “infecciona o exército, a marinha, as polícias”.

Um amplo conjunto de personagens também é articulados no texto como os causadores deste mal: “os jornalistas e escritores”, “os professores, nas cátedras das Universidades, dos Ginásios e Escolar Normais e até mesmo nos Grupos Escolares”, “os livreiros”. Na

Segundo Luca (2006), podemos dizer que o caráter de um projeto coletivo do jornal católico, que atuava em um determinado campo político, nos permite compreender os fatores que conduziram seus jornalistas a se agregarem em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir, dando contorno a um campo intelectual próprio (LUCA, 2006, p. 140). A imprensa adquire o poder político através de sua dupla atividade de formação e informação. A capacidade de sugestão da mídia não pode ser menosprezada. Sua atuação no âmbito político a coloca em uma situação muito favorável de intervir nos interesses e posturas de seus interlocutores.

Ao analisarmos o texto de Arreguy Filho (1935) percebemos a produção e manutenção de certos sentidos muito negativos sobre os comunistas: trata-se de um dizer marcado sócio- historicamente e textualizado de modo recorrente no discurso jornalístico daquela época.

A marcha do comunismo é atribuída por Arreguy Filho (1935) em seu discurso ao descaso dos governantes em relação à alguns grupos, em especial os trabalhadores, operários. Fica explícita no artigo analisado a crítica contra a incapacidade dos governos em deter a disseminação do comunismo no país.

A imagem negativa como o comunismo é apresentado é materializada também pelos sindicatos e associações de classe.

A posição enunciativa dos intelectuais católicos naquela conjuntura e na qual João Etienne Arreguy Filho se inscreve, associa de modo direto a imagem do mal comunista à anarquia. Ao nosso ver, este processo da construção do comunismo como um inimigo, um mal a ser combatido evidencia, em termos de linguísticos, uma memória discursiva tão forte que obriga até os dias atuais políticos e adeptos da teoria comunista a continuar denegando as imagens negativas que são constantemente retomadas sobre eles. São memórias que irrompem do discurso jornalístico e que, ao serem retomadas, fazem ressoar discursivamente os mesmos sentidos negativos.

Entretanto, o fato é que o uso da palavra comunismo nos jornais. ao longo dos anos, para além de designar uma ideologia partidária, passou a determinar um sentido que, como já

mencionamos, é sempre negativo. Hegemonicamente, a produção de sentidos para comunista gira em torno de inimigo. Se o lugar de inimigo já está previamente assinalado no imaginário social, significar o comunismo e os comunistas deste modo possibilita torná-los visíveis, singularizá-los e, assim, deixá-los isolados e sob controle, como todo inimigo deve ficar. A denominação comunista então, passa a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já se encontrariam previamente significados em termos sócio-históricos.

Assim, entendemos que o discurso jornalístico do artigo de Arreguy Filho (1935) impõe um movimento aos sentidos que são produzidos sobre os comunistas e, simultaneamente, silenciam outros processos de significação. Ou seja, a denominação dos comunistas é inseparável do modo de dizer jornalístico-político e das práticas históricas.

Na nossa avaliação, estas significações morais e religiosas, fragilizam a discussão política e representam um apagamento da discussão política propriamente dita, efetuando um processo de despolitização do leitor.

Retomando a perspectiva de Bourdieu e o conceito de campo, discutido no primeiro capítulo desta tese, podemos inferir que os discursos presentes na imprensa católica de Belo Horizonte estavam repletos de interpretações, valores e simbologias, que, articulados, engendraram dois campos: o político e o jornalístico. Como peça fundamental entre esses dois campos, o jornal *O Diário*, juntamente com seus redatores, articulista e editores pretendiam reforçar a presença da Igreja na sociedade mineira como um consistente projeto político.

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidade de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 2005, p. 165)

Em um outro artigo publicado em 1936, no jornal *O Diário*, sob o título de “Macumba”, João Etienne expõe sua visão sobre as práticas religiosas de origem africana e o crescimento de seu prestígio na capital mineira:

Desde que alguns literatos ociosos fizeram do negro e de suas superstições o seu único ideal literário, que acharam no samba a mais estúpida e a

única sublimação artística do Brasil, estudar os ritos e mistérios da macumba, assistir às “sessões”, conhecer as várias espécies de “despachos”, respeitar as forças ocultas de Xangô, Omulu, Oxossi, Oxalá e o terrível Exu, tornou-se uma coisa “podre de chique”, a última palavra em cultura, o “denier cri” do exotismo e da distinção social.

Só agora essa gente descobriu o negro e suas feitiçarias. E a respeito já existe farta bibliografia. Já temos alguns especialistas em negros e negrões. Mas, em vez de procurar ilustrar essa pobre gente, de instruí-la, libertando-a da grosseirice de suas crenças bárbaras, preferem esses literatos ociosos mais e mais prendê-la às suas crendices e ao seu feiticismo, chegando alguns ao exagero de querer incrementar entre os africanos e seus descendentes o culto de seus deuses diabólicos mantendo-os na cegueira de sua religião cruel, falsa e demoníaca. (*O DIÁRIO*, 11 mai. 1936, p. 4)

Arreguy Filho (1936) realiza críticas às expressões religiosas afro-brasileiras, denunciando de maneira bastante pejorativa tudo que não se enquadrava com a “religião oficial”. Toda essa denegação mobiliza um saber *de crença de opinião coletiva*, pois esse era o tom da maioria dos jornais católicos da época.

Dessa forma, ressaltamos a importância em entender o contexto da imprensa e os valores que são considerados pelo jornalista-intelectual, na época. Com isso, podemos determinar algumas constantes e supor algumas características sobre quem era o EUC no jornal *O Diário*. Para entender, porém, o TUD ou o destinatário ideal, é importante saber que a instância de recepção é portadora de um “conjunto impreciso de valores éticos sociais” e “afetivos sociais” que pode abordar os sujeitos de duas maneiras distintas, como “alvo intelectual” ou como “alvo afetivo” (CHARAUDEAU, 2012, p.80).

O “alvo afetivo” é aquele que avalia tudo de modo inconsciente, através das reações emocionais. A instância midiática constrói hipóteses sobre o que seria mais apropriado para tocar a afetividade do sujeito. Para isso, ela se baseia em categorias de representação das emoções, que são socialmente codificadas, correspondendo às estratégias de dramatização das informações. Temos, dessa forma, o “inesperado” (é o imprevisível que rompe com os hábitos de rotina), o “repetitivo” (mostra a propagação sistemática dos males do mundo), o “insólito” (é a transgressão das normas sociais de comportamento), o

“inaudito” (é a comunhão com o sagrado, com o além), o “enorme” (é a demonstração das grandiosidades) e o “trágico” (é o destino cruel dos homens) (CHARAUDEAU, 2012, p.82).

Ao utilizar o léxico “negrices”, “supertições”, “crenças bárbaras”, “demoníacas” “gente inculta” percebemos um universo semântico que aciona um discurso de devalorização das práticas religiosas africanas. Assim, Arreguy Filho (1936) utiliza-se da linguagem para contrapor dois campos políticos distintos: o de escritores que se engajavam com questões ligadas a formação identitária dos mineiros e, conseqüentemente dos brasileiros, e o campo o de escritores, que em função da prática religiosa católica, não aderiram a este grupo de intelectuais.

Os imaginários sociais são reafirmados e ganham força nos dados externos ao discurso, nestas constantes confirmadas e valorizadas por discursos de representação. Por isso, faz-se tão importante a contextualização sociocultural, na qual procuramos discutir e compreender as particularidades referentes ao período republicano, aos ideais de modernidade, aos valores da imprensa na época, com o objetivo de poder traçar o quadro convencional no qual os atos de linguagem de Arreguy Filho (1936) fazem sentido.

Percebemos neste ponto, a força do catolicismo na formulação e coordenação desse imaginário, visando resguardar suas redes de influências ameaçada pelos seguidores de outras práticas religiosas que não fossem as ligadas ao cristianismo católico e pelos escritores ou intelectuais que reverberassem ou dessem força a elas.

Por fim, notamos que a força desse imaginário oposto a outras religiões foi muito bem articulada, e soube dosar medo e reação em grande parte da população brasileira, que em regimes de “historicidades cruzadas”, ainda hoje a reverberam.

Os textos jornalísticos de Arreguy Filho (1982), se inscrevem no contrato de comunicação midiático, no qual encontramos a tensão entre duas lógicas particulares: a visada do “fazer saber” (a visada da informação, que está ligada à verdade e consiste em fazer saber ao cidadão o que está acontecendo no mundo) e a visada do “fazer sentir” (a visada da emoção, que está ligada à sedução e consiste em conquistar o interesse do parceiro em consumir a mensagem) (CHARAUDEAU, 2012).

A visada do “fazer saber”, ou visada da informação, é dividida em dois tipos de atividade linguageira: “a “descrição-narração”, para reportar os “ fatos do mundo” e “a “explicação”, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos” (CHARAUDEAU, 2012, p. 87). É importante ressaltar que, no discurso da informação, a verdade não se trata de uma coincidência literal com o real; ela está ligada à maneira de reportar/tratar os fatos e garantir as “condições de veracidade”. Consequentemente, temos também a atividade de “autenticar”, que consiste em fazer crer na coincidência do que é dito e nos fatos descritos (CHARAUDEAU, 2012, p.88). Apesar do compromisso com a informação, as instâncias midiáticas também se preocupam com o campo comercial. Considerando-se a disputa para atrair um maior número de consumidores da informação, faz-se necessária a sedução e a persuasão do parceiro. Com isso, as instâncias midiáticas, no caso dos textos analisados, o jornal *O Diário*, recorreu por meio de Arreguy Filho (1982) aos recursos da visada do “fazer sentir”.

As visadas do “fazer sentir” são estruturadas pelos imaginários sociodiscursivos e para dar conta de satisfazer o princípio da emoção, a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso da informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam, uma vez que elas são socializadas e resultam da regulação coletiva das trocas. Essa regulação, por um lado, segue os movimentos da afetividade e, paralelamente, as representações que atribuem valores às condutas e às reações emocionais (CHARAUDEAU, 2012, p. 92).

Em um primeiro momento, a análise de textos do jornal *O Diário* poderia nos levar a crer que a finalidade a que eles se condicionam está ligada à visada do “fazer saber”, devido ao principal objetivo da imprensa de transmitir uma informação. Mas nos três textos analisados, a finalidade informativa não nos parece ser a predominante. Destacamos combinação com a finalidade do “fazer sentir”, uma vez esses textos podem ser categorizados como de opinião.

As análises nos levam a partilhar das concepções de Charaudeau (2007) sobre os imaginários sociodiscursivos. Eles seriam formados por uma vasta rede de interdiscursos que circulam na comunidade social e que formam representações sociodiscursivas. Essas representações descrevem seres e cenas de vida, fragmentos narrados, revelando o ponto de vista de um sujeito. Esses interdiscursos são o sintoma desses universos de crenças compartilhadas que contribuem para construir ao mesmo tempo um eu-social e um eu individual.

5.4 Virgílio de Castro Horácio Veado – o orador precoce

Virgílio de Castro Veado nasceu em Santa Luzia (MG) no dia 28 de março de 1933, concluiu o curso primário em Vespasiano e veio com a família para Belo Horizonte ainda criança. Fez o curso secundário no Colégio Arnaldo, matriculou-se no curso de Direito da UFMG, transferindo-se depois a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, pela qual se formou em 1957; fez cursos de especialização em Direito Penitenciário e Psiquiatria Forense.

A entrevista com o jornalista Virgílio Horácio de Castro Veado, que passou a integrar o acervo Memória do Jornalismo Mineiro, foi realizada por nós e pelos estagiários do curso de jornalismo da Faculdade Newton, Laís Cristina de Souza e Elias Costa.

A primeira pergunta da entrevista semiestruturada pedia que o narrador falasse sobre sua infância. Assim como nas outras narrativas que compõem esta tese, uma marca distintiva de todas elas são a mobilização da reconstituição do passado, que inclui não apenas a vida pessoal e familiar do narrador, mas a reconstituição dos ambientes sociais e políticos nos quais ele esteve presente.

A partir de suas memórias, é possível perceber na narrativa de Veado (2016) a mobilização de um vasto universo de discursos e a adoção de eixos temáticos diferenciados para retratar os aspectos por ele destacados em relação à sua vida. Como exemplo das temáticas abordadas, podemos citar: a infância cercada de elementos considerados de uma

“cultura ocidental elitizada”, o que fica evidente a partir da seleção em que ele narra sobre a escolha de seu nome; participação como estudante em entidades representativas; participação central na vida do Sindicato dos Jornalistas; jornalista da imprensa tradicional e assessor de ocupante em diversos cargos públicos, entre eles: presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal; diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; diretor do Banco do Estado de Minas Gerais; secretário particular do professor San Tiago Dantas, ministro da Fazenda do governo João Goulart, etc. Todos esses temas são mobilizados a fim de destacar algum momento da vida de Veado (2016).

No quadro abaixo destacamos alguns imaginários mobilizados pelo narrador:

QUADRO 12 – Temas e imaginários – Virgílio Horácio de Castro Veado

TEMAS	IMAGINÁRIOS	SIGNOS-SINTOMAS
Representações ou imagens da formação intelectual (formação desde a infância, adolescência e vida adulta)	Tradição Conservadorismo Erudição/ intelectualidade Precocidade	Exemplos paterno e materno, linhagem familiar Mãe do narrador chamava o marido de Sr.(seu Castro) Pai fala três línguas Mãe era exímia violonista Mobiliza em seu discurso de formatura escritores clássicos variados É orador desde o primário
Representações sobre o fazer jornalístico	Ousadia Atrelada à formação intelectual	Jovem, faz uma reportagem que viria ser a capa dos principais jornais do país.

Desse modo, acreditamos que a identificação do propósito de uma troca comunicativa, ou seja, a dedicação e seleção dos principais temas e universos discursivos mobilizados em um ato de linguagem, serve como pistas, indícios para a construção da imagem de si que o narrador procura projetar. A identificação do propósito da troca comunicativa acaba por revelar também os imaginários sociodiscursivos nos quais o narrador se ancora para projetar seus mais variados *ethé*.

Passemos à análise do fragmento narrativo a seguir:

(76) É com muita saudade que eu vou responder a sua pergunta, muita saudade porque a infância é efetivamente é o momento glorioso da existência humana. Por isso, mesmo o próprio Cristo disse que o reino dos céus é cheio de crianças e, só quem tem a formação, a pureza no sentimento, os hábitos de uma criança, é que tem o reino dos céus, então é com prazer que eu me reporto a 1933, uma quarta-feira, seis horas da tarde, em Santa Luzia do Rio das Velhas. (VEADO, 2016)

No excerto (76), o narrador se revela saudoso de sua infância. Ele mobiliza um saber do tipo *crença de opinião* ao afirmar que: “*infância é efetivamente é o momento glorioso da existência humana.*”. Também encontramos *o saber de crença do tipo revelação* quando Veado (2016) se engaja ao discurso religioso para falar sobre a primeira fase de sua vida: “*mesmo o próprio Cristo disse que o reino dos céus é cheio de crianças e, só quem tem a formação, a pureza no sentimento, os hábitos de uma criança, é que tem o reino dos céus*”.

Além do excerto acima, destacamos outros na narrativa de Veado (2016), nos quais, para além de contar uma situação vivenciada, o narrador procurou nos oferecer detalhes como: a localização precisa da ocorrência do fato, o horário, o ambiente espacial e temporal, além da nomeação do colégio para onde iria estudar, na qual o narrador mobiliza *saber de conhecimento do tipo de experiência*.

(77) São sete horas da manhã. Tenho que viajar para a capital, a fim de me internar no Colégio Arnaldo, aonde vim para fazer a preparação visando a admissão ao curso ginásial. É um domingo de janeiro de 1946, dia claro, ensolarado, pleno de esperanças, mas de antecipada solidão.”

(78) Da Feira Permanente de Amostras, atual rodoviária, até o centro, fomos a pé, olhando vitrines. Observo pouco passageiros nos bondes. A cidade está vazia e faz calor.

(79) Estava com papai e com mamãe, mas estava triste, pensativo por ter deixado para trás a terra que me ensinara meus primeiros passos.

(80) Assustei-me com as dimensões do Colégio Arnaldo. Edifício majestoso, construção do início do século passado, com imponentes torres nas fachadas; janelas de madeira, altas e trabalhavam, embelezavam a perspectiva, dando para as Avenidas Bernardo Monteiro e Carandaí. Do lado oposto da praça avisto a Padaria Globo, nome que passou a ter após da depredação, meses antes, durante a II Guerra Mundial, por pertencer a italianos.

Retomando a discussão feita por Charaudeau (2016) para analisar os fragmentos destacados, podemos dizer que com relação aos modos de organização do discurso, encontramos também de maneira efetiva nas narrativas o agendamento do modo de organização descritivo. Intercalados com a narração, podemos observar procedimentos descritivos, como nomeação, localização, e qualificação, que irão garantir detalhes dos acontecimentos.

Quanto às categorias da língua, vemos uma recorrência daquelas destinadas a concretizar os procedimentos de narração e descrição. Em relação aos procedimentos de narração nota-se o emprego de verbos no passado, uma vez que a história já foi vivida, faz parte das lembranças do narrador. Além disso, é comum a demarcação temporal precisa, a partir do uso de advérbios de tempo e de lugar.

No que se refere às categorias da língua que evidenciam procedimentos descritivos, o grande destaque deve ser dado ao uso de adjetivos para caracterização do colégio e personagens, inclusive o próprio narrador. Ademais, percebe-se o uso frequente de substantivos próprios e/ou adjetivos que apresentam tempo e espaço com vistas de melhor localizar e situar tais espaços.

Passemos à análise de mais um excerto:

(81) Chega o momento da despedida. Um padre foi ao nosso encontro, no saguão. Me lembro até hoje, sua fisionomia era serena, mas grave, não sorriu nem por amabilidade. Estava lá tão somente para me receber e encaminhar o novato. Fiquei emocionado, olhos marejados, voz embargada, abracei firme meus pais, que tentavam naquele momento transmitir tranquilidade. Percebi que eles também estavam com o coração

partido, era nossa primeira separação. Eu entrei com passos lentos e inseguros, hesitantes, diria até arrepentidos, pois defrontei-me com enorme corredor e salas e mais salas dos dois lados.”

O fragmento (81) remonta a chegada de Veado (2016) a Belo Horizonte. Neste trecho podemos perceber várias categorias e construção de língua predominantemente usadas em textos narrativos e descritivos . A qualificação de personagens e ambientes ajuda a dar vida a encenação enunciativa do narrador.

(82) Naquela época patriarcal radical, o meu avô Seu Castro, como era chamado, e que a mulher também se referia a ele como Seu Casto, dada da ascensão é... do homem sobre a mulher na família tradicionalíssima, a ponto da dona da casa chamado na hora do jantar, perguntar: “Seu Castro, o senhor quer isso, o senhor quer aquilo. Nesse ambiente eu nasci, nós éramos 11 filhos de uma mãe até orgulhosa que me falava: eu tenho direito a 11 coroas no céu, e eu fui o último, sou o caçula.

(83) Papai formou-se em Farmácia, era químico farmacêutico da primeira turma da Escola de Farmácia, da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto. Quer dizer que tinha é colegas de muito prestígio na época, secretário da educação, secretário disso, próximo ao governador e tal [...] E papai então, conheceu a mamãe em uma serenata ao luar de Santa Luzia. Sete horas da noite, oito horas da noite era o começo, na casa do seu Castro, reunir algumas pessoas para tocar e cantar, e papai foi lá para pedir uma ajuda a um tio padre dele, Padre Antônio, para tentar formar uma pequena, uma pequeníssima farmácia no interior e quando ouviu a voz mamãe, mamãe era uma soprano extraordinária e uma violonista de várias posições no violino, ficou encantado. Falou assim: “Que voz é essa? Quem está cantando aí ? Perguntou ele ao meu tio-avô. Ele os apresentou, aí se apaixonaram mutuamente.

(84) Papai foi para Vespasiano para instalar uma farmácia, uma beleza de farmácia, a farmácia que tinha coleções de vidro com rótulos dourados. Pois bem, papai nunca foi um comerciante então ele não tinha coragem de cobrar a quem não podia, ele não tinha coragem de negar a alguém a quem precisava, então, com o passar do tempo, teve que fechar a farmácia por falta de venda , coitado e por excesso até de caridade.

Veado (2016) volta-se para o passado, às lembranças distantes e assim vai constituindo sua identidade discursiva, a partir de marcas que ele deixa no interior da própria narrativa. O narrador revela que sua subjetividade foi construída em um ambiente

conservador, patriarcal, culturalmente requintado e no qual a benevolência e caridade paterna foram decisivas na sua formação humanística.

Nos chama muita atenção o fato da mãe de Veado (2016) precisar se referir ao marido como senhor. Naquele período, no imaginário social de opinião coletiva os papéis sociais do homem e da mulher na sociedade se mantinha com o mesmo padrão dos séculos anteriores, apesar de que reconhecemos poderia haver condições para espaços de transgressões.

Passemos para mais alguns fragmentos discursivos de Veado (2016):

(85) Papai era um homem que fala três idiomas francês português e latim. Era discípulo de Dom Silvério que dá nome aos maristas do colégio Marista Dom Silvério. Papai foi um aluno próximo de Dom Silvério pelo gosto que papai tinha principalmente pelo latim, falava fluentemente o latim, traduzia com a maior facilidade, então era uma beleza de cultura, uma cultura universal, assim clássica, dos clássicos franceses. Aí começou evidentemente uma influência subliminar aos filhos e, principalmente, ao caçula. Essa coisa toda de Montesquieu e Robespierre e todos os outros clássicos franceses. Papai se referia a eles como amigos, com pessoas da sua intimidade e era uma intimidar cultural.

(86) Fiz o grupo escolar em Vespasiano na época era 1º ao 4º ano no grupo dirigido por mamãe era diretora do grupo fui orador da turma do curso primário porque ninguém quis disputar e papai estava louco para ter uma oportunidade e escrever um discurso para mim .

(87) E assim eu fui fazendo no decorrer da minha vida estudantil me credenciando junto aos meus colegas, que passaram a identificar em mim a precocidade, a austeridade integridade, e outros ardis que você queira usar da língua portuguesa. Tudo isso, pela minha atuação, foi-se incorporando instintivamente delicadamente no meu caráter.

(88) Pois bem, o papai era um político excepcional, mas frustrado pela mesquinharia do interior. Não passou de uma vereança em Santa Luzia, e depois desiluiu-se de uma maneira tal que não quis prosseguir política. Faltava alguma coisa para ele, que e era a escrita do discurso de formatura de clássico. Me formei. E, o auditório, que tinha mais mil pessoas, e eu estava lá discursando e citando os clássicos franceses, os clássicos, alemães, em última análise, o meu discurso inflamou um auditório de mil e tantas pessoas como orador da turma.

Os trechos (85), (86), (87) e (88) colocam em evidência saberes de experiência sobre a sólida formação cultural e o ambiente intelectual familiar em que Veado (2016) viveu. Tais

representações nos levam a inferir que a narrativa de Veado (2016) nos aponta um imaginário de erudição. Uma erudição intelectual burguesa, elitizada, cujo acesso era comum na época apenas para uma pequena parcela da sociedade

(89) Um outro passo da minha vida foi o vestibular para a escola de Direito a velha escola de Direito, da UFMG. Acho que eu saí em dezembro formado no clássico e em fevereiro, no Carnaval eu já estava prestando o concurso e fazendo as provas de vestibular na escola de Direito, na qual passei entre os cinco primeiros colocados, passei muito bem. As provas orais eram rigorosas e os professores da banca examinadora diziam para mim: com esse nome, Virgílio e Horácio ao mesmo tempo, você tem que nos ensinar latim e eu respondi: Isso é coisa de papai, não é minha não, pai que é professor de latim. O certo é que tirei 10 no exame oral em todos os três examinadores e comecei a vida universitária .

Veado (2016) revela que ainda era muito jovem quando começou no jornalismo.

(90) Já estava no jornal quando entre na faculdade de Direito. Eu entrei em 1949, num jornal conhecido até sabe? O Estado de Minas foi o primeiro em que eu entrei com o uniforme do colégio Arnaldo aquele s uniforme meio militarizado com botões com um toque na lapela.

Antes avançarmos na discussão sobre aos imaginários acerca da prática jornalística revelados pela narrativa de Virgílio de Castro Veado, é importante ressaltar que o intelectual foi um dos mais atuantes presidentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG) e ocupa lugar de destaque na história da entidade. Ele assumiu o posto, segundo suas próprias palavras, “num momento em que dezenas de entidades de classe sofriam violentas intervenções da ditadura militar, em que líderes dos trabalhadores eram caçados como marginais”. Teve participação decisiva na elaboração do decreto-lei que regulamentou a profissão de jornalista em 1969.

No seu mandato, a entidade recebeu a doação da sua atual sede, a Casa do Jornalista, feita pelo governo do estado, em lei aprovada pela Assembleia Legislativa. A solenidade de inauguração, no dia 8 de outubro de 1966, reuniu, além do governador Magalhães Pinto, os dois governadores recém-eleitos pela oposição ao governo militar: Israel Pinheiro (MG) e Negrão de Lima (antigo estado da Guanabara).

A inauguração trouxe a Belo Horizonte jornalistas dirigentes sindicais de todo o País e serviu de pretexto para divulgação da Declaração de Belo Horizonte, na qual afirmaram a determinação de lutar pela regulamentação da profissão, pela defesa da Lei de Imprensa, que a ditadura pretendia modificar, e pela liberdade de imprensa assegurada na Constituição. A declaração ainda protestava contra toda e qualquer forma de violência a jornalistas.

Na sua gestão foi realizada a I Conferência de Jornalistas Mineiros, em abril de 1969, tendo como sede a Casa do Jornalista.

Veado foi também presidente e um dos fundadores do Centro de Cronistas Políticos de Minas Gerais (Cepo) e chefe do Serviço de Imprensa do Palácio da Liberdade, fundador e presidente da Cooperativa Habitacional dos Jornalistas Profissionais de MG.

Em sua narrativa de vida (VEADO) assume sua identidade de jornalista-intelectual, entretanto, quando nos voltamos ao contexto em que ele atuou, percebemos que trabalhou pouco tempo como um jornalista de redação e mais como um assessor de imprensa, um relações públicas, tendo ocupado também diversos cargos públicos: presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal; diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; diretor do Banco do Estado de Minas Gerais; secretário particular do professor San Tiago Dantas, ministro da Fazenda do governo João Goulart.

Podemos dizer que as estreitas relações familiares de Veado (2016), que era de Santa Luzia, com os diretores do jornal *Estado de Minas* (que também faziam parte da elite financeira e cultura da cidade) ajudaram na entrada precoce de Virgílio Horácio de Castro Veado para o jornalismo, conforme ele mesmo narra a partir de suas memórias:

(91) Minha entrada no Estado de Minas foi antecedida por um pedido de papai ao gerente geral, que era um sobrinho meu em segundo grau e o GG⁵³ atendeu. Por experiência trabalhei um ano de teste vocacional que era para o jornal economizar, assim, fiquei lá como repórter esportivo.

⁵³ Gegê era o apelido dado a Geraldo Teixeira da Costa, que era o diretor à frente do Estado de Minas, à época de Assis Chateaubriand. Ainda é a família Teixeira da Costa quem comanda o grupo Diários Associados.

Nesse meio tempo, enquanto cursava a faculdade, eu fui chamado pelo Geraldo Teixeira da Costa. Estava cobrindo uma entrevista com Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek, em Governador Valadares. Ele estava inaugurando a primeira usina hidrelétrica do governo Kubitschek.

Eu não tinha nada a ver com isso, mas eu vi Israel Pinheiro no palanque que Juscelino estava fazendo discurso já como candidato a presidente e eu vi também uma conversa de Israel com os jornalistas políticos que estavam lá e eu pensei: gente isso é importante e entreguei essa matéria.

Eu não fiz com esse propósito não porque eu fui lá para fazer cobertura da inauguração. Quando do GG, me chamou ele me disse: “Essa matéria aqui é manchete de todos os jornais amanhã. Vai sair assim : Israel ameaça dissidência do PSD e no subtítulo: Juscelino Kubitschek terá o apoio integral da alta direção do partido”.

Foi do Rio grande do Sul até o Ceará com a manchete da delegação de Israel que era o secretário Geral do PSD nacional. Eu entrei na política e fazendo coberturas assim, é... eu diria pioneiras a ponto de eu ter condições de dizer nas minhas memórias que eu fui pioneiro da luta contra a corrupção, porque eu peguei ,tive sorte de pegar, em flagrante com documento, com tudo provado, quatro deputados federais de Minas, que foram cassados pelas urnas na eleição seguinte. Nenhum deles conseguiu se reeleger.

A reportagem a que Veado (2016) se refere está a transcrita a seguir:

Destinaram treze milhões a entidades que não existem

Verdadeiro escândalo, urdido nos bastidores da Câmara Federal, será denunciado, ainda nesta semana, pelo deputado Luiz Maranhã, do PSD, que ocupará a tribuna da Assembléia a fim de solicitar a intervenção da Mesa do Legislativo mineiro, no sentido de encaminhar os fatos à Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Corrupção e Fraudes Eleitorais.

A denúncia se prende à distribuição de verbas orçamentárias para a o município de Além Paraíba, feita irregularmente por nada menos de cinco representantes de Minas à Câmara dos Deputados, conforme farta documentação que o parlamentar pessedista apresentará aos seus pares, no importante discurso que deverá pronunciar.

A peça acusatória envolve e compromete seriamente os deputados Uriel Alvim, Maurício Andrade, Manoel França Campos, todos do PSD, Walter Atháide e Ilacir Pereira Lima, do PTB, que teriam destinado grande parte de suas verbas anuais à entidades de existência incerta e duvidosa, num total de 13 milhões e novecentos mil cruzeiros.

Com efeito, é de se ressaltar que os referidos parlamentares não fazem política naquele município, circunstância que pode ser facilmente comprovada pelas votações obtidas por cada um quando das últimas eleições em Além Paraíba.

Assinale-se, por outro lado, a volumosa documentação em mãos do Sr. Luiz Maranhã, destacando-se entre as peças oferecidas a exame pela reportagem do “Estado de Minas”, uma certidão expedida pela Secretaria da Câmara dos Deputados, a pedido do deputado pessedista, acerca da distribuição das verbas a que tinham direito os parlamentares envolvidos, para as doações à entidades filantrópicas, no interior do Estado.

Em consequência, o discurso a ser pronunciado, ainda no decorrer da semana, pelo representante de Além Paraíba na Assembléia, deverá encontrar a mais viva repercussão em todos os setores políticos, esperando-se que a denúncia seja encaminhada à Comissão de Fraudes com a urgência que o caso requer.

Na Residência do Deputado – “Se os fatos que, da tribuna da Assembléia, irei denunciar ao povo mineiro forem devidamente apreciados pela Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Corrupção a Fraudes Eleitorais – e não tenho razões para duvidar da honestidade de propósitos dos seus membros – tenho para mim que os deputados envolvidos na vergonhosa trama estarão com seus mandatos irremediavelmente cassados”. Foi com estas incisivas declarações que o Sr. Luiz Maranhã, visivelmente revoltado com o trabalho de pesquisa que vem realizando para a apuração dos fatos, iniciou a sua, longa exposição à reportagem política do “Estado de Minas”.

De início, o político pessedista fez questão de demonstrar a procedência das graves acusações que deverá formular à Assembléia, ostentando para o repórter impressionantes documentos probatórios, tais como certidões de Registro de Imóveis, de atas das assembleias, dos estatutos e das doações às entidades beneficiadas, e cuja existência acaba de ser posta em dúvida, além de certidão da Secretaria da Câmara dos Deputados, na qual estão discriminadas as dotações ordinárias e extraordinárias dos cinco deputados envolvidos, nos exercícios de 1956, 1957, 1958.

Equipe de fraudadores: *“Cinco deputados federais, dos quais três de meu partido, infelizmente, macomunaram-se com uma equipe de corruptos e fraudadores de Além Paraíba, com o sacrifício dos altos interesses*

coletivos e da própria moral política” – prossegue o sr. Luiz Maranhã – para, logo depois, formular uma solene indagação:

- *“Por que esses deputados, que não distribuíram verbas para as suas zonas de influência política, destinaram a Além Paraíba o total das dotações orçamentárias a seu cargo a entidades que têm a mesma diretoria, praticamente e todas elas dirigidas por um só indivíduo, sr. William Sahione, cuja idoneidade moral é posta em dúvida? Por que não destinaram verbas para outras associações filantrópicas de mais altas, como lactários, hospitais, orfanatos e berçários existentes há longos anos na cidade? A resposta a tais perguntas poderá ser obtida pela Comissão De Inquérito, através de uma investigação séria e criteriosa, vasculhando e se aprofundando nos livros por ventura existam, o que definitivamente não creio. Ademais – continua o sr. Luiz Maranhã – nenhum dos deputados que denunciou à opinião pública teve mais de 100 votos em Além Paraíba. O detalhe é tão sem importância, pela insignificância das votações, que não nos preocupamos com ele”.*

Respondendo a uma pergunta do repórter, disse o nosso entrevistado:

“Outros deputados, como o srs. Magalhães Pinto e Carlos Luz, distribuíram regular e honestamente as suas verbas para entidades de real conceito naquela cidade, Acuso aqueles que, possivelmente, foram envolvidos por uma verdade “gang”, cujo destino já está traçado: “Penitenciária de Neves”.

Silêncio sintomático – À medida em que ia mostrando ao nosso repórter os documentos que apresentará à Assembléia, o sr. Luiz Maranhã, até certo ponto irritado, continuava a fazer indagações, detendo-se numa grande significação para a denúncia a ser formulada:

“Por que o jornal de Além Paraíba, “A Gazeta”, de propriedade do deputado Uriel Alvim e de uma empresa em que o sr. William Sahione é uma figura de influência, não publicou uma vez sequer a destinação dessas verbas? Modéstia dos deputados ou uma santa ingenuidade? Posso afirmar – e o faço com todos os elementos – que o povo de Além Paraíba não conhecia até então esses “insignes benfeitores” e sabe que o dinheiro não foi aplicado, por desconhecer qualquer fiscalização dos poderes públicos. E o interessante é observar que a distribuição foi feita com uma surpreendente uniformidade, o que vem tornar ainda mais delicada a posição dos envolvidos na trama. Quando iniciamos as nossas investigações, solicitando certidões dos cartórios naquela cidade, apressaram-se, então, os culpados em “regularizar a situação”, numa tentativa desesperada de ilaquear a boa-fé alheia. Não conseguirão fazê-lo, no entanto, pois tenho elementos para desmascará-los. Citarei, a propósito, uma prova irrefutável: a doação para uma dessas falsas entidades foi feita pela Prefeitura, sendo o terreno de propriedade do Estado. Apenas cinco vereadores, numa Câmara de 11, votaram a medida,

sem ser atentar, portanto, para o dispositivo legal que prescreve a maioria absoluta nesses casos. Declaro que a bancada do PSD não apoiou a vergonhosa doação e, neste particular, tenho uma certidão comprometedora, que comprovará a veracidade das minhas alegações. É de se indagar novamente: por que a Comissão Regional do Fundo Nacional do Ensino Médio, subordinada ao Ministério da Educação, não promoveu uma rigorosa fiscalização no emprego de tais verbas?”.

Os envolvidos e as entidades fantasmas – Ainda segundo declarações do sr. Luiz Maranhã, outros nomes estão seriamente comprometidos, sendo de se destacar, além do deputado Moreira Júnior, do PTB, os srs. Ricardo Grinaldo Estides (delegado de Polícia), Gilson Rossin Nascimento (vereador do PTB). (VEADO, Virgílio Horácio C. *Estado de Minas. Polícia*, (1958)

Veado (2016) afirma que sua entrada na política se deu: “Fazendo coberturas, é... eu diria, pioneiras, a ponto de eu ter condições de dizer nas minhas memórias que eu fui pioneiro da luta contra a corrupção, porque eu peguei ,tive sorte de pegar, em flagrante com documento, com tudo provado, quatro deputados federais de Minas, que foram cassados pelas urnas na eleição seguinte.” Entretanto, a reportagem de Veado (2016) foi publicada sob a editoria ou no caderno de polícia⁵⁴ e não de política.

Os critérios de definição de gênero apontados Charaudeau (2006) são muito elucidativos para compreender a narrativa de Veado (2006) e ao mesmo tempo a reportagem do jornal Estado de Minas. Para o pesquisador, o gênero da informação midiática seria resultado do cruzamento da instância enunciativa, do modo discursivo, do conteúdo temático e do dispositivo.

No jornalismo investigativo⁵⁵, observamos certo peso da instância enunciativa (a origem do sujeito falante), pois, a filiação ou o pertencimento à entidade representativa dessa especialidade, editorias ou veículos consolidados, podem influenciar na apresentação de uma

⁵⁴ A crença e a defesa de que o jornalismo policial foi a primeira forma de prática do jornalismo investigativo no Brasil, localizada a partir dos anos de 1950, ou a confusão recorrente que se faz entre os dois discursos pode ser explicada por diversos aspectos.

Seja pelas influências que estruturas narrativas do romance policial exercem sobre a produção cultural moderna, da qual o jornalismo é parte; seja pelas lutas internas ao campo e as tentativas de seus agentes de valorizar/consagrar determinados saberes; seja, ainda, pela posição de menor reconhecimento profissional que a editoria de polícia ocupava no campo jornalístico

⁵⁵ Estamos considerando que a reportagem de Veado (2006) pertence ao gênero investigativo, levando-se em conta que todo jornalismo é ou pelo menos deveria ser investigativo. Não faremos uma discussão sobre esta questão, que aponta para opiniões e teses variadas.

reportagem como investigativa. Com relação ao modo discursivo, a julgar pelas três categorias definidas pelo autor (relatar, comentar ou provocar o acontecimento), o produto do jornalismo investigativo não consegue se distinguir da reportagem tradicional. (aquela com *lead e sublead*).

O dispositivo também não constituiu um fator decisivo nesta especialidade hoje, na época se dava principalmente no suporte impresso. O que nos leva a concluir que o conteúdo temático do jornalismo investigativo pode e privilegiar variadas temáticas e, eventualmente, se move em várias direções.

Na narrativa de Veado (2016), que reivindica para si o pioneirismo na “luta contra a corrupção”, a imprecisão acerca das editorias ou sob que editoria o tema foi tratado é mais um dos indicativos da falta de profissionalização dos processos ligados à prática do jornalismo, como já discutimos nesta pesquisa, tal profissionalização só será consolidada nas redações brasileira a partir dos anos de 1960.

5.5 Alaíde Lisboa – a professora

O estatuto profissional de Alaíde Lisboa se revelou em nossa pesquisa com uma configuração um pouco diferente da dos outros jornalistas intelectuais com os quais trabalhamos. Ela atuou como editora do suplemento *O Pequeno Polegar*, um caderno dirigido ao público infantil e como redatora da coluna *Ensino e Sociedade*, ambos no jornal *O Diário*.

QUADRO 13 – Temas e imaginários – Alaíde Lisboa

TEMAS	IMAGINÁRIOS	SIGNO-SINTOMAS
Representações ou imagens da formação intelectual (formação desde a infância, adolescência e vida adulta)	Tradicionalismo Elitismo, fazia parte de uma elite intelectual	As mulheres faziam o curso para normalista. Família culta, irmãos fizeram cursos superiores. Tinham três empregadas. Frequentava a Academia Brasileira de Letras.

Representações sobre o fazer jornalístico	Pouca profissionalização Poucas mulheres na profissão Atrelada à formação intelectual	Não era sua profissão, “era para ganhar um extra”. Sua profissão era ser professora.

Alaíde Lisboa era mineira de Lambari e nasceu em 22 de abril de 1904. Exerceu as carreiras política, jornalística, acadêmica e artística. Como escritora, publicou cerca de 30 livros, entre didáticos, de ensaios da área de educação e literários, principalmente infantis.

Lisboa (1982) foi a primeira vereadora de Belo Horizonte em 1949. Tornou-se conhecida também por sua carreira na Educação. Por muitos anos, lecionou e coordenou cursos em universidades mineiras. Em abril de 1979, logo após a sua aposentadoria, recebeu o título de professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelos relevantes serviços prestados à instituição e por sua significativa contribuição à educação brasileira.

Exerceu o jornalismo em *O Diário*, durante quase 15 anos, quando dirigiu o suplemento infanto-juvenil *Pequeno Polegar*, de 1948 a 1960. Participou ativamente da Academia Municipalista de Letras, da Academia Feminina de Letras e da Academia Mineira de Letras. Faleceu em abril de 2006, aos 104 anos.

Ela começa sua narrativa se apresentando e rememorando seus familiares mais próximos. Destaca em seu narrar a preocupação da mãe com a formação cultural dos filhos e especialmente com a das filhas, pois ela avalia que “naquele período era difícil o estudo”.

(91) Meu nome todo é Alaíde Lisboa de Oliveira que já tem, nasci em Lambari. Meu pai, João de Almeida Lisboa, a mãe, Maria Rita Vilhena Lisboa. O pai era político e a mãe, dona de casa, muito inteligente. A mamãe teve 14 filhos, cinco morreram pequenos, e nove chegaram à idade adulta. Então, embora naquele período fosse difícil o estudo, a cultura, havia muita preocupação com a

cultura na família. A minha mãe cursou pouco tempo, porque casou-se com 14 anos e meio. Então ela tinha de escola pouco tempo, mas tinha uma inteligência muito, muito boa mesmo. Ela gostava muito de ler. Ter curso superior era uma coisa. E ela dizia, também, que não queria muito que ficássemos interessadas nas coisas da casa, “porque minhas filhas também vão estudar, não é?” Tinha uma preocupação com o estudo das filhas. De sorte que quando nós chegamos à idade adulta, cinco, os homens, os cinco tiveram curso superior. Um médico e 4 advogados, e esses advogados, dois deles foram farmacêuticos antes de estudarem Direito. E isso numa época em que não era muito comum, não era fácil a formatura.

Lisboa (1982) não fugiu aos estereótipos que marcam o início do século passado em Minas, sobretudo, quando eles estavam relacionados ao papel da mulher no mercado de trabalho. Tornou-se professora, e, ao contrário de Boechat (1995), que também faz parte do nosso *corpus* desenvolveu com prazer e engajamento suas atividades no magistério.

(92) E as filhas foram educadas de acordo com a época, Curso Normal. Depois teve a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, que era considerado como se fosse um curso superior. Você tinha que ter o Normal para você fazer o curso, e tinha que ter uma certa prática. Então, eu fiz o Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico de Minas Gerais. Aí, eu fui convidada, logo depois, para lecionar português no Instituto de Educação, porque também naquele tempo eles procuravam assim... uma pessoa que teria alguma cultura.

Além de conseguir com que os filhos tivessem curso superior em uma época na qual o acesso à educação era facultado às classes mais abastadas, a família de Alaíde Lisboa ainda podia ter empregados domésticos, o que ajuda a corroborar representações de riqueza, alto poder aquisitivo no contexto de um Brasil pobre e predominantemente rural.

(93) Tinha a vida assim equilibrada, não podia desperdiçar nada, mas isso sempre teve: a cozinheira, sempre. E lavadeira, passadeira e arrumadeira, acho que as duas arrumavam lá, sabe? E tinha duas, às vezes três. Engraçado, no interior, antigamente, mesmo aquelas famílias que não tinham muitos recursos, tinham sempre uma empregada. Eu mesmo quando me casei, por exemplo, nós dois

trabalhamos, começando a vida, quatro filhos logo se seguiram, mas eu tive uma época de três empregadas.

Como já discutimos na primeira parte desta tese, os lugares de sociabilidades são condições para a elaboração intelectual, que está articulada aos estudos inseridos no campo de História dos Intelectuais – desenvolvida a partir da década de 1970.

Entender os espaços que serviram de encontros, reuniões e aglutinações para a intelectualidade de um dado lugar e de uma dada época conduzem-nos a aceção de sociabilidade de Jean-François Sirinelli.

(94) Morei no Rio de Janeiro e lá eu frequentava muito a parte cultural. Havia muitas conferências. Minha irmã, Henriqueta, já era poeta e conhecida e tinha muitos contatos intelectuais. E havia sessões na Academia, toda quinta-feira. E um acadêmico falava e os outros aplaudiam. Temas, os mais variados. Literatura, história, arte, biografias. Poemas ditos em voz sonora e também alguns debates. E a plateia acompanhava. Gente de ouvidos atentos e de olhares arregalados. Donzelas ao lado de cavalheiros, todas intelectualizadas. Armazenavam cultura para trocas de ideias que viriam após a sessão. Era um falar e vibrar, um entender e querer bem, continuando a sessão.

Um dia houve uma advertência. Não convém ir à Academia, vai haver barulho por lá. Acadêmicos modernistas, discordam dos tradicionais, estão dispostos a tudo. Nunca o auditório da casa esteve assim tão lotado. E a sessão começou. Nosso grande Graça Aranha levanta-se com pompa antiga e arrasa o que é já velho e proclama a independência. Independência das letras. E acusa a Academia de atraso e negligência, de resistência ao progresso, de incompreensão artística, um verdadeiro libelo. De repente, do cenáculo, uma voz forte e incisiva, a do nosso Coelho Netto, faz graves reflexões, e termina em desabafo. Direto ao renovador: “Não se cospe no prato em que se come.” Expressão contundente, talvez não apropriada ao ambiente fidalgo de uma academia de letras. E a sessão foi encerrada.

No excerto (94), a narradora mobiliza vários atributos positivos os personagens e ambientes nos quais conviveu quando era jovem, como em: “poeta conhecida”, “todas

intelectualizadas”, “acadêmicos modernistas”, “grande Graça Aranha”, “ambiente fidalgo”. Ao trazer para sua narrativa este conjunto de temas, ambientes e personagens ligados à intelectualidade, Lisboa (1982) deixa indícios de algumas representações que nos levam a um ambiente de erudição e intelectualidade.

O relato de Lisboa também ajudar a evidenciar o papel das Academias de Letras como caminhos para a intelectualidade, conferindo maior projeção e visibilidade aos que tentavam se legitimar e estabelecer neste campo. “Neste sentido, os intelectuais, devem ser analisados como participantes de múltiplas redes de sociabilidades, através das quais se colocam em contato com o mundo” (GOMES, 2009, p.11).

Ainda de acordo com Ângela de Castro Gomes, ao se falar dos espaços de sociabilidade, deve-se considerá-los em suas dimensões “geográficas”, por um lado, e também, “afetiva”, por outro lado, “demarcando vínculos de amizade e de hostilidade e principalmente, criando uma certa sensibilidade e visão de mundo”, em redes de relações entendidas como “microclimas”(GOMES, 1996, p.42)

Em suas narrativas, Lisboa demonstra habitar um espaço múltiplo, onde é possível observar como se relacionam as identidades discursivas no desempenho de papéis sociais distintos. A narradora em sua subjetividade e orientada pelos fenômenos sociais e coletivos que vivenciou, deixa perceber sentimentos de pertencimento a dois grupos sociais: os intelectuais- jornalistas e os professores. Em alguns momentos, estes sentimentos nos parecem conflituosos.

Ao avaliarmos o contexto, o fato de Lisboa (1982) fazer parte de um círculo literário socialmente consagrado como um espaço ligado ao mundo das artes foi capaz de produzir efeitos importantes para a trajetória profissional dela e para o jornal *O Diário*.

Acreditamos que o jornalismo se valia da legitimidade intelectual de Alaíde (1982), ao mesmo tempo em que a instância midiática permitia que ela tivesse uma visibilidade junto ao público, garantindo seu trânsito pelo domínio das convenções jornalísticas e literárias. Os escritos de Alaíde Lisboa poderiam ser validados pelos leitores do jornal não apenas em termos de qualidade da informação, mas também pelo seu valor estético.

Nos fragmentos de sua narrativa, podemos perceber como ela operacionalizava o trânsito entre a instância jornalística, a literária e ainda o magistério.

(95) Naquele tempo não havia ainda escola de Jornalismo. Então o jornalista, em certo aspecto, com intelectual. O intelectual que escrevia era jornalista e também jornalistas eram aqueles que ficavam na administração dirigindo a parte técnica. Naquele tempo era tudo assim meio confuso, dependia da aptidão de cada um. De sorte que você entrava, começava a escrever e virava jornalista.

No recorte (95), Lisboa (1982) aponta para representações que dão origem a um imaginário de pouca profissionalização ou a falta de uma demarcação entre clara entre o universo dos jornalistas e dos intelectuais. São as representações que instauram o sentimento de pertença e de identidade entre os sujeitos de um grupo social. Na concepção da narradora, o jornalista era aquele que dirigia a redação e cuidava da parte técnica, ou seja, podemos pressupor que, para Lisboa (1982), a atividade jornalística estava mais ligada à técnica.

(96) No meu caso, eu fui convidada para fazer a página infantil no *O Diário*, chamada *Pequeno Polegar*. Eu tinha que fazer parte da redação. Eles resolviam a parte da diagramação e ilustração. Na página, eu estabelecia uma certa divisão. Daria um recado aos alunos, a gente tinha a preocupação de se comunicar com eles e, no fundo, educar também. Mas educar e ao mesmo tempo fazer uma coisa literária. Eu abri também uma parte para publicar o que me mandasse.

(97) Mas se a gente tinha alguma coisa interessante..., porque quando eu fui Presidente da Associação, os jornais apoiaram muito, viu? Eu tive um apoio da imprensa muito grande. De sorte que até abriu campo, *O Diário* tinha um campo aberto para nós sabe? De sorte que, eu fazia um artigo ou pediam um artigo, e a gente publicava. Defendendo a classe, sempre, não é? Ou também um problema de educação, defesa da educação. Sempre alguma coisa assim interessante

Nos excertos (96) e (97), Lisboa reforça sua visão acerca do tecnicismo dos jornalistas quanto afirma: “Eu tinha que fazer parte da redação. Eles resolviam a parte da

diagramação e ilustração.” Ela separa sua atividade de criação do texto jornalístico das demais atividades que são inerentes ao jornalismo como a diagramação e a ilustração.

Ainda chama nossa atenção nestes fragmentos o fato de que a narradora utiliza a instância midiática com o propósito de educar e se comunicar com alunos, valorizando seu primeiro estatuto profissional, que era o de professora. Ao utilizar o pronome “nós” na primeira pessoa do plural, Lisboa refere-se à classe dos professores. Ela explicita este posicionamento em: “De sorte que, eu fazia um artigo, ou pediam um artigo e a gente publicava. Defendendo a classe, sempre, não é? Ou também um problema de educação, defesa da educação. Sempre alguma coisa assim interessante”

(98) Eu fiz parte da comissão que organizou o projeto do curso de Jornalismo e até foi muito interessante. Eu, a Ângela Vaz Leão e um terceiro nome. Nós éramos três na organização do curso. Eu defendi uma tese que não venceu. Queria que o Jornalismo tivesse um curso de português tão bom e de nível tão alto como o de Letras. Assim daria o direito a eles de ser professores. Eu acho que o jornalista é mais professor do que nós, porque ele tem muito mais alunos. Nós temos alunos dentro da sala e o jornalista em todo lugar, toda casa tem um jornal. Os alunos vão lendo e aprendem com eles alguma coisa.

(99) Não cheguei a sentir discriminação por ser mulher, mas eu era uma jornalista que trabalhava em casa, ia na redação apenas levar o trabalho, ou às vezes, mandava levar. Em termos de escola, eu estava gostando e as crianças também. Parece que havia um ciúminho. Eu não estava registrada. Depois me registrei e tenho a carteira profissional. Eles me pagavam, eu era funcionária. Tinha funções lá dentro, mas não tinha obrigações a não ser me mandar a página, o material. Até o jornal acabar. Trabalhei muito mais pelo prazer de trabalhar no jornal. Era um jornal católico, muito sério e eu estava feliz com aquilo.

De acordo com Sirinelli, “todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver” (2003, p. 246). Notamos, a partir do fragmento (99), que Lisboa não convivia com seus colegas de redação. Ela não ia ao local de trabalho a não ser para levar

seus textos. Lisboa (1982) narra que não se considerava discriminada por ser mulher, mas ela deixa explícito em seu dizer que “parece que havia ciúminho” por parte dos jornalistas da redação de *O Diário*. Podemos pressupor que os jornalistas não a reconheciam como par, problema que ela irá resolver ao registrar-se na Associação de Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

(100) Quando fizeram o sindicato, eu estava em exercício e entrei. A classe de magistério escrevendo artigos sérios e constantes seria uma reivindicação muito mais forte e chegaria aos ouvidos do governador, do presidente.

No começo não lembro quanto eles me pagaram, é interesse secundário. Lá era a profissão deles e eu tinha a minha, que era a de professora; era um extra e os de lá era efetivos. A vida deles era aquilo, então, era um pouco diferente.

Segundo Cremilda Medina (1982), o escritor vai utilizar o jornalismo como uma “profissão suplementar”, uma forma conveniente de obter algum rendimento e reconhecimento junto ao público. Além disso, “trabalhar na redação e pegar uma pena para escrever vai se constituir, para o escritor, num prolongamento do estúdio, do gabinete doméstico da inspiração literária”. (MEDINA, 1982, p. 130)

A grande preocupação de Lisboa (1982) com a categoria profissional liga ao magistério pode ser percebida nos textos produzidos pela jornalista, como no artigo *Professora Maltratada*, publicado na coluna *Educação e Ensino* pelo jornal *O Diário*⁵⁶ (Cf. figura a seguir):

⁵⁶ O jornal *O Diário* integra o acervo da biblioteca estadual Luis de Bessa, mas não se encontra digitalizado. Tivemos acesso apenas ao acervo físico, que bastante desgastado pelo tempo, impossibilitou a leitura de alguns textos.

Ao aplicarmos o conceito de tríplice mimese teríamos em um primeiro momento um mundo ainda não narrado pelos jornalistas. Fatos e acontecimentos se sucedem a todo momento em todas as partes do mundo, mas eles não existem ainda porque não foram narradas. Existe, assim, uma ação humana a espera de ser narrada. Esse seria o mundo prefigurado, ou mimese I. O mundo em que os profissionais da Secretaria de Educação tratam mal as professoras, mas que ainda não é um acontecimento, pois não foi narrado.

A partir da narrativa em tom de denúncia de Boechat (1957), podemos dizer que temos um mundo narrável ou uma história para ser contada, cabe ao jornalista, no caso Boechat (1957), a tarefa de selecionar quais os fatos e acontecimentos merecem ser narrados. É nesse momento que os critérios do que é notícias entram em cena. Boechat seleciona o que seria de interesse do público para apresentar a história das professoras maltratadas. São eles: “mais de 10 dias para ser atendida por um chefe de departamento”, funcionários que só dão informes para ficarem livres dos solicitantes”.

Para dar veracidade aos seus relatos, uma parte da reportagem traz em detalhes o caso da personagem jornalística, a professora Maria de Lourdes Miranda. Segue o trecho escrito do Boechat:

Legítimas são as reclamações que nos chegam todos os dias por parte das professoras com respeito ao instituto. Ontem, estive em nossa redação o senhor Antônio Mendonça Soares para acompanhar Maria de Lourdes Miranda, que veio para Capital da cidade de Bambuí. Há dez dias, ela frequentou as instalações das chefias do departamento da Secretaria de Educação sem ser atendida para resolver seu problema corriqueiro – averbação do atestado de trabalho e do ato de reintegração.

Outro trecho da denúncia começa com o intertítulo: De portas fechadas. Boechat prossegue:

Acrescentou que a referida professora teve barrados todos os seus pedidos na Secretaria da Educação, já que as diversas repartições funcionam de portas fechadas e os funcionários se recusam a acolher as solicitações. Atendida pelo Sr. Geraldo Alberto Chagas, chefe de um dos departamentos, foi por este maltratada anteriormente, em contrário do que se espera de quem lida com educação. Vencida, e

constrangida, a professora Maria de Lourdes Miranda voltou a casa de seu tio Antônio .Menezes Soares aos prantos.

Pode-se dizer, utilizando as palavras de Ricouer (1994, p.85) que “(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado”

Pode-se atribuir a presença marcante de Lisboa como narradora na reportagem ao reportar os fatos vividos pelas professoras, o que na Tríplice Mimese ricoueriana é o chamado ato II , ou ato de configuração.

A mimese III, que corresponde à reconfiguração, momento que marca a presença ativa de várias vozes, inclusive as do leitor. No caso em análise, continuamos a ver uma intervenção persuasiva de Lisboa no sentido de estabelecer uma mudança no status quo:

Comovido e incomodado pelo problema de sua sobrinha, o Sr. Antônio Menezes Soares foi a porta da Secretaria de Educação carregando as solicitações da professora Maria de Lourdes Miranda. Seus processos estavam parados na gaveta de um dos funcionários, motivo por que a professora frequentou por dez dias seguidos a repartição pública. Abordado, o funcionário disse-lhe que precisava de algumas informações. É evidente que se torna necessário uma modificação total na maneira como são tratados esses processos das professoras do interior e da Capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou identificar as representações e imaginários sociodiscursivos nas narrativas e em alguns textos produzidos pelos jornalistas- intelectuais: Maria de Lourdes Boechat Cunha, José Maria Rabêlo, João Etienne Arreguy Filho, Virgílio Horácio de Castro Veado e Alaíde Lisboa.

Ao final desta pesquisa podemos inferir que os imaginários e representações apontados nas narrativas dos jornalistas intelectuais resultam em uma imagem acerca da prática jornalística que, de certa maneira, vem sendo reproduzida, desde o início no século passado em um espaço de sociabilidades são partilhadas. Nesta trajetória temporal, pode ser comprovada a recorrência, na maioria dos relatos que constituem o *corpus*, de imaginários sociodiscursivos ligados à tradição, ao conservadorismo, à erudição e à prática jornalística sempre atrelada à intelectualidade. As subjetividades dos narradores desta pesquisa revelam saberes que materializam esses imaginários.

. É relevante salientar que, no discurso dos jornalistas-intelectuais é possível perceber as representações que eles têm sobre a prática jornalística e que elas, muitas vezes, repercutem a polifonia, ou seja, as diversas vozes dos discursos que atravessam as a sociedade como um todo, propiciando observar assim, a construção de uma identidade profissional plural, heterogênea, mas, ao mesmo tempo, ancorada em algumas representações fixas já cristalizadas, às vezes estereotipadas sobre o estatuto profissional. Tivemos a oportunidade de constatar, por meio dos relatos e também dos textos jornalísticos utilizados, que alguns imaginários já cristalizados na sociedade são reforçados à medida que outros são desconstruídos, um deles é que os jornalistas fazem parte de um campo intelectual progressista.

Portanto, a identidade dos jornalistas, se constrói socialmente e diversos fatores interagem entre si para resultar nas representações que eles fazem da profissão. Dessa forma, a soma, ou seja, o conjunto de representações sociais mobilizadas pela memória que o jornalista tem sobre sua infância, sua família, relações pessoais e profissionais,

enfim, sua trajetória de vida é que contribui para a construção da sua identidade profissional. Utilizado a perspectiva teórica de Berteaux (1997), ao narrar-se os sujeitos desta pesquisa se viram diante do compromisso desafiador de refletir sobre sua própria existência e a existência de outros, realizando o que Bakhtin (1997) chama de atos éticos e estéticos.

Acreditamos que nesta tese, as vozes dos jornalistas estudados vão contribuir para a (re)construção das representações e das identidades que emergem no discurso presente nas narrativas do Acervo Memória do Jornalismo Mineiro.

Além do conceito de imaginários sociodiscursivos, nos termos em que propõe a Teoria Semiolinguística de Charuadeaux (2007), procuramos articular nesta pesquisa, o conceito de *regime de historicidade*, que procura demonstrar a partir do nosso contexto presentista (Hartog, 2004), que esse presentismo diz respeito ou se expressa como uma temporalidade específica.

Esta percepção é que nos faz compreender nos interdiscursos materializados nas narrativas e nos textos jornalísticos diferentes temporalidades que se cruzam. Em outras palavras, é o discurso que articula novas temporalidades e nos tira dos regimes de historicidades presentistas.

Para isso, também levamos em consideração o *espaço de experiência e o horizonte de expectativa* nas acepções desenvolvidas por Paul Ricoeur, a partir de sua leitura de *Futuro Passado* de Reinhart Koselleck (2006). Ricoeur discorre sobre a relação dialética do passado com o futuro e a troca entre eles no presente. Partindo desse pressuposto, ao analisarmos a as trajetórias dos jornalistas intelectuais como base a rede de perspectivas cruzadas .

De acordo com Ricoeur (1994) é no presente que acontece a relação do passado com o futuro e é a partir daí que perceberemos como a relação entre a recepção do passado (experiências) e as expectativas do futuro influíram na vivência do presente vivido por aqueles jornalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENT, Hannah. *Entre o passado e o presente*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- BAKHTIN, Mikhail [1929]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARBOSA, Marialva. Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro. *Revista Galáxia*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 13-26, 2006. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1458/922>>. Acesso em: 18 jul. 2012.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultura da Imprensa – 1900-2000*. São Paulo: Mauad Editora, 2007
- BARROS**, José Márcio. In: *Memória do Jornalismo Mineiro*. Belo Horizonte: Prodabel, 1996.
- BERGSON, H. *Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Editora Martins e Fontes, 1990.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007
- _____. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- _____. *Esboço de uma teoria da prática*. In: Pierre Bourdieu. 2. ed. ORTIZ, Renato (org.) São Paulo: Ática, 1983b.
- _____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papyrus, 2011. 11 ed.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia*. 3. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours*. Paris: Hachette, 1983.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. Contrato de comunicação. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise de Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A.L.; GAVAZZI, S. (Org.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Umaanalise-semiolinguistica-do.html>.

_____. Da ideologia aos imaginários sociodiscursivos. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006. p. 187-208.

_____. Des catégories pour l'humour. *Revue Questions de communication n°10*, Presses Universitaires de Nancy, Nancy, 2006b. In: <http://www.patrick-charaudeau.com/Des-categories-pour-l-humour.html>. Acessado em: jun.2019.

_____. Pathos e discurso político. In: MACHADO, I.L.; MENEZES W.; MENDES, E (Orgs.). *As Emoções no Discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-251, v. 1.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006

_____. Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas ciências humanas e sociais. In: MACHADO, I. L.; COURA, J.; MENDES, E. (Orgs.). *A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013, p. 17-51.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *O mundo como Representação*. São Paulo: Estudos Avançados. n. 11, 1991.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

EMEDIATO, W. *Representações Discursivas de Cidadania na Mídia*. In: SILVA, D.E.G.; LEAL, M.C.D.; PACHECO, M.C.N.; (Org.). *Discurso em questão: representação, gênero, identidade, discriminação*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

HALE, J. Social interaction, cultural and historical studies. In: Howard S. Becker e Michal MCCALL (orgs.). *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990, p. 16-45.

_____. *A argumentação na Mídia: problematidade e avaliação ética*. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

_____. *A Construção da Opinião na mídia*, Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG. 2013. 418 p.

EMEDIATO, Wander. Os lugares da memória no discurso. In: NUNES, Sérgio; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). *Análise do discurso afinidades epistêmicas franco-brasileiras (Tomo II) Coleção Ciência Aberta Nº 16*.

FOUCAULT, Michel [1969]. *A arqueologia do saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2004

FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social- a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FRANÇA, Vera. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana. *Acontecimento: Reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela Maria de Castro; KODAMA, Kaori & FONSECA, Maria Rachel Fróes. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 34, n. 66, p. 593-600, set/dez 2018

GOMES, Ângela de Castro. A República, a história e o IHGB. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. _____. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GREIMAS, A. J & COURTÉS [1979]. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s/d.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000

- LACOUTURE, Jean. *A história imediata*. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jaques (Orgs.). *A nova história*. Coimbra: Almedina. 1978.
- KAUFMANN, JC. *L'invention de soi: une théorie de l'identité*. Paris: Nathan Université, 2014
- KOVACH. B.; ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979]
- LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MACHADO, I. L. *Um encontro entre poesia, análise do discurso e narrativa de vida*. Revista do programa de pós-graduação em artes da escola de belas artes da UFMG, v. 6, p. 32-43, 2016.
- _____. *A narrativa de vida como materialidade discursiva*. Revista da ABRALIN, v. 14, p. 95-108, 2015.
- _____. Ida Lúcia. *Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise de Discurso*. In: Revista de Estudos de Linguagem, Belo Horizonte, 2012, v.20, n1, p.187. Disponível em:
<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/download/2578/2530>
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6ª. edição ampliada. São Paulo:Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU. Dominique *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. *Gênese do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2007.
- _____. D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia – Jornalismo como produção social como segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.

- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 3ªed., 2007.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. 2005. *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília, DF: Casa das Musas, 2006
- _____. *Narrativa jornalística e conhecimento imediato do mundo: construção cognitiva da história do presente*. In IV colóquio Espanha/Brasil de Ciências da Comunicação. Málaga, Espanha
- _____. (2012). *Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade?* In: Pereira, F; Moura, D; Adghirni, Z. (orgs). *Jornalismo e Sociedade: Teorias e Metodologias*. Florianópolis: Insular.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.
- PÊCHEUX, Michel [1969]. *Análise automática do discurso*. In: F. GADET e T. HAK (orgs). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- QUÉRÉ, Louis. *Entre fato e sentido: a dualidade do acontecimento*. In: Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação. 2005.
- RABATEL, Alain. A função do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, Wander (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 19-61.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 1996.
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar Campinas: Papyrus, 2014.
- _____. *Tempo e narrativa: Tomo I*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. *Memória e narrativa jornalística*. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. *Mídia e Memória - A produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 219-235.

- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- VÉRON, Eliseo. *Construir el acontecimento*. Barcelona: Gedisa, 1995.
- WEBER, Max. A Política como Vocação. In:_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1982, pp.97-152.
- _____. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 2, nº1. Santa Catarina, 2005.
- ZOLA, Émile. **Eu acuso**. Porto Alegre: L&M, 2009

PERIÓDICOS

***O Diário* – (1934-1971)**

- Professora diz-se maltratada na Secretaria de Educação. *O Diário*, Educação e Ensino. Ação e reação artigo. *O Diário*, 02 de novembro de 1935
- A Marcha do Comunismo. *O Diário*, 04 junho de 1935
- Macumba. *O Diário*, 11 mai. 1936

Binômio – (1952-1964)

- “Juscelino vai pôr Rolla na Praça Raul Soares”, Binômio, 20 de julho de 1959
- Plantando bananeira o governador de Minas. Binômio, 06 de julho de 1952

Folha de Minas (1934- 1964)

- O Píndaro do Populismo. *Folha de Minas*. 05 janeiro de 1957

Estado de Minas

Destinaram treze milhões a entidades que não existem. *Estado de Minas*, 1958